

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

UFF

JANAYNA BERTOLLO COZER CASOTTI

***ETHOS* DISCURSIVO EM ENTREVISTAS
DA MÍDIA IMPRESSA**

Niterói/RJ
2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

JANAYNA BERTOLLO COZER CASOTTI

***ETHOS* DISCURSIVO EM ENTREVISTAS
DA MÍDIA IMPRESSA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Estudos de Linguagem.

Orientadora Prof^a Dr^a Rosane Santos Mauro Monnerat

Niterói/RJ
2010

JANAYNA BERTOLLO COZER CASOTTI

***ETHOS* DISCURSIVO EM ENTREVISTAS DA MÍDIA
IMPRESSA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Estudos de Linguagem.

Aprovada em 23 de março de 2010.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Rosane Santos Mauro Monnerat – Universidade Federal Fluminense
- Orientadora -

Prof. Dr. André Crim Valente – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Prof^a Dr^a Vanda Cardozo de Menezes – Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Ronaldo Amorim Lima – Faculdade Cenecista de Itaboraí

Prof^a Dr^a Patrícia Ferreira Neves Ribeiro – Universidade Federal Fluminense

Suplente: Prof^a Dr^a Adriana Rebello – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Suplente: Prof^a Dr^a Beatriz dos Santos Feres – Universidade Federal Fluminense

Para
Marcos, Letícia e Caio,
*três grandes razões
para amar a vida...*

AGRADECIMENTOS

A Deus, que, em diversas situações e também de variadas maneiras, me fez saber que Ele estava sempre comigo em minha jornada. Estar VIVA já é um sinal da presença divina...

Ao meu marido Marcos e às minhas preciosidades, Letícia e Caio, por compreenderem que esta experiência de leitura e escrita me faria ausente em alguns momentos de nossa vida em família.

Aos meus pais, Anildo e Laudete, que comigo viveram esta experiência, assumindo tantas vezes as minhas responsabilidades junto aos meus pequenos...

Às minhas irmãs, Viviany e Tatiany, e aos meus cunhados Farney e Léo, que me acompanharam nesta jornada, também cumprindo belamente às suas jornadas e compartilhando comigo a expectativa, a ansiedade diante da “luta” com a palavra e, sobretudo, a alegria de ver o trabalho cumprido.

À minha irmã Dayane e ao meu cunhado Rodolpho, que, mesmo de longe, sempre torceram – e torcem – por mim.

À minha madrinha, Tia Barbarina, por tantas orações que não me deixaram desistir. E foram tantos os obstáculos...

À Professora Doutora Rosane Santos Mauro Monnerat, pela dedicação e seriedade com que orientou este trabalho. Nunca vou me esquecer de sua disponibilidade em assumir a minha orientação. Obrigada pelo seu exemplo de “pessoa” e de “professora”.

Aos professores da banca examinadora, pela disponibilidade em participar de minha defesa e pelas significativas contribuições ao meu trabalho.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Letras, pelos ensinamentos que muito representam em minha formação.

À Nelma, secretária da Coordenação de Pós-Graduação em Letras, pela boa vontade que sempre demonstrou quando precisei de sua ajuda: eu, aqui de Colatina.

Aos colegas do Programa de Pós-Graduação em Letras, pela troca amigável e produtiva.

À Professora Cláudia Guio Bragatto Goldner, pela disponibilidade em fazer a versão em francês do resumo de minha tese. Muito obrigada pela amizade!

A todos os colegas da Secretaria Municipal de Educação de Colatina e aos professores de Língua Portuguesa da Rede Municipal, com quem tenho o prazer de trocar experiências sobre teorias e práticas significativas em nossa área.

A todos os colegas da Faculdade Castelo Branco e do Polivalente de São Silvano, com quem também compartilho momentos de muito trabalho e de muita felicidade. A vocês todos, meu respeito.

Aos meus alunos, tantas vezes meus mestres, por tudo o que me ensinaram e, sobretudo, por tudo o que me ensinam.

A todos, meu muito obrigada...

*“Sinto-me nascido a cada momento
para a eterna novidade do Mundo...”*

(Alberto Caeiro)

SINOPSE

Análise do discurso de divulgação científica, por meio de entrevistas publicadas na revista *Isto é*, considerando a Teoria Semiolinguística de Análise do Discurso, bem como os conceitos de gêneros e tipos textuais, de *ethos* discursivo, de terminologia e suas relações com a referenciação discursiva. Proposta de atividades de aplicação pedagógica com o gênero “entrevista jornalística”.

SUMÁRIO

I. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	9
II. OBJETIVOS E HIPÓTESES	13
III. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	15
1. A ANÁLISE SEMIOLINGUÍSTICA DO DISCURSO	15
1.1. Os processos de semiotização do mundo.....	17
1.2. O contrato de comunicação	18
1.3. O direito à palavra.....	22
2. GÊNEROS E TIPOS TEXTUAIS	26
2.1. Gêneros Textuais: ontem e hoje	26
2.2. A teoria dos gêneros do discurso em Bakhtin.....	29
2.3. Dos gêneros textuais aos modos de organização do discurso: contribuições de Marcuschi e Charaudeau	32
3. O MODO DE ORGANIZAÇÃO ENUNCIATIVO	37
3.1. A relação de influência do locutor sobre o interlocutor ou “comportamento alocutivo”	37
3.2. A relação do locutor consigo mesmo ou “comportamento elocutivo”	38
3.3. A relação do locutor com um terceiro ou “comportamento delocutivo”	38
3.4. Modalidades alocutivas	42
4. PROJETO DE FALA: A ENTREVISTA	45
4.1. A entrevista como texto conversacional.....	45
4.2. A entrevista como texto jornalístico.....	51
4.3. A divulgação científica em entrevistas impressas.....	55
4.4. DC: discurso de reformulação ou formação de novo discurso?	63
5. AS ENTREVISTAS MIDIÁTICAS E O DISCURSO DE INFORMAÇÃO	65
5.1. A informação midiática e o contrato de comunicação	67
5.2. As revistas semanais e sua história	72
5.3. A criatividade em revistas: as primeiras diferenças	73
5.4. O jornalismo em revista.....	75
6. ETHOS DISCURSIVO	78
6.1. Enunciação e <i>ethos</i> : da Retórica Clássica à Análise do Discurso	78
6.2. O <i>ethos</i> na interseção entre Nova Retórica, Sociologia e Pragmática.....	83
6.3. Os processos de representação da imagem pública na dinâmica interacional ..	87

7. TERMINOLOGIA	93
7.1. A Terminologia e sua importância	93
7.2. Um histórico da Terminologia.....	97
7.3. O jargão	102
8. COESÃO: REFERÊNCIA/REFERENCIAÇÃO	106
8.1. A variabilidade das categorizações sociais	108
8.2. Mudanças e instabilidades na construção dos objetos-de-discurso.....	109
8.3. Formas de referenciação discursiva	110
9. RELAÇÕES DE CAUSALIDADE E ARGUMENTAÇÃO	113
9.1. Definição de causalidade e categorias.....	114
9.2. As condições lógicas (os tipos de laço).....	115
9.3. Os objetivos dos valores de verdade	117
IV. METODOLOGIA	120
V. ANÁLISE DO CORPORA	122
1. Os sujeitos no contrato “entrevista”	122
2. Tipos textuais no gênero “entrevista”	130
2.1. Comentando os resultados	158
3. Gênero entrevista e seu modo de organização do discurso	161
3.1. Comentando os resultados	192
4. <i>Ethos</i> discursivo em entrevistas de divulgação científica.....	199
5. Referenciação discursiva em entrevistas de divulgação científica e sua relação com a terminologia	209
VI. SUGESTÃO DE ATIVIDADES PEDAGÓGICAS COM O GÊNERO “ENTREVISTA JORNALÍSTICA”	213
VII. CONSIDERAÇÕES FINAIS	219
VIII. REFERÊNCIAS	222
RESUMO	229
RÉSUMÉ	230
ANEXOS	231

I. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Já é consenso entre os estudiosos da Análise do Discurso que toda atividade de linguagem é uma atividade de comunicação, já que se constitui em fenômeno social, por meio do qual os indivíduos procuram relacionar-se uns com os outros, estabelecendo normas de convivência social e constituindo uma maneira de pensar que lhes possibilite reconhecer-se como participantes de uma identidade cultural. É isso que defende Charaudeau, para quem tudo se faz pela linguagem, sem a qual a sociedade humana não existiria:

É a linguagem que permite ao homem pensar e agir. Pois não há ação sem pensamento, nem pensamento sem linguagem. É também a linguagem que permite ao homem viver em sociedade. Sem a linguagem ele não saberia como entrar em contato com os outros, como estabelecer vínculos psicológicos e sociais com esse outro que é, ao mesmo tempo, semelhante e diferente. Da mesma forma, ele não saberia como constituir comunidades de indivíduos em torno de um 'desejo de viver juntos'. A linguagem é um poder, talvez o primeiro poder do homem. (CHARAUDEAU, 2008: 7)

E se considerarmos que são os próprios indivíduos que amoldam esse poder por meio de suas trocas sociais ao longo da história, temos de considerar a linguagem como um fenômeno rico, mas também complexo, uma vez que envolve vários aspectos: o linguístico, o enunciativo, o sociointeracional. Assim, bem longe da concepção assumida pela escola tradicional e pelo senso comum, que acabam por reduzir a linguagem ao manejo de regras gramaticais e de palavras de dicionário, este trabalho tem como pressuposto básico a concepção de linguagem como “atividade humana que se desdobra no teatro da vida social e cuja encenação resulta de vários componentes, cada um exigindo um *'savoir-faire'*”. (CHARAUDEAU, 2008: 7)

Trata-se, aqui, da noção de competência discursiva, resultante da conjunção da competência situacional, em que se consideram a finalidade de cada situação e a identidade dos interlocutores nela implicados; da competência semiolinguística, em que se deve organizar a encenação do ato de linguagem segundo determinadas *visadas* comunicativas (enunciativas, descritivas, narrativas, argumentativas),

recorrendo a categorias de língua; e da competência semântica, em que se deve construir sentido por meio de formas verbais (gramaticais ou lexicais), recorrendo aos saberes de conhecimento e de crença que circulam na sociedade.

Um fenômeno humano e social que depende precipuamente da linguagem é a informação. Para Charaudeau (2006: 33), numa definição empírica mínima, a informação constitui “a transmissão de um saber, com a ajuda de uma determinada linguagem, por alguém que o possui a alguém que se presume não possuí-lo.” E, para não ficar apenas nessa definição mínima, ele acrescenta:

A informação não existe em si, numa exterioridade do ser humano, como podem existir certos objetos da realidade material (uma árvore, a chuva, o Sol) cuja significação, certamente depende do olhar que o homem lança sobre esses objetos, mas cuja existência é independente da ação humana. A informação é pura enunciação. Ela constrói saber e, como todo saber, depende ao mesmo tempo do campo de conhecimentos que o circunscreve, da situação de enunciação na qual se insere e do dispositivo no qual é posta em funcionamento. (CHARAUDEAU, 2006: 36)

Após discorrer sobre os verdadeiros problemas suscitados pelo ato de informar, o teórico ainda afirma:

Comunicar, informar, tudo é escolha. Não somente escolha de conteúdos a transmitir, não somente escolha das formas adequadas para estar de acordo com as normas do bem falar e ter clareza, mas escolha de efeitos de sentido para influenciar o outro, isto é, no fim das contas, escolha de *estratégias discursivas*. (CHARAUDEAU, 2006: 39)

E assim ele vai definindo o contrato de comunicação como um “jogo” que se estabelece entre os parceiros da troca linguageira e que se compõe de um espaço de estratégias, envolvendo diferentes tipos de configurações discursivas utilizadas pelo sujeito comunicante, a fim de satisfazer as condições do contrato e alcançar seus objetivos; e também um espaço de restrições, compreendendo as condições que não podem ser transgredidas, sob pena de não haver troca comunicativa.

É por essa razão que pretendemos, com esta pesquisa, lançar um olhar detido em torno do discurso de informação midiático, particularmente, de entrevistas de revista da mídia impressa, procurando

perceber, sobretudo, as estratégias, por meio das quais o locutor, de acordo com seu propósito comunicacional, interage com o interlocutor.

Precisamos esclarecer, entretanto, nossa opção por textos midiáticos, em especial, pelo gênero “entrevista”, procurando demonstrar como tal gênero poderia auxiliar os docentes na formação de alunos críticos, conscientes de seu papel como cidadãos.

É importante observar que a cultura veiculada pela mídia, responsável por grande parte da informação (tanto de adultos, quanto de adolescentes), ajuda a tecer a vida cotidiana. Ora, é inegável a função pedagógica que os meios dominantes de informação possuem. Os valores com os quais trabalham podem definir o que é bom ou mau, positivo ou negativo, contribuindo para ensinar aos indivíduos como se comportar, o que valorizar, o que sentir, o que desejar (ou não).

De acordo com Kellner (2001: 333), “a cultura da mídia tende a construir identidades e posições de sujeito convidando os indivíduos a identificarem-se com figuras, imagens ou posturas bem específicas”. Assim, se essa cultura fornece material e recursos para a constituição de identidades, isso já justifica nossa escolha.

Neste trabalho, portanto, pretendemos analisar o discurso de divulgação científica, por meio de entrevistas publicadas na revista *Isto é*. A presença crescente de entrevistas de divulgação científica direcionadas a um público de não especialistas, interessado por tal saber, faz-nos constatar a importância de se caracterizar tal prática discursiva. Uma caracterização que deve considerar as coerções próprias do campo jornalístico e institucional, delimitando posições discursivas em relação aos sujeitos comunicantes na troca verbal.

Duas perguntas nortearão nossa análise: 1) Como se dá a divulgação da ciência na mídia impressa dirigida a um público leigo? e 2) Como se constrói os *ethé* dos sujeitos comunicantes (jornalista e cientista) em entrevistas da mídia impressa?

O *corpora* é formado por dez entrevistas com cientistas, publicadas entre fevereiro de 2007 e junho de 2008. Essas entrevistas foram agrupadas em duas grandes áreas: a médica e a sociológica. O objetivo é compreender as representações sociais e discursivas articuladas ao campo

jornalístico e ao gênero “entrevista”.

Quanto à organização, este trabalho apresenta, além das considerações iniciais (primeiro capítulo) e finais (último capítulo), outros cinco capítulos:

No segundo capítulo, apresentamos os objetivos e as hipóteses que motivaram a presente pesquisa.

No terceiro capítulo, concentram-se os pressupostos teóricos. Para este trabalho, consideramos a Teoria Semiolinguística de Charaudeau (1983), bem como os conceitos de gêneros e tipos textuais propostos por Bakhtin (2000) e Marcuschi (1999); de *ethos* discursivo, segundo Maingueneau (1997) e Amossy (2008) e preservação da face, segundo Goffman (1974), Rosa (1992) e Galembeck (1999); de terminologia e jargão, conforme Krieger e Finatto (2004), Burke e Porter (1997); e também de referenciação discursiva, conforme os teóricos da Linguística Textual, tais como Mondada e Dubois (2003), Koch (2005) e Monnerat (2006).

No quarto capítulo, detalhamos a metodologia utilizada para a escolha do *corpora* e para a análise dos dados.

No quinto capítulo, analisamos as dez entrevistas selecionadas como *corpora* do trabalho, considerando os aspectos levantados na fundamentação teórica.

No sexto capítulo, apresentamos algumas sugestões de aplicação pedagógica, procurando abordar os tópicos mais relevantes discutidos em nosso trabalho, no sentido de que tais atividades possam fornecer uma linha de direcionamento ao professor interessado em trabalhar com tal gênero na sala de aula.

II. OBJETIVOS E HIPÓTESES

Considerando a influência que os sujeitos comunicantes de uma entrevista exercem sobre a audiência, de modo que a captação do leitor vai garantir a inteligibilidade do discurso e, conseqüentemente, vai constituir-lo consumidor de tal produto, procuraremos avaliar, em *corpora* de entrevistas da mídia impressa, essa relação de influência, com base nas estratégias utilizadas pelos sujeitos no evento interacional de que participam. Assim nos propomos a:

1. Aplicar ao discurso jornalístico o contrato de comunicação proposto por Charaudeau, a fim de desvelar o papel de cada sujeito na produção de um texto predominantemente argumentativo e expositivo.
2. Identificar os três elementos responsáveis pela constituição do gênero “entrevista”, segundo a caracterização de Bakhtin.
3. Reconhecer a heterogeneidade de sequências tipológicas presentes no texto de cada entrevista e determinar as ocorrências mais comuns, tendo em vista a função de um texto de divulgação científica.
4. Descrever os modos de organização discursiva de cada entrevista, relacionando-os ao estatuto de “entrevista de divulgação científica”.
5. Revelar como as modalidades enunciativas e também as formas de referenciação discursiva servem de estratégia de captação para o sujeito comunicante.
6. Reconhecer as relações existentes entre as formas de referenciação discursiva e a terminologia da área de especialidade.

As hipóteses a seguir nortearão nossa pesquisa:

1. Numa entrevista, há, pelo menos, dois sujeitos comunicantes. Determinar as relações entre eles

poderia elucidar, em grande parte, o processo que também envolve o leitor na construção dos sentidos do texto.

2. Na heterogeneidade tipológica de uma entrevista, talvez predominem sequências expositivas e argumentativas. Uma das motivações para a alta frequência dessas sequências pode ser a ligação entre elas e o gênero de texto em questão.
3. Numa entrevista de divulgação científica, dada a presença de entrevistador e entrevistado, produzindo conjuntamente o texto, podem predominar as modalidades alocutivas do modo de organização enunciativo.
4. No jogo comunicativo da entrevista, os sujeitos comunicantes pretenderiam fazer uma imagem de si na medida em que enunciam seus pontos de vista sobre o interlocutor, sobre eles mesmos ou sobre os outros. Determinar as imagens do entrevistador, do entrevistado, na dinâmica de uma entrevista, poderia ajudar a perceber o que, muitas vezes, não aparece explícito na materialidade linguística do texto, tais como os mecanismos de preservação da face e os processos de referenciação discursiva.
5. Os processos de referenciação discursiva são responsáveis pela construção de objetos-de-discurso que contribuem para a articulação de um “projeto de sentido”. Entendidos dessa forma, na produção discursiva de entrevistas de divulgação científica, tais processos podem movimentar um léxico especializado, relacionado à terminologia da área.

III. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

1. A ANÁLISE SEMIOLINGUÍSTICA DO DISCURSO

Adotar uma determinada perspectiva teórica constitui mais do que opção de caráter instrumental. Prescreve, certamente, o caminho no qual depositamos maior credibilidade rumo ao alcance dos objetivos propostos.

Se é nossa intenção fazer uma leitura do discurso veiculado pelo gênero “entrevista”, responsável pela construção do perfil dos envolvidos nessa prática social, torna-se evidente que precisamos ultrapassar o campo meramente linguístico, cuja análise prescinde das condições de produção de um ato de linguagem e, portanto, não dá conta do fenômeno da significação em sua completude. Para melhor compreender o ato linguageiro, é preciso considerar não só a sua dimensão linguística, mas também a sua dimensão situacional.

Por assumirmos essa perspectiva, procuramos fundamentar nossa análise na Teoria Semiológica de Patrick Charaudeau (1983) que, com sua concepção de ato de linguagem como *mise en scène*, ultrapassa o âmbito linguístico, uma vez que valoriza elementos enunciativos. Para Charaudeau (2001: 25), o discurso é “o lugar da encenação da significação”, que pode, dependendo da finalidade a que se destina, utilizar um ou vários códigos semiológicos, não se restringindo apenas à manifestação verbal.

De acordo com Machado (2006), na Semiologia, podem ser percebidos certos conceitos fundantes, provenientes de alguns teóricos franceses como Benveniste, Barthes, Greimas; além de outros de igual interesse, provindos de teóricos ingleses como Grice, Austin e Searle. A autora também destaca a importância das ideias de Bakhtin na constituição dessa teoria. Para ela,

Charaudeau elaborou, de modo consciente ou não, uma junção de conceitos vindos de Benveniste com outros vindos de Bakhtin, chegando então a conceber um dos pontos inovadores da citada teoria: a volta do ‘sujeito’, conceito que havia sido completamente ‘pulverizado’ por Barthes, nos anos 60 e depois, de certa forma, por Pêcheux e seus seguidores. Estamos nos referindo aqui, é

claro, não ao 'sujeito-assujeitado' de quem fala Foucault, mas, ao sujeito histórico, com suas idiossincrasias e crenças e também com o seu 'estilo'. (MACHADO, 2006: 14)

O que distingue, todavia, a teoria de Charaudeau das outras – que também consideram as condições de produção do enunciado – é a base Semiolingüística. Charaudeau relaciona o termo “semio-“ a *semiosis* (construção de sentido que se faz por meio da relação forma/sentido e que pode ocorrer em diferentes sistemas semiológicos) e “-lingüística” à *matéria languageira*.

Segundo Oliveira (2003: 24), “a análise semiolingüística é semiótica, é lingüística e é do discurso”. Essa última asserção justifica-se porque um ato de fala não pode ser analisado desvinculado de outros, nem se pode deixar de considerar o contexto social de sua produção. Todo o processo de produção textual (enunciação) deve merecer atenção para efeito de análise do discurso, não apenas o produto final (enunciado): “o texto é o produto e o discurso, sem cujo conhecimento não se analisam textos, é o processo.” (*op. cit.*: 24)

Para Charaudeau,

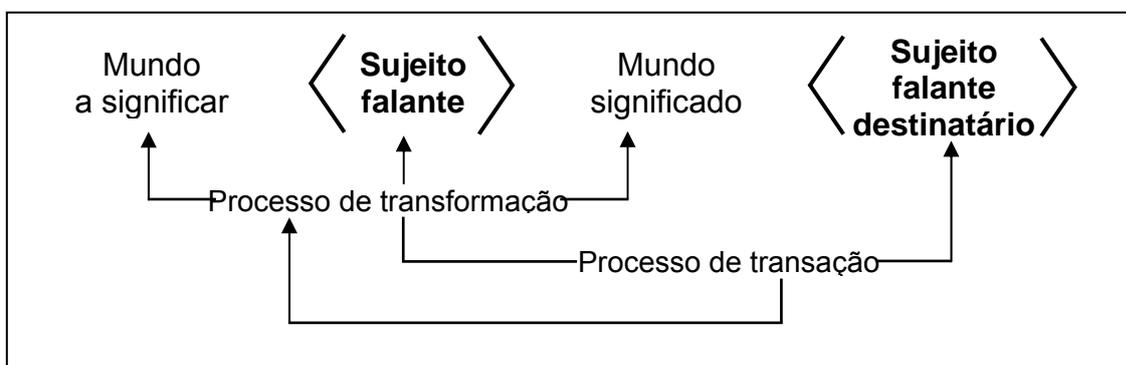
a significação discursiva é uma resultante de dois componentes dos quais um pode ser denominado lingüístico, já que opera com material verbal (a língua) (...) e outro, situacional, já que opera com material psicossocial, (...) que colabora na definição de seres ao mesmo tempo como atores sociais e como sujeitos comunicantes. (...) Não se pode chegar à construção da significação discursiva sem o estudo de um ou outro desses componentes. (CHARAUDEAU, 1996: 6)

O objetivo é, portanto, a apreensão do discurso, relacionando-se os aspectos lingüísticos e extralingüísticos, a partir dos fenômenos de ação que concretizam um ato de linguagem e de influência que criam a interação. Assim consideramos, tal como o teórico francês, o ato de linguagem como uma “interação de intencionalidades”, que apresenta uma dada expectativa de significação e que, por isso, liga-se a um certo número de ritos sociolinguageiros, já que se constitui em “produto da ação de seres psicossociais que são testemunhas mais ou menos conscientes das práticas sociais e das representações imaginárias da comunidade a qual pertencem”. (CHARAUDEAU, 2001: 29)

E, para melhor verificar como se dá esse jogo interacional, consideramos relevante uma abordagem acerca dos processos de semiotização do mundo.

1.1. Os processos de semiotização do mundo

Para Charaudeau (2005), o ato de semiotização do mundo instaura-se por meio de um duplo processo: o de transformação de um “mundo a significar” a um “mundo significado”, sob a ação de um sujeito falante; e o de transação entre os parceiros do ato de linguagem, aqui denominados sujeito comunicante e sujeito interpretante.



(CHARAUDEAU, 2005: 17)

Em relação a cada processo, podemos dizer que o de transformação, de acordo com o autor, é responsável pela modificação do estatuto dos seres do mundo, realizando-se por meio de quatro operações: a identificação (os seres do mundo precisam ser nomeados para que se possa falar deles); a qualificação (os seres do mundo apresentam características que os distinguem); a ação (os seres do mundo agem ou sofrem a ação); a causação (os seres do mundo agem em razão de certos motivos – os fatos se explicam numa relação de causalidade).

Já o de transação, base do contrato de comunicação, realiza-se por meio de quatro princípios: a alteridade, que define todo ato comunicativo como uma relação de troca entre parceiros, os quais devem reconhecer-se mutuamente como semelhantes (já que precisam apresentar saberes compartilhados e motivações comuns para que a troca se realize) e diferentes (já que cada um desempenha um determinado papel no ato de

fala); a pertinência, que diz respeito à necessidade de o ato de linguagem ser apropriado ao contexto e também à finalidade; a influência, que identifica a intencionalidade do ato de fala (não só o sujeito comunicante pretende atingir seu parceiro, mas também o sujeito interpretante sabe que é alvo de influência); a regulação, que diz respeito à necessidade de os parceiros regularem suas influências, recorrendo a estratégias que garantam uma intercompreensão mínima, sem a qual a troca não ocorrerá.

Vale ressaltar que, embora os processos de transformação e transação se realizem sob procedimentos diferentes, estabelecem entre si uma relação solidária. Charaudeau assim exemplifica:

É sempre possível construir um enunciado que mobilize as diferentes operações do processo de transformação, por exemplo: 'sua batata está assando'. Mas o que tal enunciado significa enquanto ato de linguagem? O que é que ele propõe como troca? A qual jogo de transação ele corresponde? Significa que 'o processo de cozimento não terminou' e que sob a aparência de uma constatação 'pede-se a alguém para olhar o forno'? ou que 'o presidente perdeu a confiança em você e seu cargo está ameaçado'? ou que 'sua mulher descobriu sua traição'? ou que 'o que você me fez ontem, faltando ao encontro, não foi perdoado'? Isto, sem considerar as significações colaterais que estariam ligadas a cada uma destas aqui evocadas. (CHARAUDEAU, 2005: 16)

Isso significa dizer que as operações do processo de transformação não se fazem isoladamente, mas sim sob o controle do processo de transação, que lhes vai conferir um sentido comunicativo (seu valor semântico-discursivo), base para a construção de um “contrato de comunicação”.

1.2. O contrato de comunicação

Para explicar essa interação entre os sujeitos que compõem o quadro comunicativo, surge a noção de “contrato de comunicação”. Todo ato linguageiro, segundo Charaudeau, realiza-se dentro de um tipo específico de relação contratual, que é implicitamente reconhecido pelos sujeitos e que define aspectos ligados ao plano comunicacional, psicossocial e intencional.

Tal relação contratual depende de componentes de três

tipos: o comunicacional, relativo ao quadro físico da situação interacional; o psicossocial, relativo aos estatutos que os parceiros reconhecem um no outro; e o intencional, relativo ao conhecimento que cada um dos parceiros possui ou constrói, de forma imaginária, sobre o outro. (Cf. CHARAUDEAU, 2001: 31)

Pressupõe-se, como na terminologia jurídica (já que a ideia foi-lhe tomada de empréstimo), a existência de um acordo entre as partes, em torno de um compromisso comum, de modo que o sucesso do ato de linguagem condiciona-se à observância de determinadas regras implícitas. Se um professor de Língua Portuguesa, por exemplo, no decorrer de sua aula, tivesse dúvida quanto à grafia de uma palavra que ele deveria escrever no quadro e perguntasse aos alunos qual seria a escrita correta, estaria descumprindo sua parte no contrato assumido socialmente. Os alunos, conseqüentemente, não o reconheceriam como pessoa capacitada a dar aulas daquela disciplina.

Quando se pensa num contrato de comunicação de sala de aula, já se espera que um dos participantes (o professor) possua e demonstre um conhecimento e uma identidade profissional específica, que esse participante tenha como objetivo transmitir seus conhecimentos aos sujeitos aos quais ele se dirige, que ele o faça dentro dos limites de tempo e espaço determinados pela dinâmica escolar e, finalmente, que ele utilize maneiras de se expressar apropriadas ao contexto de sala de aula e adequadas aos seus objetivos didáticos.

Da mesma forma, espera-se que os sujeitos aos quais o primeiro participante se dirige (os alunos) possuam uma competência específica, tenham o aprendizado como objetivo básico, ajustem-se às circunstâncias materiais de tempo e espaço do contrato e que, também, sirvam-se de estratégias discursivas consideradas apropriadas para esse tipo de contrato.

Com o exemplo, observamos que os atos de linguagem resultam de regras implícitas estabelecidas socialmente e partilhadas pelos interlocutores. Tais normas formam um conjunto de limitações que restringem as condições de produção e interpretação da linguagem. De acordo com Charaudeau (2005: 17-18), “a estruturação de um ato de

linguagem comporta dois espaços: um espaço de restrições, que compreende as condições mínimas às quais é necessário atender para que o ato de linguagem seja válido, e um espaço de estratégias, que corresponde às escolhas possíveis à disposição dos sujeitos na *mise-en-scène* do ato de linguagem.”

Nesse modelo de compreensão do processo enunciativo, o ato de linguagem corresponde a uma *mise en scène* da significação. A esse respeito, vale lembrar ainda o exemplo de Machado, quando trata do “lado teatral” da “encenação” necessária a que tenhamos sucesso em nossas interações linguageiras. Segundo a autora, um professor X

não vai falar do mesmo modo que fala em uma situação de trabalho, diante de seu médico: no consultório deste, expondo um problema de saúde, sua *mise en scène* linguageira – e seu papel de sujeito comunicante – vão mudar em relação ao papel que X adota em suas aulas. Saindo do consultório médico, X encontra um velho amigo da época em que ele morava no interior de São Paulo: uma nova mudança na *mise en scène* comunicativa de X se impõe. É óbvio que se X guardasse sempre a mesma *mise en scène* usada em seu trabalho, na sala de aula, não conseguiria se comunicar bem nem com seu médico nem com seu velho amigo: no máximo, passaria por uma pessoa aborrecida, enfatuada. (MACHADO, 2001: 50-51)

Dessa *mise en scène* participam os parceiros da interação, de cujos saberes compartilhados dependem a produção e interpretação. Levando em conta que não é possível compreender a linguagem desprovida de sua dimensão situacional, como afirmamos até agora, entendemos ser importante definir esses sujeitos que participam das trocas linguageiras no “jogo” da comunicação. A nosso ver, um dos pontos fortes da Semiolinguística é o fato de ela considerar o ato de linguagem como uma espécie de “jogo”, em que se tem a expectativa de ganhar. Em todo ato de linguagem estaria implícita uma “aposta”, um desafio lançado ao outro.

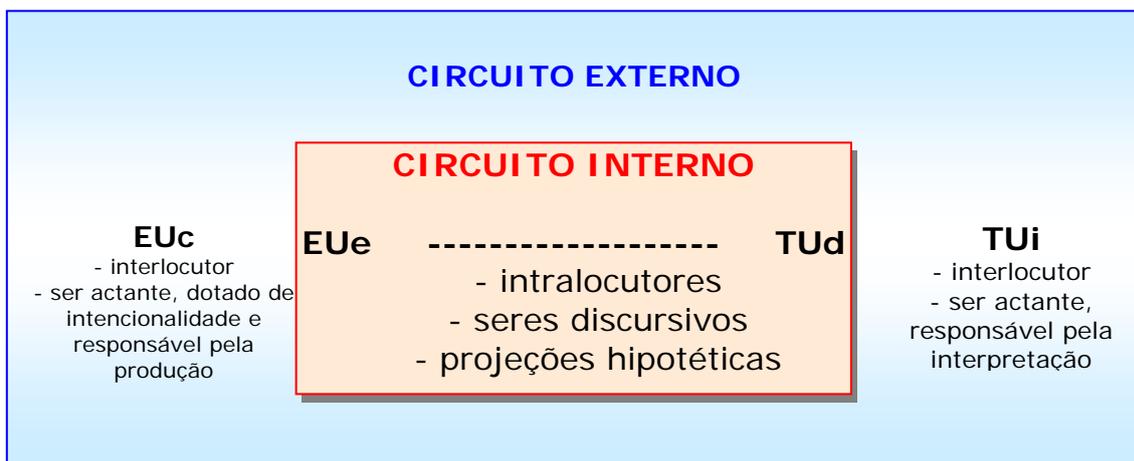
Desse jogo participam quatro sujeitos comunicacionais, que se articulam em dois circuitos de produção: o externo e o interno. No circuito externo, encontram-se os parceiros, interlocutores, que agem como seres sociais, possuidores de intenções – o sujeito comunicante (EUc) e o sujeito interpretante (TUi). No circuito interno, situam-se os protagonistas – chamados de intralocutores – o sujeito enunciador (EUe) e o sujeito

destinatário (TUd), sujeitos de fala, responsáveis pelo ato de enunciação.

Enquanto o sujeito comunicante (EUc) é responsável pela produção, a interpretação compete ao sujeito interpretante (TUi), que pode constituir-se em coautor, na medida em que, ao interpretar a enunciação, acrescenta implícitos não pensados pelo eu-comunicante.

Todavia, para fazer o contrato comunicacional funcionar, é preciso que o sujeito comunicante (EUc) e o interpretante (TUi) se abram à inclusão de outros sujeitos na cena enunciativa: o EUc aciona um sujeito enunciador (EUe) que se dirige, em primeira instância, a um TUd (sujeito destinatário também idealizado). Portanto, o sujeito comunicante constrói, de acordo com a sua finalidade de comunicação, uma imagem do sujeito enunciador e, além disso, imagina um leitor ideal a quem se dirige, a fim de que possa alcançar seus objetivos. Da mesma forma, no processo de interpretação, o sujeito interpretante, a partir da imagem que constrói do sujeito enunciador, formula hipóteses sobre o sujeito comunicante.

O quadro a seguir esquematiza as noções acima. Ele será retomado mais adiante e modificado, em função dos objetivos propostos e da possível aplicação ao gênero “entrevista”:



Detendo-nos no circuito interno, podemos dizer que o sujeito enunciador (EUe) corresponde a uma imagem que o sujeito comunicante (EUc) deseja transmitir a respeito de si mesmo no ato de comunicação. Tal imagem pode se assemelhar (ou não) ao ser histórico que o originou. Caberá ao sujeito interpretante aceitar a imagem enviada ou recusá-la, o que poderá desencadear uma reformulação do projeto de fala original.

O sujeito destinatário (TUd), por sua vez, também idealizado, constitui a representação ideal de interlocutor, condizente com o ato de enunciação. A estratégia do sujeito comunicante só obtém sucesso quando há identificação entre as duas instâncias (interpretante e destinatário), caso contrário, a mensagem do sujeito enunciador (EUe) será mal-entendida ou até recusada.

Falar de interação comunicativa é, em primeiro lugar, falar da identidade do sujeito falante como ser comunicante e, assim, de seu direito de comunicar. Daí a importância da próxima seção.

1.3. O direito à palavra

O contrato de comunicação possui uma cláusula fundamental: o direito à palavra que um parceiro deve conceder ao outro para que se processe o jogo comunicativo. Cada falante precisa ser reconhecido como tal pelo parceiro na interlocução. Para Charaudeau (1996: 25), não há “sujeito falante sem o outro – nada de locutor sem interlocutor, nada de EU sem TU.”

De certa forma, a proposta de Charaudeau designa o que Benveniste (1988) e Bakhtin (1999) tinham em vista ao falar de enunciação, de discurso. Segundo Benveniste, o indivíduo só se afirma como sujeito de seu discurso, definindo a si mesmo como “eu” e ao parceiro como “tu”, por meio da linguagem. São essas marcas de “pessoa” que atestam o jogo da intersubjetividade na comunicação:

A consciência de si mesmo só é possível se experimentada por contraste. Eu não emprego *eu* a não ser dirigindo-me a alguém, que será, na minha locução, um *tu*. Essa condição de diálogo é que é constitutiva da *pessoa*, pois implica reciprocidade - que *eu* me torne *tu* na locução daquele que, por sua vez, se designa por *eu*. (...) A linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como *sujeito*, remetendo a ele mesmo como *eu* no seu discurso. Por isso, *eu* propõe outra pessoa, aquela que, sendo exterior a “mim”, torna-se o meu eco – ao qual digo *tu* e que me diz *tu*. (BENVENISTE, 1988: 286)

Para Bakhtin, o sujeito só se constitui na relação com o “outro”. É, portanto, um sujeito inacabado, que funda seu discurso no “outro”, numa relação dialógica. Nesse sentido, o “eu” e o “outro” se alternam na

constituição do processo discursivo e do sentido:

Na realidade, toda palavra comporta duas faces. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige para alguém. Ela constitui justamente o produto da interação do locutor e do ouvinte. Toda palavra serve de expressão a um em relação ao outro. Através da palavra, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade. (BAKHTIN, 1999: 113)

A enunciação é, pois, produto da interação do locutor e do ouvinte, ambos inseridos na “situação social mais imediata” e num “meio social” que determinam seu discurso. Assim, a enunciação não parte de um interior organizado do indivíduo, mas do meio social em que se insere e que a determina. Bakhtin concebe, desse modo, a significação como uma construção histórica e, portanto, ideológica, sustentando, na linguagem, o princípio da prevalência do social.

Assim, para todo sujeito que quer se exprimir pela fala ou escrita, coloca-se a questão de saber se tem condições de fazê-lo. Há, portanto, três condições que fundamentam o direito à palavra na perspectiva semiolinguística: a primeira refere-se ao SABER, a segunda ao PODER e a última ao SABER FAZER do sujeito comunicante.

O SABER diz respeito ao conhecimento partilhado entre os actantes da comunicação. Nesse domínio, circulam os consensos que não são necessariamente a “verdade” sobre o mundo e que, no entanto, apresentam forte grau de verossimilhança. Os indivíduos, em uma dada sociedade, são levados à troca de práticas discursivas, em um campo de representações supostamente partilhadas.

O PODER relaciona-se com o estatuto psicossocial do sujeito falante que, pela sua posição socioinstitucional, pode deter o reconhecimento do PODER em seu ato languageiro, o que reforça a *legitimidade* do contrato. O sujeito está, pois, impregnado de realidade psicossocial no jogo comunicativo que o define.

Para que o falante tenha direito à palavra, é preciso que ele possua *legitimidade*. A *legitimidade* vai depender da posição que o sujeito ocupa nos domínios do SABER e do PODER. Quando falamos, reproduzimos ideias de um determinado grupo ou classe em relação a

crenças, julgamentos, verdades. O reconhecimento do SABER e do PODER contribui para instituir a *legitimidade* daquele que constrói um projeto de fala e necessita interagir socialmente.

Segundo Charaudeau (1996: 29), “o duplo reconhecimento que dá ao sujeito falante uma *legitimidade* de saber e de poder não é suficiente para fundar o direito à fala. É necessário um outro reconhecimento, o que permite julgar o sujeito competente em sua ação de sujeito que comunica”. Trata-se do SABER FAZER, que vai-lhe conferir *credibilidade*. Dessa forma, para ele, a *credibilidade* é reconhecida em diferentes circunstâncias, levando-se em conta seu projeto de fala. Tal projeto

(...) é o resultado de um ‘ato conjunto’, que se faz num movimento vai-e-vem constante entre os espaços externo e interno da cena comunicativa. É na aptidão em saber ligar dois espaços e seus componentes que pode ser julgado o Saber Fazer do sujeito e que pode ser reconhecida sua competência enquanto sujeito tendo um projeto de fala. É o que lhe dará credibilidade, sem a qual, não obstante toda legitimidade que possua pelo Saber ou Poder, ele não será entendido, e não lhe será reconhecido, de fato, o direito à palavra. (CHARAUDEAU, 1996: 29)

O referido projeto é constituído em torno de certos princípios que vão promover quatro objetivos comunicativos. O objetivo informativo relaciona-se à transmissão de saber. A validade do “fazer saber” encontra-se no respeito que os interlocutores devem ter pelo saber partilhado. O objetivo persuasivo pressupõe o princípio de “fazer crer”, em que o sujeito falante modifica o outro por meio de recursos argumentativos e persuasivos. O objetivo sedutor representa o modo de produzir, no comportamento discursivo do sujeito interpretante, efeitos resultantes de emoção, do imaginário, do inverossímil e do lúdico (“fazer prazer”). Por fim, o objetivo factivo pressupõe a manipulação do outro, levando-o a “fazer fazer” ou “fazer dizer” algo que o sujeito falante deseja. O sujeito incitador utiliza, pois, recursos capazes de persuadir o tu-interpretante a agir e pensar como ele deseja.

Isso nos leva a crer que, mesmo em situações de comunicação institucionalizadas, nada está previamente “jogado/concluído”, ou seja, “com chances de se obter sucesso”. É preciso que seja reconhecida

a identidade de sujeito competente. Com isso, podemos dizer, tal como Charaudeau, que, enquanto a *legitimidade* é pré-determinada, a *credibilidade* é adquirida, podendo ser, portanto, rediscutida. A *credibilidade* do sujeito falante estará, pois, firmada pela competência desse sujeito e também, como se verá adiante, pela imagem que ele mesmo faz de si no discurso.

Considerando os conceitos de *legitimidade* e *credibilidade*, bem como o fato de os atos de linguagem se estruturarem sob a forma de textos que representam diferentes contratos de comunicação, relacionados por um “levantamento empírico das *constantes* que possibilitam reunir tais textos (...) e das *diferenças* entre esses textos e os textos que a eles se assemelham” (CHARAUDEAU, 1996: 38), reforçamos a importância das considerações a seguir.

2. GÊNEROS E TIPOS TEXTUAIS

Embora haja uma profusão de trabalhos sobre gêneros textuais, seu estudo, conforme assinala Marcuschi (2008: 147), não é recente. Uma vez caracterizados como atividades sociodiscursivas que se definem por tipos “relativamente estáveis” de enunciados, produzidos nas mais diversas esferas de comunicação, os gêneros não podem ser reduzidos a uma classificação estanque, já que estão sujeitos a mudanças relacionadas, inclusive, a transformações na própria sociedade. Dessa forma, há muito o que se discutir a esse respeito. E nada melhor que começar por uma abordagem histórica em relação a gêneros, com vistas a observar não só a sua origem, mas também as perspectivas atuais.

2.1. Gêneros Textuais: ontem e hoje

Conforme já apontamos, o estudo dos gêneros não é novo. A primeira tentativa de caracterizar, explicar e normatizá-los data dos séculos V e IV a.C., na Grécia, a partir de dois ramos de atividades socioculturais: a literatura e a oratória. A respeito disso, afirma Palma (2006):

Nesse contexto, em que democracia e orgulho da cidade unem-se, exercer a cidadania tem características específicas. Implica o uso da palavra em público, seja para participar de atividades políticas, seja de atividades jurídicas, seja de atividades festivas. É esse espírito de época que possibilita o desenvolvimento e a sistematização de gêneros. (PALMA, 2006: 3)

A primeira observação sistemática dos gêneros começou com Platão. No entanto, na tradição ocidental, a palavra “gênero” ligava-se aos gêneros literários, o que hoje não mais ocorre, uma vez que essa noção se refere a uma categoria de discurso de qualquer tipo e não particularmente à literária.

Mas, dada a contribuição de Platão no plano da tradição poética, vale mencionar que o enfoque desse filósofo, em sua obra *A República*, era o modo de operação do poeta, ou seja, a representação.

Para ele, o poema constituía uma narrativa de acontecimentos presentes, passados ou futuros, podendo apresentar-se como *mimese*, como *narrativa pura*, ou como *narrativa mista*. É a partir desse critério que surge uma divisão tripartida abrangendo, no dizer de Palma (2006: 4): “o gênero imitativo ou mimético que engloba a tragédia e a comédia, o gênero narrativo puro do qual faz parte prioritariamente o ditirambo e o gênero misto que se caracteriza pela epopéia”.

A essa reflexão teórica de Platão associa-se uma outra, também teórica, a de Aristóteles. Em sua obra *Poética*, o filósofo inverte a proposta de Platão, no sentido de que apresenta a poesia como mimética ou representativa, entendendo a *mimese* como representação de acontecimentos reais ou fictícios. Na poesia, são considerados, de acordo com Aristóteles, o objeto imitado (seres humanos em ação, representados como superiores, iguais ou inferiores ao comum dos mortais) e o modo de imitar (o contar e o agir dos personagens por meio da fala). Tem-se, assim, os seguintes gêneros literários: o dramático superior, composto pela tragédia, em que se apresentam personagens superiores, e o dramático inferior, composto pela comédia, em que se apresentam personagens inferiores; a epopeia ou narrativa superior e a paródia ou narrativa inferior. Nas palavras de Palma,

a reflexão grega sobre os gêneros, a partir da literatura, apresenta ou a tripartição platônica (gênero narrativo, misto e dramático) ou o par aristotélico (gênero narrativo e gênero dramático), apresentado na *Poética*, tendo sido essas propostas orientadoras das discussões sobre o tema, desenvolvidas ao longo de 2000 anos. Nessas duas classificações, não parece estar explicitamente contemplado o gênero lírico, que será objeto de uma sistematização posterior. (PALMA, 2006: 5)

A Aristóteles também coube a tradição retórica. É nesse campo que o filósofo determina três elementos compondo o discurso: aquele que fala, aquilo sobre o que se fala e aquele a quem se fala. Quanto ao ouvinte, o estagirita assim o tipificava: o ouvinte como espectador que olha o presente; como assembleia que olha o futuro e como juiz que julga o passado. E então o filósofo relaciona os três gêneros de discurso retórico: o discurso demonstrativo ou epidítico, que tem por objetivo o elogio ou a

censura; o discurso deliberativo, cujo objetivo é aconselhar ou desaconselhar; o discurso judiciário, que tem como objetivo a acusação ou a defesa. (Cf. MARCUSCHI, 2008: 147-148).

Vale, ainda, considerar as palavras de Palma a respeito das contribuições desses dois filósofos:

Sendo a Retórica uma *tecné*, ela tem por objetivo a formação do cidadão, desempenhando, portanto, uma função pragmática, por preparar o indivíduo para a ação, característica essencial da cidadania no contexto das cidades-estado gregas. Para atingir esse fim, o domínio dos gêneros textuais é a ferramenta fundamental para se obter a adesão de um auditório ao ponto de vista defendido. Assim, pode-se constatar que, na Grécia, em relação aos gêneros tanto houve uma reflexão teórica, representada por Platão, na *República* e por Aristóteles na *Poética*, quanto uma proposta pragmática, explicitada na *Arte Retórica* do Estagirita. (PALMA, 2006: 4)

Hoje, no entanto, são muitas as perspectivas teóricas no tratamento dos gêneros. Marcuschi alude a algumas dessas linhas, sem a pretensão de fazer uma análise detida. O linguista chama a atenção para as seguintes linhas teóricas, em curso internacionalmente: a sócio-histórica e dialógica, de influência bakhtiniana; a comunicativa, com a influência de Steger, Gülich, Bergmann, Berkenkotter; a sistêmico-funcional, influenciada por Halliday; a sociorretórica de caráter etnográfico, voltada para o ensino de L2, com a influência de Swales e Bhatia; a interacionista e sociodiscursiva, de caráter psicolinguístico, voltada para o ensino de língua materna e influenciada por Bronckart, Dolz, Schneuwly; a análise crítica, com a influência de Fairclough e Kress; e a sociorretórica/sócio-histórica e cultural, influenciada por Miller, Bazerman e Freedman. (Cf. MARCUSCHI, 2008: 152-153)

Na esteira de Marcuschi, consideramos importante ressaltar as contribuições de Bakhtin, uma vez que, pelo caráter macroanalítico de seus subsídios teóricos, ele “pode ser assimilado por todos de forma bastante proveitosa”. (*op. cit.*: 152)

2.2. A teoria dos gêneros do discurso em Bakhtin

Na concepção de Bakhtin (1999), a linguagem constitui um fenômeno ideológico e, dessa maneira, não pode ser reduzida a simples veículo de comunicação entre os homens, com a finalidade precípua de transmitir uma mensagem, por meio de um código comum a falante e ouvinte, tal como propõe a abordagem formalista.

Para o teórico, essa concepção constitui um obstáculo à apreensão da natureza real da linguagem como código ideológico ou vivencial. Por isso, ele desenvolve sua concepção de linguagem, a partir de uma crítica rigorosa às correntes teóricas da linguística que não permitem apreender o núcleo da realidade linguística.

Ao questionar, de um lado, as teses do objetivismo abstrato e, de outro, as do subjetivismo idealista, Bakhtin mostra a linguagem, não como um produto acabado, mas como um grande diálogo que se constitui na corrente de comunicação verbal e que acompanha a trajetória do homem no seu contexto sócio-histórico. Desse modo, a categoria básica da concepção de linguagem em Bakhtin é a interação verbal, cuja realidade fundamental é o caráter dialógico, que liga locutor e interlocutor, num processo contínuo de interlocução:

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas lingüísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico da sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua. (BAKHTIN, 1999: 123)

Entendendo a linguagem como interação social, que se realiza, muitas vezes, sob a forma de enunciados orais ou escritos, é necessário considerar, tal como Bakhtin, que cada enunciado vai refletir as condições e as finalidades das esferas de comunicação

não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua – recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais -, mas também, e sobretudo, por sua construção composicional. Estes três elementos (conteúdo temático, estilo e construção composicional) fundem-se indissolavelmente no *todo* do enunciado, e todos eles são

marcados pela especificidade de uma esfera de comunicação. Qualquer enunciado considerado isoladamente é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, sendo isso que denominamos *gêneros do discurso*. (BAKHTIN, 2000: 279)

Ao tratar do enunciado como “unidade real da comunicação verbal”, Bakhtin aponta três elementos responsáveis pela constituição dos gêneros: o conteúdo temático, o estilo e a construção composicional.

O primeiro elemento, o conteúdo temático, designa aquilo de que se fala no enunciado, sendo necessariamente veiculado por certa “construção composicional” e realizando-se linguisticamente de acordo com o “estilo” do locutor. Conforme Bakhtin, o tratamento exaustivo desse conteúdo temático varia de acordo com a esfera de comunicação verbal: pode ser quase total em uma esfera e relativo em outra, devendo haver sempre um mínimo de acabamento como forma de provocar, no dizer de Bakhtin, uma *atitude responsiva* do interlocutor. (Cf. BAKHTIN, 2000: 299-300)

Já o segundo elemento, o estilo, remete a questões de seleção: recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais, os quais auxiliam na identificação do escopo intencional do locutor. Uma ampliação do conceito de escopo intencional é o que Bakhtin chama de “intuito discursivo” ou “querer-dizer” do locutor. Esse intuito determina a amplitude e as fronteiras do enunciado e forma uma unidade indissolúvel com o tema, vinculando-se a uma

situação concreta (única) de comunicação verbal, marcada pelas circunstâncias individuais, pelos parceiros individualizados e suas intervenções anteriores: seus enunciados. É por isso que os parceiros diretamente implicados numa comunicação, conhecedores da situação e dos enunciados anteriores, captam com facilidade e prontidão o *intuito discursivo*, o querer-dizer do locutor, e, às primeiras palavras do discurso, percebem o *todo* de um enunciado em processo de desenvolvimento. (BAKHTIN, 2000: 300)

É preciso estar, portanto, diretamente implicado numa comunicação, conhecer a situação e os enunciados anteriores para captar tal intuito.

Não é difícil entender que o enunciado, em qualquer esfera

de comunicação, por ser individual, reflete a individualidade do locutor e, assim, apresenta um estilo individual. Há gêneros – como os literários – de cujo empreendimento enunciativo esse estilo individual faz parte. Mas também há os que são menos propensos a refletir tal individualidade, por possuírem estrutura mais rígida, como, por exemplo, os documentos oficiais. E embora existam gêneros assim, é fato que o estilo linguístico ou funcional, que Bakhtin (2000: 283) determina como “o estilo de um gênero peculiar a uma dada esfera da atividade e da comunicação humana”, apresenta um vínculo indissolúvel com o enunciado. Para Bakhtin, esse estilo vincula-se

a unidades temáticas determinadas e, o que é particularmente importante, a unidades composicionais: tipo de estruturação e de conclusão de um todo, tipo de relação entre o locutor e os outros parceiros da comunicação verbal (relação com o ouvinte, ou com o leitor, com o interlocutor, com o discurso do outro, etc.). O estilo entra como elemento na unidade de gênero de um enunciado. (BAKHTIN, 2000: 284)

Por fim, a construção composicional, terceiro elemento responsável pela constituição de um gênero, designa a maneira como conteúdo e estilo são organizados para dar forma ao texto. As formas típicas de estruturação do gênero são determinadas de acordo com a especificidade de uma dada esfera de comunicação verbal, com a necessidade de uma temática e com o intuito discursivo do locutor que, sem renunciar à sua subjetividade, vai adaptar-se e ajustar-se ao gênero.

Levando em conta a multiplicidade dos gêneros do discurso, consideramos importante a distinção que Bakhtin faz entre gêneros primários e gêneros secundários. Para o autor, os gêneros primários (simples) surgem em situações de comunicação espontâneas, enquanto os secundários (complexos) se constituem em uma situação de comunicação mais complexa, mormente escrita, e, no processo de sua formação, podem absorver e transmutar os gêneros primários.

Para exemplificar, o autor cita o romance, o teatro, o discurso científico, o discurso ideológico como gêneros secundários e a réplica do diálogo cotidiano ou a carta pessoal como gêneros primários que podem ser, inclusive, componentes dos gêneros secundários. Segundo ele:

inseridas no romance, a réplica do diálogo cotidiano ou a carta, conservando sua forma e seu significado cotidiano apenas no plano do conteúdo do romance, só se integram à realidade existente através do romance considerado como um todo, ou seja, do romance concebido como fenômeno da vida literário-artística e não da vida cotidiana. (BAKHTIN, 2000: 281)

Bakhtin considera a importância teórica dessa distinção entre gêneros primários e secundários, tendo em vista a necessidade de se elucidar a natureza do enunciado. Para ele,

aprendemos a moldar nossa fala às formas do gênero e, ao ouvir a fala do outro, sabemos logo, bem nas primeiras palavras, pressentir-lhe o gênero, adivinhar-lhe o volume (a extensão aproximada do todo discursivo), a dada estrutura composicional usada, prever-lhe o fim, ou seja, desde o início, somos sensíveis ao todo discursivo (...) Se não existissem os gêneros de discurso e se não os dominássemos, se tivéssemos de criá-los pela primeira vez no processo da fala, se tivéssemos de construir cada um de nossos enunciados, a comunicação verbal seria quase impossível. (BAKHTIN, 2000: 302)

2.3. Dos gêneros textuais aos modos de organização do discurso: contribuições de Marcuschi e Charaudeau

Para se referir ao que Bakhtin chamou de *gêneros do discurso*, Marcuschi (2002) utiliza a expressão *gêneros textuais*. De acordo com ele, os gêneros textuais não se caracterizam nem se definem por aspectos formais, sejam eles estruturais ou linguísticos, mas sim por aspectos sociocomunicativos e funcionais: “Quando dominamos um gênero textual, não dominamos uma forma lingüística e sim uma forma de realizar lingüisticamente objetivos específicos em situações sociais particulares”. (MARCUSCHI, 2002: 29).

Então, se temos um número ilimitado de práticas sociais, relacionadas, inclusive, ao uso das novas tecnologias, também teremos uma variedade muito grande de gêneros textuais: carta (pessoal, comercial, etc.), manual, entrevista, bula de remédio, entre outros.

É bem verdade que novos gêneros vão surgindo na medida em que a sociedade vai-se-modificando e assim vai-se-intensificando o uso das modernas tecnologias nas atividades comunicativas cotidianas. A

internet, por exemplo - que abriga os *chats*, os *blogs*, as videoconferências, só para citar alguns - propiciou o surgimento de novos gêneros textuais nos últimos anos.

A dinamicidade dos gêneros textuais é um aspecto considerado por Marcuschi que, além de ratificar seu caráter sócio-histórico e a sua variabilidade, também revela a impossibilidade de se fazer uma lista fechada para eles:

Os gêneros textuais são dinâmicos, de complexidade variável e não sabemos ao certo se é possível contá-los todos, pois como são sócio-históricos e variáveis, não há como fazer uma lista fechada, o que dificulta ainda mais sua classificação. Por isso é muito difícil fazer uma classificação de gêneros. Aliás, quanto a isso, hoje não é mais uma preocupação dos estudiosos fazer tipologias. A tendência hoje é explicar como eles se constituem e circulam socialmente. (MARCUSCHI, 2008: 159)

Marcuschi também procura deixar claros os conceitos de gêneros e tipos textuais. Para ele, enquanto a nomeação dos gêneros funda-se em critérios externos (função, estilo, conteúdo, composição e canal), os tipos textuais são definidos por seus traços linguísticos predominantes, ou seja, por critérios internos.

De acordo com o linguista (2008: 154), referimo-nos a tipo textual para designar “uma espécie de construção teórica {em geral uma sequência subjacente aos textos} definida pela natureza linguística de sua composição {aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas, estilo}”, predominando a identificação de sequências linguísticas típicas como norteadoras das categorias conhecidas como *narração*, *argumentação*, *exposição*, *descrição* e *injunção*, e a gêneros para designar “os textos materializados em situações comunicativas recorrentes”, não havendo possibilidade de tratar o gênero independentemente de sua realidade social e de sua relação com as atividades humanas. (MARCUSCHI, 2008: 155)

Porém, longe de anunciar uma dicotomia entre gêneros e tipos, o linguista pretende chamar a atenção para esses aspectos do funcionamento da linguagem em situações de comunicação da vida diária. Para ele,

não há uma dicotomia entre gênero e tipo. Trata-se de uma relação de complementaridade. Ambos co-existem e não são dicotômicos. Todos os textos realizam um gênero e todos os gêneros realizam sequências tipológicas diversificadas. Por isso mesmo, os gêneros são em geral tipologicamente heterogêneos. (MARCUSCHI, 2008: 160)

Dessa maneira, os gêneros podem apresentar sequências típicas de categorias variadas, realizando dois ou mais tipos de textos. É isso que Marcuschi denomina *heterogeneidade tipológica do gênero*. Nomeando-se, pois, um certo texto como “narrativo”, “expositivo” ou “argumentativo”, estaremos nos referindo ao predomínio de uma espécie de sequência de base.

Enquanto os textos narrativos compreendem sequências indicativas de ações e acontecimentos (acompanhados de indicação de circunstância de tempo e lugar), os textos descritivos realizam-se por sequências com verbos de existência ou de localização no espaço, acompanhados de caracterização ou de indicação circunstancial. Os textos expositivos, por sua vez, apresentam o predomínio de sequências de identificação e explicação analítica e os argumentativos se dão pela presença de sequências de comentário e avaliação de asseverações conceituais. Por fim, os textos injuntivos apresentam o predomínio de sequências imperativas.

Marcuschi também apresenta mais uma noção: a de *domínio discursivo*, uma instância de produção discursiva ou das grandes esferas da atividade humana. Tais domínios não são textos, mas propiciam o surgimento de discursos bastante específicos. Segundo tal concepção, destacam-se o discurso jornalístico, o religioso, o jurídico, entre outros, visto que as atividades jornalística, religiosa ou jurídica não abarcam um gênero específico, mas dão origem a vários deles. No âmbito do discurso jornalístico, por exemplo, temos reportagens, notícias, classificados, entrevistas, dentre outros.

Assim, o gênero “entrevista”, nosso objeto de estudo, pertence ao domínio do discurso jornalístico e apresenta-se tipologicamente variado, contendo predominantemente sequências de base expositiva e argumentativa.

Paralelamente a essa discussão sobre gêneros, há também uma outra muito importante: a de suporte textual. Segundo Marcuschi (2008: 174), ainda não há estudos sistemáticos sobre o suporte dos gêneros textuais, mas essa é uma questão que precisa ser debatida, uma vez que, sendo o “*locus* físico ou virtual, com formato específico que serve de base ou ambiente de fixação do gênero materializado como texto”, o suporte é extremamente necessário a que o gênero circule socialmente.

De certa maneira, o gênero é sempre identificado na relação com o suporte. Porém, como bem observa Marcuschi, não se deve confundir suporte com o contexto, com o canal em si, nem com o serviço prestado. Nesse sentido, ele procura distinguir suporte de serviço. Para isso, estabelece uma primeira distinção entre suportes convencionais e suportes incidentais.

O linguista coloca, entre os suportes convencionais, o livro (didático ou não), o jornal (diário), a revista (semanal ou mensal), a revista científica (boletins e anais), o rádio, a televisão, o telefone, um quadro de avisos, o *outdoor*, o encarte, o folder, os luminosos ou as faixas, e entre os incidentais, as embalagens, os para-choques ou para-lamas dos caminhões, as roupas, o corpo humano, as paredes, os muros, as paradas de ônibus, as calçadas, as fachadas, ou então, as janelas dos ônibus. Por outro lado, os correios, os *e-mails*, a mala direta, a *internet*, a *homepage*, e o *site* são identificados como serviços em função da atividade comunicativa.

Considerando, pois, que os textos manifestam-se sempre num ou noutro gênero textual, que exige uma superfície física, em formato específico, para fixar e mostrar um texto, é inequívoca a importância de se levar em conta essa categoria (gênero textual) na análise. Os gêneros, eventos textuais de forma maleável, ajudam a organizar e a facilitar as atividades comunicativas do dia-a-dia, pois possuem a função de assegurar a comunicação.

Diante de uma pintura ou de palavras escritas em portadores de textos reconhecidos socialmente (placas, cartazes, jornais, revistas, livros, etc), partimos do pressuposto de que quem as produziu pretende que elas sejam um texto e produzam um discurso. Esperamos, por exemplo, que as palavras estampadas em um *outdoor* contenham uma mensagem escrita

para atingir um grande público. Diante de uma entrevista, temos a expectativa de que as respostas sejam coerentes e que se refiram, realmente, às preferências e à visão de mundo do entrevistado. É o esperado que facilite o caminho da compreensão.

Assim, quanto mais conhecimentos sobre os gêneros textuais os sujeitos da enunciação partilharem, maiores serão as chances de eficácia no processo comunicativo.

Em se tratando de gêneros, a proposta de Charaudeau, tal como as anteriores, conserva a designação para *gênero*, no entanto, confere sentido diferente para *tipologia*, que está mais próxima da concepção de Marcuschi para *domínios discursivos*.

Charaudeau leva em conta dois critérios para conceituar *tipo*: um estritamente textual (referente à estrutura do texto) e um situacional (referente à situação em que o texto é produzido e interpretado). Um *tipo jornalístico*, por exemplo, abrangeria os *gêneros notícia, editorial, crônica, etc.* De acordo com o teórico francês, os gêneros estariam abrigados num dos tipos textuais, ou seja, seriam subcategorias dos tipos.

O que distingue a proposta de Charaudeau das demais é a classificação em *modos de organização do discurso*, os quais reúnem os procedimentos da *mise en scène* do ato comunicativo, relacionados à característica estrutural do texto em função dos objetivos de seus interlocutores. São quatro os modos de organização do discurso:

- a) modo narrativo, cujo objetivo é contar, relatar;
- b) modo descritivo, cujo objetivo é descrever;
- c) modo argumentativo, cujo objetivo é argumentar;
- d) modo enunciativo, cujo objetivo é gerenciar os outros modos.

Como o conceito de modo de organização enunciativo se aplica ao *corpora* desta pesquisa, deter-nos-emos nesse aspecto.

3. O MODO DE ORGANIZAÇÃO ENUNCIATIVO

Dentre os modos de organização do discurso, o modo enunciativo revela a maneira como os protagonistas – e não os seres sociais, com existência real – agem na *mise en scène* do ato de comunicação. Enfatizaremos, aqui, tal modo de organização do discurso, já que ele marca a posição do locutor em relação ao interlocutor, em relação ao dito e também em relação a outros discursos.

De acordo com Charaudeau (2008: 82), são funções do modo enunciativo: “Estabelecer uma *relação de influência* entre locutor e interlocutor num comportamento ALOCUTIVO; revelar o *ponto de vista* do locutor, num comportamento ELOCUTIVO; *retomar* a fala de um terceiro, num comportamento DELOCUTIVO”.

3.1. A relação de influência do locutor sobre o interlocutor ou “comportamento alocutivo”

O locutor enuncia sua posição em relação ao interlocutor, a partir do momento em que age sobre ele (ponto de vista *acional*), implicando-lhe um comportamento. Assim, o interlocutor é solicitado, pelo ato de linguagem do locutor, a apresentar uma determinada reação: responder ou reagir (*relação de influência*).

No instante da enunciação, o sujeito falante também atribui a si e ao interlocutor “papéis languageiros” de dois tipos:

- a) o papel de controle, de força, do locutor sobre o interlocutor, que ocorre quando o sujeito falante se auto-concede esse papel, impondo ao interlocutor um fazer/fazer ou um fazer/dizer. Neste caso, conforme Charaudeau (2008: 82), a “*imposição* do locutor sobre o interlocutor estabelece entre ambos uma *relação de força*.”.
- b) o papel oposto, já que o sujeito falante pode-se colocar numa posição de inferioridade em relação ao

interlocutor, a partir do momento em que mostra ter necessidade do “saber” e do “poder fazer” do interlocutor. Neste caso, é produzida “uma *solicitação* do locutor ao interlocutor, o que estabelece entre ambos uma *relação de petição*.” (*op. cit.*: 82).

3.2. A relação do locutor consigo mesmo ou “comportamento elocutivo”

O locutor enuncia sua posição em relação ao mundo (propósito referencial) sem implicar, nessa tomada de posição, o interlocutor. Resulta, assim, uma enunciação cujo efeito é a modalização subjetiva da verdade do propósito enunciado, revelando o ponto de vista interno do locutor.

Conforme Charaudeau, tal ponto de vista pode ser especificado da seguinte forma:

- Ponto de vista do *modo de saber*, que especifica de que maneira o locutor *tem conhecimento* de um Propósito. Corresponde às modalidades de ‘Constatação’ e de ‘Saber/Ignorância’.
- Ponto de vista de *avaliação*, que especifica de que maneira o sujeito *julga* o Propósito enunciado. Corresponde às modalidades de ‘Opinião’ e de ‘Apreciação’.
- Ponto de vista de *motivação*, que especifica a *razão* pela qual o sujeito é levado a realizar o conteúdo do Propósito referencial. Corresponde às modalidades de ‘Obrigação’, ‘Possibilidade’ e ‘Querer’.
- Ponto de vista de *engajamento*, que especifica o grau de *adesão* ao Propósito. Corresponde às modalidades de ‘Promessa’, ‘Aceitação/Recusa’, ‘Acordo/Desacordo’, ‘Declaração’.
- Ponto de vista de *decisão*, que especifica tanto o *estatuto* do locutor quanto o *tipo de decisão* que o ato de enunciação realiza. Corresponde à modalidade de ‘Proclamação’. (CHARAUDEAU, 2008: 83)

3.3. A relação do locutor com um terceiro ou “comportamento delocutivo”

O locutor *se apaga* do ato de enunciação e também não implica o interlocutor. Ele mostra a maneira pela qual os discursos do mundo

(o outro, o terceiro) a ele se impõem. Daí resulta uma enunciação com aparência de objetividade (no sentido de “desligada da subjetividade do locutor”) que deixa aparecer no palco do ato de comunicação ditos e textos não pertencentes ao locutor.

Conforme Charaudeau, há, neste caso, duas possibilidades:

- *O Propósito se impõe por si só.* O locutor diz ‘como o mundo existe’ relacionando-o a seu modo e grau de *asserção*. É o caso das modalidades de ‘Evidência’, ‘Probabilidade’, etc.
- *O Propósito é um texto* já produzido por outro locutor, e o sujeito falante atua apenas como um *relator* (que, como sabemos, pode ser mais ou menos objetivo). Ele relata ‘o que o outro diz e como o outro diz’. É o caso das diferentes formas do ‘Discurso relatado’. (CHARAUDEAU, 2008: 83)

Como podemos observar, a enunciação constitui um fenômeno complexo que evidencia a maneira como o sujeito falante se “apropria” da linguagem e, assim, é levado a situar-se em relação ao seu interlocutor, ao que ele mesmo diz e ao mundo que o cerca.

Portanto, não se pode confundir o modo de organização enunciativo com a modalização, que constitui apenas uma parte deste fenômeno complexo: a enunciação. A modalização torna explícitas, por meio de categorias de língua, as posições do sujeito falante nas três relações que ele estabelece: com o interlocutor, com o dito e com o mundo que o cerca. Para cada comportamento enunciativo e suas respectivas especificações, há determinadas categorias modais, tal como Charaudeau (2008: 85) apresenta no quadro a seguir:

COMPORTAMENTOS ENUNCIATIVOS	ESPECIFICAÇÕES ENUNCIATIVAS	CATEGORIAS DE LÍNGUA
<p>RELAÇÃO DE INFLUÊNCIA</p> <p>(relação do locutor ao interlocutor)</p> <p>ALOCUTIVO</p>	<p>Relação de força (locutor/interlocutor)</p> <p>+ -</p>	<p>Interpelação</p> <p>Injunção</p> <p>Autorização</p> <p>Aviso</p> <p>Julgamento</p> <p>Sugestão</p> <p>Proposta</p>
	<p>Relação de pedido (locutor/interlocutor)</p> <p>- +</p>	<p>Interrogação</p> <p>Petição</p>
<p>PONTO DE VISTA SOBRE O MUNDO</p> <p>(relação do locutor consigo mesmo)</p> <p>ELOCUTIVO</p>	<p>Modo de saber</p>	<p>Constatação</p> <p>Saber/ignorância</p>
	<p>Avaliação</p>	<p>Opinião</p> <p>Apreciação</p>
	<p>Motivação</p>	<p>Obrigação</p> <p>Possibilidade</p> <p>Querer</p>
	<p>Engajamento</p>	<p>Promessa</p>

		Aceitação/recusa Acordo/desacordo Declaração
	Decisão	Proclamação
APAGAMENTO DO PUNTO DE VISTA	como o mundo se impõe	Asserção
(relação do locutor com um terceiro)	como outro fala	Discurso relatado
DELOCUTIVO		

(CHARAUDEAU, 2008: 85)

Em suma:

São modalidades do ato alocutivo: interpelação, injunção, autorização, aviso, julgamento, sugestão, proposta, interrogação, petição.

Constituem modalidades do ato elocutivo: constatação, saber/ignorância, opinião, apreciação, obrigação, possibilidade, querer, promessa, aceitação/recusa, acordo/desacordo, declaração, proclamação.

Por fim, são modalidades do ato delocutivo: asserção e discurso relatado.

Deter-nos-emos nas modalidades alocutivas, já que se trata de um procedimento linguístico cujo conceito será aplicado, com maior recorrência, ao *corpora* deste trabalho.

3.4. Modalidades alocutivas

Trata-se de modalidades que, conforme mencionamos, envolvem locutor e interlocutor e explicitam o modo como o locutor impõe um propósito ao interlocutor.

Na categoria modal da *interpelação*, o locutor apresenta, em seu enunciado, a identidade de uma pessoa, destacando-a dentre um conjunto de interlocutores possíveis por meio de um termo mais ou menos específico; espera que o interlocutor se reconheça nessa identificação e, assim, reaja à interpelação; atribui a si mesmo um *status* que o torna capaz de interpelar o outro. O interlocutor, por sua vez, precisa manifestar sua presença ou se fazer reconhecer ao chamado que o identifica.

Na categoria modal da *injunção*, o locutor apresenta, em seu enunciado, uma ação a ser realizada (“a dizer” ou “a fazer”) e, atribuindo a si mesmo um *status* de poder, impõe tal ação ao interlocutor para que este a execute. Já o interlocutor é considerado capaz de realizar tal injunção (“poder fazer”) e, portanto, precisa se submeter à obrigação de “fazer” (ou de “dizer”) que ele recebe, não tendo outra alternativa, sob pena de receber uma sanção em caso de recusa.

Essa categoria modal apresenta uma variante: a *proibição*, que tem as mesmas características gerais da injunção, no entanto, ao interlocutor é imposta uma ação que não deve ser executada.

Na categoria modal da *autorização*, o locutor apresenta, em seu enunciado, uma ação a ser realizada (“a dizer” ou “a fazer”); sabe ou presume que o interlocutor queira executar uma ação e, atribuindo a si mesmo o *status* de poder julgar, avalia seu interlocutor como apto a executar tal ação, concedendo-lhe então o direito de fazê-lo. O interlocutor, por sua vez, é considerado como o que detém um “querer fazer”; obtém o “direito de fazer” e pode utilizar ou não esse direito.

Na categoria modal do *aviso*, o locutor apresenta, em seu enunciado, uma ação a ser realizada por ele mesmo. Tal ação pode estar associada a uma condição. Além disso, ele sabe ou presume que o interlocutor não conhece (ou não quer conhecer) a intenção dele (locutor) e que a declaração de sua intenção constitui uma maneira de prevenir o

interlocutor contra qualquer risco. Já o interlocutor é considerado como aquele que não conhece a intenção do locutor, no entanto, detém uma informação que deveria garantir-lhe a prevenção contra um risco.

Na categoria modal do *juízo*, o locutor apresenta, em seu enunciado, uma ação realizada e atribui ao interlocutor a responsabilidade desse ato (“de dizer” ou “de fazer”). Além disso, julga tal ato como bom ou mau, atribuindo a si mesmo a autoridade moral daquele que pode emitir um julgamento, e manifesta sua aprovação ou reprovação, de modo a qualificar o interlocutor. Já o interlocutor é apresentado como o responsável pela realização de um determinado ato e, por isso, é qualificado pelo julgamento do locutor.

Na categoria modal da *sugestão*, o locutor apresenta, em seu enunciado, uma ação a ser realizada ou a não ser realizada e, atribuindo a si mesmo um *status* de saber, já que conhece (ou supõe conhecer) a situação desfavorável do interlocutor, propõe a ele a execução de uma ação como forma de melhorar tal situação. Para isso, age como se estivesse no lugar do interlocutor. O interlocutor, por sua vez, envolvido em uma situação desfavorável, recebe uma “proposta de fazer”, a fim de melhorar sua situação. No entanto, tem a liberdade de aderir ou não à proposta.

Na categoria modal da *proposta*, o locutor apresenta, em seu enunciado, uma ação a ser realizada por ele mesmo, em benefício do interlocutor; ou uma ação a ser realizada em conjunto com o interlocutor, em benefício de ambos. Para isso, atribui a si mesmo um *status* de “poder fazer”. No entanto, o resultado depende da aceitação do interlocutor. Já o interlocutor constitui o beneficiário ou co-beneficiário de uma “proposta de fazer” e pode aceitar ou rejeitar tal proposta.

Na categoria modal da *interrogação*, o locutor apresenta, em seu enunciado, uma informação a ser adquirida e, conferindo a si mesmo o direito de perguntar, questiona o interlocutor, impondo a ele o papel de “interrogado” e revelando, dessa forma, não conhecer o objeto da sua pergunta. Já o interlocutor é considerado competente para dar uma resposta e, assim, vê-se obrigado a responder algo. No entanto, admitir que não sabe responder não faz resultar uma sanção.

Na categoria modal da *petição*, o locutor apresenta, em seu

enunciado, uma ação a ser realizada e, vendo-se em situação desfavorável e impotente para modificar tal situação, solicita insistentemente que o interlocutor realize tal ação, a fim de melhorar a situação dele (locutor). Já o interlocutor constitui aquele que tem capacidade de realizar a ação solicitada pelo locutor, mas, por diversas razões, não está determinado a, de forma espontânea, cumprir tal função.

Como podemos observar, nas categorias modais de “interrogação” e “petição”, a posição do locutor em relação ao interlocutor é de inferioridade, já que configuram uma *relação de pedido: pedido para dizer e pedido para fazer*, respectivamente. Por outro lado, nas categorias modais de “interpelação”, “injunção”, “autorização”, “aviso”, “julgamento”, “sugestão” e “proposta”, a posição do locutor em relação ao interlocutor é de superioridade, uma vez que configuram uma *relação de força*.

Para bem observarmos como essas categorias modais apresentam-se no gênero “entrevista”, cumpre-nos, agora, destacar a importância do estudo do gênero entrevista dentro de uma perspectiva teórica que a considere como uma forma de interação verbal, prática social executada por dois interlocutores (entrevistador e entrevistado), tendo em vista coerções dos campos de conhecimento nos quais ela se realiza e que norteiam a forma de realização.

4. PROJETO DE FALA: A ENTREVISTA

As origens¹ da entrevista remontam a 1836, quando o fundador do jornal norte-americano *New York Herald*, James Gordon Bennett, investigando a morte de uma prostituta, Ellen Jewett, publica uma entrevista com a proprietária do prostíbulo no qual ocorrera o assassinato. Os norte-americanos consideram esta a primeira entrevista pergunta-resposta publicada na imprensa.

Como podemos observar, a partir da atividade centrada na interação entre o jornalista norte-americano e a proprietária, a entrevista funciona, desde sua gênese, como uma técnica de interação social, de interpenetração informativa, que quebra o isolamento entre grupos, podendo servir também à pluralização de vozes e à distribuição democrática da informação. (Cf. MEDINA, 1986: 7)

Considerando, pois, a importância de se identificar essa forma de interação verbal, trataremos, agora, da caracterização da entrevista como atividade conversacional (distinta, no entanto, da conversa espontânea) e como forma de apresentação do discurso jornalístico na materialidade impressa da revista *Isto é*, com o objetivo de verificar as especificidades de uma prática profissional centrada no diálogo entre jornalista e fonte(s), aqui denominados entrevistador e entrevistado, para a obtenção de informações.

4.1. A entrevista como texto conversacional

A necessidade de se comunicar é intrínseca ao homem, que vive em permanente interação com a realidade que o cerca e com os outros seres humanos, dividindo sua visão de mundo e trocando experiências por

¹ Informações disponíveis no site (<http://www.redealcar.jornalismo.ufsc.br/cd/grupos%20de%20trabalho%20de%20historia%20da%20midia/historia%20dos%20jornalismo/trabalhos_selecionados/thais_mendonca.doc> acesso em 20/08/2007). Trabalho apresentado por Thais Mendonça, no II Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho.

meio da linguagem.

De acordo com Marcuschi (1999: 14), “a conversação é a primeira das formas de linguagem a que estamos expostos e provavelmente a única da qual nunca abdicamos vida afora”. Ela sempre resulta de uma atividade interpessoal entre pelo menos dois indivíduos, num determinado contexto situacional.

A necessidade de conhecimentos comuns entre duas pessoas, entre eles a aptidão linguística, o envolvimento cultural e o domínio de situações sociais são fatores importantes, segundo Marcuschi, para que se produza e se sustente uma conversação. O autor aponta cinco características básicas, constitutivas da atividade conversacional:

- (a) interação entre pelo menos dois falantes;
- (b) ocorrência de pelo menos uma troca de falantes;
- (c) presença de uma seqüência de ações coordenadas;
- (d) execução numa identidade temporal;
- (e) envolvimento numa interação centrada. (MARCUSCHI, 1999: 15)

Essas características nos levam a considerar, tal como Gomes (1995), que as entrevistas são, de modo geral, uma forma de conversação, pois são interações verbais, que ocorrem durante um determinado espaço de tempo, tendo como personagens entrevistador(es) e entrevistado(s), que se empenham no mesmo tema da interação e alternam os turnos com perguntas e respostas.

Para além disso, todavia, a entrevista apresenta especificidades que a separam dos demais textos conversacionais produzidos nas relações cotidianas, já que é uma conversação na qual o entrevistador tem como objetivo a apuração dos fatos sob o ponto de vista do entrevistado.

Um primeiro aspecto que distingue a entrevista dos demais textos conversacionais é o fato de constituir um processo de interação que se constrói com marcas do empenho dos participantes na negociação da significação. Uma negociação em que se tem em vista o outro e também a audiência. Tal processo interacional não pode, portanto, ser avaliado como um simples ato de produzir enunciados a um falante da mesma língua, e sim como uma forma de organizar a fala para compreender e se fazer

compreender. Dessa maneira, não podemos falar em caracterização do evento interacional sem levar em conta as particularidades do modo de presença dos seus participantes e do modo de relação que os interdefine em função do quadro situacional.

No caso da entrevista, os interlocutores (entrevistador e entrevistado) não apenas pretendem trocar informações ou expressar suas ideias e opiniões, mas também constroem conjuntamente o texto, procurando atuar sobre o outro e sobre o leitor – trata-se da circulação do dizer na sociedade. De fato, uma característica específica das entrevistas da mídia, oral e escrita, é que, além do entrevistador e do entrevistado como participantes principais, há também a audiência (os leitores, no caso específico da entrevista sob análise) que está sempre presente para os entrevistadores e entrevistados. Assim, tanto as perguntas como as respostas são formuladas com uma audiência específica em mente.

Observamos, então, que o quadro participativo numa entrevista é complexo, na medida em que envolve mais de duas presenças físicas, o que interfere diretamente no processo interacional, já que a fala dos interlocutores incluirá outros destinatários, além deles mesmos. Sobre o processo interacional, afirma Brait:

A abordagem interacional de um texto permite verificar as relações interpessoais, intersubjetivas, veiculadas pela maneira como o evento conversacional está organizado. Isso significa observar no texto verbal não apenas o que está dito, o que está explícito, mas também as formas dessa maneira de dizer que, juntamente com outros recursos, tais como entonação, gestualidade, expressão facial etc., permitem uma leitura dos pressupostos, dos elementos que, mesmo estando implícitos se revelam e mostram a interação como um jogo de subjetividades, um jogo de representações em que o conhecimento se dá através de um processo de negociação, de trocas, de normas partilhadas, de concessões. (BRAIT, 1999: 194)

Esse jogo intersubjetivo de que trata Brait nem sempre será sinônimo de cumplicidade, negociação e cooperação, mas também pode significar um certo jogo de poder que se estabelece durante o intercurso verbal.

Há entrevistas, por exemplo, em que os interlocutores estão preocupados, sobretudo, em interagir com o “destinatário-público”. Neste

caso, percebemos um duplo papel, em que entrevistador e entrevistado “são cúmplices, no que diz respeito à comunicação e oponentes, quanto à conquista desse mesmo público” (FÁVERO; ANDRADE, 1999: 157).

Outro aspecto a ser considerado na caracterização da entrevista como texto conversacional distinto das conversações cotidianas leva em conta o planejamento textual. Inúmeras pesquisas têm mostrado que a produção de um texto escrito acontece em duas etapas separadas no eixo temporal: a etapa da atividade mental (elaboração) e a da prática linguística efetiva (produção), ao passo que, na produção do texto falado, a tarefa cognitiva e a verbal acontecem quase que conjuntamente, no próprio momento da interação.

Em consequência do intervalo temporal existente entre a elaboração e a produção, podemos afirmar que, entre o texto escrito e o texto falado, há graus de planejamento: enquanto o texto escrito, normalmente, é planejado previamente, o texto falado admite um planejamento local, acionado no decorrer da própria produção.

Como aponta acertadamente Barros, a escrita é planejada

tanto do ponto de vista temático (escolha dos assuntos a serem tratados) quanto lingüístico-discursivo. A fala tem certo planejamento temático, isto é, de escolha de tópico para que a conversação se desenvolva, mas a maior parte das escolhas temáticas e lingüísticas se faz durante a conversa. É a questão do tempo também que dá à escrita a possibilidade de reelaborar seu texto sem deixar marcas – revê-se o que se escreveu, volta-se atrás, apagam-se os erros e hesitações, evitam-se as repetições -, e de apresentá-lo como algo acabado. A fala, ao contrário, expõe as marcas deixadas pela formulação e pelas reelaborações. (BARROS, 2000: 60)

A produção de uma entrevista conta com três momentos distintos: o da preparação da pauta, o da entrevista propriamente dita e o da edição.

Quanto ao planejamento da entrevista, devemos observar que esse planejamento existe tanto da parte do entrevistador como, em certos casos, da parte do entrevistado. Isso torna possível diminuir as marcas de formulação e reformulação textual, uma vez que os participantes possuem mais tempo de elaboração, o que ocorre com menos frequência em textos de conversação espontânea.

Com relação ao momento da edição, Fávero e Andrade afirmam:

Por sua vez, a edição da entrevista traz à tona um outro interlocutor que também participa da produção final do texto e cuja marca se faz notar juntamente com as dos demais participantes (entrevistador, entrevistado, audiência). No momento da edição, a entrevista pode passar da linguagem oral para a escrita, como ocorre em jornais e revistas, ou manter-se oral, como na televisão ou no rádio. (FÁVERO; ANDRADE, 1999: 164)

Trata-se, portanto, do editor que também vai interferir na produção do texto final. Assim, quando a entrevista passa de “fala” à “escrita”, apesar de conservar sua forma dialogada, às vezes perde as características da fala, pois o produto final oculta os apagamentos na materialidade textual; às vezes conserva essas características, porque apresenta marcas relacionadas à situação de interação.

Além desses aspectos, há que se considerar, sobretudo, o fato de a entrevista constituir um discurso de interação assimétrica². Nela, cada interlocutor possui uma função distinta: o entrevistador seleciona o tópico³ discursivo e direciona a conversação, enquanto o entrevistado mantém o turno⁴ por mais tempo.

Em relação a isso, Gavazzi (1998: 19) frisa que o entrevistador deve “manipular as perguntas, tentando recobrir satisfatoriamente um tema, construindo uma espinha dorsal exploratória, não permitindo, de modo geral, que o entrevistado realize grandes digressões.” A autora também atribui um papel ao entrevistado que deverá estruturar adequadamente a sua resposta, manifestando clareza e informatividade. Em

² A respeito de simetria/assimetria, assim distingue Marcuschi (1999:16): (a) diálogos assimétricos: em que um dos participantes tem o direito de iniciar, orientar, dirigir e concluir a interação e exercer pressão sobre o(s) outro(s) participante(s). (b) diálogos simétricos: em que os vários participantes têm supostamente o mesmo direito de iniciar, orientar, dirigir e concluir a interação e exercer pressão sobre o(s) outro(s) participante(s).

³ De acordo com Fávero (1999: 38), tópico discursivo “pode ser entendido como ‘aquilo acerca do que se está falando’ (BROWN; YULE, 1983: 73). Ele é antes de tudo uma questão de conteúdo, estando na dependência de um processo colaborativo que envolve os participantes do ato interacional.”

⁴ Galembeck (1999: 60), entendendo que a conversação tem como característica central a alternância nos papéis de falante e ouvinte, propõe-se a investigar as formas de participação de cada interlocutor e dos procedimentos pelos quais ocorre a troca de falantes. Assim, conceitua o turno como “qualquer intervenção dos interlocutores (participantes do diálogo), de qualquer extensão”.

síntese, o entrevistador constitui-se em sujeito que quer saber e, para obter esse conhecimento, procura fazer o entrevistado falar. Todo esse conjunto determina o conceito de assimetria interacional no texto que constitui a entrevista.

Na visão de Fávero, o objetivo da entrevista é

o interrelacionamento humano, mas os direitos dos participantes não são os mesmos, pois o entrevistador faz perguntas e oferece, em seguida, o turno ao entrevistado. Na verdade, as relações de poder entre eles deixa-os em diferentes condições de participação no diálogo, havendo um direcionamento maior ou menor da interação. (FÁVERO, 2000: 79)

Nas entrevistas, as formulações do entrevistador, normalmente, são representadas por perguntas, cujo objetivo é introduzir ou continuar um tópico discursivo; redirecionar ou mudar esse tópico; formular um pedido de informação, confirmação, esclarecimento ou uma pergunta retórica. É indiscutível, portanto, a importância que o par dialógico pergunta-resposta (P-R) assume na organização do texto da entrevista, podendo consolidar ou, até mesmo, alterar as relações entre os participantes da interação.

Marcuschi (1999: 37-8) considera o par *pergunta-resposta* como uma das sequências conversacionais mais comuns e distingue, na literatura sobre as P-R, dois tipos de P: “(a) do tipo sim-não e (b) sobre algo. Também é comum referir-se a elas como P fechadas *versus* P abertas. Uma das características das P abertas ou informativas é realizarem-se com algum marcador do tipo: quem? qual? como? onde? quando? etc. As do tipo sim-não podem restringir as alternativas de R, mas não impedem R com variações notáveis”.

Fávero (2000: 87) examina entrevistas considerando a função e natureza das perguntas. Quanto à função, a autora identifica os seguintes aspectos: introdução de tópico (o entrevistador poderá usar uma P), continuidade de tópico (o par P-R pode ser usado para dar prosseguimento ao tópico), redirecionamento do tópico (o interlocutor pode redirecionar o tópico com uma P, reintroduzindo o tópico original) e mudança de tópico (ocorreria por um esgotamento do tópico anterior).

Quanto à natureza das perguntas, a autora identifica a

grande incidência de P como forma de pedido de informação, com respostas que se limitam à informação pedida ou P elaboradas como uma forma de sugestão para desenvolvimento do tópico. Dessa maneira, R não se restringiria à P. Haveria também P como pedido de confirmação, uma forma de fazer com que o entrevistado sustente a informação dada. O pedido de esclarecimento ocorreria quando o interlocutor não capta o enunciado e pede um esclarecimento de seu conteúdo. Já a pergunta retórica aconteceria quando o falante elabora P, mas já conhece R, recurso que seria usado para manter o turno ou estabelecer contato.

O conceito de assimetria esteve relacionado até então aos papéis conversacionais dos interlocutores na interação. Entretanto, tal como Barros, entendemos que esse conceito não se liga apenas às funções dos participantes na conversação, mas também aos seus papéis sociais e “pessoais”, uma vez que se pode inverter o equilíbrio da entrevista, tendo em vista a importância social do entrevistado ou suas características pessoais (Cf. BARROS, 2000: 70).

Além disso, é preciso observar que, em uma entrevista, a audiência constitui o elemento propulsor de modificações na interação entre entrevistador e entrevistado, pois a interação pode desenvolver-se em função dessa terceira parte. O que estaria em jogo, em entrevistas compostas por entrevistados do campo científico ou sociológico, tais como as que constituem o *corpora* deste trabalho, seria o reconhecimento de sua representatividade por meio de seu papel social, bem como de sua credibilidade dentro do âmbito no qual atua, situação que possibilitaria exercer de modo competente suas habilidades linguísticas.

Isso nos leva a concluir que a entrevista possui características determinantes de seu contexto de produção e tende a variar dependendo de seus objetivos. Todos esses aspectos poderão ser observados nas entrevistas que escolhemos como *corpora* para análise.

4.2. A entrevista como texto jornalístico

Focalizar a entrevista como gênero textual ligado ao domínio

jornalístico representa uma tentativa de compreender a palavra neste âmbito de organização social, tendo em vista não apenas traços das comunidades linguísticas presentes, mas também elementos situacionais e culturais, próprios do campo, que poderiam caracterizar o contexto de produção desse gênero. É possível observar elementos vinculados a práticas historicamente formuladas que poderiam fundamentar regularidades genéricas, bem como possíveis regularidades linguísticas. Será com esse objetivo que sublinharemos algumas representações do gênero “entrevista” dentro desse espaço.

Conforme já apontado no início deste capítulo, Medina (1986) define a entrevista, em suas várias aplicações, como uma técnica de interação social, de interpenetração informativa, capaz de quebrar o isolamento entre grupos e também de servir à pluralização de vozes e à distribuição democrática da informação. Para caracterizar tal gênero, ela recupera um quadro conceitual de Edgar Morin que enumera quatro diferentes tipos de entrevista: a entrevista-rito, caracterizada, por exemplo, pelos rápidos depoimentos de jogadores ao final dos jogos - as próprias palavras da entrevista-rito seriam rituais; a entrevista anedótica, definida por Morin como frívola, conversação acerca de fatos pessoais, fora de tudo que possa comprometer; a entrevista-diálogo, na qual seriam exploradas verdades importantes a respeito da vida do entrevistado ou sobre um problema; as neoconfissões, nas quais o entrevistador se apagaria diante do entrevistado, no momento em que este faria a exposição de seu interior.

Diante desse quadro conceitual, Medina agrupa as entrevistas em duas tendências: as de espetacularização e as de compreensão ou aprofundamento. A autora aponta subgêneros da primeira tendência: perfil do pitoresco em que seriam feitos retratos de figuras proeminentes do mundo das artes, do mundo político, econômico e até científico; perfil do inusitado que buscaria revelar traços excêntricos do entrevistado; perfil da condenação, utilizada, segundo a autora, pelo setor policial do jornalismo em que haveria a tentativa de um julgamento apriorístico; perfil da ironia “intelectualizada”, forma de condenação por meio da contestação irônica.

Com relação à segunda tendência (de compreensão-

aprofundamento), a autora aponta os seguintes subgêneros: entrevista conceitual, em que o entrevistador buscaria bagagem informativa, pois reconheceria a fonte como especializada (filósofo, sociólogo, cientista, economista); entrevista-enquete, em que o jornalista procuraria mais de uma fonte para depor em relação ao tema proposto na pauta; entrevista investigativa, em que se procede a uma investigação em que a informação não está ao acesso do jornalista; confrontação-polemização - entrevistas com temas polêmicos debatidos em mesas-redondas, simpósios ou seminários – em que o jornalista é um mediador; perfil humanizado, em que o entrevistador mergulharia no outro para compreender seus conceitos, valores, comportamentos e histórico de vida.

No que respeita à entrevista jornalística, de modo geral, Medina a define como uma técnica de obtenção de informações que recorre ao particular e que, por isso, buscaria uma fonte individualizada, na maioria das vezes oficial.

Rossi (1980), por sua vez, afirma que, em jornais, revistas ou televisão, há um fio condutor que delimita o que será publicado ou levado ao ar: a pauta. Esta teria deixado de ser um simples instrumento de orientação para os repórteres e de informação para chefias, para refletir muito mais o que os jornais estão publicando e a televisão está mostrando. A pauta seria composta por informações enviadas pelos repórteres e pelos *press-releases*, enviados por organismos oficiais e organizações que teriam grandes esquemas de comunicação. Ainda segundo o mesmo autor, a pauta refletiria a idealização das pessoas que permanecem nas redações e não daquelas que estão em contato direto com os fatos ou que geram a notícia.

O primeiro filtro pelo qual passaria a produção do repórter seria o *copidesque*, espécie de redator cujo trabalho, de acordo com Rossi, seria expurgar as emoções e os detalhes incluídos pelo repórter. Outro filtro é o trabalho do *editor*, que seria o chefe da seção (editoria), quem definiria se o enfoque seguido pelo repórter estaria correto ou não. No caso de incorreção, o trabalho seria refeito pelo *copidesque*.

Já Medina (1986) observa que a execução da entrevista está vinculada ao processo de produção da informação jornalística. Identifica a pauta como ponto de partida nessa execução. A edição corresponderia à

etapa, desde o surgimento da notícia, elaboração da pauta, trabalho de campo (reportagem), entrevista, redação e fechamento. A autora observa três variáveis no processamento da informação. Uma delas seria a influência grupal: seria representada pela ideologia do grupo institucional que coordena o veículo de comunicação. Outra variável seria a influência coletiva, constituída pela demanda do consumidor ou exigências do público a quem se dirige o produto informativo. A terceira estaria relacionada com a própria disposição da indústria cultural contemporânea, tendo em mira um consumidor que não formularia criticamente suas exigências por um produto que corresponda à sua expectativa.

Medina (1986) identifica quatro etapas para a consecução da entrevista jornalística. A primeira estaria circunscrita pela competência técnica iniciada por uma pré-pauta, ideia-matriz do tema a ser abordado na entrevista, que poderia ser colocada oralmente ou por escrito de maneira esquemática. O pauteiro sistematizaria as informações colhidas e desenvolveria o assunto de acordo com seus ângulos exploráveis e possíveis projeções. Em seguida, o entrevistador encaminharia a pauta, fato que exigiria repertório generalista acumulado (conhecimento acerca dos fatos), adquirido por leituras prévias e contatos feitos com antecedência. A personalidade do entrevistador é, para a autora, elemento que atuaria no desempenho técnico da entrevista. Desenvolver o encadeamento de perguntas, interferências, interrupções, re-orientações no discurso do entrevistado seriam demonstrações de um desempenho maduro do repórter.

A segunda etapa envolveria a interação social, valorizando o papel social do entrevistador. Seria o momento de observação mútua e busca de confiança recíproca e não de exposição de um comportamento autoritário, uma vez que a entrevista teria como foco um interlocutor/leitor (comunidade). Seria papel do entrevistador desmitificar a ideia de que o jornalista constituiria um perturbador da privacidade.

A terceira etapa corresponderia ao momento em que o repórter aceita o desafio, buscando teoricamente sentir o entrevistado, que poderá proporcionar situações imprevisíveis, como um gesto, uma palavra, tomados como novos redimensionamentos para a entrevista, e possibilitados por um encontro, denominado por Medina como dialógico.

A quarta etapa, chamada pela autora de desvendamento do real, iria além da insistência do uso da categoria “objetividade”. Medina defenderia um jornalismo com especulação ilimitada e atuação sempre relativa construída por aspectos subjetivos. A autora explica que esse processo de decifração deve ter garantias técnicas de apuração da verdade, baseando-se em critérios científicos.

4.3. A divulgação científica em entrevistas impressas

Considerando as entrevistas que compõem o *corpora* desta pesquisa - todas elas caracterizando-se por um discurso de divulgação científica - e considerando também que tal discurso (doravante DC) pode ou não reverberar ecos do discurso científico, tendo em vista a presença de um interlocutor leigo, trataremos, agora, da caracterização do discurso de DC, destacando, de início, alguns momentos históricos propulsores da divulgação da ciência, que alicerçaram a formulação do discurso de divulgação científica, um discurso acessível ao público-alvo.

A origem da DC, segundo Mora (2003: 16), ocorre com os diálogos de Galileu Galilei que, ao expor seu método experimental, deu início a uma revolução no modo de conceber a divulgação da ciência, apresentando conceitos em linguagem menos hermética do que aquela utilizada pelos cientistas medievais. Ao publicar em italiano *Diálogo sobre os dois principais sistemas do mundo*, em 1624, Galileu demonstra já vislumbrar um interlocutor diferente daquele que exclusivamente tentava decifrar o conhecimento científico por meio do latim.

Outro fato que proporcionou a expansão da divulgação científica foi a invenção dos tipos móveis em 1448 por Johannes Gutenberg. No século seguinte, a imprensa já daria seus primeiros passos para se constituir como instituição. Mora (2003: 17) atribui ao século XVII o nascimento da publicação de trabalhos científicos voltados para não especialistas:

A publicação do trabalho científico, para dar conhecimento dele a outros, foi uma invenção do século XVII. Começou como

correspondência, primeiro entre cientistas e, depois, entre cientistas e editores, tornando-se estes em uma espécie de árbitros de troca de informação científica. A *Philosophical Transactions*, da *Royal Society*, uma das primeiras revistas científicas, foi a compiladora inicial do novo conhecimento; ela estabeleceu o padrão segundo o qual o cientista comunica o seu trabalho, quando publicado em artigo científico. (MORA, 2003: 17)

A mesma autora ressalta a profissionalização cada vez maior da atividade científica durante o século XIX. Estreitam-se os laços entre ciência e tecnologia, fato que suscita a necessidade de popularização gradativamente maior do saber científico. Prevê-se, neste momento, um contraponto entre as especificidades de linguagem próprias de cada subcampo científico e a “tradução” dessa linguagem para um público em relação a esses saberes.

A especialização trouxe consigo uma mudança na linguagem científica. (...) a dificuldade de comunicação entre cientistas e leigos geralmente reside na ausência de uma linguagem comum que permita a ambas as partes falarem sobre idéias científicas. Embora a linguagem da ciência apareça imbricada na da vida cotidiana, desde o fim do século XIX, palavras como ‘campo’, ‘elementar’ e ‘família’, para mencionar alguns exemplos, são empregadas com um sentido diferente. Além disso, a especialização cavou um abismo entre as linguagens; assim as palavras entre aspas não significam exatamente o mesmo em física, química ou biologia. (MORA, 2003: 22)

Essa estreiteza de laços entre ciência e tecnologia parece ter determinado a necessidade de divulgação de saberes antes restritos apenas a alguns grupos de especialistas. Ou seja, na medida em que o saber científico passa a fazer parte do cotidiano de não cientistas, tem-se um problema a resolver: como tornar esse saber inteligível e acessível a esse público?

Shamos (1988:14), por sua vez, aponta ocasiões que propiciaram a expansão do saber científico voltado para a comunidade leiga: o momento posterior à Segunda Guerra Mundial, por exemplo, quando novos programas de estudos científicos foram criados nos Estados Unidos e outros, ampliados. A bomba atômica talvez possa ter sido um dos maiores acontecimentos que motivaram a divulgação de tais estudos, assim como o lançamento do foguete espacial soviético Sputnik, em órbita ao redor da Terra, em outubro de 1957, fato que teria incentivado o presidente

Eisenhower a aumentar o orçamento da Fundação Nacional para a ciência, a fim de apoiar a educação científica em todos os níveis.

Esse contexto sociocultural torna incontestável a necessidade de se fortalecer mais amplamente o saber científico básico. Mas, tal empreendimento levaria, de fato, esse saber ao grande público?

Esse esforço por disseminar o conhecimento científico em todos os níveis, apesar da honestidade e da dedicação de muitos professores, não rendeu frutos, segundo Shamos; antes, ele apenas contribuiu para a adaptação dos cidadãos a uma sociedade tecnologizada. Porém, o uso da tecnologia, ou o conhecimento da técnica, não é cultura científica. Saber usar o computador, a televisão ou o forno de microondas não é saber ciência, não é tomar parte no processo do conhecimento. A tecnologia é apenas o produto mais visível e consumível do empreendimento científico. (MORA, 2003: 29)

Observamos que já nas etapas históricas iniciais de formação do discurso de DC, a ênfase parece ser voltada para os resultados do percurso de construção do saber científico, cujas etapas características de formação (que envolvem metodologia, fundamentação teórica, por exemplo) parecem estar confinadas ainda nas esferas científicas mais especializadas.

De acordo com Melo (2001), Hipólito José da Costa Pereira teria sido o fundador do Jornalismo Brasileiro por sua atuação como editor do Correio Braziliense (1808 - 1822), publicação que abria espaço para informações de natureza científica. Em missão diplomática a serviço da Coroa Portuguesa, Hipólito da Costa teria ido aos Estados Unidos para observar inventos científicos e inovações tecnológicas possíveis de serem implementadas no Brasil colônia. Ainda segundo Melo, ao realizar essa tarefa, Hipólito demonstra capacidade de percepção das invenções científicas e dos processos de difusão coletiva vigentes naquela época, fazendo referências ao contexto colonial europeu. Dessa forma, Hipólito da Costa teria sido o precursor do Jornalismo Científico no Brasil.

A transferência da corte real portuguesa para o Brasil, no início do século XIX, teria sido o fato histórico propulsor para o desenvolvimento tecnológico no âmbito da criação de técnicas para difusão de conhecimentos. Foram instalados prelos e tipografias para dar início ao

primeiro jornal em Língua Portuguesa na América, a Gazeta do Rio de Janeiro. O Correio Braziliense, cujo primeiro número datado é de 1º de junho de 1808, teria sido editado em Londres e precedido este jornal.

Para Santos (1981), o jornalista sergipano João Ribeiro foi o precursor da atividade de difusão do saber científico no Brasil, entre 1895 e 1934. Nesta época, a notícia científica é identificada nas produções de artigos com recomendações técnicas sobre a prática agrícola e noções de higiene e medicina.

Chaves (2001), ao realizar um “mapeamento” das atividades acadêmicas brasileiras relacionadas à prática do jornalismo científico, oferece-nos uma visão das principais categorias de seu trabalho, que objetiva avaliar de que modo se desenvolve a pesquisa em Jornalismo Científico no Brasil. Ao realizar essa tarefa, possibilita visualizar de maneira mais ampla essa prática em território nacional, durante o século XX. Dentre as categorias selecionadas, Chaves identificou estudos referentes às seguintes revistas especializadas: Revista Pesquisa e Tecnologia, da Faculdade de Engenharia Industrial (FEI); Ciência Hoje (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência — SBPC); Globo Ciência (editora Globo) e Superinteressante (Editora Abril). Chaves observa que, a despeito dos esforços intelectuais empreendidos por pesquisadores que almejam a democratização dos processos e produtos derivados da pesquisa científica, por intermédio da divulgação, pelos veículos de comunicação de massa, há conflitos que cercam a relação entre cientista — produtor do conhecimento científico - e jornalista - agente decodificador e mediador desse conhecimento.

Após a fundação do Núcleo José Reis, entidade voltada para a divulgação científica, criada em 1992 pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, surge, em maio de 2001, a ABRADIC, Associação Brasileira de Divulgação Científica que, segundo informações da própria entidade, teria como objetivo dar apoio a pesquisadores nacionais e internacionais.

No Brasil, segundo Vogt (2004: 60), a divulgação científica surge, de modo mais representativo, em 1949, com a revista Ciência e Cultura, voltada ainda para um público de especialistas. Com pouco mais de

um século e meio de independência política e uma industrialização impulsionada com maior vigor apenas no final da primeira metade do século XX, seria de se esperar que revistas de divulgação científica aparecessem no mercado editorial brasileiro apenas na segunda metade do século XX, mesmo assim ainda direcionadas a um público de especialistas, como é o caso da revista *Ciência e Cultura*. Somente a partir dos anos 80 é que podemos encontrar publicações voltadas para segmentos sociais não especializados em ciência, como a revista *Ciência Hoje e Superinteressante*.

Tais fatos sinalizam uma crescente preocupação em divulgar descobertas do mundo científico, de modo a ser compreendido por esses segmentos. Preocupação que se constitui em função de uma demanda crescente por saberes relacionados à divulgação científica e, conseqüentemente, pela formação de um público leitor que os espera encontrar no campo midiático.

Procurando ainda ressaltar a importância de se compreender a DC como discurso destinado a um interlocutor específico, relacionamos a concepção de Maingueneau (2001) sobre *cena validada*, aquela já instalada na memória coletiva, a título de modelos que se rejeitam ou são valorizados, que se caracteriza como uma representação arquetípica popularizada pela mídia. A não valorização decorreria do fato de haver um certo descompasso entre a finalidade do discurso científico e seu público-alvo.

A cena enunciativa é preponderante na definição do tipo de discurso praticado, já que configura um cenário cujas condições de produção, recepção e circulação evidenciarão o lugar institucional de onde falam os actantes, bem como mostrarão sua validade: um artigo puramente científico, publicado em revista voltada ao público leigo, provavelmente não poderia ser caracterizado como DC, dada a formulação de um discurso altamente especializado voltado para uma comunidade que teoricamente não detém conhecimento prévio suficiente para a compreensão.

Analisando artigos e dossiês das revistas *Science et Vie*, *Science et Avenir*, do *Le Monde* no ano de 1981, Authier-Revuz (1998: 108) considera a DC uma prática de reformulação de um discurso-fonte (D1) em um discurso segundo (D2), inscrevendo-se, dessa forma, em um conjunto

que compreende tradução, resumo, resenha, etc. Além disso, a autora propõe que tal prática de reformulação resultaria em um texto equivalente. A DC seria caracterizada por ser discurso segundo, sendo que o discurso científico (D1) apresentar-se-ia não apenas como fonte, mas também como objeto mencionado por D2. O recurso enunciativo que marcaria a DC seria o discurso relatado, possibilitando a realização de uma dupla cena enunciativa.

Authier-Revuz distingue a DC de outros gêneros de reformulação, pois a reformulação por meio do discurso relatado faria de D1 seu objeto explícito, colocando-se face a face com D1. A DC se daria sob a forma de um discurso sobre o mundo: x disse que y. Parâmetros do ato de enunciação, como pessoas, datas, lugares, modalidades e circunstâncias estariam presentes de maneira insistente no fio dos textos.

Partindo das imagens que o locutor projeta nos recursos expressivos que a língua põe à sua disposição, Zamboni (2001: 15) recupera o conceito de tradução de D1 para D2 de Authier-Revuz para contrapô-lo à ideia de um trabalho de formulação de um novo discurso. Baseando-se em posições teóricas assumidas por Possenti (1995), a autora defende a participação de um sujeito ativo na produção do discurso vulgarizado da ciência. Esse sujeito realizaria a formulação de um discurso partindo de um trabalho “com a língua e sobre a língua”.

A DC seria, pois, um discurso formulado por um sujeito que, a despeito de sofrer as imposições naturais da língua, também é capaz de realizar escolhas relacionadas ao uso dessa mesma língua. No caso do discurso de DC, tais escolhas estariam vinculadas à presença de um interlocutor/leitor leigo. Zamboni observa que a estrutura enunciativa própria do discurso científico apresentaria forma de composição rígida, voltada para um público de especialistas, ao passo que a DC privilegiaria os resultados do saber científico.

A autora observa também que as entrevistas e depoimentos tomados dos próprios cientistas pelo divulgador já vêm configurados como discurso de DC, visto que não coincidiriam com a voz do discurso científico, produzindo uma fala já vulgarizada. Ela defende que a DC esteja vinculada ao campo de transmissão de informações e seria um gênero particular de

discurso (ZAMBONI, 2001: 64).

Para fundamentar sua concepção teórica, utiliza-se de dois níveis de análise propostos por Authier-Revuz: 1) a heterogeneidade constitutiva, que articula o discurso como um produto do interdiscurso, formulado e regulado a partir do exterior e do inconsciente; 2) a heterogeneidade mostrada, que distinguiria as vozes formadoras do discurso por meio da autonomia e/ou conotação autonímica (ZAMBONI, 2001: 24). Por esses dois níveis, Zamboni faz o contraponto à teoria de Authier-Revuz que concebe a DC como um discurso de reformulação de um discurso-fonte em um discurso-segundo.

Apesar de a autora francesa estabelecer um quadro geral de discurso relatado, Zamboni faz três ressalvas: 1) o discurso relatado - modo de apresentação da heterogeneidade mostrada – não constitui traço caracterizador do discurso de DC, pois estaria presente também no discurso científico e nas informações dos gêneros jornalísticos; 2) o discurso relatado direto dos cientistas na DC não pertenceria à formação discursiva da ciência, pois as falas dos cientistas apareceriam já vulgarizadas por meio da operação realizada pelo jornalista-divulgador que receberia a tarefa de retirar do discurso científico seu “invólucro de hermetismo” e daquela realizada pelo próprio cientista-divulgador encarregado de “avaliar as cercanias do faro científico relatado: suas repercussões, seus resultados, suas conseqüências” e 3) o discurso de DC não pertenceria ao campo de discurso científico, dada a presença de um outro polo de recepção: o leitor não especialista.

Ao considerar as possíveis representações sociais agregadas aos recursos da língua, utilizados como estratégias e recursos retóricos para captação do leitor, Zamboni articula uma perspectiva teórica que parece suscitar um diálogo com Mora, na medida em que analisa a DC dentro de uma corrente teórica que integra ciência e humanidades. Segundo Mora, a DC não corresponde a uma tradução no sentido de verter de uma língua para outra, mas de criar uma ponte entre o mundo da ciência e os outros mundos (MORA, 2003: 7), buscando recursos de linguagem pertencentes mais à literatura do que à ciência.

Torna-se necessário estabelecer possíveis limites entre o

posicionamento teórico de Zamboni e Mora: a primeira escolhe o enunciador e co-enunciador como pontos de relevância na análise do discurso de DC. Ao fazer essa escolha, concebe o sujeito, não dentro de uma perspectiva unicamente de assujeitamento, nem de completa liberdade de ação: um sujeito “vulnerável” às coerções linguísticas, sociais e institucionais, mas atuante, capaz de realizar escolhas que viabilizam mudanças evolutivas na aparente estabilidade da língua. Tais escolhas aparentemente “denunciam” a movimentação desse enunciador: a autora considera, portanto, uma teoria do estilo que torne a linguagem científica mais inteligível ao público leigo:

(...) há evidências empíricas de que o tratamento que se dá à linguagem no processamento da divulgação resulta de um verdadeiro trabalho de escolha das formas agenciadas — muitas vezes explicitado -, ligado, com frequência, à busca do ideal de tornar compreensível para um público leigo uma linguagem que lhe é primitivamente hermética e inacessível. (MORA, 2003: 16)

Mora também parece considerar aspectos estilísticos na composição do discurso de DC, ao observar a clareza, elegância e escolha “acertada” de palavras, condições para captação do público leigo. Um dos enfoques da autora seria o estabelecimento de imagens comparativas (metafóricas) que seriam utilizadas para descrição de conceitos científicos destinados ao interlocutor não especialista. O ponto de convergência entre as duas autoras seria um recorte analítico que considera o estilo. Entretanto, ambas delimitam *corpora* diferentes para análise: Zamboni seleciona revistas e cadernos de ciência publicados em veículos de comunicação de massa; Mora observa textos de divulgação produzidos em geral por cientistas divulgadores. Optaremos pela posição de Zamboni, entretanto, não será desconsiderada a capacidade de o discurso de DC apresentar construções linguísticas figuradas.

A seleção prévia do produto (informação) dentro da mídia vislumbra sua aceitação perante o público-alvo que não domina a trajetória de construção do saber científico da mesma maneira que o cientista. A DC seria norteadada por interesses de um coletivo social que provavelmente não abarcaria as etapas próprias da ciência. Ao observar as representações veiculadas pelos discursos de transmissão de conhecimento na mídia, Moirand (2000) explica que, em seu papel intermediário entre a ciência e o

grande público, a mídia ordinária se dá frequentemente uma imagem de aconselhamento para a vida cotidiana, imagem que se acentuaria mais quando se torna consultora (por meio de cartas de leitores, por exemplo) ou quando difunde saberes-fazeres técnicos ou de experiências (MOIRAND, 2000: 17)

Quanto às explicações, estas seriam revestidas por um “perfume de cientificidade”. Segundo a autora, as descobertas médicas não são realmente explicadas, antes se explicam suas consequências positivas sobre a saúde. Aos especialistas de catástrofes, a mídia não demandaria explicar o fenômeno, mas sua opinião sobre a previsão ou conselhos. Não seriam expostos os mecanismos internos das novas tecnologias, mas a imagem da modernidade que oferece sua utilização (MOIRAND, 2000: 21). Essa aparente ênfase nos resultados e não no processo teórico e metodológico da ciência seria uma forma de representação social característica da DC que, ao vislumbrar um público leigo, acrescentaria como elemento estilístico o apelo não só ao lado cognitivo, mas também emotivo.

Ao examinar o modo de articulação do discurso de DC, Orlandi (2001) o define como um jogo complexo de interpretação que deve constituir efeitos de sentido próprios do “jornalismo científico”, desencadeando um efeito-leitor. A textualização jornalística do discurso científico ocorreria por um processo de reformulação (ORLANDI, 2001: 21).

Orlandi defende a formulação da DC em uma outra ordem de discurso que deve manter efeitos de cientificidade. Essa mudança de ordem ocorreria por um processo chamado de “transferência”, em que um saber é retirado de seu campo (científico) e passa a produzir outros efeitos em outro (jornalístico), por meio de uma relação metafórica. Quando o resultado não é bem feito haveria apenas um transporte e não uma transferência.

4.4. DC: discurso de reformulação ou formação de novo discurso?

A DC apresenta-se articulada sempre por um divulgador,

que geralmente não é um cientista, mas que conhece técnicas de divulgação e se dirige a um interlocutor/leitor (público-alvo) leigo, ou por um especialista que formulará seu discurso tendo como alvo o mesmo interlocutor. A presença desse interlocutor será determinante na formulação do discurso de DC, visto que condiciona escolhas por parte do enunciador, que teoricamente pretende ser compreendido e ganhar a adesão desse leitor em relação à sua fala.

Outro aspecto que reforça a análise de formulação de discurso em oposição ao conceito de reformulação discursiva é a própria circunstância enunciativa: o espaço midiático impõe certas coerções no sentido de definir o que, de fato, merece ser considerado digno de divulgação. O próprio campo no qual se constrói a DC seleciona o que deve ser divulgado.

Essa seleção deve prever preferências do público-alvo, cuja captação deverá ser realizada pela montagem de um discurso revestido de imagem digna de confiança e credibilidade. Tais critérios seletivos precisam prever relações entre o saber científico e a vida pessoal do interlocutor/leitor, ou mesmo, entre esse saber e um referente social mais abrangente que atinja direta ou indiretamente o leitor, ou simplesmente que provoque seu interesse por algum motivo.

A DC é, portanto, considerada uma forma de transmissão do saber científico que pode se realizar em vários campos da atividade humana e que também pode ser parte constituinte de variados gêneros, como reportagens, editoriais, notícias, artigos, entrevistas etc.

Ao nortearmos o quadro enunciativo da DC pela presença do interlocutor leigo, parece adequado entender que ela vai apresentar características próprias, assumindo as coerções do campo e do gênero nos quais se constitui. Em nosso caso específico, assumindo as coerções do domínio jornalístico (revista *Isto é*) e do gênero “entrevista” impressa.

5. AS ENTREVISTAS MIDIÁTICAS E O DISCURSO DE INFORMAÇÃO

As entrevistas midiáticas apresentam-se como “discurso de informação”, por meio do qual se estabelece um vínculo social para o reconhecimento identitário do sujeito. Assim, torna-se necessária uma aproximação desse discurso, a fim de melhor compreender suas características gerais.

Antes, porém, de centrarmos nossa atenção na “informação” trazida pelo discurso midiático, cabe lembrar a abordagem feita por Citelli (2001) de que até mesmo sob aquele discurso que organiza a linguagem com vistas à pretensa objetividade e imparcialidade, tal como o discurso informativo, está subjacente a persuasão. Para isso, Citelli se reporta à revista americana *Newsweek*, que tinha como *slogan* “aquela que não persuade”, para afirmar que mesmo essa revista apresenta implicitamente a persuasão:

Afora querer convencer-nos acerca do conhecido mito da neutralidade jornalística, a revista parecia desejosa de exorcisar (se?) um demônio que vincula à persuasão alguns qualificativos como fraude, engodo, mentira. Deixar claro, nesse caso, uma atitude anti-persuasiva objetiva fixar uma imagem de respeitabilidade/credibilidade junto aos leitores. Supondo-se que a revista espelhasse a mais completa lisura, o mais profundo aferramento aos princípios de uma informação incontaminada pela presença de interesses vários, ainda assim, estaria ela isenta do ato persuasivo? A resposta é não. (CITELLI, 2001: 5-6)

De acordo com Citelli, o próprio *slogan* da revista, sob a forma de negação, constrói uma afirmação, com o objetivo de persuadir alguém em relação àquilo que está sendo enunciado: “Isso nos revela a existência de graus de persuasão: alguns mais ou menos visíveis, outros mais ou menos mascarados.” (CITELLI, 2001: 6)

Também Charaudeau (2006) trata dessa questão. Mas, para isso, o teórico julga relevante distinguir “informação” e “comunicação” como noções relacionadas a fenômenos sociais, enquanto a “mídia” seria o suporte organizacional capaz de se apropriar de tais noções para integrá-las em sua lógica econômica, tecnológica e simbólica. Destacamos a importância desta última lógica, dada a dominância semiodiscursiva de

nossa pesquisa. De fato, a lógica simbólica se volta à maneira como os indivíduos regulam as trocas sociais, na criação e manipulação dos signos e, conseqüentemente, na produção do sentido.

Assim, todo organismo de informação tem por vocação participar da construção da opinião pública. Dessa maneira, reconhecemos, tal como Charaudeau, que analisar o discurso de informação veiculado pela mídia que, em tese, se define contra o poder e a manipulação, exige que percebamos a mídia sem a ingenuidade que ela se impõe.

Segundo Charaudeau, a mídia não é uma “instância de poder”, uma vez que não pode ditar regras de conduta, normas, nem mesmo aplicar sanções, como o podem a Justiça, ou mesmo, a Igreja. Antes disso, a mídia é uma “instância de denúncia do poder”. E, nessa denúncia, embora o jornalista não manifeste seu desejo de manipular, o fato de fazer o destinatário interessar-se pela informação trazida, de modo que preste atenção, ou então, que avance na leitura, já sinaliza um grau de manipulação.

Basta verificar que a mídia apresenta aquilo que constrói do espaço público e isso já revela um processo de manipulação, uma automanipulação. Se considerarmos que informação é, em sua essência, linguagem e que a linguagem não é transparente ao mundo, podemos chegar ao mesmo conceito de Charaudeau: o de mídia como um “espelho deformante” da realidade social; o de mídia não como a própria democracia, mas como o “espetáculo da democracia”. (CHARAUDEAU, 2006: 20)

Assim, Charaudeau define a comunicação midiática como “fenômeno de produção de sentido social. Mas sem ingenuidade. (...) Nas mídias, os jogos de aparências se apresentam como informação objetiva, democracia, deliberação social, denúncia do mal e da mentira, explicação dos fatos e descoberta da verdade.” (2006: 29)

Daí a importância de analisar tal discurso, a fim de compreender e explicar como funciona essa máquina de fabricar sentido para colocá-lo em foco no debate social.

5.1. A informação midiática e o contrato de comunicação

Ao tratar do discurso da mídia, Charaudeau reporta-se à informação como ato de comunicação. Para ele, informar implica produzir discurso em uma situação de comunicação: “A informação é pura enunciação” (CHARAUDEAU, 2006: 42). E como o discurso combina as circunstâncias em que se fala ou escreve com a maneira como se fala ou escreve, informar é, então, uma escolha não só de conteúdos e formas, mas também de estratégias discursivas mediante as quais se pretende influenciar o outro:

Nenhuma informação pode pretender, por definição, à transparência, à neutralidade ou à factualidade. Sendo um ato de transação, depende do tipo de alvo que o informador escolhe e da coincidência ou não coincidência deste com o tipo de receptor que interpretará a informação dada. A interpretação se processará segundo os parâmetros que são próprios ao receptor, e que não foram necessariamente postulados pelo sujeito informador. (CHARAUDEAU, 2006: 42)

Por isso, não podemos pretender a análise “do sentido de um texto”, mas sim a análise dos “possíveis interpretativos”. Para chegar a essa noção, Charaudeau trata o sentido como resultante de uma co-intencionalidade, a qual compreende os efeitos visados pelo produtor, os efeitos possíveis e os efeitos produzidos pelo receptor. A partir disso, ele aponta os três lugares de construção do sentido: o lugar das condições de produção, o lugar das condições de recepção e o lugar das restrições de construção do produto.

Quanto ao lugar das condições de produção, podemos dizer que apresenta dois espaços influenciando-se reciprocamente: o espaço externo-externo, que enfoca as condições socioeconômicas da máquina midiática como empresa e o espaço externo-interno, que enfoca as condições semiológicas de produção. Neste, as práticas discursivas têm de ser orientadas para os “efeitos visados”, o que pode incitar os indivíduos a se interessarem pelas informações difundidas pela mídia; naquele as práticas discursivas dos atores da empresa têm de ser orientadas por efeitos econômicos.

Em relação ao lugar das condições de recepção, podemos

asseverar que também apresenta dois espaços: o interno-externo, espaço dos efeitos esperados, em que o destinatário ideal (alvo) é imaginado pela instância midiática como suscetível de perceber os efeitos visados por ela; e o externo-externo, espaço em que está o receptor real (público); de fato, o consumidor da informação midiática.

E quanto ao lugar das restrições de construção do produto, entendemos que se trata do lugar em que todo discurso se configura em texto pela estruturação particular de formas pertencentes a diferentes sistemas semiológicos. É dessa combinação de formas que o sentido depende. A esse respeito, Charaudeau chama a atenção, como já dissemos, para a análise de texto que se constitui na análise dos “possíveis interpretativos”. Uma vez que,

por um lado, a instância de produção só pode imaginar o receptor de maneira ideal, construindo-o como o destinatário-alvo que acredita ser adequado a suas intenções e, ao visar produzir efeitos de sentido, não tem certeza se esses serão percebidos, e como, por outro lado, a instância de recepção constrói seus próprios efeitos de sentido que dependem de suas condições de interpretação, conclui-se que o texto produzido é portador de ‘efeitos de sentido possíveis’, que surgem dos efeitos visados pela instância de enunciação e dos efeitos produzidos pela instância de recepção. (CHARAUDEAU, 2006: 27-28)

No âmbito da informação, o saber pode se estruturar de duas formas: uma voltada para o mundo, são os saberes do conhecimento, em que se pretende representar, de forma racionalizada, o mundo; e outra voltada para o sujeito informador, são os saberes de crenças, em que se pretende comentar o mundo subjetivamente.

Vale mencionar a distinção e mesmo o exemplo de Charaudeau em relação aos saberes de crenças e aos de conhecimento. Para ele,

toda informação a respeito de uma crença funciona ao mesmo tempo como interpelação do outro, pois o obriga a tomar posição com relação à avaliação que lhe é proposta, colocando-o em posição reativa – o que não é necessariamente o caso da informação que se refere aos conhecimentos. Ao se dizer ‘Nova York é uma cidade estranha’, interpela-se duplamente o interlocutor: não só sobre o fato de ele conhecer ou não Nova York, mas também sobre a adesão ou rejeição à apreciação proposta. (CHARAUDEAU, 2006: 46)

Outra distinção importante feita pelo teórico francês diz respeito ao valor de verdade e ao efeito de verdade: neste caso, o que está em jogo é o “acreditar ser verdadeiro”; naquele, é o “ser verdadeiro”. No caso do discurso de informação, os efeitos de verdade são modulados pelas supostas razões para a transmissão de uma informação, pelos traços psicossociais do informador e também pelos meios acionados pelo informador para provar sua veracidade.

Apoiando-se na concepção de contrato de comunicação, Charaudeau apresenta características que distinguem o contrato de informação midiática. No que diz respeito à identidade das instâncias de informação, a comunicação midiática também relaciona duas instâncias: a de produção e a de recepção, mas revela que não se trata apenas de fornecer uma informação e captar o público (no caso da instância de produção), ou então, de demonstrar interesse ao consumir tal informação (no caso da instância de recepção).

Em relação à instância de produção, apesar de o jornalista constituir a figura mais importante, ele não é o único ator. Há vários atores, desde a direção, a redação de notícias até os operadores técnicos, envolvidos na enunciação midiática. Há, pois, “uma co-enunciação, cuja intencionalidade significativa corresponde a um projeto comum a esses atores e do qual se pode dizer que, por ser assumida por esses atores, representa a ideologia do organismo de informação.” (2006: 73)

Como dissemos, o jornalista é a figura mais importante e acaba acumulando dois papéis: o de *pesquisador-fornecedor* da informação e o de *descritor-comentador* da informação. No primeiro caso, tem-se o problema das fontes, dada a quantidade de acontecimentos que irrompem e a importância de se garantir a veracidade da informação. Para alcançar a fonte dos acontecimentos, as mídias lançam mão de correspondentes, de enviados especiais e outros tipos de informadores, os quais têm a função de cobrir a maior abrangência possível de lugares; e também de equipes de investigação com a função de revelar os acontecimentos, procurando ser o primeiro a veicular a informação, com o cuidado de verificá-la, evitando as armadilhas a que o *furo* pode levar.

No segundo caso, em seu papel de descritor-comentador, o

jornalista não pode pretender à cientificidade, já que está em jogo a captação, e o discurso científico implica um público restrito. Assim, como aponta acertadamente Charaudeau (2006: 76), “se o comentador organiza entrevistas e debates para tentar exibir em público opiniões, justificativas, explicações através da palavra de especialistas, isso não pode ser feito como num colóquio científico ou num laboratório de pesquisa.” Também não pode pretender à historicidade, já que o discurso histórico exige distância no tempo e isso não é compatível com um relato cotidiano, semanal ou mensal da atualidade. Tampouco pode pretender à didaticidade, já que o discurso didático exige provas de verificação e de avaliação, o que é incompatível com uma informação que deve captar o público em geral.

Já a instância de recepção, por também ser entidade compósita, assim como a de produção, admite um desdobramento: o “destinatário-alvo”, sob um ponto de vista interno à instância midiática; e o “receptor-público”, sob um ponto de vista externo.

As mídias, em sua lógica simbólica, preocupam-se em captar o maior número possível de consumidores e, para conhecer os comportamentos e as opiniões desse público, recorrem a duas técnicas: o “audimat” e os “estudos de impacto”: estes observam os efeitos produzidos pelo modo de tratar tal ou qual programa; aquele mede o sucesso de um programa por meios eletrônicos.

Quanto à finalidade, o contrato de comunicação midiática apresenta duas *visadas*: a de *fazer-saber*, ou visada da informação; e a de *fazer-sentir*, ou visada de captação. A primeira, dominante no contrato de informação, constitui um desafio da credibilidade, já que se liga à verdade, ou melhor, às condições de veracidade, pois a instância midiática precisa autenticar os fatos, descrevendo-os de modo verossímil, sugerindo as causas e justificando as explicações dadas com as provas. Assim estará fazendo crer na coincidência entre o que se diz e os fatos do mundo. A segunda constitui um desafio da dramatização, uma vez que o sujeito fala para se colocar em relação com o outro e, no caso da mídia, é necessário captar o maior número de cidadãos consumidores de informação.

Assim, as estratégias não podem ser racionalizantes, já que a mídia precisa emocionar, mobilizar a afetividade para sustentar o interesse

pela informação transmitida. Então, há que se proceder a uma encenação sutil do discurso de informação.

Charaudeau sintetiza muito bem essas duas *visadas* quando afirma que

o contrato de informação midiática é, em seu fundamento, marcado pela contradição: finalidade de fazer saber, que deve buscar um grau zero de espetacularização da informação, para satisfazer o princípio de seriedade ao produzir efeitos de credibilidade; finalidade de fazer sentir, que deve fazer escolhas estratégicas apropriadas à encenação da informação para satisfazer o princípio de emoção ao produzir efeitos de dramatização. (...) Na tensão entre os pólos de credibilidade e de captação, quanto mais as mídias tendem para o primeiro, cujas exigências são as da austeridade racionalizante, menos tocam o grande público; quanto mais tendem para a captação, cujas exigências são as da imaginação dramatizante, menos credíveis serão.” (CHARAUDEAU, 2006: 92-93)

Quanto ao propósito de um contrato de informação midiática, Charaudeau afirma que não podemos dissociar o propósito, ou seja, “aquilo de que se fala”, do “universo do discurso”, já que tais noções ligam-se a uma terceira noção: a de acontecimento como algo construído e não transmitido em seu estado bruto. Conforme esse autor, o olhar que estrutura o acontecimento é duplo:

o olhar do sujeito ao produzir o ato de linguagem que transforma o acontecimento bruto em acontecimento significativo, e o olhar do sujeito interpretante que reestrutura o acontecimento previamente significado, segundo sua própria competência de inteligibilidade. (CHARAUDEAU, 2006:96)

Trata-se, pois, do processo *evenemencial*, em que a significação do acontecimento depende desse olhar que o sujeito lança sobre o fato, em que estão entrelaçados os diversos sistemas de pensamentos e de crenças e as experiências.

Além do propósito, há que se considerar também o dispositivo de encenação, já que um determinado suporte físico impõe restrições à realização do ato de comunicação. No que diz respeito à mídia, são três os suportes: o rádio, dispositivo sonoro; a televisão, dispositivo visual e a imprensa, dispositivo de legibilidade, sendo este último o que nos interessa neste trabalho.

O alvo da mídia impressa sempre foi o jornal. Todavia, a revista também representa grande importância nessa área. É por essa razão que faremos uma abordagem mais detalhada a respeito.

5.2. As revistas semanais e sua história

No Brasil, o jornalismo em revistas é quase tão antigo quanto a modalidade dedicada à produção de jornais diários. A primeira revista do país, *As Variedades ou Ensaios de Literatura*, surgiu em 1812, quatro anos após a publicação do primeiro jornal brasileiro, *Correio Braziliense*, em 1808. Tal revista, de acordo com Mira (2001), teria sido criada pelo editor português Antonio da Silva Serva, visando a “defender os costumes, as virtudes morais e sociais”, pela publicação de “extratos de romance, resumos de viagens, trechos de autores clássicos”. (MIRA, 2001: 14).

Ainda que as primeiras revistas tenham surgido como cópias de edições estrangeiras, com a proposta de esboçar um verdadeiro “painel de toda civilização humana”, logo veio a segmentação, em 1852, com a criação de *Jornal das Senhoras* e *Jornal das Moças Solteiras*, dois veículos voltados ao público feminino. Daí por diante, o direcionamento para material segmentado foi-se acentuando com o lançamento não só de revistas femininas, mas também de revistas masculinas, de revistas para público mais jovem e outras.

No século XIX, as revistas femininas se multiplicaram. E, como ocorre ainda hoje com algumas publicações, apresentavam sempre uma fórmula editorial voltada aos afazeres do lar, às novidades da moda, aos moldes de roupas e monogramas para bordar.

No século XX, surge *O Cruzeiro*, um marco no jornalismo brasileiro. A revista semanal ilustrada, idealizada por Assis Chateaubriand, já mostrava as principais características do jornalismo em revista, uma vez que buscava conciliar imagem e texto, de modo que a ilustração fosse também valorizada.

Entre as décadas de 40 e 50 do século XX, a revista O

Cruzeiro, pela repercussão de seu material jornalístico, reinou absoluta. A segmentação (na década de 60, com a criação de *Claudia*, *Quatro Rodas* e outras) e o fortalecimento da televisão fizeram com que a fórmula das semanais ilustradas entrasse em declínio. Assim, surgiram as revistas semanais de informação, voltadas a um determinado público, o que fez muitas delas prevalecerem até hoje. É o caso da *Veja*, *Manequim*, *Claudia*, *Istoé*. E a segmentação do mercado acelerou nos anos 80.

Hoje, há um sem-número de títulos. A cada ano, centenas deles nascem e morrem. A proliferação de títulos tornou-se uma realidade, com a globalização, com a segmentação em escala planetária e com a tecnologia cada vez mais acessível.

Por isso, é necessário, conforme observa Scalzo (2003: 61), que o plano editorial de uma revista apresente “a missão, os objetivos e a fórmula editorial”, bem como o perfil dos leitores, a concorrência, “cenários futuros”. Segundo a autora, “é o plano editorial que vai alimentar o plano de negócios e, por consequência, deve representar a visão exata da redação sobre a publicação, e sua relação com o leitor”. O dinamismo do mercado enseja que o “plano editorial” deva ser sempre revisto, para atualizar-se de acordo com as demandas do leitor e da realidade da concorrência.

5.3. A criatividade em revistas: as primeiras diferenças

Tanto o jornal quanto a revista, por serem impressos, parecem mais verdadeiros, servem como uma espécie de registro histórico, têm credibilidade forte. Todos podem, por exemplo, ver um jogo da Copa do Mundo na televisão, mas, no dia seguinte, compram o jornal para “saber mais”, para comprovar algo. Se ocorre um desastre aéreo, a edição seguinte da revista vai trazer o acontecimento na capa, será a testemunha principal do evento e vai vender muito. Por enquanto, ainda estamos ligados à materialidade do papel.

No entanto, a revista traz uma série de diferenças em relação ao jornal, o que precisa ser relacionado, principalmente, para entendermos como o texto que ora analisamos se materializa nesse suporte.

Do jornal, a revista distingue-se por algumas características específicas, que podem ser sintetizadas em três aspectos: linguagem, reportagem e apresentação visual.

Para Vilas Boas (2000), a linguagem utilizada em revistas requer planejamento e talento, “conciliação entre arte e técnica”. Essa linguagem apresenta características próprias que a diferenciam da linguagem dos diários: títulos nominais (em contraposição ao esquema sujeito-verbo-predicado do jornal diário); possibilidade de uso de adjetivos e coloquialismos; presença de elementos narrativos e descritivos; ênfase aos personagens e às falas com possibilidade de apresentação em forma de diálogos e travessões. Além disso, o texto de revista apresenta aberturas de reportagem, cuja função é chamar a atenção do leitor e conduzi-lo ao prazer da leitura.

No aspecto visual, a revista também possui características peculiares, como o uso privilegiado da imagem, com recurso à ilustração e à fotografia. Quando ainda não havia fotografias, as ilustrações eram feitas e muitas vezes coloridas à mão. Depois, vieram os infográficos que davam mais riqueza às matérias e as fotografias, que evoluem cada vez mais com a era digital. As informações são colocadas estrategicamente de modo que os aspectos mais importantes chamem a atenção do leitor. É, portanto, uma mistura de jornalismo e entretenimento.

No âmbito das técnicas de reportagem, há também um trabalho diferenciado. As entrevistas por telefone e e-mail, tão comuns hoje no jornalismo diário, dão lugar à presença do repórter no local dos fatos jornalísticos, a fim de que tenha condições de narrar e descrever, recursos tão necessários a que se dê colorido especial ao jornalismo em revista.

Na reportagem aprofundada, exige-se a capacidade de interpretação e o “faro” de repórter. Por outro lado, em entrevistas de compreensão, a interação com o entrevistado é determinante para que possa entender o que será revelado. O entrevistado tem muito a dizer e é preciso que o repórter o deixe à vontade para as revelações. Quando esse procedimento é realizado, a riqueza é muito maior, pode-se sair do comum para a ampliação de significados e contextualização dos fatos. Entrevistas bem conduzidas ajudam a reconstituir cenários, personagens, perfis

psicológicos; aprofundam a reflexão e a contextualização; humanizam os acontecimentos. Humanizar significa tornar a narração mais próxima do leitor, revelando o que há por trás das estatísticas.

5.4. O jornalismo em revista

O jornalismo em revista distingue-se do jornalismo feito nos outros meios de comunicação por trazer informações já noticiadas ou pelo jornal diário, ou pela televisão. O desafio da revista consiste em apresentar informações mais aprofundadas, uma vez que o leitor procura nas matérias por informações mais intensas e completas, que possam trazer um diferencial em relação ao que já foi noticiado.

Para Scalzo, o jornalista que trabalha numa revista precisa seguir os mesmos princípios do jornalismo em geral:

Os princípios básicos do jornalismo são iguais para qualquer tipo de veículo: o esforço para apurar os fatos corretamente, o compromisso com a verdade, ouvir todos os lados que envolvem uma questão, mostrar diversos pontos de vista na tentativa de elucidar histórias, o respeito aos princípios éticos, a busca constante da qualidade de informação, o bom texto. Qualquer que seja o jornalismo que se vá fazer, esse é o dever básico – seja em televisão, rádio, Internet, jornal ou revista. (SCALZO, 2003: 54).

No entanto, o que diferencia o texto da revista dos textos dos demais meios de comunicação é que o leitor dele é específico:

Para ilustrar, podemos lançar mão da seguinte imagem: na televisão, fala-se para um imenso estádio de futebol, onde não se distinguem rostos na multidão; no jornal, fala-se para um teatro, mas ainda não se consegue distinguir quem é quem na platéia; já numa revista semanal de informação, o teatro é menor, a platéia é selecionada, você tem uma idéia melhor do grupo, ainda que não consiga identificar um por um. É na revista segmentada, geralmente mensal, que de fato se conhece cada leitor, sabe-se exatamente com quem se está falando (SCALZO, 2003: 20).

Portanto, ao jornalista que trabalha em revista cabe, de acordo com Scalzo, imaginar-se como um prestador de serviços, aquele que dá informações corretas, e não um ideólogo ou um defensor de causas: “Na maior parte do tempo, o jornalista de revista estará preocupado muito mais

em prestar um serviço do que em apresentar um furo de reportagem” (SCALZO, 2003: 55). O importante, segundo a autora, é não confundir um texto de revista com um texto opinativo.

Uma característica que distingue a revista dos outros meios de comunicação no sentido da aproximação do leitor é a sua durabilidade. Primeiramente, podemos apontar a durabilidade física. O papel usado na impressão da revista é diferente do usado nos jornais, portanto o leitor, muitas vezes, acaba guardando ou até colecionando alguns tipos de revistas. Enquanto o jornal precisa ser dobrado ou amassado, a revista também tem a facilidade de ser transportada facilmente para qualquer lugar, devido ao tamanho ideal para isso: “Revistas têm vida mais longa, descobriram no papel couchê um elixir da juventude, que lhes dá mais alguns dias ou semanas de vida – seja naquela cesta de palha ao lado do sofá da casa ou na mesa de centro da sala de espera do médico.” (HENRIQUE, 2003: 134).

Além da durabilidade física, registramos também o fato de a revista precisar, como já mencionamos, trazer informações mais aprofundadas, o que confere maior “durabilidade” às notícias. O texto de revista é diferente, uma vez que ele deve conter informações exclusivas e bem apuradas. Para Scalzo, o leitor de revistas tem como expectativa um texto que lhe possa oferecer a informação, mas de forma prazerosa. Ele deseja a informação correta, simples e clara.

Outra característica particular da revista diz respeito ao fato de ela constituir o meio de comunicação que mais pode se segmentar. Podemos tomar como exemplo o cinema, a televisão, a grande maioria dos jornais impressos, que, exigindo investimentos mais elevados, acabam-se direcionando para grandes públicos. No caso da revista, por exemplo, uma pessoa que estuda História não precisa comprar uma revista de Química para encontrar artigos de seu interesse. Basta comprar uma revista que tenha como tema História. Os jornais descobriram que precisavam falar para os jovens e trataram de criar suplementos específicos para esse tipo de público: “No entanto, para ler o suplemento dedicado especialmente a ele, o jovem precisa comprar o jornal inteiro” (SCALZO, 2003: 14). É por esse motivo que a revista, segmentada, acaba sendo vantajosa. Por meio da

segmentação, tornou-se possível uma proximidade com o leitor. Assim, fica fácil entender que a relação entre o jornalista, ou a edição de uma revista, e o leitor é muito próxima e de confiança.

6. ETHOS DISCURSIVO

De acordo com Ferreira (1999), *ethos* é palavra de origem grega (costume, uso, característica) e pode significar tanto o modo de ser, o temperamento ou a disposição interior de natureza emocional ou moral, quanto o espírito que anima uma coletividade. Essa diversidade de empregos do termo é um dos fatores responsáveis por certa variedade em torno de suas definições, mas não é o único. Pode-se atribuí-la também à evolução etimológica do termo e ao fato de receber, na atualidade, um tratamento diferenciado, conforme a abordagem da disciplina que o emprega.

Dessa maneira, não abarcaremos a totalidade de suas definições, limitando-nos à retomada de estudos de alguns teóricos, a fim de destacar as contribuições deles no estabelecimento do conceito de *ethos* pertinente à nossa pesquisa.

6.1. Enunciação e *ethos*: da Retórica Clássica à Análise do Discurso

Os estudos de Aristóteles (1988) foram os primeiros a tratar do *ethos*. De acordo com o filósofo grego, a noção de *ethos* corresponde à imagem de si que o locutor projeta em seu discurso com vistas a causar impacto e suscitar a adesão do interlocutor. Há três formas de a imagem de si se construir no discurso: *prhonesis*, que diria respeito ao caráter de ponderação, sabedoria e racionalidade com que se apresenta um orador; *arete*, que diria respeito à sinceridade e simplicidade do orador; e *eunoia*, que se definiria pela imagem de complacência e agradabilidade que um orador mostra de si.

Aristóteles divide a Retórica em três partes: *inventio*, *dispositio* e *elocutio*. A primeira se subdivide em *ethos*, *pathos* e *logos*, que constituem os meios técnicos de persuasão. A segunda (*dispositio*) corresponde ao encadeamento das provas, segundo objetivos definidos. E a terceira (*elocutio*) representa a verbalização do pensamento.

Em cada um dos meios de prova (*ethos*, *pathos* e *logos*), a persuasão ocorre de forma diferente: no domínio do *ethos*, persuade-se pelo caráter, “quando o discurso é proferido de tal maneira que deixa a impressão de o orador ser digno de fé”; no domínio do *pathos*, a persuasão ocorre a partir da disposição dos ouvintes, “quando estes são levados a sentir emoção por meio do discurso”; no domínio do *logos*, a persuasão acontece pelo discurso “quando mostramos a verdade ou o que parece verdade, a partir do que é persuasivo em cada caso particular”. (ARISTÓTELES, 1988: 49-50)

Dentre os três meios de prova acima citados, Aristóteles parece conferir maior importância ao *ethos*, pois afirma que “quase se poderia dizer que o caráter é o principal meio de persuasão”. O filósofo enfatiza:

Muito conta para a persuasão, (...) a forma como o orador se apresenta e como dá a entender as suas disposições aos ouvintes, de modo a fazer com que, da parte destes, também haja um determinado estado de espírito para com o orador. (ARISTÓTELES, 1988: 105-106)

Para Aristóteles (1988: 106), três causas tornam os oradores persuasivos: a prudência, a virtude e a benevolência, que constituem o que o filósofo denomina “virtudes morais”, e sua importância reside no fato de possibilitarem a persuasão sem que seja necessário o uso de demonstrações. A “boa imagem” do enunciador será conquistada se ele demonstrar ser prudente, virtuoso e benevolente, em seu objetivo de persuadir o público.

Há, então, em Aristóteles, um duplo sentido do *ethos*: o sentido moral, quando designa as virtudes capazes de garantir a credibilidade do orador; e o sentido social, quando considera a maneira como tais virtudes são apresentadas pelo orador com o intuito de provocar a adesão do ouvinte.

A retórica clássica serviu de referencial para outros estudiosos da linguagem. A definição de Charaudeau e Maingueneau, para *ethos* é a seguinte:

Termo emprestado da retórica antiga, o *ethos* (em grego ηθος, personagem) designa a imagem de si que o locutor constrói em seu discurso para exercer uma influência sobre seu alocutário. Essa noção foi retomada em ciências da linguagem e, principalmente, em análise do discurso, em que se refere às modalidades verbais da apresentação de si na interação verbal. (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004: 220)

Podemos dizer que a noção de *ethos* liga-se fortemente à concepção de enunciação proposta por Benveniste (1989). Embora não use o termo *ethos*, Benveniste procura definir a enunciação como ato pelo qual um locutor mobiliza a língua, fazendo-a funcionar:

O ato individual pelo qual se utiliza a língua introduz em primeiro lugar o locutor como parâmetro nas condições necessárias da enunciação. Antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade da língua. Depois da enunciação, a língua é efetuada em uma instância do discurso, que emana de um locutor, forma sonora que atinge um ouvinte e que suscita uma outra enunciação de retorno (...) desde que ele se declara locutor e assume a língua, ele implanta o outro diante de si, qualquer que seja o grau de presença que ele atribua a este outro. Toda enunciação é, explícita ou implicitamente, uma alocução, ela postula um alocutário. (BENVENISTE, 1989: 83-84)

Definida como alocução, a enunciação supõe um alocutário que, explícita ou implicitamente, estabelece uma relação discursiva com o parceiro. Para Benveniste, essas duas figuras (locutor e alocutário) são necessárias ao funcionamento da enunciação e vão constituir seu quadro figurativo.

Além de Benveniste, Kerbrat-Orecchioni (1980) e Ducrot (1987) também inscrevem seus trabalhos na perspectiva da enunciação. Enquanto aquela tem como objetivo buscar os “procedimentos lingüísticos (*shifters*, modalizadores, termos avaliativos etc.) pelos quais o locutor imprime sua marca no enunciado, inscreve-se na mensagem (implícita ou explicitamente) e se situa em relação a ele (problema da distância enunciativa)” (1980: 32), uma vez que são as marcas verbais que constroem a imagem de si no discurso; este retoma o conceito aristotélico numa teoria polifônica da enunciação e distingue locutor Y do locutor L, atribuindo ao primeiro a condição de ser no mundo e, ao segundo, a de elemento criado *no e pelo* discurso.

Maingueneau (2001: 97) também considera a enunciação

como ponto de partida para a análise do *ethos*: “Esse é o tipo de fenômeno que, como desdobramento da retórica tradicional, podemos chamar *ethos*: por meio da enunciação, revela-se a personalidade do enunciador”.

Baseando-se nisso, o autor enfatiza a validade do *ethos* não só para o discurso oral, mas também para o discurso escrito. Assim, para Maingueneau,

o texto escrito possui, mesmo quando o denega, um tom que dá autoridade ao que é dito. Esse tom permite ao leitor construir uma representação do corpo do enunciador (e não, evidentemente, do corpo do autor efetivo). A leitura faz, então, emergir uma instância subjetiva que desempenha o papel de fiador do que é dito. (MAINGUENEAU, 2001: 98)

Além de fixar a constatação de que os *ethé* são “as propriedades que os oradores se conferiam implicitamente, através de sua maneira de dizer não o que diziam a propósito deles mesmos, mas o que revelavam pelo próprio modo de se expressarem” (1997: 45), Maingueneau revela essa concepção dentro da AD, ao reconhecer a validade do discurso escrito e também enfatizar que esse *modo de dizer* não acontece por meio de estilos supostamente individuais, fruto de inspirações psicológicas, mas encontra-se relacionado às formações discursivas, definidas a partir de um posicionamento ideológico. É neste ponto que reside a grande contribuição de Maingueneau: em ter feito a transposição do *ethos* retórico para a Análise do Discurso:

Em primeiro lugar, precisa afastar qualquer preocupação ‘psicologizante’ e ‘voluntarista’, de acordo com a qual o enunciador, à semelhança do autor, desempenharia o papel de sua escolha em função dos efeitos que pretende produzir sobre seu auditório. Na verdade, do ponto de vista da AD, esses efeitos são impostos, não pelo sujeito, mas pela formação discursiva. Dito de outra forma, eles se impõem àquele que, no seu interior, ocupa um lugar de enunciação, fazendo parte integrante da formação discursiva. (MAINGUENEAU, 1997: 45)

Para o autor, o *ethos* compreende uma dimensão vocal e também um conjunto de determinações físicas e psíquicas ligadas pelas representações coletivas ao enunciador. O leitor, por sua vez, vai construir uma figura de fiador, representação do enunciador, a partir de indícios textuais de diversas ordens e, conseqüentemente, vai atribuir a esse fiador

um caráter e uma corporalidade, cujo grau de precisão varia de acordo com os textos.

O caráter refere-se tanto aos traços psicológicos quanto ao posicionamento ideológico do produtor do texto, como pertencer a um partido político, a uma classe social, a um grupo específico. A corporalidade, por sua vez, diz respeito à compleição física, à aparência do orador. Ao conceito de corporalidade associam-se também a maneira de se vestir e de se movimentar no espaço.

Esses aspectos são fundamentais para a construção da imagem global e para a aceitação do discurso, pois colocam o orador sob a perspectiva de estereótipos culturais. Espera-se, por exemplo, que um candidato procedente das camadas populares privilegie, em seu discurso, as pessoas mais necessitadas. O mesmo vale para a corporalidade. Isso pode ser comprovado pelo tipo de expectativa que, invariavelmente, é criada em relação à imagem de um médico endocrinologista (peso adequado), uma esteticista (beleza, vaidade), por exemplo.

Com o intuito de legitimar o discurso e persuadir o auditório, o *ethos* construído pelo orador pode traduzir uma imagem que corresponde à expectativa, mas, não necessariamente, à realidade. Isso significa que não há correspondência obrigatória entre o que o orador demonstra por meio de sua fala, com o intuito de cativar o auditório, e o que, de fato, ele é.

Assim, o locutor persuade pelo discurso quando faz com que o interlocutor se identifique com a movimentação de um corpo investido de valores socialmente especificados. Essa ação do *ethos* sobre o interlocutor é chamada de “incorporação”, que, de acordo com Maingueneau, opera em três registros estreitamente articulados:

- a enunciação leva o co-enunciador a conferir um *ethos* ao seu fiador, ela lhe *dá corpo*;
- o co-enunciador *incorpora*, assimila, desse modo, um conjunto de esquemas que definem para um dado sujeito, pela maneira de controlar seu corpo, de habitá-lo, uma forma específica de se inscrever no mundo;
- essas duas primeiras incorporações permitem a constituição de um *corpo*, o da comunidade imaginária dos que comungam na adesão a um mesmo discurso. (MAINGUENEAU, 2001: 99-100)

Mainueneau explica, ainda, que a maneira de dizer remete a uma maneira de ser do enunciador, que busca persuadir o leitor a identificar-se com essa maneira de ser (2001: 99). Estabelece uma relação entre *ethos* e cena genérica ao identificar cenografias que se contentam em respeitar o contrato genérico, adotando um *ethos* “distanciado”, por exemplo, ou uma “quebra” parcial desse contrato. Tomando como base a retórica aristotélica, Mainueneau reformula o conceito de *ethos*, relacionando-o às noções de cena englobante (tipo de discurso), cena genérica (gênero discursivo) e cenografia.

Observamos que a análise do *ethos* para Mainueneau exige não apenas o reconhecimento de elementos linguísticos capazes de identificar as vozes dos interlocutores, em especial do enunciador, mas de relacioná-los a representações sociais vinculadas ao contexto sócio-histórico constitutivo do discurso.

6.2. O *ethos* na interseção entre Nova Retórica, Sociologia e Pragmática

Em seus estudos sobre *ethos*, Amossy (2008) confere grande importância à interação em que ocorre a construção da imagem dos interlocutores. Para ela, todo ato de linguagem “implica a construção da imagem de si” e isso não demanda uma técnica que precisa ser apreendida. Antes disso, resulta da necessidade frequente de interagir. Nas palavras da autora, essa apresentação de si se efetua “nas trocas verbais mais corriqueiras e mais pessoais”. (2008: 9)

Não há, portanto, uma maneira de apreender o *ethos* sem que se considere a relação estabelecida entre locutor e auditório (e vice-versa) e a característica fluida dessa relação, já que cada troca verbal ocorre em uma dada situação, tendo, assim, suas especificidades.

Para distinguir a Retórica Antiga da Nova Retórica, Amossy parte dos objetivos do locutor: na primeira, o objetivo é agir de forma eficaz pela palavra; na segunda, exercer a arte do bem falar. Tal distinção conduz a duas questões: a) ao fato de a Retórica Antiga atribuir um valor à palavra, que se liga ao exercício da democracia, por definição; b) ao fato de a Nova

Retórica retomar a Retórica de Aristóteles como conjunto de meios verbais disponíveis para fazer o auditório aderir às ideias do locutor.

Analisar, pois, o *ethos* na perspectiva aberta pela Nova Retórica consiste em analisar o modo pelo qual a imagem de si age sobre o outro, implicando certa responsabilidade do interlocutor.

Amossy (2008) procura examinar a noção contemporânea de *ethos* na interseção da Sociologia e da Pragmática, a fim de reintegrar as conquistas dessas duas ciências em uma perspectiva retórica inspirada em Perelman. Com base em Bourdieu (*apud* AMOSSY, 2008: 120), para quem o princípio da eficácia da palavra não reside em sua “substância propriamente lingüística”, afirma que:

o poder das palavras deriva da adequação entre a função social do locutor e seu discurso: o discurso não pode ter autoridade se não for pronunciado pela pessoa legitimada a pronunciar-lo em uma situação legítima, portanto, diante dos receptores legítimos. É assim com o sermão, com a entrevista coletiva, com o poema; enfim, com todas as formas de discurso que circulam em uma sociedade. (AMOSSY, 2008: 120)

De acordo com a autora, o *ethos* ocupa, nesse quadro, um lugar determinante, mas nada tem de construção discursiva. Ele consiste na autoridade exterior de que goza o locutor que, aqui, aparece como um “porta-voz autorizado”, somente podendo “agir sobre os outros agentes pelas palavras porque sua fala concentra o capital simbólico acumulado pelo grupo de quem ele é mandatário e do qual ele é o procurador” (2008:120-121). Em suma, para Amossy, “a eficácia da palavra não depende do que ela enuncia, mas daquele que a enuncia e do poder do qual ele está investido aos olhos do público”. (2008: 121)

Baseando-se ainda em Bourdieu (*apud* AMOSSY, 2008: 120-121), para quem o dizer não pode ser um fazer senão na lógica da troca, Amossy (2008) afirma que passamos dos *speech acts* às trocas simbólicas entre participantes que são agentes sociais. Essa passagem, segundo a autora, implica a tomada do discurso em uma dupla perspectiva: interacional, uma vez que a eficácia discursiva não pode ser compreendida fora da troca entre os participantes, e institucional, já que essa troca é indissociável das posições ocupadas pelos participantes no campo

(religioso, político, intelectual) em que atuam.

Segundo Amossy, a pragmática contemporânea investiga a eficácia da palavra no interior da troca verbal e privilegia, dessa forma, os estudos dos dispositivos de enunciação em detrimento dos rituais sociais exteriores à prática linguageira. Nessa perspectiva, o *ethos* é definido “como um fenômeno discursivo que não deve ser confundido com o *status* social do sujeito empírico”, uma vez que se constrói na interação verbal, sendo, portanto, interno ao discurso. Para os sociólogos, contudo, o *ethos* “se inscreve em uma troca simbólica regrada por mecanismos sociais e por posições institucionais exteriores” (2008: 122).

Retomando essas duas abordagens, Amossy pretende mostrar como elas podem ser complementares se consideradas a partir da perspectiva aberta pela “Nova Retórica” de Perelman (1989), da qual a autora aponta algumas questões centrais: a concepção de argumentação como um conjunto de meios verbais pelos quais um orador tenta provocar ou reforçar a adesão de um auditório às teses que ele submete a seu assentimento; a importância conferida ao auditório, o que conduz a uma *doxa*, ou seja, opinião comum, já que é por meio de um trabalho sobre a *doxa* que o orador tenta fazer seu interlocutor partilhar seus pontos de vista; a necessidade de o auditório se apoiar nos *topoi* ou lugares comuns, para que todos os participantes da troca verbal possam aplicar às conclusões a anuência dada às premissas, conduzidos por uma argumentação; a definição de auditório como uma construção do orador que apoia seus argumentos sobre uma *doxa* emprestada de seu público, sendo o *ethos* modelado a partir de representações coletivas que assumem, aos olhos dos interlocutores, um valor positivo e são suscetíveis de produzir neles a impressão apropriada às circunstâncias. (Cf. AMOSSY, 2008: 123-124)

Baseando-se em Perelman (1989), Amossy afirma que:

a construção discursiva do *ethos* se faz ao sabor de um verdadeiro jogo especular no qual o orador constrói sua própria imagem em função da imagem que ele faz de seu auditório, ou seja, das representações do orador confiável e competente que ele crê ser as do público. (AMOSSY, 2008: 124)

A *doxa*, na concepção da autora, constitui fator determinante

no estabelecimento do *ethos*: compreende um saber prévio que o auditório possui sobre o orador. Essa imagem pública, segundo a autora, intervém principalmente quando se trata de uma personalidade conhecida há muito tempo, como ocorre com os políticos que são conhecidos por muitas pessoas em decorrência daquilo que a imprensa e o rumor público comentam sobre eles, pelo que a mídia mostra deles, ou ainda, pela imagem associada ao grupo ou ao partido do qual são porta-vozes. A autora afirma que esses são os *ethé* prévios, que precedem à construção da imagem no discurso.

A ideia prévia que se faz do locutor e a imagem de si que ele constrói em seu discurso devem ser assumidas em uma *doxa*, ou seja, devem se indexar em representações partilhadas, para que sejam reconhecidas pelo auditório e pareçam legítimas. A estereotipagem, operação que consiste em pensar o real a partir de uma representação cultural preexistente, um esquema coletivo cristalizado, torna possível a avaliação do indivíduo de acordo com um modelo pré-construído.

A autora mostra que “o estereótipo permite designar os modos de raciocínio próprios a um grupo e os conteúdos globais do setor da *doxa* na qual ele se situa”, ou seja, a construção do auditório passa necessariamente por um processo de estereotipagem. Assim também ocorre com a construção da imagem de si, que confere ao discurso uma parte relevante de sua autoridade. Textos de entrevistas coletivas, declarações e congêneres podem ser elaborados de modo a alterar ou ratificar o *ethos* prévio de determinado locutor. Neste caso, segundo Amossy (2008:130), o discurso:

tenta explorar em seu proveito o potencial de certas imagens já prontas, que ele reutiliza em contextos novos para responder a necessidades particulares. Essa reelaboração das representações de si e dos estereótipos se efetua no âmbito de um discurso que comporta suas coerções genéricas e sua distribuição de papéis. A construção de uma imagem de si leva em conta as exigências do discurso político (a ‘cena englobante’ de Maingueneau) e, mais particularmente, as da entrevista coletiva (a ‘cena genérica’ do mesmo autor). O contrato relacionado à última supõe uma interação, pela intermediação de jornalistas, entre um político importante e o grande público. (AMOSSY, 2008:130)

Tendo em vista que a eficácia da palavra acontece

simultaneamente nos níveis externo (institucional) e interno (linguageiro), Amossy (2008) propõe a articulação da análise retórica, que examina o *ethos* como construção discursiva em um quadro interacional, com a Pragmática e a reflexão sociológica, na medida em que esta lhe permite destacar a dimensão social do *ethos* discursivo e a relação com posições institucionais exteriores, ao passo que aquela lhe possibilita trabalhar a materialidade do discurso e analisar a construção do *ethos* em termos de enunciação e de gênero de discurso: “A construção discursiva, o imaginário social e a autoridade institucional contribuem, portanto, para estabelecer o *ethos* e a troca verbal da qual ele é parte integrante” (AMOSSY, 2008:136-137).

Essa autoridade não provém somente de seu estatuto exterior e das modalidades da troca simbólica da qual o locutor participa, sendo também produzida pelo discurso em uma troca verbal que visa a produzir e a fazer reconhecer sua *legitimidade*. Com base nesse percurso, a autora propõe uma abordagem do *ethos* fundada em um estudo da enunciação que considera que a instância do locutor compreende: a posição assumida de forma implícita pelo ser empírico no campo; a imagem preexistente do locutor ou *ethos* prévio (pré-discursivo); a imagem construída no discurso ou *ethos* propriamente dito.

E assim, ela conclui que “ao trabalhar com estereótipo, isto é, com esquemas coletivos e representações sociais que pertencem à *doxa*, o *ethos* se torna sócio-histórico”. (AMOSSY, 2008:142).

A construção de uma imagem de si no discurso começou a receber atenção a partir dos trabalhos de Goffman (1974), que segue uma reflexão voltada para as interações sociais, tais como os trabalhos em Sociolinguística. Seus estudos contribuem grandemente para que a relação língua/sociedade passe a ser vista a partir do uso em contextos sociais específicos. É por essa razão que nos deteremos em sua teoria.

6.3. Os processos de representação da imagem pública na dinâmica interacional

Toda interação é regida por regras conversacionais que são

relativamente flexíveis e constantemente negociadas e renegociadas pelos interlocutores. Logo que iniciam uma interação, os participantes se envolvem em negociações que auxiliam na definição de características contextuais e na construção das relações pessoais entre eles.

Esses interlocutores, tanto em situação de interação face a face quanto em situação mediada, colocam em ação uma *linha de conduta*, ou seja, um padrão de atos verbais e não-verbais, por meio dos quais o indivíduo expressa sua visão em relação à situação comunicativa e sua avaliação em relação aos participantes e, sobretudo, a si mesmo. (GOFFMAN, 1974: 9)

Assim, para Goffman, a *face* é compreendida como um valor social positivo que a pessoa reclama para si por meio dessa *linha de conduta*, assumida por ela mesma, no decurso da interação verbal. Em outras palavras, ao seguir uma linha, capaz de projetar uma imagem consistente de si, a pessoa, apoiada por evidências e julgamentos transmitidos pelos outros participantes, *tem, está em* ou *mantém* uma face.

Todavia, em certas situações de interação, podem ocorrer incidentes capazes de ameaçar a face de um dos interactantes, o que o leva a selecionar, dentre as práticas de salvamento da face que constituem seu repertório, as mais eficazes para uma determinada situação, com vistas a neutralizar o ato ofensivo e preservar sua face.

Assim, a utilização de procedimentos com a finalidade de preservar a auto-imagem (face) pode ser considerada uma tentativa de acordo para a garantia do bom desempenho do evento interacional.

Segundo Goffman (1974), há dois tipos de pressões sofridas por qualquer situação: as comunicativas e as rituais. Estas são responsáveis pela preservação das faces dos interlocutores; aquelas, pela boa transmissão da mensagem. Como podemos ver, a natureza humana é construída com base em regras determinadas pela sociedade:

Essas regras determinam a avaliação que fará de si mesmo e dos outros, a distribuição de sentimentos e os tipos de práticas empregadas para manter um tipo definido e obrigatório de equilíbrio ritual. A capacidade geral de ser levado por regras morais pode perfeitamente pertencer ao indivíduo, mas as regras específicas que o transformam em um ser humano derivam de

exigências estabelecidas pela organização ritual dos encontros sociais. (GOFFMAN, 1974: 42)

Para cada papel social vivenciado pelo indivíduo, há um ritual diferente, em que se observa uma preocupação com a preservação da face, com a imagem pública que todos possuem e desejam preservar.

No decorrer de uma interação, os indivíduos precisam cuidar para que seja preservada não só a própria face, mas também a face alheia, sob pena de causar ameaças à própria face, ao ameaçar a face do outro. Assim, numa atitude de negociação, os interlocutores aceitam a linha do outro, a fim de que não ocorra a ameaça mútua das faces.

Segundo Goffman (1974), também pode ocorrer que o indivíduo possua a “face errada”, quando a informação a respeito de seu valor social é incompatível com a linha seguida por ele. Ou então, que o indivíduo esteja “fora da face”, quando não possui linha que seja compatível com a seguida pelo grupo. Nesses casos, os interactantes podem se sentir “envergonhados” ou “constrangidos” no contato com os outros. Todavia, há aqueles que tendem a omitir esse sentimento (Cf. GOFFMAN, 1974: 75). Enquanto a expressão “perder a face” relaciona-se ao sujeito que está na “face errada”, “fora da face” ou “envergonhado” (*shamefaced*), a expressão “salvar a face” refere-se ao sujeito que sustenta para os outros a impressão de não ter perdido a face.

Há três níveis de responsabilidade atribuídos à pessoa que provoca uma ameaça à face: primeiro, o ofensor pode agir por ingenuidade, ocasionando uma ameaça involuntária; segundo, a ameaça pode advir de malícia ou rancor, com vistas a provocar um conflito (ameaça premeditada); terceiro, a ameaça pode ser provocada por ofensas acidentais, ou seja, a pessoa sabe da possibilidade de ameaça à face, mas não o faz por rancor.

Nesse sentido, Brown e Levinson (1974) afirmam que todo indivíduo social possui uma *face positiva*, relacionada à necessidade de ser reconhecido e aprovado socialmente, e uma *face negativa*, relacionada ao desejo de não ter seu território pessoal invadido, de atuar com liberdade, sem ser coagido.

Segundo os autores, existem atos, nas interações verbais, que podem colocar em risco a imagem pública do locutor e do interlocutor.

Esses atos que ameaçam a face são denominados FTAs (*face threatening acts*) e podem ser divididos em quatro categorias: a dos atos que ameaçam a face negativa do ouvinte (ordem, conselho, ameaça, aviso); a dos atos que ameaçam a face positiva do ouvinte (reclamação, crítica, desaprovação); a dos atos que ameaçam a face negativa do falante (aprovação de uma oferta, aceitação ou expressão de um agradecimento); e a dos atos que ameaçam a face positiva do falante (auto-humilhação, confissão e admissão de responsabilidade, desculpas).

Para Kerbrat-Orecchioni (1992), nas interações verbais, um mesmo ato pode produzir efeito simultâneo em diferentes categorias. A confissão, por exemplo, pode provocar ameaça, concomitantemente, à face negativa (correspondente ao conhecimento) e à face positiva do locutor; e a ordem pode ameaçar as duas faces (positiva e negativa) do interlocutor.

Como podemos perceber, ao mesmo tempo em que os interactantes são alvos de ameaças às faces, eles também querem preservá-las e, para isso, utilizam procedimentos, a fim de amenizar ou restaurar a face ameaçada.

Em uma interação, os interactantes apresentam dois pontos de vista: um defensivo, visando preservar a própria face, e um protetor, objetivando preservar a face do outro. As práticas de salvamento da face (*face-work*) geralmente são ao mesmo tempo defensivas e protetoras. Todavia, em algumas situações, tendem a ser mais defensivas ou mais protetoras. Na tentativa de salvar a face alheia, é preciso cuidar para não perder a própria face e, ao salvar a própria face, deve-se atentar para o risco de ameaçar a face do outro.

Para evitar os efeitos de uma ameaça à face de um interactante, podem ser utilizados procedimentos de atenuação. No entanto, uma vez realizada a ameaça e reconhecida publicamente, configura-se o estatuto de “incidente”, advindo disso um intercâmbio corretivo, para minimizar a tensão na interação social e retomar o equilíbrio ritual.

Os participantes de uma interação verbal, para não se tornarem vulneráveis a críticas e opiniões contrárias, podem utilizar procedimentos atenuadores do grau de ameaça à face. Em seu estudo sobre marcadores de atenuação, Rosa (1992) identifica duas categorias: os

“marcadores de distanciamento”, capazes de promover o apagamento das marcas da enunciação; e os “marcadores da enunciação”, capazes de manifestar as marcas da enunciação no enunciado.

Entre as marcas da enunciação que auxiliam na preservação da face, Rosa (1992) aponta quatro tipos: os marcadores de opinião, que podem indicar um grau de incerteza e/ou orientar a interpretação do enunciado (“eu acho que”, “eu creio que”, “eu suponho que”, “eu acredito que”, “me parece que”, “eu vejo”, “eu considero”); os marcadores prefaciadores metadiscursivos, que antecipam de maneira explícita a função ilocutória da intervenção introduzida, minimizando os efeitos de uma possível ameaça à face dos interlocutores e à própria face do locutor (“antes disso eu quero dizer uma coisa”, “e diria mais”, “eu gostaria de acrescentar o seguinte”); os marcadores de rejeição, que procuram controlar, antecipadamente, possíveis reações desfavoráveis ao que é enunciado (“não sei se... mas”, “que eu me lembre”, “que eu saiba”, “se não estou enganado”, “o que eu me lembro é que”); e os marcadores *hedges*, que alteram o valor ilocutório do enunciado, sinalizando ora uma atividade de planejamento verbal (*hedges* indicadores de atividades cognitivas: “assim”, “quer dizer”, “vamos dizer”, “digamos”, “digamos assim”, “sei lá”, “não sei”), ora a diminuição do comprometimento do locutor com seu enunciado (*hedges* que expressam incerteza: “talvez”, “quem sabe”, “às vezes”, “provavelmente”, “normalmente”, “de certa forma”). Segundo Galembeck (1999),

os marcadores “hedges” de ambos os tipos funcionam como elementos de atenuação do valor ilocutório dos enunciados, pois provocam no ouvinte um efeito de dúvida, imprecisão ou incerteza e, assim, diminuem a “responsabilidade” do locutor com relação aos conceitos emitidos. Por isso mesmo, esses marcadores cumprem um papel análogo ao que é exercido pelos marcadores de rejeição, e previnem eventuais reações desfavoráveis, preservando, assim, a face do falante. (GALEMBECK, 1999: 188)

Para Rosa, a escolha de um marcador de atenuação vai depender do grau de informalidade entre os interlocutores, das próprias condições contextuais do evento interacional e da negociação da identidade social (face) que se quer exibir ou preservar (Cf. ROSA, 1992: 93). Esses

marcadores de atenuação constituem importantes recursos linguísticos de preservação da face utilizados, estrategicamente, no controle da interação, uma vez que interferem na reação verbal do interlocutor, disponibilizando ao locutor, uma alternativa para proteger sua face, caso ocorra uma reação desfavorável.

Como podemos ver, a interação verbal é considerada uma atividade cooperativa, em que interlocutores se preocupam em manter uma imagem pública compatível com a linha por eles adotada.

7. TERMINOLOGIA

Os estudos de Terminologia, no panorama das disciplinas acadêmicas ou mesmo no das diferentes áreas de investigação, apresentaram-se, inicialmente, numa relação de oposição à Linguística. De fato, a Terminologia da vertente tradicional, além da obscuridade no que diz respeito à definição, surge pela afirmação daquilo que não era, ou daquilo que não pretendia ser. Seus fundadores não desejavam que a vissem como Linguística. O que interessava a eles eram *conceitos* e *termos*, não *significados de palavras*; além do que se ocupavam da *língua de especialidade* e não da *língua comum*.

Essa relação de oposição acabou se deslocando gradualmente para uma relação de complementaridade entre Terminologia e os Estudos de Linguagem. Por essa razão, é necessário recorrer aos fundamentos teóricos da Terminologia, para entender o seu redimensionamento no decorrer dos últimos anos e a sua afirmação como uma importante área de saber, fortemente marcada pela interdisciplinaridade.

7.1. A Terminologia e sua importância

A Terminologia, dado o caráter polissêmico da palavra, tem sido concebida como um conjunto de termos de uma área específica do conhecimento e também como disciplina ou campo de estudos teóricos e aplicados de conceitos ou termos utilizados nas linguagens de especialidade. (Cf. PAVEL; NOLET, 2002: 17)

Por linguagem de especialidade ou linguagem especializada, entendemos aquela usada em um determinado campo do conhecimento, tendo por base o vocabulário e os usos linguísticos específicos desse domínio, com vistas a propiciar uma comunicação sem ambiguidades.

Baseando-se em Rondeau (1984), Krieger e Finatto (2004: 24) corroboram o fato de a Terminologia não constituir um fenômeno recente. A presença de línguas de especialidade de uma área do

conhecimento remonta à Antiguidade. Basta lembrar a terminologia utilizada pelos filósofos gregos, pelos comerciantes cretas e pelos que se dedicavam à arte militar. De fato, como o homem precisa utilizar a linguagem para se comunicar, acaba criando palavras para expressar conceitos e denominar objetos e processos de diferentes domínios.

A atualidade da Terminologia, conforme mencionado por Krieger e Finatto (2004: 25), reside no surgimento, na segunda metade do século XX, de um campo de estudos dedicado à Terminologia, como tentativa de fugir da polissemia e das ambiguidades próprias do léxico comum:

Em contrapartida à antiguidade da prática terminológica, seu desenvolvimento mais expressivo, bem como os estudos sobre o componente lexical das comunicações especializadas são relativamente recentes, situando-se na segunda metade do século XX. Apesar dessa atualidade, o reconhecimento formal da existência de vocabulários específicos de determinadas áreas de conhecimento especializado se dá no século XVII, período em que alguns dicionários clássicos da cultura europeia incluíram a Terminologia como uma entrada, definindo-a como matéria que se ocupa de denominações de conceitos próprios das ciências e das artes. (KRIEGER; FINATTO, 2004: 25)

Como descrevem conteúdos específicos, as terminologias garantem a univocidade e a precisão conceitual, o que resulta do esforço em propiciar uma adequada comunicação do conhecimento e, conseqüentemente, um eficiente processo comunicacional entre os especialistas. Dessa forma, os termos, por transmitirem conteúdos específicos de seu campo de conhecimento, estão a serviço da comunicação especializada.

A precisão conceitual que caracteriza as comunicações especializadas favorece a univocidade e torna-se condição necessária para um eficiente intercâmbio comunicativo, tanto no âmbito jurídico e comercial, ao firmar relações contratuais, quanto em situações múltiplas e diversas de intercâmbio científico, tecnológico e cultural. Uma característica marcante das terminologias contemporâneas é, pois, o comportamento sistêmico.

Conforme observam Krieger e Bevilacqua (2005), ao ser revista criticamente, a Terminologia avançou, uma vez que se permitiu percorrer novos caminhos, aparelhando-se teórica e metodologicamente, a

fim de enfrentar situações que não estavam previstas e que desencadearam-se fundamentalmente pela proliferação dos termos técnico-científicos e pela crise do conhecimento que, quanto à sua estrutura, não mais se fecha em si mesmo, mas se constitui em redes. A proliferação de novas terminologias veio provar a inexistência de fronteiras rígidas entre o léxico geral e o especializado, o que torna evidente a complexidade da tarefa de reconhecimento de unidades terminológicas especializadas:

Superar essas barreiras e compreender essas transformações alargaram o pensamento sobre o léxico especializado e as linguagens que o comportam, conferindo identidade à terminologia como uma efetiva área de conhecimento, e nessa medida, de reflexões e práticas interrelacionadas. Para tanto, fundamenta-se em princípios da linguística, dialogando com diferentes campos de especialidade, em que se inclui a linguística de *corpus*, abrindo-se ainda para outras áreas de estudos sobre a linguagem como as teorias funcionalistas, cognitivas e as que focalizam texto e discurso. Dessa forma, a terminologia buscou novas fontes que a auxiliam a identificar e a explicar a gênese e o funcionamento de seus objetos: o termo, a fraseologia especializada e as definições terminológicas. (KRIEGER; BEVILACQUA, 2005: 3)

Assim, a Terminologia foi adquirindo identidade, de forma a constituir-se como uma efetiva área de conhecimento e, nessa medida, de reflexões e práticas inter-relacionadas.

Nesse panorama em que a Terminologia se coloca, é significativo o desenvolvimento de áreas que a configuram como interdisciplinar. Todavia, o fenômeno terminológico decorre também de aspectos socioeconômicos e sociopolíticos, como o desenvolvimento da mídia, das relações políticas internacionais e do comércio internacional. Esses fatores são determinantes ao aparecimento e à proliferação de multinacionais, o que gera a necessidade de padronização e normalização das terminologias. (Cf. CABRÉ, 1998: 2-3).

Para Cabré (1998), a Terminologia, como disciplina aplicada, precisa oferecer uma metodologia de trabalho que apresente coerência com os princípios da teoria e seja suficientemente flexível para adequar-se a situações diversificadas. As diversas facetas que integram os fundamentos e as aplicações da Terminologia evidenciam as percepções que diferentes grupos de profissionais, como os linguistas, cientistas de variadas áreas, documentalistas, normalizadores, redatores e tradutores, dentre outros, têm

da Terminologia.

Tomemos como exemplo os linguistas que até recentemente consideravam a Terminologia apenas pelo seu caráter prescritivo. Assim, as unidades terminológicas eram artificiais e, conseqüentemente, sujeitavam-se aos fenômenos da linguagem natural. Nada mais eram do que unidades de organização do conhecimento especializado de uma área do conhecimento e, como tal, unidades de expressão e comunicação utilizadas de acordo com as situações estritamente profissionais. Isso começa a se modificar com o desenvolvimento de pesquisas que não mais compreendem os termos como palavras estáticas, “em estado de dicionário”, mas sim como unidades léxicas especializadas e dinâmicas, que participam do léxico de um falante na qualidade de especialista de uma área de conhecimento.

Para os documentalistas e normalizadores internacionais, a Terminologia constitui um conjunto de unidades padronizadas por consenso entre as pessoas que delas fazem uso, com a finalidade de reduzir a ambigüidade e assegurar a univocidade e precisão comunicativa. Nesse contexto, os princípios da univocidade e monosssemia das unidades terminológicas alcançam seu sentido pleno.

Entretanto, o interesse pelas terminologias não se restringe a especialistas de um domínio do conhecimento, considerados os usuários primeiros, sempre conscientes da necessidade e importância do domínio desse conhecimento. Também alunos de graduação e de pós-graduação como nós, que precisam adquirir o domínio sobre a sua área de interesse; profissionais envolvidos com o uso da linguagem, dentre eles os documentalistas, os tradutores, os intérpretes, os redatores e os profissionais da mídia; o cidadão comum, leigo em qualquer dos campos especializados, todos são afetados pelas terminologias, uma vez que é impactante a produção acelerada do conhecimento.

Isso provoca a expansão dos léxicos especializados e a evolução de uma consciência sobre o papel que eles desempenham na comunicação. É em decorrência desse novo panorama cultural que a Terminologia vai-se-fortalecendo no decorrer do século XX e que, nas mais distintas áreas do conhecimento, desenvolvem-se reflexões e constroem-se teorias a respeito da comunicação especializada.

7.2. Um histórico da Terminologia

As bases teóricas da Terminologia estão intimamente relacionadas com propósitos pragmáticos, uma vez que visam ao favorecimento da comunicação das ciências em âmbito internacional. Por essa razão, dentre os pioneiros dos estudos terminológicos, distinguem-se os que privilegiaram o enfoque cognitivo do fenômeno do termo, ou seja, os que salientaram a visão do funcionamento linguístico das terminologias.

Dentre eles, estão as escolas clássicas, como a de Viena, a de Praga e a escola russa, em que prevalece a perspectiva normativa sobre as terminologias, o que se contrapõe às linhas teóricas de base descritiva sobre o léxico especializado, as quais ganharam impulso com o desenvolvimento da Linguística. Sob a orientação de valorização da dimensão cognitiva do termo, visando à sua padronização, surgiu a Teoria Geral da Terminologia (TGT), teoria desenvolvida por Eugen Wüster, engenheiro eletrotécnico austríaco, considerado o fundador da Terminologia Moderna, uma vez que partiram dele os princípios dos estudos terminológicos.

A proposta de Wüster era normatizar as terminologias, para facilitar o uso e, assim, garantir a perfeita comunicação técnica e científica em âmbito internacional. Sob seu ponto de vista, tal objetivo seria alcançado em decorrência da univocidade obtida pela normatização. De acordo com o princípio da univocidade, um conceito é designado por um só termo e um termo se refere a um só conceito. Nessa ótica, fica rejeitada a ideia da variação linguística, da sinonímia, da polissemia e da homonímia.

Wüster e outros terminólogos preocuparam-se em estabelecer orientações metodológicas para o tratamento das unidades terminológicas com base no princípio de que os termos são denominações de conceitos. A partir desse entendimento, tornou-se claro que os elementos essenciais da comunicação profissional eram os conceitos e os signos a eles associados. E a precisão deveria ser assegurada por meio de léxicos padronizados.

Dentre os princípios de maior relevância da TGT, destaca-se o que associa os termos a conceitos e não a significados: os significados

são linguísticos e variáveis de acordo com o contexto discursivo e pragmático; os conceitos, por sua vez, são atemporais, paradigmáticos e universais. A partir disso, os termos não são entendidos mais como elementos das línguas naturais, mas como unidades de conhecimento que comportam denominações; e os conceitos científicos são identificados por meio de rótulos, ou seja, por meio de etiquetas denominativas, criadas com determinadas peculiaridades que evitam as ambiguidades características do léxico comum. Desse modo, Wüster isenta as unidades lexicais especializadas de polissemia, já que não podem comportar diversidades conceituais.

Por causa de suas proposições prescritivas e normalizadoras, a TGT tem sido muito criticada. Seus princípios, que refletem uma visão redutora e idealista da teoria, conduzem ao apagamento dos aspectos comunicativos e pragmáticos, envolvendo apenas o léxico temático.

Ao final do século XX, contudo, a Terminologia passa a ser marcada por investigações de base linguístico-comunicacional. Surgem novas concepções sobre os termos e seu funcionamento, bem como novas discussões sobre a tarefa que compete à teoria terminológica. Daí em diante, o componente cognitivo que marcou a TGT cede lugar aos estudos de fundamentação linguística.

Na década de 80, Alain Rey (1992: 3), um dos pioneiros desse novo percurso teórico da Terminologia, chama a atenção para um novo paradigma, que vai se ocupar de questões linguísticas e não mais se limita a tratar o termo de forma idealizada, restrito ao âmbito do especialista. Compreende-se a unidade terminológica sob um ponto de vista descritivo, funcionando como qualquer unidade do léxico da língua natural. Surgem novas teorias e diversos estudos sob esse novo enfoque, abordando a complexidade linguística e comunicacional das terminologias, sem abandonar seu aspecto cognitivo.

Esse percurso revisionista, trilhado pelos teóricos contrários à TGT, caracterizou uma ruptura epistemológica significativa na história da Terminologia. Surgem, então, novas concepções teóricas, segundo as quais os termos passam a ser entendidos como unidades terminológicas que

funcionam num modelo de comunicação. A linguagem se apresenta como dinâmica e complexa, levando a uma descrição das terminologias com base em seu comportamento nos textos especializados e ao conseqüente reconhecimento de que a polissemia também está presente no universo das comunicações científicas e técnicas.

Os novos direcionamentos têm motivado o desenvolvimento de estudos terminológicos sob um olhar descritivo, embasado fundamentalmente na reflexão linguística, textual e comunicacional, tendo no léxico especializado a sua matéria-prima. A partir desse novo conjunto de saberes, que vem dando à Terminologia uma nova identidade, diversas e diferentes investigações têm sido feitas com a finalidade de apreender o fenômeno terminológico.

No quadro de revisão e atualização dos estudos terminológicos, é importante fazer referência à Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT), que se caracteriza não só pela valorização dos aspectos comunicativos das linguagens de especialidade, mas também pela compreensão de que as unidades terminológicas fazem parte da linguagem natural e da gramática das línguas.

A TCT se define a partir dos seguintes pressupostos: a) a Terminologia se concebe como um campo interdisciplinar, construído a partir da teoria do conhecimento, da teoria da comunicação e da teoria da linguagem; b) seu objeto de estudo são as unidades de significação especializada (USEs); c) os termos são unidades léxicas que se compõem de forma ou denominação e significado ou conteúdo e que têm valor referencial, sendo determinados pelo âmbito, tema, perspectiva de abordagem do tema, tipo de texto, emissor, destinatário e situação; d) o conteúdo de um termo nunca é absoluto, senão relativo, segundo cada âmbito e cada situação de uso; e) os conceitos de um mesmo campo especializado mantêm entre si relações de diferentes tipos, sendo que o conjunto das relações que se estabelecem entre os conceitos constitui a estrutura conceitual de uma disciplina.

Dentre os novos direcionamentos, é relevante acrescentar a Socioterminologia, contribuição de François Gaudin (1993), da Universidade de Rouen, França. A partir dos princípios da Sociolinguística, começou a

ganhar ênfase o exame do funcionamento dos termos em seu real contexto de ocorrência, reconhecendo-se, dessa maneira, a presença da variação terminológica e da sinonímia nas comunicações especializadas, fenômenos não admitidos pelos estudos clássicos da Terminologia.

O reconhecimento de que a variação existe também nas linguagens de especialidade contrapõe-se à ilusão de que é possível controlar seu uso por uma intransigente padronização. Defender tal padronização é negar e apagar o verdadeiro funcionamento da língua em contexto de uso. A variação é o eixo central da teoria e é exatamente nesse ponto que contraria as escolas clássicas, as quais impedem o registro das outras formas denominativas e conceituais que os termos comportam com relativa frequência.

Como disciplina eminentemente prática, a Socioterminologia se fundamenta na análise das condições sociais e linguísticas de circulação dos termos. Sendo disciplina descritiva, estuda o termo sob a perspectiva linguística na interação social e busca respaldo teórico, principalmente na Sociolinguística, com seus critérios de variação linguística dos termos no meio social e com a perspectiva de mudança.

A Socioterminologia começa a observar e diferenciar a comunicação que ocorre entre o pessoal de direção, os setores administrativos, de pesquisa, de produção e de comercialização das empresas, por exemplo, como forma mais adequada de descrever o termo técnico e científico. Sob uma perspectiva variacionista, que considera a diversidade presente nas comunicações especializadas, o “termo” deixa de ser considerado como uma entidade unívoca.

Em qualquer linguagem, há uma gama de variações. De modo geral, a variação de nível fonológico e gramatical é mais evidente nas variantes regionais e sociais, não apresentando, dessa maneira, interesse para a Terminologia. É a variação do léxico que se apresenta de forma mais apropriada nas linguagens de especialidade.

A Socioterminologia, do ponto de vista metodológico, apresenta atitude descritiva. Decerto, com fundamentação na Linguística, que é uma ciência essencialmente descritiva, propõe a investigação dos termos em sua dimensão interativa e discursiva. É, pois, no texto que reside

o seu objeto de estudo privilegiado, pois é pelo discurso especializado que a Socioterminologia manifesta seu maior interesse e é nele que tenta identificar os aspectos que condicionam a escrita dos textos e a sua leitura. É o texto e o discurso que revelam o tipo de terminologia empregado nas comunicações especializadas, o maior ou menor grau de especialização que as comunicações especializadas refletem e o grau de densidade informativa que comunicam.

Segundo as proposições inovadoras de teorias terminológicas, como a TCT e a Socioterminologia, que se fundamentam sob o enfoque do funcionamento linguístico dos termos, a relevância atribuída ao texto é uma realidade e está ligada ao princípio comunicacional que postulam. O reconhecimento do texto como o ambiente natural das terminologias especializadas representa uma importante reversão de paradigmas epistemológicos. O quadro referencial de exame do comportamento e da gênese dos termos passa a ser atribuído ao seu contexto de ocorrência. Sob essa ótica, a Terminologia avança no sentido de se recusar a admitir o léxico especializado como um constructo idealizado, sendo que os termos passam a ser concebidos como elementos da linguagem em funcionamento, com todas as implicações daí decorrentes. Sob o enfoque que valoriza o contexto discursivo das comunicações especializadas, a Terminologia se aproxima das teorias que tomam o texto como seu objeto de análise, tais como da Linguística do Texto e das teorias pragmáticas e enunciativas.

A partir desse novo direcionamento, os estudos terminológicos, além de reconhecerem o papel da textualidade e do discurso na constituição dos objetos terminológicos, começam também a interessar-se pelas estruturas e tipologias de textos produzidos nas comunicações especializadas. Os teóricos começam a perceber que, com base em uma abordagem textual das ocorrências terminológicas, é possível observar o comportamento do termo sob vários planos e ângulos.

O conhecimento da importância do contexto linguístico de ocorrência para a identificação de um termo evidencia-se como uma produtiva orientação metodológica para detectar o estatuto terminológico de uma unidade lexical, que se instaura pela sua relação semântica e

pragmática com o texto especializado. A relevância do contexto é um dos pressupostos básicos a serem levados em consideração no momento da escolha dos termos no processo de indexação e na arquitetura do sistema de recuperação de informação.

7.3. O jargão

Tão importante quanto a noção de terminologia é a noção de jargão. Partindo do conceito de Mattoso Câmara Júnior (1986) para jargão, importa salientar que o verbete “jargão”, no Dicionário de Lingüística e Gramática, faz o leitor buscar uma outra palavra: “gíria”. De fato, o linguista associa “jargão” à “gíria” quando trabalha com o significado restrito da palavra “gíria”, reportando-se, inclusive, a Marouzeau (1943), ao tratá-la como “vocabulário parasita que empregam os membros de um grupo ou categoria social com a preocupação de se distinguirem da massa dos sujeitos falantes”. (1986: 127).

Também Burke (1997), diversas vezes, relaciona os dois termos. No entanto, apresenta outros dados teóricos relevantes sobre o jargão, para os quais passaremos agora.

Para tratar da relação entre linguagem e jargão, Burke assinala a importância de fazer referência à história da palavra “jargão”, que remonta aos séculos XII e XIII. Ora usado na descrição do gorjeio dos pássaros, ora na referência à fala ininteligível, o termo “jargão” teve seu sentido modificado na medida em que espalhava-se de uma língua para outra, até que passou a designar a “linguagem do submundo”, cujo objetivo era tornar incompreensível para o leigo a atividade de pedintes, ladrões e vigaristas: “Era uma ‘antilinguagem’ de uma contracultura ou uma linguagem para marginais.” (BURKE, 1997: 8)

De acordo com Burke, nos séculos XVI e XVII, o conhecimento dessas linguagens especiais foi-se tornando cada vez mais evidente e, assim, o termo “jargão” teve o seu sentido ampliado e passou a referir-se também à linguagem de filósofos escolásticos, à linguagem de grupos religiosos, dentre outras.

O linguista também registra, na historiografia dos jargões, a proliferação de glossários que, desde o século XV, procuravam tornar relativamente pública a linguagem privada, mais particularmente a linguagem do submundo, considerada a mais fascinante pelos homens de letras e seus leitores. Vale lembrar o exemplo citado por Burke:

François Villon, um dos primeiros exemplos de intelectual boêmio, escreveu seis *ballades* no jargão dos *coquillards*, poemas que os críticos modernos conseguiram decodificar apenas por causa da descoberta das atas de um julgamento desses *coquillards*, em Dijon, no ano de 1455. Na Itália, apenas alguns anos depois, foi elaborado, pelo poeta Luigi Pulci, um glossário da linguagem dos ladrões, ou 'contraponto', como era chamado por seus usuários. (BURKE, 1997: 11)

Somente a partir do século XVIII é que foram publicados os vocabulários profissionais. No entanto, os jargões eram estudados apenas como curiosidades até o século XIX, ganhando um estatuto profissional com o surgimento da Linguística como disciplina acadêmica. Nas palavras de Burke,

as freqüentes reimpressões de alguns dos principais estudos sugerem um crescente interesse público, dos anos 1920 até o presente, por gírias e jargões de todos os tipos, definidos como 'parasíticos', ou como línguas 'parciais' – em outras palavras, um suplemento ao vernáculo, não uma alternativa a ele. (BURKE, 1997: 13)

Não obstante a marginalidade a que ficou relegado o estudo do jargão para os historiadores sociais, há uma variedade de jargões que pode servir como objeto de estudo, dentre eles os que participam da linguagem dos soldados, dos marinheiros, de atividades e profissões específicas, de gerações de alunos, dos médicos, dos funcionários públicos, dentre outros. No entanto, Burke nos alerta para o fato de que não devemos associar jargão apenas a profissões. Para ele, o lazer também gera jargão.

Além disso, Burke menciona as funções possíveis dos jargões. A primeira seria a de convivência prática, de modo que o sujeito se expressa diferentemente dependendo da ocupação que exerce: "O resultado é a comunicação mais rápida e eficiente entre os iniciados. Os leigos não entenderão, mas então esse tipo de conversa não lhes diz respeito" (1997:

22). A segunda função diria respeito à teoria do segredo, já que sociedade secreta exige linguagem secreta. Para ele, essa linguagem não é só diferente, “é particular, um meio de comunicação que o público, incluindo as possíveis vítimas e a polícia, poderiam ouvir por acaso mas seriam incapazes de decodificar” (1997: 23). A terceira função estaria relacionada à teoria da “impostura” ou “mistificação” no jargão: “A linguagem das burocracias, em especial, tem sido criticada com frequência como ‘elaborada para mistificar, para intimidar e para criar uma impressão de que a atual disposição da sociedade é imutável’”(1997: 23). A quarta função relacionar-se-ia ao isolamento social ou psicológico que o jargão expressa. De fato, o jargão pode se apresentar como uma forma de conhecimento, que, por isso, expressa as condições de membro de um grupo do qual o leigo é excluído. A quinta e última função dos jargões trata de seu sentido simbólico, manifesto pelo uso intenso de figuras de linguagem, particularmente, as metáforas e os eufemismos.

O que legitima o jargão é a sua atuação como uma “estenografia profissional”, no entanto, quer queira quer não, ele também gera, como ressalta Porter (1997), uma “verbosidade mistificadora que é obscura para o público”. (1997: 57)

De fato, todas as profissões apresentam uma linguagem que lhes é específica. E embora muitos considerem o jargão como discurso descuidado, preferimos considerá-lo como necessário. Apoiando-se em Dirckx (1983), Porter defende que

a existência do jargão técnico não pode ser impedida: é um crescimento natural, com peculiaridades regionais e convenções em constante mudança. A concisão de muitas expressões informais lhes confere um atrativo tão forte que, em desafio aos puristas e aos pedantes, elas se tornam legitimadas pelo uso continuado. Termos como ‘leucocitose com um desvio à esquerda’, ‘um alto índice de suspeita’ e ‘síndrome do seio enfermo’ são irregulares em sua formação ou extravagantes em seu tom, observa Dirckx, mas conquistaram aceitação pelo fato de serem apropriados e expressivos. (PORTER, 1997: 71)

Segundo Porter, Dirckz procura mostrar os motivos dessa linguagem técnica e, para isso, dá o exemplo dos médicos que, em conclave, “têm de fazer que idéias complexas tornem-se inteligíveis; falando

entre si na frente de pacientes, eles procuram tornar obscuras as idéias simples.” (*op. cit.*: 72)

8. COESÃO: REFERÊNCIA/REFERENCIAÇÃO

Tradicionalmente, o termo “referência” designa a relação existente entre uma expressão linguística e algo que ela seleciona no mundo real. De acordo com essa concepção, a língua constitui um sistema de etiquetas ajustadas às coisas, em correspondência perfeita com os objetos do mundo real, os referentes. Tal concepção baseia-se num “mapeamento” das palavras sobre as coisas, pressupondo “que um mundo autônomo já discretizado em objetos ou ‘entidades’ existe independentemente de qualquer sujeito que se refira a ele, e que as representações linguísticas são instruções que devem se ajustar adequadamente a este mundo.” (MONDADA; DUBOIS, 2003: 19)

Entretanto, uma concepção de referência como representação não nos permite pôr em cena sujeitos que colaboram para a construção do sentido. Somente uma concepção diversa da literatura tradicional abre espaço para tratar da referência como um processo realizado no discurso, e dos referentes como objetos-de-discurso, que, apresentados, construídos e desenvolvidos discursivamente, contribuem para a articulação de um “projeto de sentido”.

Contrariamente à perspectiva que entende a língua como espelho do real em adequação total ao mundo, sustentamos uma concepção de língua como interação. A relação língua x mundo não pode ser vista como uma fórmula pronta a ser univocamente recebida e reproduzida nas práticas linguísticas, como se o mundo estivesse precisamente definido e demarcado.

Não faz mais sentido falar em referentes do mundo, se entendemos que os sujeitos estão no centro da atividade discursiva, manipulando o desenvolvimento de objetos-de-discurso. Queremos, portanto, postular que a referência seja vista no interior do discurso, no interior de uma atividade contextualmente encenada por sujeitos sociais que interativamente colaboram para a produção de sentido, ao mobilizar conhecimentos de várias ordens, e não no interior da língua, como propriedade intrínseca das palavras, como se os referentes operassem

unicamente em “estado de dicionário”.

Para Mondada e Dubois (2003), embora a questão da referência tenha sido historicamente concebida como um problema de representação do mundo em termos de verdade e correspondência, essa questão deve ser deslocada para um tratamento que privilegie a relação intersubjetiva e social, na qual versões do mundo são publicamente elaboradas e avaliadas pelos sujeitos enunciadorees. Segundo as autoras, não se trata mais de interrogar sobre como o mundo é representado de modo adequado, mas de como as atividades humanas, linguísticas e cognitivas estruturam e dão sentido ao mundo. (Cf. MONDADA; DUBOIS, 2003: 18-20)

Por essa razão, as autoras passam a utilizar o termo “referenciação” para tratar da referência como um processo realizado no discurso, resultante de práticas simbólicas complexas, que não estão associadas a um sujeito cognitivo abstrato e ideal, solitário face ao mundo, mas à construção de objetos cognitivos e discursivos na intersubjetividade de negociações e modificações de concepções públicas e individuais do mundo.

Os referentes textuais não são objetos do mundo, mas sim objetos-de-discurso, que não se confundem com a realidade extralinguística, mas que a reconstróem no próprio processo de interação. Isso acontece não somente pela forma como nomeamos o mundo, mas, acima de tudo, pela forma como sociocognitivamente interagimos. A referenciação realiza-se no discurso, no momento em que o sujeito dá sentido ao mundo, construindo discursivamente os referentes (ou objetos) a que faz referência.

Se entendemos as categorias e os objetos-de-discurso como fenômenos discursivos, sempre construídos numa dimensão discursivo-interacional, o léxico não pode ser visto como um conjunto de etiquetas disponíveis, mas como um material constantemente retrabalhado no discurso.

As categorias e os objetos-de-discurso não podem, portanto, ser tratados como estruturas invariantes, fixadas *a priori* e capazes de “realisticamente” ou objetivamente agrupar o mundo, nem como protótipos ou formas universalizantes, mas como criação, transformação (daí seu

caráter flexível e dinâmico), ou ainda, como versões sociais do mundo ou posições enunciativas, que intervêm na estruturação do discurso e na construção de sua coerência. Dessa maneira, por pertencerem ao mundo do discurso, as categorias e os objetos-de-discurso trazem a instabilidade causada pela mobilidade das percepções do sujeito no curso do processamento do discurso.

8.1. A variabilidade das categorizações sociais

A variabilidade das categorizações sociais permite atribuir a uma pessoa ou a objetos sociais muitas categorizações possíveis para identificá-los em suas atribuições. Sacks (*apud* MONDADA; DUBOIS, 2003: 23), em vez de buscar uma categorização por adequação referencial, correspondência e veracidade, procura estudá-la como uma seleção individual em que o indivíduo opta por uma categoria dentro de um contexto social:

A questão não é mais avaliar a adequação de um rótulo 'correto', mas de descrever em detalhes os procedimentos (lingüísticos e sócio-cognitivos) pelos quais os atores sociais se referem uns aos outros – por exemplo, categorizando qualquer um como sendo um 'homem velho', em vez de um 'banqueiro', ou de um 'judeu' etc., tendo em conta o fato de algumas destas categorias poderem ter eventualmente conseqüências importantes para a integridade da pessoa. (*apud* MONDADA; DUBOIS, 2003: 23)

Assim, aquilo que é normalmente considerado como estável para as categorias pode se tornar instável, pode evoluir, sob o efeito de uma mudança de contexto ou de ponto de vista. As autoras elucidam bem essa questão quando utilizam como exemplo o piano que, no contexto de um concerto, pode ser categorizado como um instrumento musical; mas que, no contexto de uma mudança, passa a ser móvel pesado e incômodo.

É importante reafirmar, portanto, que as categorias não são fixas: são insustentáveis, variáveis - diacrônica e sincronicamente - e flexíveis. Para Mondada e Dubois (2003: 23), essa variabilidade ocorre porque as categorias são construídas e negociadas em situação de discurso,

no processo de referenciação, por sujeitos sociocognitivamente situados e contextualizados.

8.2. Mudanças e instabilidades na construção dos objetos-de-discurso

Segundo Mondada e Dubois (2003: 29), a instabilidade das categorias relaciona-se a suas ocorrências, por meio de práticas enunciativas ou interativas, nas quais “os locutores negociam uma versão provisória, contextual, coordenada do mundo”. Essa instabilidade ocorre em todos os níveis da organização linguística, desde as construções sintáticas às configurações de objetos-de-discurso.

Em busca de referenciação adequada, o locutor ativa e produz caminhos que podem estar ligados aos objetos-de-discurso ou constrói novo caminho, em que uma descrição esteja mais apropriada do que outra. Nesse aspecto, o processo de referenciação é ocasionado pelas modificações que induzem a entidade a passar de um ponto central de seu domínio semântico para um ponto periférico, ou que provocam uma recategorização.

Não se pode considerar, dessa maneira, que a palavra ou a categoria adequada é decidida *a priori* no mundo, antes de sua enunciação. Também não se pode dizer que o locutor ideal é aquele que busca a palavra adequada dentro de um estoque lexical. O processo de produção das sequências é construído em tempo real, fazendo emergir entidades discretas que constroem a referência.

Diante disso, observamos que a capacidade de referir da linguagem é a capacidade humana de categorizar e que as categorias evoluem. Assim, não há descrição estável do mundo. As várias situações não podem, pois, ser vistas como falhas, mas sim como meios de categorizações.

Para efeito de conclusão, reafirmando a importância que conferem ao contexto discursivo, Mondada e Dubois (2003: 40) defendem que “a indicialidade da linguagem e do discurso quebra a ilusão de dar uma descrição única e estável do mundo e sublinha sua necessária dependência

contextual”.

Dessa instabilidade surgem os processos de remissão textual responsáveis pela construção e reconstrução de objetos-de-discurso. É disso, portanto, que trataremos a seguir.

8.3. Formas de referenciação discursiva

Considerando a referenciação como atividade discursiva, em que o locutor, em vista de seu projeto comunicativo, faz escolhas significativas, a fim de concretizar sua “proposta de sentido”, podemos localizar, dentre essas escolhas do sujeito, as formas de referenciação. (Cf. KOCK, 2006: 123-124)

A esse respeito, Cavalcante (2005: 126-132) aborda os casos de introdução referencial e de anáfora em sentido amplo. Para a autora, as introduções referenciais apresentam um objeto de discurso sem que haja um elemento co-textual que lhe sirva de âncora, enquanto as anáforas introduzem uma expressão referencial com algum tipo de ancoragem no texto. Koch (2006: 127) designa as introduções referenciais e as anáforas como processos de ativação não-ancorada e de ativação ancorada, respectivamente. Tal como Cavalcante, Koch explica que, nos processos de ativação não-ancorada, introduz-se um objeto de discurso totalmente novo no texto; e nos de ativação ancorada, introduz-se um novo objeto mediante algum tipo de associação com elementos presentes no texto.

Dentre os casos de ativação ancorada, Koch (*apud* CAVALCANTE, 2005: 128) faz referência às anáforas co-referenciais e não co-referenciais, incluindo entre estas últimas as anáforas indiretas com os subtipos: mais associativas, em que são selecionados termos de um mesmo campo lexical, permitindo a construção de referentes por meronímia; mais inferenciais, que se estabelecem por uma relação indireta construída inferencialmente e não por critérios de base semântico-lexical; e as anáforas encapsuladoras.

De modo particular, as anáforas encapsuladoras não

nomeiam um referente específico; são, antes, usadas a fim de “recategorizar segmentos precedentes ou subseqüentes do co-texto, resumindo-os e encapsulando-os sob determinado rótulo”. (KOCH, 2005: 38). Trata-se de formas híbridas, já que apresentam tanto função referenciadora quanto predicativa. Tais anáforas encapsuladoras “não só rotulam uma parte do co-texto que as precede (...) mas, ao fazê-lo, criam um novo referente textual que, por sua vez, passará a constituir um tema específico para os enunciados subseqüentes” (KOCH, 2005: 38).

Koch ainda distingue dois tipos dessas anáforas: as que apenas rotulam um segmento de texto transformando-o em objeto de discurso e fazendo o texto progredir e também as que rotulam, por meio de nominalizações, predicacões antecedentes ou subsequentes, representando seus processos e actantes como objetos-acontecimentos. E ainda esclarece que tais anáforas “encerram, na absoluta maioria dos casos, valor persuasivo, isto é, os rótulos (avaliativos), freqüentemente metafóricos, mobilizados para construir os objetos-de-discurso, têm o poder de orientar o interlocutor para determinadas conclusões” (KOCH, 2005: 40).

Koch trata também da remissão metadiscursiva, em que a rotulação focaliza a própria atividade enunciativa, de modo a qualificar o segmento rotulado como um determinado tipo de atividade metadiscursiva. Levando em conta os tipos de rotulações metalingüísticas e/ou metadiscursivas discutidas por Francis (1994), a saber: as que designam um tipo de ato de fala, um tipo de atividade linguístico-cognitiva, um processo cognitivo ou um termo metalingüístico, Koch (2005: 43) ainda acrescenta as expressões metaenunciativas e/ou de conotação autonímica, que constituem indicadores polifônicos, na medida em que se atribui o segmento mencionado à voz de outro enunciador, do qual o locutor geralmente discorda, ou então, quer distanciar-se.

Em relação a esse mecanismo de remissão textual, Koch afirma que “a escolha de expressões metalingüísticas e metadiscursivas, dentre as várias opções possíveis, é importante indício da opinião do locutor não só a respeito do discurso que está sendo rotulado, como também a respeito do próprio enunciador desse discurso” (KOCH, 2005: 44).

A respeito das formas nominais referenciais, Monnerat

(2007) apresenta, com base em Koch, duas anáforas que consideramos importantes para a análise do *corpora* desta pesquisa: a anáfora especificadora e as anáforas definicionais e didáticas. No primeiro caso, o nome-núcleo da forma nominal é representado por um nome genérico ou pela sequência hiperônimo/hipônimo. Monnerat ressalta que o uso “do hiperônimo com papel anafórico pode ter, também, a função de retomar um termo pouco usual ampliando o nível de conhecimento do interlocutor”. No segundo caso, o nome-núcleo é representado por paráfrases definicionais e didáticas, havendo apenas uma diferença entre elas: nas definicionais, introduz-se primeiro o termo técnico e a definição aparece na expressão referencial, ocorrendo o inverso nas didáticas.

Segundo a autora, uma vez que o hiperônimo apresenta

todos os traços lexicais do hipônimo, na retomada por hiperônimo, tem-se um menor grau de recategorização, pois a carga semântica deste se ajusta ao antecedente, isto é, selecionam-se apenas aqueles de seus traços que se ajustam ao antecedente. Esse tipo de anáfora é um auxiliar valioso no discurso de divulgação científica, já que as paráfrases formadas pelo recurso a hiperônimos podem servir para elaborar definições, verificando-se os efeitos denominados pelos autores de “definicionais” e “didáticos”, os quais permitem, inclusive, introjetar na memória um léxico novo. (MONNERAT, 2006/2007)

Diante disso, não é difícil reconhecer a importância dessas formas referenciais na progressão textual e na construção do sentido do texto.

9. RELAÇÕES DE CAUSALIDADE E ARGUMENTAÇÃO

De acordo com Charaudeau (1992), a tradição gramatical distingue, entre as proposições circunstanciais, as causais, as finais, as consecutivas e as condicionais. Todavia, não apresenta para elas definições claras. Até mesmo seus autores demonstram certo embaraço quando se trata da classificação de tais proposições: uns fazem inventário de palavras subordinativas e examinam seu emprego; outros relacionam subtipos para cada proposição ou observam o emprego do modo verbal. O fato é que, na gramática tradicional, as relações lógicas são apresentadas somente a partir das marcas de subordinação ou das combinações modais.

A lógica formal (ou proposicional), por sua vez, apresenta uma categorização das relações lógicas conforme as condições de verdade das proposições: as condições necessárias e/ou suficientes. No entanto, a lógica proposicional é uma linguagem construída, que não coincide com a linguagem em situação de comunicação real.

Para tornar clara essa distinção, o linguista utiliza o seguinte exemplo: “É preciso ter 45F para ver este filme”. Do ponto de vista da situação de comunicação real, há várias interpretações possíveis. A primeira seria a de que ter menos de 45 F implicaria não ver o filme; a segunda, a de que ter 45 F implicaria ver o filme; a terceira, a de que ter mais de 45F implicaria ver o filme e, ainda, poderia haver uma quarta interpretação, segundo a qual ter 45 F ou mais implicaria não ver o filme.

Como observamos, as três primeiras interpretações podem corresponder às intenções do locutor; ao que, de fato, ele teria dito: “Basta ter 45F para ver o filme”. Mas a última interpretação só poderia ser feita por alguém que não fosse o locutor, para considerar que “ter 45F” não constitui uma das condições possíveis para “ver o filme”, já que também seria necessário considerar o tempo, o meio de acesso ou de transporte, ou a simples vontade de ver o filme. Todas essas circunstâncias de discurso não são consideradas pela lógica proposicional, que precisa atribuir um valor de verdade referencial fixo a cada proposição.

Para Charaudeau, entre o ponto de vista morfológico da

tradição gramatical e o ponto de vista abstrato da lógica proposicional, há lugar para o ponto de vista semântico, que reflete a mecânica conceitual de uma relação complexa como a de causalidade, usando a lógica de alguns procedimentos, sem negligenciar a sintaxe da construção dos enunciados, e também considerando as circunstâncias do discurso.

9.1. DEFINIÇÃO DE CAUSALIDADE E CATEGORIAS

A operação de causalidade estabelece uma relação lógica entre duas asserções (A1 e A2), de tal modo que uma implica a outra. Correlativamente, esta última depende da existência da primeira, pela sua constituição de ponto de resultado, independentemente da ordem das asserções (e das palavras que as ligam) na construção do enunciado. Essa relação geral de causalidade é representada por:

A1	→	A2
(ter 45 F)	→	(ver o filme)

Embora seja geral, essa definição permite compreender o embaraço dos gramáticos acima referidos para classificar as proposições circunstanciais, por causa de sua proximidade de sentido. Basta observar os seguintes exemplos que demonstram uma ou outra forma de causalidade:

- Coloque um bom disco e eu dançarei com você.
(consequência)
- Ela dançou com ele, porque ele colocou um bom disco. (causa)
- Se você tivesse colocado um bom disco, eu teria dançado com você. (hipótese)
- Coloque um bom disco para que eu dance com você.
(finalidade)

Como podemos observar, a relação que une A1 a A2 é

explícita, e é isso que diferencia a causalidade, da restrição⁵.

Para tratar dos critérios de definição das categorias de causalidade, Charaudeau estabelece diversas comparações entre enunciados. Primeiramente, confronta: “Eu irei ao campo se ele vier me buscar” e “Eu irei ao campo somente se ele vier me buscar”, para constatar que exprimem relações diferentes. O segundo parece colocar uma condição mais restrita que o primeiro, porque exclui a possibilidade de o locutor “ir ao campo” (A1) e o interlocutor “não vir buscar” (não A2). Já o primeiro enunciado não parece excluir essa possibilidade (o locutor poderá ir ao campo de outra forma). Vemos, portanto, que a relação de causalidade varia de acordo com a natureza do laço que une as duas asserções, e a isso Charaudeau chama de “condições lógicas”.

Em seguida, o teórico francês compara os seguintes enunciados: “Eu perdi o trem, porque não parti na hora devida” e “Perdemos o trem quando não partimos na hora devida” e verifica que a diferença entre eles reside no valor de verdade de cada um: o primeiro se aplica ao caso específico descrito (trata-se de objetivo particularizante; já o segundo se aplica a todos os casos (trata-se de objetivo generalizante). A causalidade varia, portanto, conforme o objetivo do valor de verdade atribuído à relação entre as duas asserções.

9.2. As condições lógicas (os tipos de laço)

Charaudeau aponta quatro condições lógicas: o possível, o necessário, o inelutável e o exclusivo e, a fim de colocar em evidência o tipo de laço que une as duas asserções, também utiliza a negação lógica aplicada sucessivamente à A1 e à A2.

Assim, distingue a condição possível como aquela em que A1 acarreta A2; a negação de A1 não conduz obrigatoriamente a negação de A2 (e pode, portanto, coexistir com A2); e a negação de A2 não supõe obrigatoriamente a negação de A1. Como podemos ver, não A1 e A2 podem

⁵ Na restrição, há duas asserções explícitas, mas a objeção, neste caso, é feita sobre uma terceira asserção: a implícita.

coexistir, assim como não A2 e A1 também o podem, isso porque a relação de base A1 é uma condição possível para que exista A2.

A condição possível realiza-se linguisticamente quando o locutor faz uma sugestão ao seu interlocutor: “Se fizer bom tempo, você poderá passear”. Nada diz, no entanto, que, se não fizer bom tempo, o interlocutor não poderá passear. Ou mesmo que, se ele não passeou, isso se deveu ao fato de não ter feito bom tempo. É, pois, o contexto linguístico (entonação) ou a situação de comunicação (tipo de relacionamento entre os dois interlocutores) que dirá se se trata de uma sugestão (condição possível) ou de uma ordem (condição necessária).

Quanto à condição necessária, Charaudeau deixa claro que se trata do caso em que A1 acarreta A2; a negação de A1 acarreta obrigatoriamente a negação de A2; e a negação de A2, como para o possível, não supõe obrigatoriamente a negação de A1. Dizendo de outra maneira: ter 45F implica ver o filme; não ter 45F implica não ver o filme; e não ver o filme não supõe não ter 45F. Se, então, não A1 implica obrigatoriamente não A2, podemos dizer que não se obtém A2 sem A1 e que A1 é necessário à existência de A2. Mas como, ao mesmo tempo, não A2 não exige necessariamente não A1, podemos afirmar que A1 é uma das condições para se obter A2.

Há casos em que a condição emitida é necessária, mas mínima. É o que ocorre em “Para a entrada do cinema: Tarifas: Adultos 45 F Estudantes: 35F Assinantes: 25 F”. É evidente, pois, que ter 45 F não acarreta a entrada no cinema. Essa condição necessária é mínima e aparece cada vez que a asserção de base comporta uma propriedade gradual.

Em relação à condição inelutável, Charaudeau explica que se trata do caso em que A1 acarreta A2, a negação de A1 não acarreta obrigatoriamente a negação de A2 (e então não A1 e A2 podem coexistir), e, desta vez, contrariamente ao necessário, a negação de A2 supõe a negação de A1. Em outras palavras: ter valor implica ser raro; não ter valor pode supor o fato de ser raro; mas não ser raro supõe não ter valor.

Se não A2 supõe obrigatoriamente não A1, podemos dizer que não é concebível a existência de A2 sem A1. Assim, a relação A1 → A2

é inelutável. Mas do fato de que não A1 não acarreta obrigatoriamente não A2 (pode-se ter dois objetos sem valor mas que são raros), podemos observar que a relação não é de reciprocidade.

Quanto à condição exclusiva, o linguista revela ser esse o caso em que A1 acarreta A2; a negação de A1, como para o obrigatório, acarreta obrigatoriamente a negação de A2; e a negação de A2, como para o inelutável, supõe obrigatoriamente a negação de A1. Assim, ter valor implica ser raro; não ter valor implica não ser raro e não ser raro implica não ter valor. Se não A1 implica obrigatoriamente não A2, e não A2 supõe obrigatoriamente não A1, isso significa que não podemos conceber a existência de A1 sem A2 e vice-versa, o que determina a condição exclusiva que se realiza linguisticamente com um quantificador indefindo como só: “Só o que tem valor é raro.”

9.3. Os objetivos dos valores de verdade

Os valores de verdade se medem seja pela asserção de base, seja pela relação entre A1 e A2. Eles dependem do grau de realização dessas asserções (efetividade ou eventualidade) e de seu modo de aparição (unicidade ou repetição).

Nesse sentido, Charaudeau aponta três objetivos: o generalizante; o particularizante e o hipotético que, por sua vez, pode-se combinar com os outros dois.

O objetivo é generalizante quando a relação $A1 \rightarrow A2$ descreve um fato, um saber ou uma lei natural que se repete da mesma maneira. É particularizante quando a relação $A1 \rightarrow A2$ descreve um fato único, singular, no quadro da enunciação. E é hipotético quando a relação $A1 \rightarrow A2$ descreve um fato ou um saber eventual, cuja realização depende de condições mais ou menos certas.

Após apresentar as condições lógicas e os valores de verdade, Charaudeau trata das categorias de causalidade que resultam da combinação de uma condição lógica com um valor de verdade: a implicação, a explicação e a hipótese.

A implicação constitui uma relação de causalidade com objetivo generalizante e apresenta três subcategorias: a implicação condicional, a implicação absoluta simples e a implicação absoluta recíproca. Na implicação condicional, a asserção de base é uma das condições possíveis para A2, entretanto a negação de A1 acarreta obrigatoriamente a negação de A2, o que a aproxima da condição necessária (Se nos esforçarmos na vida, teremos sucesso). Na implicação absoluta simples, a condição lógica é inelutável (Tudo o que tem valor é raro), em que não ser raro supõe não ter valor. Na implicação absoluta recíproca, a condição lógica é exclusiva, visto que A1 acarreta obrigatoriamente A2, assim como A2 acarreta obrigatoriamente A1, numa relação de reciprocidade (Se temos sucesso, é porque nos esforçamos).

Já a explicação é uma relação de causalidade com objetivo particularizante. Existem quatro subcategorias de explicação: a condicional, a causal, a sequencial e a final. Na explicação condicional, a existência de A1 determina a existência de A2, à semelhança da implicação condicional, mas com objetivo particularizante. Pode-se combinar com a condição possível, produzindo efeito de sugestão (Se fizer bom tempo domingo, poderemos ir ao zoológico); com a condição necessária, produzindo efeito de autorização (Se você fizer seu dever imediatamente, você poderá ir ao cinema) e com a condição exclusiva, produzindo efeito de ameaça (Você só irá ao cinema se terminar o trabalho).

Na explicação causal, parte-se da existência de A2 para remontar à A1 (Chegou cedo, porque partiu cedo). Segundo Charaudeau, há muitas marcas para a explicação causal, cada qual representa sentidos diferentes, como as marcas que colocam a causa em evidência; as marcas que expressam valor quantitativo e também aquelas que exprimem valor temporal.

Na explicação sequencial, parte-se da existência de A1 para se chegar à existência de A2. Neste caso, a relação entre A1 e A2 corresponde a uma condição ao menos inelutável, que é apresentada como se fosse exclusiva (Ele partiu cedo, de sorte que chegou cedo). Charaudeau também aponta várias marcas para a explicação sequencial, as quais podem manifestar diversas nuanças de sentido.

Na explicação final, parte-se da existência de A1 para se chegar à A2, a qual é dependente da asserção de base. De acordo com Charaudeau, toda explicação final supõe um enunciado causal implícito modalizado por um querer (Ele partiu cedo, porque queria chegar cedo), o que distingue a explicação final da sequencial.

A hipótese, por seu turno, coloca em presença duas asserções, em que a existência de A2 depende da existência de A1. Para Charaudeau, a hipótese tem uma especificidade: o fato de a asserção de base apresentar um problema quanto à existência acarreta, ao mesmo tempo, a suspensão da existência de A2 que depende de A1 (Se eu tivesse sabido que ele viria, eu teria colocado os pratos pequenos). Desse modo, não há como confundir hipótese com implicação.

Tratar dessas relações importa, sobretudo, se considerarmos o *corpora* desta pesquisa, que também apresenta sequências argumentativas e que, portanto, exige um conhecimento acerca da relação argumentativa que, em seu fundamento, define-se como uma relação de causalidade.

IV. METODOLOGIA

Os textos que constituem o *corpora* foram primeiramente selecionados, levando-se em consideração o gênero “entrevista impressa” na revista *Isto é*. A escolha desse suporte deve-se a dois critérios: o primeiro é que se trata de uma revista pertencente a um subcampo jornalístico “de referência” e o segundo diz respeito ao seu caráter de revista de atualidades e, por essa razão, voltada a um público de não especialistas.

A temática observada aqui destaca o discurso de divulgação científica veiculado em entrevistas publicadas no seguinte período: entre fevereiro de 2007 e junho de 2008. A escolha desse período visa estabelecer um recorte sincrônico dos fatos científicos mais recorrentes e que ganharam repercussão naquele momento.

Trata-se de 10 entrevistas realizadas com cientistas, de um total de 67 publicadas no mesmo período. Se observarmos o caráter de revista de atualidades, próprio da *Isto é*, percebemos, a partir dos dados levantados, o quanto a presença de vozes de variadas esferas científicas é significativa no período destacado. Essas dez entrevistas foram reunidas em duas grandes áreas: a Medicina e a Sociologia, como aparece descrito no quadro abaixo:

DATA	TÍTULO DA ENTREVISTA	ÁREA
07/02/2007	“Os segredos do cérebro”	Medicina
04/07/2007	“Nossa política antidrogas está errada”	
03/10/2007	“Não sabemos entender o infarto”	
30/04/2008	“O preço da vida”	

11/06/2008	"Quando os médicos adoecem"	
11/07/2007	"Aquecimento Global é terrorismo climático"	Sociologia
05/09/2007	"O mundo do lado de cá"	
30/01/2008	"O problema não é só a elite"	
12/03/2008	"Podemos trocar petróleo por ferrovias e portos"	
28/05/2008	"Cotas geram ódio racial"	

V. ANÁLISE DO CORPORA

1. OS SUJEITOS NO CONTRATO “ENTREVISTA”

Como vimos, a base da Semiologia está na ação comunicativa que envolve uma situação de comunicação, o quadro físico e mental no qual se encontram os parceiros da troca linguageira. Tais parceiros são determinados por uma identidade (psicológica ou social) e ligados por um contrato.

Um tipo de contrato bem interessante é o estabelecido pelas entrevistas da revista *Isto é*. A fim de exemplificar a teoria que fundamenta nosso trabalho, escolhemos dez entrevistas com cientistas, publicadas entre fevereiro de 2007 e junho de 2008, a partir das quais procuraremos mostrar, de forma detalhada, as relações entre os sujeitos no contrato “entrevista”.

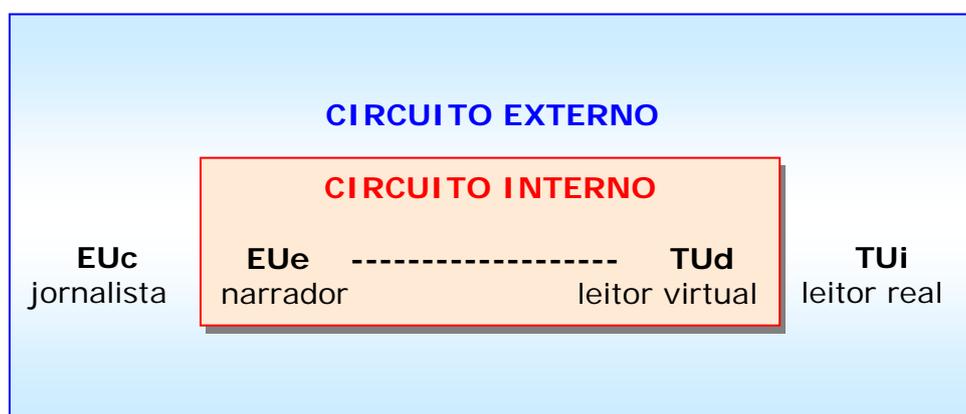
De modo geral, podem ser assim identificados os sujeitos comunicantes:

E_{Uc} 1: o(a) jornalista como produtor(a) do ato de comunicação

E_{Uc} 2: o(a) entrevistado(a) como produtor(a) do ato de comunicação

Centrando a atenção em E_{Uc} 1, podemos dizer que o(a) jornalista é responsável por um dos polos de produção da entrevista, do qual podemos abstrair dois subcontratos de comunicação distintos.

Um deles tem como objetivo apresentar o(a) pesquisador(a) e possui, como destinatário, o leitor:



Neste primeiro subcontrato, o sujeito comunicante (EUc) – o(a) jornalista – constrói uma imagem (EUe), de acordo com sua intencionalidade, de alguém que tem conhecimento na área e é capaz de retratar dados notáveis da vida do(a) pesquisador(a). Assim, é idealizado um leitor virtual (TUd) que se interesse pelo tema e, dessa forma, precisa de informações que lhe possibilitem recuperar o contexto da entrevista.

Quanto à organização estrutural desse texto de apresentação do(a) entrevistado(a), podemos observar que há uma regularidade: ou se inicia pelo problema gerador da entrevista ou pela descrição do(a) entrevistado(a) para se chegar ao problema. Dentre as cinco entrevistas da área médica, quatro apresentam a primeira estruturação. Uma delas é a entrevista com Ronaldo Laranjeira, em que se destaca primeiramente o problema gerador da entrevista (o crescimento no consumo de drogas ilícitas no Brasil) para, depois, apresentar o entrevistado, descrevendo o que confere a ele a legitimidade para poder falar a respeito do tema. É o que podemos ver no fragmento abaixo:

O último estudo feito pelo Escritório das Nações Unidas para Drogas e Crimes (UNODC), divulgado na terça-feira 26, trouxe uma ótima notícia para os países europeus e Estados Unidos. Pela primeira vez em muitos anos, os dados indicam uma animadora tendência à estabilização do consumo de drogas ilícitas, como a cocaína e o ecstasy. O relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) é considerado um retrato confiável da situação mundial e serve para avaliar o funcionamento das políticas nacionais e globais de combate às drogas. O Brasil, infelizmente, caminha na direção oposta. O levantamento mostrou que o consumo de cocaína subiu entre os brasileiros nos últimos quatro anos. A cocaína é a droga que mais rapidamente causa danos à saúde. Mas os líderes do consumo ainda são o cigarro, o álcool e a maconha. "O número de usuários de drogas cresce aproximadamente 10% ao ano. Isso revela que a política de combate às drogas que temos não dá o resultado necessário e tem de mudar", diz o psiquiatra Ronaldo Laranjeira, 50 anos e pai de três crianças menores de sete anos. Ph.D. pela Universidade de Londres, ele coordena a Unidade de Pesquisa em Álcool e Drogas da Universidade Federal de São Paulo e o Departamento de Dependência Química da Associação Brasileira de Psiquiatria. Laranjeira concedeu a seguinte entrevista a ISTOÉ.

No entanto, uma entrevista da área médica não segue essa estruturação. Trata-se da entrevista com o cardiologista Denizar Vianna, em que a descrição aparece em primeiro plano:

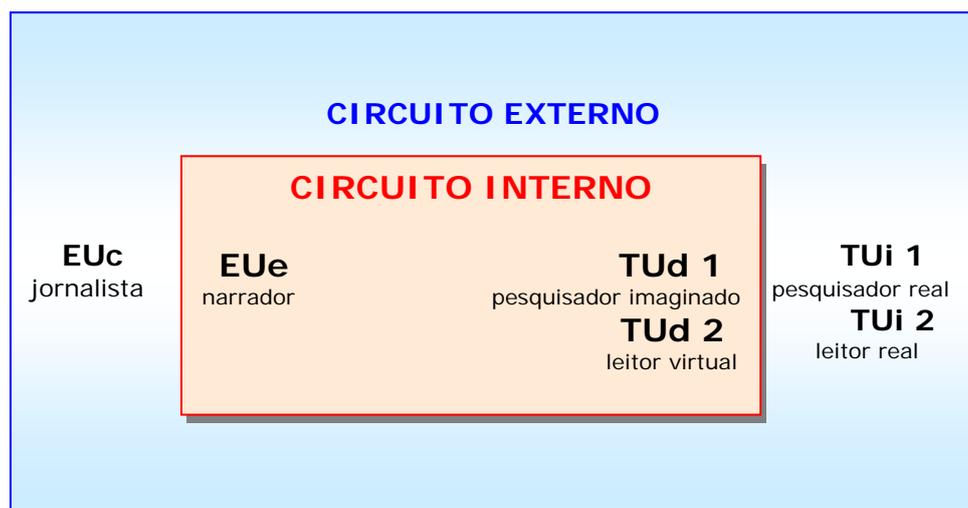
O cardiologista Denizar Vianna, 44 anos, é um dos poucos especialistas no Brasil em uma das áreas mais delicadas da saúde: o custo dos tratamentos. Professor-adjunto do Departamento de Medicina Interna da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, ele é um estudioso da farmacoeconomia, um ramo da ciência que se dispõe a estudar, por exemplo, até quanto vale a pena gastar a mais com cada paciente para que ele seja beneficiado por um moderno e caro medicamento. Hoje, essa é uma discussão central em termos de saúde pública, em especial em países como o Brasil. Afinal, a velocidade com que novos remédios são lançados é enorme. E a maioria vem com o apelo de serem mais eficientes. Por isso, é compreensível que os doentes queiram receber do sistema público de saúde o que há de melhor. Mesmo que seja também o mais caro. O problema é que, feitas as contas, não há dinheiro suficiente para oferecer todas as novidades a todos os doentes. E como escolher qual recurso será adotado, em detrimento de outros? Qual paciente será beneficiado? É para ajudar na obtenção desta resposta que entram os novos conceitos da farmacoeconomia. “É preciso dar um parâmetro para que o gestor das verbas possa decidir”, explica Vianna. Obviamente, não são cálculos fáceis de ser realizados, como mostra o especialista nesta entrevista concedida à ISTOÉ.

Já com as entrevistas da área sociológica acontece o contrário: quatro delas apresentam a mesma estruturação, começando pela descrição do(a) especialista para depois apresentar o problema gerador da entrevista. Apenas uma, a entrevista com o presidente da ANP, Haroldo Lima, faz o caminho inverso, como podemos constatar abaixo:

O diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Haroldo Lima, defende uma proposta ousada: ele quer mudar o tipo de parceria entre o governo e as empresas de exploração. Seja a médio ou longo prazo, Lima sugere a adoção da partilha de produção, em que todo o óleo produzido passa a ser propriedade do Estado e as empresas ganham um percentual em dinheiro. Para tanto, acredita, seria necessário criar uma nova estatal do petróleo. “Não temos condições de propor que na partilha de produção uma empresa brasileira fique com todo o petróleo sem ser totalmente estatal.” Isso exclui a Petrobras, que tem capital aberto. Como mudança de curto prazo, Lima propõe que as alíquotas pagas pelas empresas exploradoras sejam reajustadas para os níveis vigentes em outras partes do mundo. No comando da ANP, Lima, um engenheiro baiano de 67 anos, está vendo tornar-se realidade sua meta de aumentar a participação das pequenas e médias empresas no mercado petrolífero. “Elas podem ser milhares”, sonha. Comunista histórico, ele atuou na Ação Popular (movimento armado de oposição à ditadura militar) e foi preso e torturado. Depois da abertura política, cumpriu cinco mandatos como deputado federal pelo PCdoB. Ironicamente, é hoje o maestro das mudanças num mercado em que os capitalistas brasileiros e estrangeiros investem muitos milhões. Acabou de lançar o livro *Petróleo no Brasil* (Synergia Editora), no qual faz uma radiografia desse segmento e conta histórias de bastidores. Nesta entrevista à ISTOÉ, ele defende ainda a

mudança no pagamento dos royalties do petróleo e a criação de um fundo petrolífero, nos moldes do da Noruega.

Entretanto, não há apenas esse subcontrato em que o(a) jornalista se constitui em sujeito comunicante (EUc). O segundo subcontrato em que isso ocorre diz respeito ao conjunto de perguntas-respostas que organiza todo o texto da entrevista.



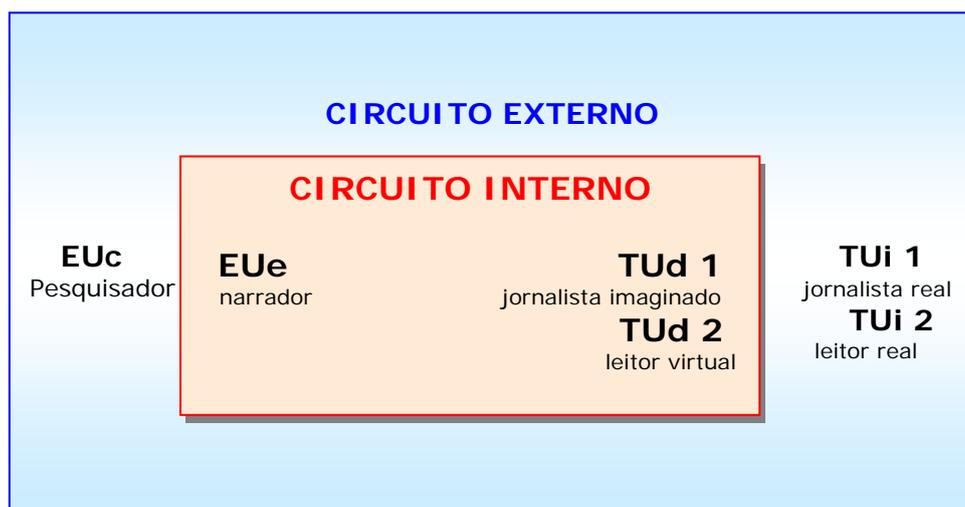
No momento em que o(a) jornalista assume o comando da enunciação por meio das perguntas, está desempenhando o papel de sujeito comunicante (EUc). Assim, idealiza um sujeito enunciador (EUE), no caso, um narrador condizente com seu projeto de fala, e dois sujeitos destinatários: TUd 1 (pesquisador imaginado), o interlocutor adequado para dar as respostas; e TUd 2 (leitor virtual), o interlocutor ideal para a entrevista, aquele que se interessa por aspectos ligados à temática em discussão.

A partir das respostas, podemos observar que o pesquisador real, TUi 1 (aquele que responde, de fato, às perguntas), identifica-se plenamente com a imagem do TUd 1 (pesquisador imaginado), idealizado pelo EUc (jornalista). Desse modo, o contrato pergunta-resposta é aceito.

Por outro lado, não podemos garantir a identificação completa entre TUi 2 (leitor real) e o estatuto do TUd 2 (leitor virtual), fabricado por EUc (jornalista). As reações do TUi 2, mediante o contrato

“entrevista”, podem ser variadas: aprovação, crítica, ou mesmo, desprezo pelo material. Ou seja, os TUi 2 – os leitores em potencial – podem construir interpretações distintas, em função de suas experiências pessoais, seu conhecimento ou interesse pelo assunto.

Levando, agora, em conta o EUc 2 – o(a) pesquisador(a) como produtor(a) do ato de comunicação – temos o seguinte quadro:



No momento em que está respondendo, o(a) pesquisador(a), no comando da enunciação, como sujeito comunicante (EUc), vai idealizar um sujeito enunciador adequado ao seu projeto de fala (EUE) e também dois sujeitos destinatários: TUd 1 (jornalista imaginado), o interlocutor adequado para ouvir a resposta; e TUd 2, o leitor virtual.

A partir dos tópicos introduzidos pelo(a) jornalista, após ouvir a resposta do(a) entrevistado(a), percebemos que o jornalista real, o TUi 1 identifica-se plenamente com a imagem do TUd 1 (jornalista imaginado), idealizado pelo EUc (pesquisador). Assim, a interação acontece e o contrato instaura-se plenamente. Entretanto, aqui também não podemos garantir a identificação completa entre o leitor real (TUi 2) e o leitor virtual (TUd 2).

No contrato “entrevista”, entrevistador(a) e entrevistado(a), como podemos observar, revezam-se no processo de produção do texto, cada qual com sua função específica. Nas entrevistas sob análise, observamos que um parceiro reconhece no outro a *legitimidade*.

Em relação às três condições que fundamentam o direito à

palavra que cada parceiro deve conceder ao outro para que a troca verbal possa ocorrer, podemos dizer que os parceiros das entrevistas em análise possuem domínio de um determinado SABER: são conhecimentos ligados à área médica ou sociológica.

No caso da entrevista com Miguel Nicoletis, quando o neurocientista explica uma das evidências de evolução do cérebro humano – a possibilidade de “caminhar em Marte sem sair de casa”, a pergunta de Celina Côrtes – “A realidade, então, não seria algo concreto, e sim uma construção cerebral?” – denota esse saber partilhado existente entre eles, entrevistadora e entrevistado, já que ambos estão a par dos acontecimentos.

Isso também ocorre na entrevista com Denizar Viana. Para explicar o caso em que o custo monetário adicional justifica-se pelo benefício clínico obtido com a introdução de um determinado medicamento, o cardiologista justifica o custo “incremental”, decorrente da introdução da vacina contra a pneumonia no calendário público de vacinação, pelo fato de poder evitar as sequelas dessa doença. Assim, a entrevistadora Cilene Pereira lança a pergunta: “Mas a vacina continua fora do sistema público. Por quê?”, revelando, assim, pleno conhecimento do assunto em pauta.

Da mesma maneira, entrevistador(a) e entrevistado(a) investem-se de PODER. Levando em conta os(as) entrevistadores(as) da revista *Isto é*, podemos dizer que jornalistas de revista da mídia impressa, desde que assim reconhecidos pelos seus pares, têm o direito de formular perguntas a um(a) entrevistado(a). Por outro lado, considerando os(as) entrevistados(as), pela sua condição de especialista(s), ou seja, pelo seu estatuto socioprofissional, é conferido a eles o PODER de responder às perguntas. É o caso, por exemplo, das entrevistadoras Lena Castellón e Mônica Tarantino, que podem fazer perguntas como: “O relatório da ONU indica que há uma tendência de crescimento do consumo de drogas na América do Sul e no Brasil. Por que aumenta?” a um entrevistado. Assim também o entrevistado Ronaldo Laranjeira pode responder a essa pergunta, o que lhe garante a legitimidade:

Ronaldo Laranjeira - No Brasil, os dados são pouco confiáveis. A ONU utiliza as estimativas do Cebrid, um centro de referência de levantamentos populacionais. São os dados mais seguros que

temos. A ONU trabalhou com um sistema de comparação, mostrando uma tendência de crescimento das drogas no Brasil. Isso é mais importante do que os números em si. Enquanto no mundo a tendência é pela estabilidade ou diminuição, aqui o consumo cresce cerca de 10%. Tenho uma teoria que explica esse aumento. Na maioria dos países, os programas procuram valorizar a idéia de as pessoas não usarem drogas. Essa abordagem faz com que os dependentes entrem em tratamento para não consumirem mais drogas. Aqui, há dez anos, o Ministério da Saúde adota a política de redução de danos. Se vai usar, que use de uma forma menos lesiva.

Quanto à última condição que confere direito à palavra, observamos que entrevistador(a) e entrevistado(a) atestam o SABER FAZER, produzindo um texto com a intenção de informar: o(a) entrevistador(a) formulando perguntas e o(a) entrevistado(a) respondendo aos questionamentos. Daí acabam conferindo a si mesmos a *credibilidade* necessária ao prosseguimento da entrevista. São inúmeras as perguntas nas entrevistas que constituem o *corpora* deste trabalho visando a que o entrevistado dê informações sobre o tema em questão e ele assim o faz, tal como podemos observar no trecho abaixo, extraído da entrevista com Nicolelis:

ISTOÉ – O que ainda existe de mistério no funcionamento do cérebro?

Miguel Nicolelis – Estamos em um estágio avançado. Há dez anos, deciframos o tipo de mensagem elétrica enviada pelo cérebro para movimentar um dos braços de um macaco. Depois disso, conseguimos induzir os animais a acionar um braço mecânico como se fosse um de seus membros de verdade. Recentemente, demos mais um passo trilhando o caminho inverso. Enviamos para a mesma região do cérebro uma mensagem elétrica que se espalhou e foi entendida a ponto de determinar movimentos, fazendo o braço de um dos macacos mexer ora para a esquerda, ora para a direita. Posteriormente, conseguimos definir tarefas mais complicadas como “mexa para a esquerda, abaixe e traga essa banana”. Foi um grande avanço.

ISTOÉ – Como o cérebro dos animais recebe esses sinais?

Nicolelis – Por meio de um chip implantado no córtex motor, a área responsável pelos movimentos do corpo. Esse dispositivo espalha a mensagem pelo cérebro, que a decodifica e transforma em um comando motor que aciona a musculatura do braço.

ISTOÉ – Qual o limite para a execução dessas tarefas?

Nicolelis – Ainda estamos medindo quantos bytes (unidades de informação em um computador) podem ser transmitidos de uma vez ao chip. Quanto maior esse número, mais complexas são as tarefas que podem ser executadas.

ISTOÉ – Funcionaria da mesma forma nos humanos?

Nicolelis – Sim. Num primeiro momento, esse trabalho abre perspectivas para os portadores de deficiência física. Mas alguns centros de pesquisa tentam criar ferramentas para potencializar as habilidades humanas a partir da fusão de nossa capacidade biológica com a dos computadores.

Podemos ver, então, que o “direito à palavra” não depende do único fato de que um tomaria a palavra e o outro reagiria. Antes disso, é preciso que o sujeito falante, levando em conta a situação de troca linguageira, satisfaça a um certo número de condições e que o outro mostre, por meio de um certo comportamento, que essas condições são satisfatórias para a troca comunicativa, reconhecendo, assim, a lógica da palavra que lhe é dirigida numa dada situação e fazendo aí existir o interlocutor.

2. TIPOS TEXTUAIS NO GÊNERO “ENTREVISTA”

Entendendo a entrevista como gênero secundário, no sentido de que advém de uma situação de comunicação mais complexa, também consideramos relevante identificar, tal como Bakhtin, os três elementos responsáveis pela constituição de tal gênero: o conteúdo temático, o estilo e a construção composicional.

Em se tratando do conteúdo temático, podemos dizer que foi exatamente esse elemento do gênero que permitiu o agrupamento das entrevistas selecionadas como *corpora* deste trabalho. Assim, de acordo com o tema, as entrevistas foram reunidas em duas grandes áreas: a Medicina e a Sociologia. Portanto, cinco entrevistas, cujos temas se associam à saúde (funcionamento do cérebro, consumo de drogas, infarto, concessão de remédios, depressão), ficaram na área médica. E as outras cinco, com temas ligados às relações sociais (aquecimento global, globalitarismo, estudo das elites, exploração do petróleo, política de cotas), ficaram na área sociológica.

Já o estilo das entrevistas é caracterizado em função das perguntas do(a) entrevistador(a) e das respostas dadas pelo(a) entrevistado(a), ou seja, trata-se de entrevistas informativas, em que ambos têm o objetivo de “fazer-saber”, estilo muito comum em entrevistas de divulgação científica.

Quanto à construção composicional, podemos dizer que todas as entrevistas têm em comum uma organização característica, marcada por dois subcontratos: um, composto pelo texto de apresentação do(a) entrevistado(a); e o outro, pelo par “pergunta-resposta”. Embora as entrevistas tenham, em certo sentido, uma estrutura comum a todos os tipos de eventos em que se realiza, tal gênero apresenta, como já assinalamos, conteúdo temático e estilo variados.

Considerando também a concepção de Marcuschi em relação à *heterogeneidade tipológica dos gêneros*, pudemos verificar que, nas entrevistas em questão, realizam-se dois ou mais tipos textuais. Abaixo, apresentamos as entrevistas, das quais segmentamos as perguntas dos(as)

entrevistadores(as) e as respostas dos(as) entrevistados(as), para melhor observarmos as sequências tipológicas nelas presentes:

ENTREVISTA 1: “Os segredos do cérebro”

ISTOÉ – O que ainda existe de mistério no funcionamento do cérebro?	Injuntiva
Miguel Nicolelis – Estamos em um estágio avançado. Há dez anos, deciframos o tipo de mensagem elétrica enviada pelo cérebro para movimentar um dos braços de um macaco. Depois disso, conseguimos induzir os animais a acionar um braço mecânico como se fosse um de seus membros de verdade. Recentemente, demos mais um passo trilhando o caminho inverso. Enviamos para a mesma região do cérebro uma mensagem elétrica que se espalhou e foi entendida a ponto de determinar movimentos, fazendo o braço de um dos macacos mexer ora para a esquerda, ora para a direita. Posteriormente, conseguimos definir tarefas mais complicadas como “mexa para a esquerda, abaixe e traga essa banana”. Foi um grande avanço.	Argumentativa Narrativa Argumentativa
ISTOÉ – Como o cérebro dos animais recebe esses sinais?	Injuntiva
Nicolelis – Por meio de um chip implantado no córtex motor, a área responsável pelos movimentos do corpo. Esse dispositivo espalha a mensagem pelo cérebro, que a decodifica e transforma em um comando motor que aciona a musculatura do braço.	Descritiva Expositiva
ISTOÉ – Qual o limite para a execução dessas tarefas?	Injuntiva
Nicolelis – Ainda estamos medindo quantos bytes (unidades de informação em um computador) podem ser transmitidos de uma vez ao chip. Quanto maior esse número, mais complexas são as tarefas que podem ser executadas.	Expositiva
ISTOÉ – Funcionaria da mesma forma nos humanos?	Injuntiva
Nicolelis – Sim. Num primeiro momento, esse trabalho abre perspectivas para os portadores de deficiência física. Mas alguns centros de pesquisa tentam criar ferramentas para potencializar as habilidades humanas a partir da fusão de nossa capacidade biológica com a dos computadores.	Expositiva
ISTOÉ – O que pode surgir daí?	Injuntiva
Nicolelis – Qualquer previsão é simples futurologia. O grau de complexidade dos humanos não é o mesmo de um macaco que hoje nos ajuda nos testes preliminares. Hoje só temos uma possibilidade de aprimorar as habilidades humanas: a prótese auditiva. Cerca de 100 mil pessoas fazem uso desse chip que “recupera” boa parte da capacidade do nervo auditivo.	Argumentativa Expositiva
ISTOÉ – Então seremos meio máquinas?	Injuntiva
Nicolelis – As chances são grandes, mas a idéia de ciborgues é totalmente exagerada. Nossas pesquisas indicam que o cérebro evoluiu em formas de comunicação que extrapolam os limites do nosso corpo, mesmo com uma capacidade de aprendizado contínuo. Se o organismo humano recebe uma informação, acaba se adaptando com os recursos de que dispõe para dar uma resposta a esse estímulo. Estamos testando em laboratório o que aconteceria caso conectássemos o cérebro a um sensor de campo magnético ou de infra-vermelho. A tese é a de que ele irá se adaptar para interagir. Se isso acontecer, será uma prova de que teremos condições de responder a estímulos que não se limitam ao toque ou ao raio de visão, como as já citadas ondas eletromagnéticas.	Argumentativa Expositiva
ISTOÉ – Pode dar um exemplo?	Injuntiva
Nicolelis – Poderíamos experimentar a sensação de caminhar em Marte sentados no sofá de casa. Controlaríamos naquele planeta robôs cujos sensores mandariam sinais elétricos referentes à temperatura e pressão,	Expositiva

por exemplo, diretamente para os chips implantados em nosso cérebro. Esses chips recriariam o ambiente marciano, transmitindo para o ser humano a impressão de estar lá.	
ISTOÉ – A realidade, então, não seria algo concreto, e sim uma construção cerebral?	Injuntiva
Nicolelis – Sim, mas ela é uma mistura das informações externas com tudo o que experimentamos ao longo da vida. Nesse caso, podemos nos comparar aos computadores. Nosso cérebro está para o hardware da máquina assim como os softwares (programas) que nela instalamos estão para os estímulos que recebemos do mundo. São os softwares que modificam nossa visão de mundo, deixando nosso cérebro mais capaz e com melhor desempenho.	Expositiva
ISTOÉ – O envelhecimento e a perda de neurônios não comprometem essa capacidade?	Injuntiva
Nicolelis – Começamos a perder células cerebrais a partir dos 18 anos, mas não existe nenhum comportamento que dependa de um único neurônio. O cérebro pode usar múltiplas combinações de neurônios para cumprir uma mesma tarefa.	Expositiva
ISTOÉ – É possível programar outras regiões do cérebro para realizar um comando?	Injuntiva
Nicolelis – Isso se chama plasticidade neural e é feita por meio de chips implantáveis que nada mais fazem do que recrutar neurônios para substituir os que não funcionam mais. Para isso precisamos reagrupar pelo menos mil células saudáveis. Em casos de acidentes, com perda de massa cerebral, muitas vezes não conseguimos reagrupar um número suficiente de células.	Expositiva
ISTOÉ – As próteses robóticas vão demorar para se tornar realidade?	Injuntiva
Nicolelis – Essa área está num grau de maturidade impressionante, mas falta um último passo para evitar a reação cerebral aos implantes. Os chips provocam uma inflamação violenta na área do cérebro que fica em contato com os filamentos dos eletrodos responsáveis por mapear a atividade elétrica das células. Alguns pesquisadores tentam desenvolver um revestimento para esses filamentos à base de anti-inflamatórios. Estamos em uma fase parecida com a que antecedeu o lançamento do marcapasso.	Argumentativa Expositiva Descritiva
ISTOÉ – O que aconteceu com o cérebro dos animais testados em seu laboratório?	Injuntiva
Nicolelis – Quando as duas macacas (Ivy e Aurora) começaram a movimentar um braço mecânico extra, suas células cerebrais incorporaram as propriedades deste terceiro braço como se fossem parte do corpo delas. Isso não alterou a capacidade de mexerem seus dois braços. O experimento provou que o cérebro incorpora as ferramentas que criamos. O criador absorve a criatura.	Narrativa Expositiva
ISTOÉ – Como melhorar as nossas capacidades cerebrais?	Injuntiva
Nicolelis – A atividade intelectual é importante. Vale tudo: ir à ópera ou ao forró. O que importa é manter a cabeça ativa em busca de desafios e prazer. E isso depende bastante da história de vida de cada um. A trajetória individual das pessoas tem peso primordial na configuração do cérebro.	Argumentativa Expositiva
ISTOÉ – Falta estímulo para que o brasileiro tenha boas idéias?	Injuntiva
Nicolelis – Sem dúvida. A universidade está formando profissionais cada vez mais voltados ao mercado de trabalho e se esquece de estimulá-los à criatividade. E isso se reflete nos laboratórios. A ciência brasileira ainda não atingiu seu potencial mais amplo. No Brasil, o cientista tem de passar pela universidade, fazer doutorado, pós-doutorado para conseguir fazer alguma coisa, levar adiante algum estudo. Santos Dumont nunca precisou enfrentar uma banca de examinadores e entrou para a história como o maior cientista brasileiro.	Argumentativa

ISTOÉ – Qual seria a saída?	Injuntiva
Nicolelis – Desmistificar a ciência. Em fevereiro vou inaugurar em Natal, no Rio Grande do Norte, um projeto de educação científica para 150 crianças da rede pública. Elas serão cientistas com o que tiverem à mão. Aprenderão biologia a partir da análise do solo do bairro onde moram para que percebam quanta vida existe em um pedaço de terra. Com um telescópio, olharão para o céu e passarão à matemática. O que falta é mostrar que a ciência é fruto da combinação de talento, paixão, perseverança e, sobretudo, interesse.	Expositiva Argumentativa
ISTOÉ – Por que Natal?	Injuntiva
Nicolelis – A escolha é uma tentativa de descentralizar a produção científica. O federalismo pressupõe a realização de pesquisas de boa qualidade fora do eixo Rio–São Paulo. Fora isso, a capital potiguar é uma cidade de médio porte, está a quatro horas da Europa e deverá ter brevemente acesso direto aos EUA. Isso facilitará o intercâmbio que mantemos com alguns dos centros de pesquisa mais importantes do mundo. Já estamos integrados com a Universidade Duke, nos EUA, onde sou responsável por um laboratório de bioengenharia, com o Hospital Sírio Libanês, em São Paulo, com a Escola Politécnica de Lausanne, na Suíça, e com o ATR, no Japão, um dos mais renomados centros de robótica do mundo.	Expositiva Argumentativa Expositiva
ISTOÉ – De onde vem a verba?	Injuntiva
Nicolelis – O orçamento da construção dos prédios era de US\$ 20 milhões. Essa quantia não levava em conta o custo operacional. Ao todo o projeto deverá consumir US\$ 35 milhões. Cerca de 80% dos recursos vieram do governo americano, representado por diferentes instituições, e também de fundações privadas, como a do ator Christopher Reeve. Há também doadores particulares. Uma pequena parte veio do governo brasileiro. Não estou tomando dinheiro de pesquisas ditas importantes do Sul do País, como disseram vários dos nomes mais relevantes da ciência nacional.	Expositiva
ISTOÉ – O sr. teria conseguido levar adiante um projeto desse tipo sem ter saído do Brasil?	Injuntiva
Nicolelis – Eu saí do País porque não conseguia espaço e verbas. As estruturas de fomento federal são arcaicas e não têm compromisso com a sociedade. Os agentes acham que são estrelas e se esquecem que só existem em função do cientista, que por sua vez representa a sociedade. No final das contas, é o contribuinte quem financia as pesquisas. Nos EUA, o governo aplica US\$ 200 bilhões em ciência por ano. A iniciativa privada entra com outros US\$ 200 bilhões. O setor de tecnologia da informação destina mais US\$ 250 bilhões. Some tudo isso e terá o PIB brasileiro. Quem abre mão da ciência perde o bonde do desenvolvimento.	Expositiva Argumentativa Expositiva Argumentativa

ENTREVISTA 2: “Nossa política antidrogas está errada”

ISTOÉ - O relatório da ONU indica que há uma tendência de crescimento do consumo de drogas na América do Sul e no Brasil. Por que aumenta?	Injuntiva
Ronaldo Laranjeira - No Brasil, os dados são pouco confiáveis. A ONU utiliza as estimativas do Cebrid, um centro de referência de levantamentos populacionais. São os dados mais seguros que temos. A ONU trabalhou com um sistema de comparação, mostrando uma tendência de crescimento das drogas no Brasil. Isso é mais importante do que os números em si. Enquanto no mundo a tendência é pela estabilidade ou diminuição, aqui o consumo cresce cerca de 10%. Tenho uma teoria que explica esse	Argumentativa Expositiva Argumentativa Expositiva Argumentativa Expositiva

aumento. Na maioria dos países, os programas procuram valorizar a idéia de as pessoas não usarem drogas. Essa abordagem faz com que os dependentes entrem em tratamento para não consumirem mais drogas. Aqui, há dez anos, o Ministério da Saúde adota a política de redução de danos. Se vai usar, que use de uma forma menos lesiva.	
ISTOÉ - E por que essa política não reduz o consumo?	Injuntiva
Laranjeira - Nos ambulatórios para dependentes químicos, se aparece algum usuário de crack, o aconselhamento é feito no sentido de trocar a droga por outra menos forte. Não existe estrutura de apoio efetivo a quem precisa de tratamento para deixar de usar. O Ministério fechou clínicas de internação. As que existem são privadas. Com isso, muitas pessoas não têm acesso ao tratamento correto. Aqui há só 80 centros financiados pelo governo. Ou seja, temos um centro para cada dois milhões de habitantes. Na Inglaterra, há um centro para cada 100 mil habitantes. É um número 20 vezes menor. A Associação Brasileira de Psiquiatria e a Associação Brasileira de Estudos de Álcool e Outras Drogas se opõem a isso. A nossa política antidrogas está errada.	Expositiva Argumentativa Expositiva Argumentativa
ISTOÉ - O que deveria mudar?	Injuntiva
Laranjeira - A redução de danos deveria ser um complemento, mas virou prioridade. Dar agulhas e seringas tem de ser feito, mas não há evidência de que fornecer cachimbo para fumar crack seja uma medida eficaz. Na Holanda, 80% dos usuários estão em contato com algum sistema de tratamento. Recebem as práticas da redução de danos, mas têm assistência para se internar e parar. Por outro lado, quem já viu no Brasil uma campanha vigorosa em relação a não experimentar a maconha? Estamos com uma política tolerante: falamos como usar de forma segura, mas não abordamos com a ênfase necessária os problemas que as drogas causam.	Argumentativa Expositiva Argumentativa
ISTOÉ - Quais são os acertos do atual programa do governo?	Injuntiva
Laranjeira - Acho que a única evidência de que funciona é em relação aos injetáveis. A política de redução de danos diminuiu o número de usuários infectados pelo HIV. Mas é um dado pequeno no Brasil. Há anos que não vejo um usuário de drogas injetáveis no consultório. As pessoas optaram por fumar crack em vez de se injetar.	Argumentativa Expositiva
ISTOÉ - O consumo de drogas cresce em que perfil de usuários?	Injuntiva
Laranjeira - Na realidade, não temos esses dados. Acredito que cresce em todas as classes sociais. No Brasil, o consumo maior fica nas regiões Sul e Sudeste. Se a economia melhorar e continuarmos com a política anêmica de prevenção e tratamento, o consumo vai aumentar mais ainda. Cresce a oferta e a procura. É uma questão de mercado. Por isso, o alerta a respeito da tendência de aumento no uso de drogas no Brasil deve ser levado muito a sério. Temos de lidar com isso como fizemos com a inflação. Se o programa não dá resultado, é preciso mudar a política. Já que ele existe há dez anos e não dá certo, temos de repensá-lo ou repensar as pessoas que o conduzem. Se o time não vai bem no campeonato, tem de mudar o técnico, como diz o Lula.	Expositiva Argumentativa
ISTOÉ - Quais são as drogas mais consumidas no País?	Injuntiva
Laranjeira - Tem crescido mais o consumo da maconha e o da cocaína. Em alguns setores da classe média, o ecstasy. Elas são as principais. No caso da maconha, isso vem acontecendo há vários anos. Evidências científicas mostram que seu consumo - especialmente o precoce, aos 13 ou 14 anos - aumenta o risco de transtornos mentais, especialmente a esquizofrenia. Pelo menos 12% dos casos de esquizofrenia na Inglaterra foram desencadeados pelo uso de maconha. É grave. O Ministério da Saúde não faz alerta sobre esse perigo.	Expositiva Argumentativa
ISTOÉ - Há uma expansão do crack?	Injuntiva
Laranjeira - Em São Paulo. No Rio não há muito porque os traficantes	Expositiva

não deixam. Mesmo em São Paulo ele está mais relacionado com a periferia, com a pobreza. As pessoas que ficam muito tempo usando cocaína são mais vulneráveis. Aí, chega uma hora em que, na relação custo/benefício do usuário, "fica melhor" usar o crack do que cocaína. Seu efeito surge mais rápido e, no final, ele acaba sendo mais barato. A classe média viciada em crack que atendo, como advogados e médicos, conta que tudo começou com cocaína.	
ISTOÉ - Quanto o crack é letal?	Injuntiva
Laranjeira - Estamos acabando de coletar dados do maior estudo feito no mundo. Não há nada tão longo. Pegamos os primeiros 130 usuários de crack internados em São Paulo, há 12 anos. Fizemos um acompanhamento depois de dois anos dessas internações. Em seguida, fizemos outro, cinco anos mais tarde. Agora estamos concluindo a análise desses usuários após 12 anos. A mortalidade é de quase 40% ao longo desse período. Nem leucemia mata tanto. A maioria dessas mortes é por causa da violência. Vimos que desse grupo ainda tem gente usando crack e que as famílias estão desgastadas. Notamos também que houve mais pacientes presos do que encaminhados para tratamento.	Expositiva Argumentativa Narrativa Argumentativa Expositiva
ISTOÉ - Qual é a droga mais perigosa?	Injuntiva
Laranjeira - Toda droga produz dano. A questão é quanto tempo ela demora para isso. O cigarro demora 20, 30 anos para causar dano. Mas, de longe, o cigarro é a droga que mais mata. O crack é mais rápido. Os danos dependem da intensidade de uso.	Argumentativa Expositiva
ISTOÉ - Recentemente houve uma discussão em torno das cartilhas de redução de danos. Algumas pessoas acreditam que esse tipo de material é um estímulo ao consumo. O que o sr. pensa a esse respeito?	Injuntiva
Laranjeira - Não concordo com isso. Cartilhas bem feitas não estimulam o consumo. Mas houve uma cartilha recentemente criticada, a da Parada Gay em São Paulo, que perdeu a chance de falar dos riscos do uso das drogas. O material se concentrou mais em orientar o consumo com baixo risco do que em alertar para o risco do uso. É o que critico de modo geral. É uma opção de política equivocada. Acho que as duas coisas podem ser feitas. Mas se ficarmos só cuidando de quem usa, esquecemos de fazer campanhas para as pessoas não usarem. Isso ocorre principalmente com o ecstasy, que é uma das drogas mais tóxicas que conheço para o cérebro. Pouco se fala de todos esses males relacionados às drogas no País. Estou concluindo agora um grande estudo patrocinado pelo governo que vai traçar o perfil dos consumidores de bebidas alcoólicas. Esse trabalho ficará pronto em agosto. Espero que o próprio governo utilize os dados para a formulação de políticas adequadas.	Argumentativa Expositiva Argumentativa
ISTOÉ - Existem campanhas de esclarecimento eficazes nas escolas? Em geral, elas criticam o consumo e advertem sobre as conseqüências, dizendo coisas como "a droga mata".	Injuntiva
Laranjeira - Há muito poucas campanhas e isso é uma falha de extrema gravidade. No setor público, praticamente nada. O único trabalho que conheço é o da Polícia, que consiste em dar palestra. Não há verbas e nem cabeça pensando nessas questões. Deixou-se a escola de lado. Não há programa de prevenção para jovens de risco, fora ou dentro da escola. Teríamos de fazer programas de cuidados para essa população. As ONGs fazem, mas é pouco. Há algumas boas como o grupo Amor Exigente. São familiares de usuários que cuidam das próprias famílias.	Argumentativa
ISTOÉ - O sr. acha que a liberação das drogas ajudaria a diminuir o consumo?	Injuntiva
Laranjeira - Primeiro é difícil fazer isso.	Argumentativa

<p>Segundo, há evidências demonstrando que, se as drogas forem legalizadas, o consumo vai aumentar. Isso pode diminuir a violência do tráfico, mas pode aumentar a violência entre os usuários e atingir outras pessoas.</p> <p>É ingenuidade achar que isso vai dismantelar a rede do tráfico, que os traficantes vão passar a vender flores em Ipanema. A gente não pode esquecer que a principal violência é a droga lícita, o álcool.</p> <p>Quando a prefeitura de Diadema determinou o fechamento de bares às 23 horas - lei que vai completar cinco anos -, houve uma redução no número de homicídios.</p>	<p>Expositiva</p> <p>Argumentativa</p> <p>Expositiva</p>
<p>ISTOÉ - Muita gente diz fumar maconha socialmente, apesar de ser proibido no Brasil. Em outros países, há balas, bebidas e comidas com maconha. Quando se pode dizer que uma pessoa é dependente, do ponto de vista médico?</p>	<p>Injuntiva</p>
<p>Laranjeira - Tem gente que ocasionalmente usa maconha. Mas a tendência é haver um número maior de usuários com consumo regular. Aumentou a disponibilidade da maconha na nossa sociedade. O que vai acontecer? Há três importantes evidências a seu respeito: ela piora o desempenho na escola, aumenta as chances de transtornos mentais - especialmente a esquizofrenia - e diminui o pique para fazer as coisas. Quem é usuário regular tem tendência de adiar tudo. O número desses consumidores diários vem aumentando. O número de quem usa no final de semana é muito pequeno. Quem usa regularmente vai ter mais ansiedade, mais depressão.</p>	<p>Expositiva</p>
<p>ISTOÉ - Diz-se que quem usa drogas procura entorpecer sensações ruins. Está correto?</p>	<p>Injuntiva</p>
<p>Laranjeira - É mais pelo prazer do que para tirar sensações negativas. O problema é que as drogas modificam os processos cerebrais, incapacitando os usuários para recorrer a outras fontes de prazer menos imediatas e intensas.</p>	<p>Argumentativa</p>

ENTREVISTA 3: "Não sabemos entender o infarto"

<p>ISTOÉ - Por que os médicos não atendem corretamente os casos de emergência?</p>	<p>Injuntiva</p>
<p>Sérgio Timerman - No Brasil, nossa emergência está em situação de emergência. Aqui não se dá a devida importância a esse atendimento. São serviços tratados com descaso e relegados a segundo plano. A maioria dos profissionais está ali para fazer bico assim que termina a faculdade. Às vezes os médicos dão um plantão por longas horas e em seguida vão para outro serviço sem condições físicas. Muitos nem são emergencistas. E é aí que mora o grande perigo porque muitas doenças acabam sendo mal tratadas.</p>	<p>Argumentativa</p>
<p>ISTOÉ - Qual é o trabalho do emergencista?</p>	<p>Injuntiva</p>
<p>Timerman - São pessoas que trabalham em áreas críticas, como a terapia intensiva, o pós-operatório e as emergências no serviço pré-hospitalar.</p> <p>O que assusta no Brasil é as pessoas não perceberem a gravidade de ter profissionais sem conhecimento trabalhando nessas áreas.</p>	<p>Descritiva</p> <p>Argumentativa</p>
<p>ISTOÉ - Qual é a consequência de ter gente despreparada na linha de frente?</p>	<p>Injuntiva</p>
<p>Timerman - A emergência é uma área complexa, que exige treinamento e forma de raciocínio muito rápido.</p> <p>A maioria não sabe fazer isso. Perdem-se vidas e há muitos riscos. Mas há outros dados que ilustram o impacto dessa atitude.</p> <p>Por exemplo, de 10% a 12% das pessoas atendidas nos nossos pronto-socorros deixam os serviços sem ter sido diagnosticadas e, portanto, sem tratamento. Algumas horas depois, infartam ou morrem fora do hospital. Esses pacientes foram buscar auxílio e não foram</p>	<p>Descritiva</p> <p>Argumentativa</p> <p>Expositiva</p>

<p>diagnosticados. O mesmo acontece com outras patologias, como o acidente vascular cerebral (conhecido como derrame). Muitas vezes, o paciente recebe alta antes que o AVC se manifeste. Por quê? Porque não foi feita uma boa avaliação clínica. Aí tem alta e acaba ficando com alguma seqüela.</p>	Argumentativa
ISTOÉ - O que acontece com as 100 mil pessoas que não são tratadas devidamente?	Injuntiva
<p>Timerman - Elas podem morrer ou ficar seqüeladas. Imagine isso do ponto de vista da economia da saúde. O indivíduo que não recebeu tratamento adequado para o infarto, por exemplo, será uma pessoa que vai passar a vida com insuficiência cardíaca (incapacidade de o coração bombear sangue para o resto do corpo), com uma qualidade de vida ruim e dependente até morrer dali a alguns anos. Estamos criando legiões de pessoas seqüeladas no País, e isso poderia ser evitado.</p>	Expositiva Argumentativa Descritiva Argumentativa
ISTOÉ - Quantas pessoas morrem por falhas no atendimento?	Injuntiva
<p>Timerman - Segundo o Datasus, há 50 mil mortes por infarto no Brasil. Boa parte deve ser pelos problemas sobre os quais falei acima. São poucos os hospitais em condições de fazer a semana toda angioplastia ou stent (espécie de mola colocada para abrir a artéria entupida) e nem todos têm a medicação para dissolver o coágulo. E a questão crucial hoje é que mesmo em hospitais que possuem as medicações para dissolver o coágulo pode haver demora ou mesmo uma falha no tratamento do infarto.</p>	Expositiva Argumentativa
ISTOÉ - Pode citar um lugar onde já viu isso ocorrer?	Injuntiva
<p>Timerman - Fizemos um trabalho de conscientização da população médica em várias cidades do Norte e Nordeste. Nosso objetivo era ensinar os médicos que havia uma medicação que dissolve o coágulo ou então que se deve mandar o paciente ao cateterismo. Depois de um tempo, vimos que muitos dos medicamentos comprados pelo governo perderam a validade sem ter sido usados. Fiquei perplexo e enviei uma equipe para saber o que aconteceu. Eles descobriram que os médicos tinham medo de usar a medicação. Agora enviamos equipes para dar plantão com os outros médicos, ensinando como se faz o atendimento. É a única maneira que encontramos para fazer com que isso mude.</p>	Narrativa Argumentativa Narrativa Argumentativa
ISTOÉ - Por que os médicos já treinados por sua equipe não usaram a medicação para conter o infarto?	Injuntiva
<p>Timerman - A resposta é a cara do Brasil. As pessoas tinham medo. A equipe que foi verificar a situação ouviu, de um especialista, algo simples e claro. Ele disse: "Olha, doutor, aqui na nossa região é o seguinte - se eu der essa medicação e o paciente morrer porque esse remédio fez com que ele tivesse um sangramento maior, a família é capaz de me processar porque ele teve o sangramento. Mas se ele morrer de infarto, ele morreu de infarto, não de hemorragia." Você tem idéia do absurdo que é isso? A gente sabe que essa medicação tem uma série de cuidados, mas aprendendo a usá-la, os riscos são controlados. Só que esses médicos não conseguem ver o risco-benefício.</p>	Argumentativa Expositiva Argumentativa
ISTOÉ - O atendimento também falha na morte súbita?	Injuntiva
<p>Timerman - O que mais leva à morte súbita é a doença coronariana. Na hora em que o músculo cardíaco está sofrendo por falta de irrigação, está vulnerável. Pode ter uma arritmia súbita, que é a chamada fibrilação ventricular. Trata-se de um caos elétrico de origem súbita e, muitas vezes, quando tratado de uma maneira rápida, é reversível. Quanto mais rápido você tratar, mais rápida é a reversibilidade do problema. É questão de tempo. Se eu tiver uma parada cardíaca aqui, no meu primeiro minuto, de zero a dez minutos, eu perco 10% de chance de sobrevivida. Em dez minutos eu</p>	Descritiva Argumentativa Expositiva

estou morto. Agora, se fizer o tratamento certo em até cinco minutos, além de ter possibilidade maior de sobrevivência, as chances são menores de ter uma seqüela. O atendimento se faz com o uso dos desfibriladores (aparelhos que regulam as descargas elétricas no músculo cardíaco). Há trabalhos mostrando que a implantação desses equipamentos em cassinos de Las Vegas, por exemplo, e sua utilização até três minutos depois da fibrilação faz com que 70% das pessoas sobrevivam.	
ISTOÉ - No Brasil já existe treinamento para o uso desses aparelhos?	Injuntiva
Timerman - Estamos fazendo. O InCor fez o treinamento da Varig, que chegou a ter 11 casos de parada cardíaca e 45% de salvamento. Na Câmara Federal, em Brasília, onde também demos treinamento, tivemos 80% de sobrevivência das seis paradas cardíacas lá registradas desde então. Também estamos treinando os seguranças do metrô de São Paulo. Não temos números, porque ainda estamos terminando o treinamento, mas temos três casos reportados, com salvamento em dois casos.	Expositiva
ISTOE - Como o treinamento da comunidade pode ajudar?	Injuntiva
Timerman - Cerca de 84% dos ataques cardíacos acontecem em casa. E 16% em locais públicos. Nos Estados Unidos, 50% a 52% desses eventos são acompanhados por crianças ou adolescentes. Por isso, lá foi feito um trabalho de ensino de atendimento de emergência nas escolas para crianças e adolescentes.	Expositiva
ISTOE - O que se ensina?	Injuntiva
Timeman - Ensinam a criança a chamar o atendimento de emergência. E a fazer a massagem cardíaca ou respiração boca a boca até chegar o socorro.	Expositiva
ISTOÉ - No Brasil há algo nesse sentido?	Injuntiva
Timerman - Demos cursos esporádicos em escolas, mas não temos nenhum programa.	Expositiva
ISTOE - A escola que o sr. dirige dará atenção especial à formação dos médicos emergencistas?	Injuntiva
Timerman - Dará a atenção devida. No currículo, introduzimos a prática médica no primeiro semestre, que contém a matéria "Aprendendo a Ser Médico". Para isso, foi feito um investimento de R\$ 3 milhões na compra de equipamentos para montar um laboratório de simulação. Ela é muito importante e feita antes de o aluno colocar a mão no paciente. Dá a ele a chance de errar várias vezes enquanto está aprendendo, mas sem ferir ninguém. As escolas americanas e européias usam esse recurso.	Argumentativa Expositiva Argumentativa
ISTOÉ - Poderia comentar mudanças que deveriam ser imediatas na conduta das ambulâncias?	Injuntiva
Timerman - Existe muita coisa para mudar. Por exemplo, você sabia que é uma regra internacional que ambulância não pode andar na contramão? Outro equívoco: não se pode transportar paciente que não esteja estabilizado. Primeiro você estabiliza, depois transporta. É mais uma convenção internacional. Você nunca transporta, entre hospitais, um paciente que não esteja estabilizado. É preciso ter a maior certeza de que ele vai chegar com segurança ao outro hospital. Trabalhei muito tempo em ambulância. Quando o doente tinha parada cardíaca, mandava parar o carro. Não se pode atender um paciente com parada cardíaca com o automóvel em movimento. Mas tenho esperança. No Brasil, esse atendimento começa a se organizar com o Samu (serviço de atendimento de emergência implantado pelo governo federal). O programa ainda tem que melhorar muito, mas já é um começo.	Argumentativa Expositiva Argumentativa
ISTOÉ - Os alunos que pagarão cerca de R\$ 3 mil por mês na nova	Injuntiva

faculdade que será dirigida pelo senhor vão abrir consultório particular, trabalhar em centros de pesquisa com alta tecnologia ou atender clientes do SUS?	
Timerman - Vivemos um momento delicado na relação com os jovens da elite brasileira que pode pagar uma escola. Mas temos de trabalhar para recuperar os objetivos da medicina e do médico. Os jovens que aqui permanecerem terão disciplinas como desenvolvimento humano e social, estilo de vida, para que possamos preparar o comportamento deles diante de ricos ou pobres. Nossa ênfase será no profissional completo da saúde. Quero que meus alunos conheçam os recursos mais avançados da medicina e tenham uma visão clara da realidade brasileira e do seu papel como médicos nesse contexto.	Argumentativa

ENTREVISTA 4: “O preço da vida”

ISTOÉ – Como são feitas as estimativas de custos para saber se vale a pena incluir um medicamento na lista dos remédios disponíveis no SUS?	Injuntiva
Denizar Vianna – Usa-se uma nova área do conhecimento, a farmacoeconomia. Ela consiste na análise econômica específica para avaliar novos medicamentos e é pautada em etapas bem estabelecidas. O primeiro momento da avaliação é buscar na literatura médica a melhor evidência publicada em relação aos estudos feitos sobre o medicamento em questão. Qual foi o ensaio clínico mais bem desenhado que comparou o medicamento A com o B? Precisamos saber qual é realmente sua eficácia, se é superior ao tratamento padrão, sua segurança.	Descritiva
ISTOÉ – E depois?	Injuntiva
Vianna – A segunda etapa incorpora o conceito econômico. De alguma forma, é preciso descobrir e definir quais os custos que incorrerão nas duas opções comparadas. Não se está preocupado só com o preço do remédio na hora da aquisição, mas também se, ao tratar o paciente, é possível evitar novas hospitalizações, por exemplo. E tenho de traçar isso no horizonte de tempo que define a história natural da doença. Imagine uma doença cardiovascular. Se opto por dar aspirina a alguém que já teve infarto e eu sei que existe evidência de que esse remédio pode evitar novos eventos, tenho que calcular ao longo de cinco, dez anos – tempo no qual a doença se desenvolve a ponto de gerar eventos – quais são os custos que terei se der ou não aspirina ao doente.	Expositiva Argumentativa
ISTOÉ – E como se faz isso?	Injuntiva
Vianna – Levando-se em conta a história natural da doença, quais as probabilidades de novos eventos ocorrerem. Com isso, tenho uma predição com dois cenários diferentes. Descubro o que terei de custos e o que ganho de benefícios com a droga A ou B. Vejo se o medicamento em análise é “custo efetivo” ou não.	Expositiva
ISTOÉ – O que é esse custo?	Injuntiva
Vianna – Ele está alicerçado na seguinte questão: se o custo monetário adicional que estou pagando para introduzir determinado medicamento justifica o benefício clínico que terei.	Expositiva
ISTOÉ – Pode dar um exemplo?	Injuntiva
Vianna – No final de 2007, houve uma avaliação para saber se valia a pena introduzir a vacina contra a doença pneumocócica no calendário público de vacinação. Verificamos que existe um custo incremental para isso, mas evitaríamos as seqüelas da doença pneumocócica. Além da meningite, ela pode dar pneumonia e otite média, por exemplo. Feitas todas as análises, a vacina seria custo efetivo.	Expositiva
ISTOÉ – Mas a vacina continua fora do sistema público. Por quê?	Injuntiva
Vianna – Este estudo é recente.	Argumentativa

O Ministério da Saúde precisa avaliar o impacto orçamentário da inclusão da nova vacina e comparar com outras demandas que possui na assistência à população, antes de tomar a decisão final.	Expositiva
ISTOÉ – Nas avaliações, leva-se em consideração também a qualidade da vida que o paciente terá, caso seja usuário da nova tecnologia?	Injuntiva
Vianna – Sim. Hoje está claro que não se pode somente postergar a vida. E existem modos de se medir o ganho de qualidade de vida de forma mais científica, com instrumentos validados, para que se extraia da percepção do paciente qual o ganho em termos de qualidade que ele obteve com o tratamento.	Argumentativa Expositiva
ISTOÉ – Há um limite de quanto se pode gastar para introduzir um novo remédio?	Injuntiva
Vianna – Sim. Alguns países definiram até quanto, em valores monetários, se justifica gastar a mais por um ano de vida salvo. Essa história começou nos anos 80 nos EUA. O governo americano gastava US\$ 50 mil dólares por ano para manter um paciente na diálise (procedimento usado quando as funções renais já não funcionam direito). Por causa disso, as autoridades começaram a sofrer pressão de outros doentes. Então, o Congresso definiu que gastar até US\$ 50 mil dólares para cada ano de vida salvo é justificável para pagar por qualquer nova tecnologia que proporcione esse ano de vida a cada paciente. Seria uma questão de equidade. Se já estavam fazendo isso para uma população, entenderam que tinham de oferecer o mesmo a outros doentes.	Expositiva Argumentativa
ISTOÉ – E em outros países?	Injuntiva
Vianna – No Reino Unido, ficou estabelecido que o limite vai variar entre 20 mil e 30 mil libras esterlinas, dependendo do tipo de doença em questão.	Descritiva
ISTOÉ – E quanto às nações mais pobres? Existe algum parâmetro?	Injuntiva
Vianna – Há um nível definido pela Organização Mundial da Saúde (OMS). A entidade determinou que o investimento se justifica se custar até três vezes a renda per capita do país por ano de vida salvo. No Brasil, isso seria algo em torno de R\$ 30 mil.	Expositiva
ISTOÉ – Então podemos dizer que no Brasil gasta-se no máximo R\$ 30 mil para cada ano de vida salvo para cada paciente?	Injuntiva
Vianna – Pelo parâmetro da OMS, esse seria um valor justificável para adicionar uma nova tecnologia no tratamento de uma doença. Não significa um valor atribuído à vida, e sim um parâmetro para auxiliar no processo decisório de incorporação ou não de um novo remédio.	Expositiva Argumentativa
ISTOÉ – Mas, em muitos casos, um novo recurso pode ser muito mais caro e ultrapassar o limite. Em compensação, o número de pacientes atendidos seria menor. Como lidar com isso?	Injuntiva
Vianna – De fato, a lógica com que se olha para uma doença mais prevalente e outra, rara, tem de ser diferente. O Reino Unido definiu uma política para males raros. Parte-se do pressuposto de que o custo unitário de um novo medicamento pode ser altíssimo, mas o total de pacientes é baixo. Portanto, o custo global pode não ser tão alto assim.	Argumentativa Expositiva
ISTOÉ – E no Brasil? Há alguma discussão a respeito do problema?	Injuntiva
Vianna – Isso está sendo discutido no Ministério da Saúde.	Expositiva
ISTOÉ – Mas por enquanto o que vale é a regra dos R\$ 30 mil? Independentemente da doença?	Injuntiva
Vianna – Sim.	Expositiva
ISTOÉ – Há algum instrumento ao qual os portadores de doenças órfãs podem recorrer para vencer esse limite?	Injuntiva
Vianna – O principal canal para isso é político. As entidades de defesa desses pacientes têm uma atuação muito forte no ministério para exigir direitos. E eles têm o direito de pressionar. Imagine uma mãe com um	Argumentativa

filho com uma condição rara. Ela vai brigar por esse direito. Acredito que esta é uma política que tem de ser particularizada.	
ISTOÉ – Mas, mesmo se um medicamento é custo efetivo, como fazer se não há dinheiro no orçamento? Como escolher o remédio que será adotado?	Injuntiva
Vianna – Para o administrador é muito complicado decidir. É sempre uma questão de escolha, de prioridades definidas em função da saúde coletiva.	Argumentativa
ISTOÉ – Mas alguém fica desamparado.	Injuntiva
Vianna – Sim. E isso é o que acontece. Não há outra maneira em países como o Brasil, onde o orçamento é sempre apertado. O cobertor é curto. Puxa de um lado e descobre do outro.	Argumentativa
ISTOÉ – Ao fazer uma escolha, o administrador não acaba apontando que uma vida vale mais do que a outra?	Injuntiva
Vianna – Não. Em tese, sua escolha quer dizer que a eficiência no uso de recurso público é melhor naquela opção escolhida.	Argumentativa
ISTOÉ – E a questão dos pacientes que buscam na Justiça o direito a drogas novas e mais caras?	Injuntiva
Vianna – Eles foram buscar seus direitos individualmente. E o Poder Judiciário tem entendido que há uma falha de quem administra a saúde na definição dos critérios que determinam os medicamentos que ficarão acessíveis. E se eles têm uma demanda, olham para o lado do indivíduo, e não para o coletivo. Mas, do ponto de vista de quem está financiando a saúde – pública e privada –, a questão da concessão de liminares que permitem o acesso aos novos medicamentos é séria. Ela está comprometendo boa parte do planejamento e do orçamento que se faz. Em 2006, a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo teve um impacto orçamentário importante e deixou de contemplar questões prioritárias porque teve de desviar esse recurso para pagar os remédios obtidos via liminar.	Expositiva Argumentativa Expositiva
ISTOÉ – O sr. acha os pleitos injustos?	Injuntiva
Vianna – Acho que é preciso ter uma regra clara porque muitas liminares estão acontecendo sem o embasamento científico adequado. Eles concedem para medicamentos que não necessariamente trarão benefícios. Defendo que se crie uma câmara técnica, composta por profissionais que entendam do assunto, para assessorar os juízes.	Argumentativa
ISTOÉ – Mas o sr. recorrerá à Justiça, caso precisasse?	Injuntiva
Vianna – Se fosse algo que realmente fizesse diferença e estivesse sendo negado por uma questão orçamentária, individualmente eu recorrerá. Coloco-me no lugar de um pai que está buscando algo para o filho. Vou tentar tudo para ele. Mas existem situações em que acho que essa estratégia não se justifica. Pacientes em estágio terminal, por exemplo. Por que apenas prolongar a vida deles? Acho que nesses casos o que se deve fazer é lutar para que tenham um final de vida mais digno, assistidos por profissionais capacitados, sem dor, e ao lado dos familiares.	Argumentativa
ISTOÉ – Para os laboratórios farmacêuticos, essa “indústria de liminares” é um bom negócio?	Injuntiva
Vianna – É. Eles acabam conseguindo vender seus produtos. Mas acho que a indústria não deve fomentar isso. Não é uma conduta ética.	Argumentativa
ISTOÉ – Na sua opinião, qual porcentagem de novos remédios deveria de fato ser incluída em uma lista pública de medicamentos? Quantas novidades verdadeiramente trazem benefícios que justificam sua compra?	Injuntiva
Vianna – Diante da escassez de recursos para se atender a todas as demandas de saúde, é preciso definir prioridades, analisar qual a superioridade do novo medicamento em termos de eficácia e segurança, estimar seu custo incremental em relação ao tratamento vigente e o impacto orçamentário para o Ministério da Saúde. Com o conhecimento	Argumentativa

destas variáveis, o processo decisório acontecerá de forma mais justa para a sociedade.	
ISTOÉ – E como o sr. vê o futuro da saúde, uma vez que os medicamentos tendem a ficar cada vez mais modernos, mas também mais caros? O que se pode esperar de um cenário desses em um país como o Brasil?	Injuntiva
Vianna – Os custos serão sempre ascendentes, em qualquer modelo de saúde, consequência do envelhecimento populacional e da incorporação de novas tecnologias. Nossos gestores e formuladores de políticas de saúde têm de buscar novas fontes de financiamento para o SUS, pois nosso gasto per capita com saúde ainda está aquém do ideal. Mas eles também devem usar os recursos com mais eficiência. O Brasil evoluiu muito nos últimos anos na discussão da avaliação da incorporação de novas tecnologias, principalmente os medicamentos. A formulação de uma política transparente, com regras claras e critérios técnicos, é o melhor caminho para se atingir maior equidade e justiça social. Gosto de uma frase que resume o caminho que devemos seguir: usar a tecnologia certa, no paciente certo, na hora certa.	Argumentativa

ENTREVISTA 5: “Quando os médicos adoecem”

ISTOÉ – O que o levou a escrever o livro?	Injuntiva
Robert Klitzman – Decidi escrevê-lo em grande parte por causa de minha experiência. Infelizmente, tive uma irmã que morreu no ataque de 11 de setembro de 2001. Por várias semanas, senti toda a tristeza do luto, mas também não conseguia me levantar da cama. Meus músculos e meu corpo inteiro doíam. Só me sentia confortável debaixo dos lençóis frescos da minha cama. Eu pensava que estava gripado, mas amigos me diziam que os meus sintomas levavam a crer que era depressão. Eu respondia: “Não, estou apenas gripado.” No final, eles estavam certos. Eu tinha todo o treinamento de um psiquiatra, mas não havia reconhecido que os sinais indicavam a doença. Fiquei surpreso por ter falhado no meu próprio diagnóstico. Comecei a me perguntar o que acontecia com outros médicos que, como eu, ficavam doentes. Como eles encaravam essa nova condição.	Argumentativa Narrativa Argumentativa
ISTOÉ – Por que o sr. resistiu à idéia de que estava com depressão?	Injuntiva
Klitzman – Hoje, olhando em retrospecto, entendo que resisti em reconhecer meus sintomas por causa da sensação de vergonha. Via muitas vezes outros médicos se referindo aos pacientes como “um deles”, não como “um de nós”, e quase sempre olhando-os de cima para baixo. Não queria que isso acontecesse comigo. Além disso, eu realmente me sentia um fraco. Era como se algo estivesse errado comigo.	Expositiva
ISTOÉ – Como o sr. produziu o livro?	Injuntiva
Klitzman – Eu verifiquei a literatura científica e descobri que existem poucos casos relatados de médicos que ficam doentes e registram sua experiência. Duas compilações feitas por esses poucos profissionais tinham sido publicadas, mas apenas apresentando um caso atrás do outro, sem analisar as histórias, suas similaridades e diferenças ou discorrer sobre áreas que alguns médicos preferem não discutir. Então, resolvi escrever o livro, o primeiro sobre esse tema, baseado no que vivi e nos depoimentos dos 50 colegas que entrevistei.	Expositiva Descritiva
ISTOÉ – Quais foram suas principais constatações?	Injuntiva
Klitzman – Muito do que os médicos me disseram me surpreendeu. Por exemplo, o fato de eles terem ficado doentes os fez voltarem-se mais para as questões espirituais. Antes, boa parte costumava não dar importância a pedidos de pacientes como “o senhor rezaria por mim?”.	Argumentativa Expositiva

<p>Mas, como doentes, perceberam quanto essa questão era importante. Por isso, muitos quiseram se tornar mais espiritualizados porque viram que isso poderia ajudar seus pacientes de alguma maneira.</p> <p>O problema é que vários eram muito “cientistas” e acabaram tendo problemas de acreditar de fato em alguma coisa. Curiosamente, estes médicos diversas vezes disseram que se sentiam deprimidos, o que, na opinião deles, era resultado da falta de espiritualidade ou levava a ela.</p>	Argumentativa
ISTOÉ – O que mais o surpreendeu?	Injuntiva
<p>Klitzman – Depois de ficarem internados, os médicos passaram a perceber quantos detalhes ignoravam, mas que são importantes para os pacientes na medida em que carregam um grande peso simbólico: constataram que não é nada bom ficar deitado em um quarto de hospital com janelas quebradas, sem flores, com tevês e aparelhos de som quebrados, sentados ou deitados vestindo apenas uma camisola aberta nas costas, por exemplo. Estes detalhes concretos fizeram os especialistas notarem pela primeira vez a força dessas indignidades.</p>	Expositiva
ISTOÉ – Que outras lições eles tiraram?	Injuntiva
<p>Klitzman – Eles notaram, quando deitados na cama como doentes, que o fato de seus médicos se sentarem na beira do leito, em vez de ficar em pé, ao lado da cama, faz uma grande diferença.</p> <p>Esta postura demonstra mais proximidade, acolhimento. Deixa o doente mais à vontade e seguro em relação a quem o está tratando. Por isso, quando voltaram ao trabalho, eles mudaram sua maneira de se aproximar dos pacientes. Começaram a se sentar próximos em vez de ficarem distantes, em pé.</p>	Argumentativa
ISTOÉ – Há outro exemplo?	Injuntiva
<p>Klitzman – Sim. Um cirurgião me disse que, quando ele foi submetido a uma operação, ouviu de seu médico, na noite anterior ao procedimento, algo como “existem 5% de chance de você morrer amanhã na sala de operação”. Este médico me contou que não conseguiu dormir naquela noite. Somente depois ele concluiu que seu cirurgião poderia ter mudado a forma de dizer o que falou. Poderia ter dito, por exemplo, “existem 95% de chance de que você continue vivendo depois de amanhã”. Este indivíduo me disse que praticava a medicina havia 30 anos e nunca percebera que essas duas afirmações, que estatisticamente são as mesmas, tinham significado emocional tão diferente para os pacientes. Como conseqüência, ele agora alterou sua maneira de informar os pacientes sobre suas chances de vida e tem orientado seus residentes a fazer o mesmo.</p>	Expositiva
ISTOÉ – E quanto ao tratamento recebido dos enfermeiros?	Injuntiva
<p>Klitzman – Vários médicos disseram que, quando eles deixaram as enfermarias onde estavam internados, as enfermeiras disseram: “Você foi um bom paciente. Não nos incomodou em nenhum momento.” Eles ficaram perplexos com este tipo de comentário.</p> <p>Então a definição de “bom paciente” era a que fazia menção ao doente que não incomodava seus cuidadores.</p>	Expositiva Argumentativa
ISTOÉ – Como ter ficado doente pode ajudar um médico a ser um profissional melhor?	Injuntiva
<p>Klitzman – De muitas maneiras. A experiência ajuda, por exemplo, a enxergar os erros de comunicação com o doente e a tentar melhorar essa aproximação.</p> <p>Os médicos que entrevistei disseram que a comunicação com seus especialistas era muito pobre. Agora, eles oferecem sugestões sobre como os doentes podem obter explicações precisas e compreensíveis sobre termos técnicos ou vagos demais. Eles conseguem interagir melhor com os pacientes.</p>	Argumentativa Expositiva
ISTOÉ – Como isso passou a ocorrer na prática?	Injuntiva
<p>Klitzman – Alguns médicos ouviram de seus próprios especialistas coisas como “bem, seu câncer não deve reaparecer tão cedo” ou “muito rápido”. Mas o que é “tão cedo” ou “muito rápido”? Essas expressões</p>	Expositiva

<p>significam semanas, meses ou anos? Ao passarem por essa situação, viram que devem dizer claramente o que são esses termos “rápido”, “devagar” ou “momentaneamente”. E admitiram que os pacientes podem e devem exigir de seus médicos definições mais precisas de expressões ambíguas. Além disso, eles sempre desprezavam parte das reclamações dos pacientes. Apenas quando se tornaram doentes é que começaram a levar muitas queixas mais a sério, percebendo como o cansaço freqüente, a insônia ou a náusea, sintomas considerados menores, poderiam ser muito mais incômodos e estressantes do que eles podiam imaginar. Antes, quando o doente se queixava, pensavam: “É outro paciente que gosta de reclamar.”</p>	
<p>ISTOÉ – Há algum caso específico que ilustre essa questão?</p>	Injuntiva
<p>Klitzman – A história de uma gastroenterologista que entrevistei é exemplar. Ela tratava dores abdominais e, de repente, começou a manifestar também o problema. Sabe o que esta médica me confessou? “Não tinha idéia de que, quando os pacientes falavam de dor, era aquilo terrível que eu estava sentindo. O sofrimento ia muito além do que podia ser descrito pelas palavras e eu mesma tive dificuldade em transmitir o que estava havendo comigo.” Este relato, assim como o de muitos outros que admitiram jamais terem imaginado a intensidade e os danos que causavam sintomas como dor e náusea, mostra quanto a maioria dos médicos ignora o padecimento dos doentes.</p>	Argumentativa Expositiva Argumentativa
<p>ISTOÉ – No livro, o sr. afirma que os médicos são ensinados a se colocar acima das doenças e dos doentes. Por que afirma isso?</p>	Injuntiva
<p>Klitzman – Os estudantes de medicina implicitamente aprendem a ajustar-se à hierarquia médica, da qual obviamente fazem parte. Eles sempre vêem um médico experiente acima deles e os pacientes na última escala do ranking. Na pesquisa que fiz para o livro, médicos disseram, por exemplo: “Quando eu era apenas um paciente...” A frase revela como consideram o indivíduo que estão tratando. A educação médica tem de levar essas questões a sério e modificar esse entendimento.</p>	Expositiva Argumentativa
<p>ISTOÉ – O sr. também diz que os pacientes tendem a sentir medo dos médicos e assumir perante eles uma posição de reverência.</p>	Injuntiva
<p>Klitzman – Realmente. Fiquei surpreso de ver que até mesmo os médicos com quem conversei tentaram ser “agradáveis” aos seus especialistas, queriam ser cooperativos e não dar más notícias a eles. Eles próprios ficaram surpresos de notar como “editavam” o que falavam para os profissionais de saúde. Descobriram que quando o médico lhes perguntava “como você está?”, eles respondiam “ok”, mesmo quando não se sentiam bem. Viram ainda que, quando falavam de seus problemas, suas dores, os médicos tendiam a ficar impacientes e de cara feia. No final, eles começaram a notar que seus próprios pacientes “editavam” o que sentiam.</p>	Argumentativa
<p>ISTOÉ – Isso é um problema grave?</p>	Injuntiva
<p>Klitzman – Os doentes apresentam a tendência de ser cautelosos e reverenciar os médicos, o que os impede de ter uma comunicação correta dos sintomas.</p>	Argumentativa
<p>ISTOÉ – Como os médicos reagiram ao seu livro?</p>	Injuntiva
<p>Klitzman – Para minha surpresa, meus colegas responderam de forma muito positiva. Acho que o livro despertou algo dentro deles: o lado humano que vive debaixo de seus aventais brancos. O livro conta histórias bem humanas – a minha e as outras – e penso que os leitores, incluindo os médicos, reconhecem isso. Eles conseguem se ver naquelas situações, o que, espero, os faça refletir mais sobre suas atitudes para com os doentes.</p>	Argumentativa

ENTREVISTA 6: "Aquecimento Global é terrorismo climático"

ISTOÉ - Com base em que o sr. diz que não há aquecimento global?	Injuntiva
<p>Molion - É difícil dizer que o aquecimento é global. O Hemisfério Sul é diferente do Hemisfério Norte, e a partir disso é complicado pegar uma temperatura e falar em temperatura média global.</p> <p>Os dados dos 44 Estados contíguos dos EUA, que têm uma rede de medição bem mantida, mostram que nas décadas de 30 e 40 as temperaturas foram mais elevadas que agora.</p> <p>A maior divergência está no fato de quererem imputar esse aquecimento às atividades humanas, particularmente à queima de combustíveis fósseis, como petróleo e carvão, e à agricultura, atrás da agropecuária, que libera metano. Quando a gente olha a série temporal de 150 anos usada pelos defensores da tese do aquecimento, vê claramente que houve um período, entre 1925 e 1946, em que a temperatura média global sofreu um aumento de cerca de 0,4 grau centígrado. Aí a pergunta é: esse aquecimento foi devido ao CO₂? Como, se nessa época o homem liberava para a atmosfera menos de 10% do que libera hoje? Depois, no pós-guerra, quando a atividade industrial aumentou, e o consumo de petróleo também, houve uma queda nas temperaturas.</p>	Argumentativa Expositiva Argumentativa
ISTOÉ - Qual seria a origem das variações de temperatura?	Injuntiva
<p>Molion - Há dez anos, descobriu-se que o Oceano Pacífico tem um modo muito singular na variação da sua temperatura.</p> <p>Me parece lógico que o Pacífico interfira no clima global.</p> <p>Primeiro, a atmosfera terrestre é aquecida por debaixo, ou seja, temos temperaturas mais altas aqui na superfície e à medida que você sobe a temperatura vai caindo - na altura em que voa um jato comercial, por exemplo, a temperatura externa chega a 45 ou 50 graus abaixo de zero. Ora, o Pacífico ocupa um terço da superfície terrestre.</p> <p>Juntando isso tudo, claro está que, se houver uma variação na temperatura da superfície do Pacífico, vai afetar o clima.</p>	Expositiva Argumentativa Expositiva Argumentativa
ISTOÉ - O IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática, da ONU) está errado?	Injuntiva
<p>Molion - O painel não leva em consideração todos os dados. Outra coisa que incomoda bastante, e que o Al Gore [ex-vice- presidente dos EUA e estrela do documentário <i>Uma verdade inconveniente</i>, sobre mudanças no clima] usa muito, é a concentração de CO₂. O IPCC diz claramente que a concentração atingida em 2005, de 339 partes por milhão, ou ppm, foi a maior dos últimos 650 mil anos. Isso é uma coisa ridícula. Eles usam uma série iniciada em 1957 e não fazem menção a medições de concentração de gás carbônico anteriores. É como se nunca ninguém tivesse se preocupado com isso. O aumento de CO₂ não é um fenômeno novo. Nos últimos 150 anos, já chegou a 550, 600 ppm. Como é que se jogam fora essas medidas? Só porque não interessam ao argumento? O leigo, quando vê a coisa da maneira que é apresentada, pensa que só começaram a medir nos últimos 50 anos. O Al Gore usou no filme a curva do CO₂ lá embaixo há 650 mil anos e, agora, decolando. Ridículo, palhaço.</p>	Argumentativa
ISTOÉ - Esses temores são cíclicos?	Injuntiva
<p>Molion - Eu tenho fotos da capa da Time em 1945 que dizia: "O mundo está fervendo." Depois, em 1947, as manchetes diziam que estávamos indo para uma nova era glacial. Agora, de novo se fala em aquecimento. Não é que os eventos sejam cíclicos, porque existem muitos fatores que interferem no clima global.</p> <p>Sem exagero, eu digo que o clima da Terra é resultante de tudo o que ocorre no universo.</p> <p>Se a poeira de uma supernova que explodiu há 15 milhões de anos for densa e passar entre o Sol e a Terra, vai reduzir a entrada de radiação solar no sistema e mudar o clima. Esse ciclo de aquecimento muito provavelmente já terminou em 1998. Existem evidências, por medidas feitas via satélite e por cruzeiros de navio, de que o oceano Pacífico está</p>	Argumentativa Expositiva

se aquecendo fora dos trópicos - daí o derretimento das geleiras - e o Pacífico tropical está esfriando, o que significa que estamos entrando numa nova fase fria. Quando esfria é pior para nós.	Argumentativa
ISTOÉ - Por que é pior?	Injuntiva
Molion - Porque quando a atmosfera fica fria ela tem menor capacidade de reter umidade e aí chove menos. Eu gostaria que aquecesse realmente porque, durante o período quente, os totais pluviométricos foram maiores, enquanto de 1946 a 1976 a chuva no Brasil como um todo ficou reduzida.	Expositiva Argumentativa
ISTOÉ - No que isso pode interferir na vida do brasileiro?	Injuntiva
Molion - As consequências para o Brasil são drásticas. O Sul e o Sudeste devem sofrer uma redução de chuvas da ordem de 10% a 20%, dependendo da região. Mas vai ter invernos em que a frequência de massas de ar polar vai ser maior, provocando uma frequência maior de geadas. A Amazônia vai ter uma redução de chuvas e, principalmente, a Amazônia oriental e o sul da Amazônia vão ter uma frequência maior de seca, como foi a de 2005. O Nordeste vai sofrer redução de chuva. O que mais me preocupa é que, do ponto de vista da agricultura, as regiões sul do Maranhão, leste e sudeste do Pará, Tocantins e Piauí são as que apresentam sinais mais fortes. Essas regiões preocupam porque são a fronteira de expansão da soja brasileira. A precipitação vai reduzir e certamente vai haver redução de produtividade. Infelizmente, para o Brasil é pior do que seria se houvesse o aquecimento.	Argumentativa Expositiva Argumentativa
ISTOÉ - A quem interessaria o discurso do "aquecimento"?	Injuntiva
Molion - Quando eu digo que muito provavelmente estamos num processo de resfriamento, eu faço por meio de dados. O IPCC, o nome já diz, é constituído de pessoas que são designadas por seus governos. Os representantes do G-7 não vão aleatoriamente. Vão defender os interesses de seus governos. No momento em que começa uma pressão desse tipo, eu digo que já vi esse filme antes, na época do discurso da destruição da camada de ozônio pelos CFCs, os compostos de clorofluorcarbonos. Os CFCs tinham perdido o direito de patente e haviam se tornado domínio público. Aí inventaram a história de que esses compostos estavam destruindo a camada de ozônio. Começou exatamente com a mesma fórmula de agora. Em 1987, sob liderança da Margaret Thatcher, fizeram uma reunião em Montreal de onde saiu um protocolo que obrigava os países subdesenvolvidos a eliminar os CFCs. O Brasil assinou. Depois, ficamos sabendo que assinou porque foi uma das condições impostas pelo FMI para renovar a dívida externa brasileira. É claro que o interesse por trás disso certamente não é conservacionista.	Argumentativa
ISTOÉ - Mas reduzir a emissão de CFCs não foi uma medida importante?	Injuntiva
Molion - O Al Gore no filme dele diz "nós resolvemos um problema muito crucial que foi a destruição da camada de ozônio". Como resolveram, se cientistas da época diziam que a camada de ozônio só se recuperaria depois de 2100? Na Eco 92, eu disse que se tratava de uma atitude neocolonialista. No colonialismo tradicional se colocam tropas para manter a ordem e o domínio. No neocolonialismo a dominação é pela tecnologia, pela economia e, agora, por um terrorismo climático como é esse aquecimento global. O fato é que agora a indústria, que está na Inglaterra, França, Alemanha, no Canadá, nos Estados Unidos, tem gases substitutos e cobra royalties de propriedade. E ninguém fala mais em problema na camada de ozônio, sendo que, na realidade, a previsão é de que agora em outubro o buraco será um dos maiores da história.	Expositiva Argumentativa
ISTOÉ - O sr. também vê interesses econômicos por trás do diagnóstico do aquecimento global?	Injuntiva

Molion - É provável que existam interesses econômicos por detrás disso, uma vez que os países que dominam o IPCC são os mesmos países que já saíram beneficiados lá atrás.	Argumentativa
ISTOÉ - Não é teoria conspiratória concluir que há uma tentativa de frear o desenvolvimento dos países emergentes?	Injuntiva
Molion - O que eu sei é que não há bases sólidas para afirmar que o homem seja responsável por esse aquecimento que, na minha opinião, já acabou. Em 1798, Thomas Malthus, inglês, defendeu que a população dos países pobres, à medida que crescesse, iria querer um nível de desenvolvimento humano mais adequado e iria concorrer pelos recursos naturais existentes. É possível que a velha teoria malthusiana esteja sendo ressuscitada e sendo imposta através do aquecimento global, porque agora querem que nós reduzamos o nosso consumo de petróleo, enquanto a sociedade americana, sozinha, consome um terço do que é produzido no mundo.	Argumentativa Expositiva Argumentativa
ISTOÉ - Para aceitar a tese do sr., é preciso admitir que há desonestidade dos cientistas que cancelam o diagnóstico do aquecimento global...	Injuntiva
Molion - Eu digo que cientistas são honestos, mas hoje tem muito mais dinheiro nas pesquisas sobre clima para quem é favorável ao aquecimento global. Dinheiro que vem dos governos, que arrecadam impostos das indústrias que têm interesse no assunto. Muitos cientistas se prostituem, se vendem para ter os seus projetos aprovados. Dançam a mesma música que o IPCC toca.	Argumentativa
ISTOÉ - O sr. se considera prejudicado por defender a linha oposta?	Injuntiva
Molion - Na Eco 92, eu debati com o Mario Molina, que foi quem criou a hipótese de que os clorofluorcarbonos estariam destruindo o ozônio. Ele, em 1995, virou prêmio Nobel de Química. E o professor Molion ficou na geladeira. De 1992 a 1997 eu não fui mais convidado para nenhum evento internacional. Eu tinha US\$ 50 mil que o Programa das Nações Unidas havia repassado para fazer uma pesquisa na Amazônia e esse dinheiro foi cancelado.	Argumentativa
ISTOÉ - O cenário que o sr. traça inclui ou exclui o temor de cidades litorâneas serem tomadas pelo aumento do nível dos oceanos?	Injuntiva
Molion - Também nesse aspecto, o que o IPCC diz não é verdade. É possível que, com o novo ciclo de resfriamento, o gelo da Groenlândia possa aumentar e pode ser até que haja uma ligeira diminuição do nível do mar.	Argumentativa
ISTOÉ - Pela sua tese, seria o começo de uma nova era glacial?	Injuntiva
Molion - Como já faz 15 mil anos que a última Era Glacial terminou, e os períodos interglaciais normalmente são de 12 mil anos, é provável que nós já estejamos dentro de uma nova era glacial. Obviamente a temperatura não cai linearmente, mas a tendência de longo prazo certamente é decrescer, o que é mau para o homem. Eu gostaria muito que houvesse realmente um aquecimento global, mas na realidade os dados nos mostram que, infelizmente, estamos caminhando para um resfriamento. Mas não precisa perder o sono, porque vai demorar uns 100 mil anos para chegar à temperatura mínima. E quem sabe, até lá, a gente não encontre as soluções para a humanidade.	Argumentativa

ENTREVISTA 7: "O mundo do lado de cá"

ISTOÉ - O que é globalitarismo, conceito criado por Milton Santos?	Injuntiva
Sílvio Tendler - Ele formulou essa idéia em 2001, no livro <i>Por uma outra globalização</i> , pouco antes de morrer. É o fundamentalismo que faz do consumo a grande característica da nossa sociedade. A economia se ancora nisso. O mundo está produzindo muito mais do que a sociedade tem	Expositiva Argumentativa

capacidade de consumir. Esse processo está levando à destruição do planeta e à desigualdade social. Isso é o globalitarismo: a imposição de padrões consumistas, inclusive a quem não tem condições de consumir. Milton Santos comparou esse fenômeno ao nazismo e ao fascismo.	
ISTOÉ - Qual o modelo viável para substituir esse globalitarismo?	Injuntiva
Tendler - Milton Santos não foi contra a globalização. Ele diz no filme, inclusive, que nunca houve civilização, agora é que estamos fazendo os primeiros ensaios do que será a humanidade. É contra a perversidade de nossos dias. Temos que construir um futuro melhor. E eu acredito nisso. Outro dia um jornalista me perguntou se eu não achava que a globalização era inevitável. Eu respondi que não só inevitável como necessária, desejada. Não sou contra a globalização. Mas contra esse modelo que permite a circulação de mercadorias e não permite a circulação de humanos.	Argumentativa
ISTOÉ - Vivemos em desorganização política e social. Como implantar um modelo mais justo?	Injuntiva
Tendler - Isso não é necessariamente ruim, já que evita o aparelhamento político que vivemos em outros tempos através de correntes políticas hegemônicas que pregavam idéias quase de forma totalitária. Temos uma grande diversidade política cultural em que várias minorias expressam seus pensamentos: os homossexuais, os sem-teto e por aí vai.	Argumentativa
ISTOÉ - De onde viria essa renovação?	Injuntiva
Tendler - Há uma cultura que está emergindo da periferia. Há os rappers que revelam a realidade das favelas. Temos meninos da Baixada Fluminense com uma câmera de R\$ 200 fazendo cinema. Dou aula em uma universidade na qual o pessoal só quer filmar com câmeras caras. Ninguém acredita que com uma <i>camerazinha</i> de R\$ 200 se pode fazer um filme de verdade. Tem o índio na floresta que usa a câmera para denunciar a derrubada de árvores. O outro índio, graças à internet e à parabólica, cria a rede de povos da floresta. Hoje há vários movimentos culturais autônomos na periferia. Não há como explicar o fenômeno dos Racionais MCs, por exemplo, que não aparecem na tevê. Tem o YouTube como uma vertente de renovação cultural, com trabalhos que fugiram do controle da grande mídia.	Argumentativa
ISTOÉ - Um de seus trabalhos recentes é sobre a história do movimento estudantil. O sr. acha que os estudantes ainda podem mudar o País?	Injuntiva
Tendler - Entrevistei do primeiro presidente da UNE ao que estava em exercício quando fiz o filme, o Gustavo Petta. Os dois dizem que a força do movimento jovem se deslocou para a periferia. A juventude está engajada, mas de outras formas. Hoje lidam com hiphop, lutam pelos direitos das minorias. Mudaram as formas de luta. Cabe aos líderes adequar as práticas da UNE à demanda do movimento estudantil.	Expositiva Argumentativa
ISTOÉ - É possível comparar os estudantes de hoje com aqueles que faziam grandes passeatas na década de 60?	Injuntiva
Tendler - O País e o mundo eram muito diferentes. O Brasil tinha 160 mil universitários, hoje tem dois milhões. O crescimento das universidades foi maior que o crescimento demográfico. Além disso, a maioria dos estudantes estava em instituições públicas, estavam preocupados com as grandes questões nacionais, com a qualidade do ensino e outros temas. Hoje, a maioria vem de universidades privadas, buscam principalmente um lugar no mercado de trabalho.	Argumentativa
ISTOÉ - Como essa crise afeta o seu trabalho?	Injuntiva
Tendler - Quando lancei JK e Jango fiquei seis semanas no Rio e em São Paulo e repercutiu muito. Hoje, não tenho mais o mesmo espaço. A lógica de mercado obriga você a dar graças a Deus por achar uma vaga.	Argumentativa
ISTOÉ - Vale a pena fazer filmes de conteúdo político e social?	Injuntiva
Tendler - Acho que está na hora de a sociedade brasileira se rediscutir.	Argumentativa

<p>A gente tem que usar o cinema e outros meios de comunicação para colar os caquinhos do nosso arcabouço social. O que talvez explique as baixas bilheteria é que temos a liberdade de chegar à sala, mas não temos os meios de chegar ao público, você não consegue se comunicar com o espectador. Eu acabo virando uma exceção. Lancei o filme em cinco cinemas, com sessões alternativas, contra 500 cinemas com horário integral dos Simpsons. A batalha desigual é essa. Os caras vêm com uma tremenda mídia do Exterior, com grana, mídia nacional, são heróis da tevê, a garotada vê, curte... Mas não é por isso que eu vou deixar de fazer cinema. Eu acredito nisso. Trabalho de formiguinha. Melhor falar para três mil pessoas que para nenhuma.</p>	
<p>ISTOÉ - Quais as conseqüências dessa concentração de poder midiático?</p>	Injuntiva
<p>Tendler - Acabou a idade da inocência. Milton Santos dizia que quatro ou cinco grupos dominam a mídia no mundo. Não estava falando apenas do jornalismo, mas também do entretenimento. Como a indústria dos games, por exemplo. As pessoas dizem que eu sou didático. Na minha interpretação, didático é o cinema americano, que ensina a matar. A gente fica assistindo a essa violência no cotidiano com uma passividade... A gente não quer falar a verdade: o rei está nu, essa é a indústria de massas. As crianças desde pequenas se habituem com o conceito de serial killers a partir dos games. Elas vêem filmes desse tipo. Com as novas tecnologias é possível misturar personagens reais e animação. Toda essa violência que a sociedade está vivendo é formada pela cultura de massas e ninguém discute. Isso serve de controle social, prega o egoísmo, a individualidade, as pessoas deixam de ter solidariedade.</p>	Argumentativa
<p>ISTOÉ - A classificação indicativa poderia ajudar?</p>	Injuntiva
<p>Tendler - O grande problema da classificação indicativa seria o despreparo das pessoas que fazem essa indicação. Vou te dar um exemplo surrealista: meu filme foi indicado para 12 anos por ter "palavras de baixo calão" e "cenas de violência". Quem vê, constata que os palavrões não são gratuitos e a violência é de fundo social. Em plena ditadura fiz JK e Jango, que foram censura livre. Os dois filmes têm cenas de violência também, tem gente sendo assassinada nas manifestações de rua de 68.</p>	Argumentativa
<p>ISTOÉ - Qual seria a solução?</p>	Injuntiva
<p>Tendler - Não sei, mas sou contra a excessiva permissividade que vivemos hoje. Em um dos episódios da série Malu Mulher, dos anos 80, um dos personagens tenta o suicídio. Quando a série passou na Suécia, esse episódio não foi ao ar. A sociedade sueca se deu ao direito de dizer: "Isso não passa na nossa televisão." Acho que a gente tem que ter uma preocupação com nossos jovens. Não sou careta, mas acho que vivemos numa sociedade excessivamente permissiva e de muita liberalidade. Estamos acostumados a ver drogas e sexo, tudo circulando com naturalidade. Acho que devíamos ter uma organização maior da sociedade para tratar disso. O que eu não acredito é na capacidade de esses organismos estatais fazerem essa regulação por nós. São um bando de burocratas, completamente despreparados.</p>	Argumentativa
<p>ISTOÉ - O meio ambiente é um tema que o sr. pensa em levar para as telas?</p>	Injuntiva
<p>Tendler - Sou contra esse terrorismo internacionalista do tal desenvolvimento sustentável. O Al Gore vem com esse filme falando de meio ambiente (Uma verdade inconveniente), mas o cara já foi vice-presidente dos Estados Unidos. Já poderia ter feito pelo menos um terço daquilo que ele prega no filme. Ele só passa a ter preocupação ecológica quando vira cineasta? Como vice-presidente não? Quero discutir o que é esse tal desenvolvimento sustentável, quero saber o que vai ser essa terra daqui a 40 anos dentro de um ponto de vista menos catastrófico, menos terrorista.</p>	Argumentativa

ISTOÉ - O sr. acredita que o brasileiro pode recuperar a fé na política?	Injuntiva
Tendler - Como disse Milton Santos, a gente precisa encher de conteúdo a palavra democracia, já que quando falamos sobre democracia hoje não sabemos exatamente sobre o que estamos falando. Ficamos apenas com a forma. A gente elege uma pessoa e não sabemos para quê. Não sabemos qual o seu programa político, o que ele vai fazer com nosso voto. Todo dia você ouve falar, por exemplo, em reformas. Reforma tributária, reforma política... O que são essas reformas? Qual o conteúdo? Você sabe o que os políticos estão discutindo em Brasília? Cada dia está pior a convivência entre o cidadão e a política, está cada vez mais difícil o cidadão se ver efetivamente representado pelo Congresso Nacional. Mas sem a política a gente não avança.	Argumentativa

ENTREVISTA 8: "O problema não é só a elite"

ISTOÉ – O marxismo deixou de ser um instrumento para entender a história?	Injuntiva
João Fragoso – Minha formação é marxista. No entanto, o marxismo dá ênfase excessiva ao estruturalismo. Ou seja, as pessoas seriam robôs ou zumbis de grandes estruturas, capitalistas ou feudais, e não agentes. Todos nasceriam com o código genético correspondente às leis daquela estrutura. Ao se enfatizar por demais a importância de um modo de produção, as pessoas ficam em segundo plano. Isso impede, por exemplo, o estudo dos escravos, das diferenças entre eles, de suas relações com os senhores.	Argumentativa
ISTOÉ – Que outros problemas o sr. identifica na visão marxista?	Injuntiva
Fragoso – A conclusão de qualquer pesquisa já estava dada antes do início do estudo. Por exemplo: eu sei que o escravo vai apanhar e vai trabalhar e a elite é a culpada, por ser formada por brutamontes que não pensam. Desde a minha época de graduação, a culpa é sempre da burguesia, a culpa é sempre do senhor de engenho. Mas quem são eles? São tidos como um bando de pessoas sem coração, quando o certo seria vê-los como humanos. Personagens que são rudes de manhã, mas à tarde podem ter outra postura. O marxismo transforma os agentes sociais em números e por trás desses números você tem almas. Além disso, Marx, como bom filho do século XIX, era evolucionista. Sua obra tem aquela mensagem de que todos caminhamos para o comunismo. Isso está completamente equivocado, a história está aberta.	Argumentativa
ISTOÉ – Então essa linha de pensamento se perdeu?	Injuntiva
Fragoso – Não. Ainda há pontos importantes. A visão marxista representa um apelo ao racionalismo. Preocupa-se em explicar e em elaborar teorias. Inevitavelmente, o marxismo ensina que nenhuma sociedade consegue viver com as contas desequilibradas. Não é possível que o custo de uma nação seja superior à sua produção. Aí, sim, chegamos ao processo econômico, dos meios de produção. Não está descartada a noção de que, para sonhar, o homem precisa comer e beber.	Argumentativa
ISTOÉ – Por que o sr. resolveu estudar as elites brasileiras?	Injuntiva
Fragoso – Eu fiz minha graduação nos anos 70, durante a ditadura militar. Na época, estudava-se muito o comportamento dos chamados grupos subalternos: operários, camponeses, escravos. Colocavam em segundo plano o estudo das ditas elites. Um dos traços do Brasil é justamente a presença de uma hierarquia ciosa de seu poder. Mas o seu estudo era menosprezado. Lembro de um panfleto distribuído na faculdade que dizia que a direita não pensa. Isso me deixou transtornado. Como assim, nós aqui, aniquilados pela ditadura e esse pessoal dizendo que a direita não pensa? Era como se a direita não conhecesse a luta de classes. Na época, um colega bem-humorado	Expositiva Argumentativa

comentou que o estudo das elites é tão importante que, por isso, Marx escreveu O capital e não O trabalho (risos).	
ISTOÉ – O sr. acredita que a esquerda ainda pense assim? Fragoso – O tempo mostrou que essa posição era, no mínimo, equivocada, para não dizer idiota. Hoje, a preocupação é tentar ultrapassar algumas coisas como a teoria da dependência (criada pelos sociólogos Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, entre outros) e outras formulações que levam a uma resposta fácil de que a culpa do que nos acontece é dos outros.	Injuntiva Argumentativa
ISTOÉ – É o discurso de que a culpa é sempre do dominador?	Injuntiva
Fragoso – Também o chamado oprimido tem sua percepção, tem sua visão de mundo, seus valores e suas estratégias. Nessa reviravolta descobriu-se que a direita pensa e tem mais de dois neurônios, não é necessariamente um brutamontes. Ela domina não apenas através de lavagem cerebral ou na base da opressão militar. Além disso, percebe-se que a relação entre oprimido e opressor, vista de uma forma um tanto maniqueísta, deve ser reestudada. Um dos perigos que se tinha antes era o de tentar colocar os males do País, as desigualdades, sempre como culpa das elites. O filho de uma colega que está no ensino médio diz que as provas de história são as mais fáceis porque a burguesia é sempre culpada. Ele diz que sempre tira dez.	Argumentativa
ISTOÉ – O sr. está absolvendo as elites?	Injuntiva
Fragoso – Não. Pelo contrário. Acho que as elites são pouco estudadas. E para tentar entender a perversidade da sociedade brasileira é preciso um esforço concentrado para estudá-las. É muito fácil delegar a culpa ao outro e se isentar de qualquer tipo de responsabilidade. Uma das seqüelas de vitimizar o oprimido é retirar dele a capacidade de ação, de negociar e de pensar, sua condição de humanidade. Hoje se sabe que não só as elites pensam, como também os grupos subalternos pensam e têm suas estratégias. Há um confronto, que não necessariamente é um quebrapau, mas confrontos do dia-a-dia, relações que formam um processo histórico. Obviamente, os recursos dos grupos chamados oprimidos são menores do que os dos opressores. Mas isso não os impede de planejar e tentar negociar, de tentar sobreviver.	Argumentativa
ISTOÉ – O sr. acredita em dominação cordial?	Injuntiva
Fragoso – Não. Dominação nunca é cordial. Ela pressupõe tensão, embates. Conseqüentemente, a cordialidade está fora do jogo. O que eu digo é que houve uma cumplicidade, que o escravo também foi responsável pela escravidão, assim como o senhor o foi, assim como todas as pessoas que viveram naquela sociedade. Não tem vítima. Uma figura pode ser vítima, mas um grupo social, não. Isso seria tirar a capacidade dos escravos de fazer sua própria história. A idéia de vítima é mal aplicada; essa imagem começou a ser elaborada a partir da Revolução Francesa. Na França do século XVIII, tínhamos 14 milhões de camponeses. Posso dizer que eram todos vítimas nas mãos de meia dúzia? O mesmo acontece na contraposição atual entre elites e excluídos. Este é um país democrático, o Congresso foi eleito democraticamente. Não há vítimas.	Argumentativa
ISTOÉ – O sr. quer dizer que os chamados oprimidos têm condições de moldar o próprio destino?	Injuntiva
Fragoso – Com certeza. Nossa sociedade tem de assumir os próprios acertos e erros. Nós e a elite somos cúmplices de nossa história. Há tensões, mas como cidadão não posso me eximir de responsabilidade e culpar apenas as elites pelo estado em que este país se encontra. Nós somos agentes, e não vítimas, da situação. Não significa que a sociedade não tenha uma hierarquia, que não haja diferenças, mas, dentro desse cenário, temos um espaço de ação. Temos a possibilidade de construção e transformação.	Argumentativa
ISTOÉ – Qual é a responsabilidade das elites no caos social brasileiro?	Injuntiva

Fragoso – Entender esse quadro é o meu esforço, mas há poucos estudos sobre o assunto. Pode-se dizer tranquilamente o nome de um titular de grande fortuna nos EUA no fim do século XIX e início do século XX: Henry Ford, por exemplo. Diga o nome de um titular aqui no Brasil. Não se conhece! Isso seria um estudo elementar: quais são as grandes fortunas? Sabemos que o País tem uma das maiores concentrações de renda. Quando a gente tenta nomear os agentes dessa concentração, fica complicado. O comendador Valim, por exemplo, morreu em 1872 e tinha o correspondente a 10% do numerário em circulação no País – e ele está longe de ser uma das maiores fortunas. Isso mostra o grau de desconhecimento. Sabemos muito mais sobre a escravidão do que sobre as elites.	Argumentativa
ISTOÉ – A escravidão determinou a exclusão social que existe hoje no Brasil?	Injuntiva
Fragoso – Não sei se foi determinante. Mas a herança da escravidão se traduz também na existência de uma estratificação no interior dos oprimidos. Aquela história na qual dois carros guiados por motoristas particulares colidem. Um deles desce o vidro e pergunta: você sabe quem é o meu patrão? É o racismo de um negro para outro ou de um mulato para outro ou de um negro em situação um pouco melhor para outro negro em situação inferior.	Argumentativa
ISTOÉ – O racismo é um mal generalizado entre os brasileiros?	Injuntiva
Fragoso – Digo aos meus alunos: dentro de todos nós, brasileiros, existe um pequeno coronel da República Velha. É um coronel pardo e racista. Se existe uma cultura brasileira, um de seus traços definidores é a presença desse personagem.	Argumentativa
ISTOÉ – A política de cotas pode ajudar a amenizar essa exclusão?	Injuntiva
Fragoso – Confesso que não tenho uma opinião formada. Mas essa concepção me preocupa pelas seqüelas que pode trazer. Em primeiro lugar, a idéia de etnia, que já está ultrapassada. Temos no Brasil uma miscigenação fantástica. Eu, por exemplo, declaro minha cor dependendo do meu humor. Algumas vezes me declaro branco, outras pardo e outras negro. A miscigenação é um fenômeno muito importante. Isso coloca a discussão de cotas em outro patamar. Talvez devessem ser definidas por critérios socio-econômicos em vez da cor da pele. Uma pesquisa recente mostrou que vários negros brasileiros têm mais DNA de europeu do que de negro.	Argumentativa
ISTOÉ – Se a discriminação é mais praticada contra negros, não seria correto concluir que a noção de etnia existe na vida real?	Injuntiva
Fragoso – Com certeza. O que quero sublinhar é que, muitas vezes, aquele policial que pára o negro ou o mulato em uma blitz também é negro. São as diferenças no interior da senzala. Além de oprimido e opressor, temos também esse tipo de racismo, fundamental para entendermos nossa condição. Acho que damos pouca atenção a isso.	Argumentativa
ISTOÉ – A palavra miscigenação não é usada para esconder o racismo na sociedade brasileira?	Injuntiva
Fragoso – Certamente. Toda discussão corre o risco de cair em posições radicais que evitam, exatamente, a solução dos problemas. Nós somos miscigenados, porém existe de fato o racismo contra as pessoas de pele negra. Há o racismo, mas acho que estamos em um nível diferente do dos EUA, onde um senador pode ser eleito no sul tendo como plataforma a repressão violenta contra os negros. No Brasil, um político assim nunca seria eleito.	Argumentativa
ISTOÉ – Além do marxismo, o sr. contesta um de seus produtos, a teoria da dependência. Por quê?	Injuntiva
Fragoso – A teoria da dependência sofreu uma série de baixas. A primeira foi ainda nos anos 70, quando vários estudos mostraram que a Revolução Industrial dependeu pouco dos recursos vindos da periferia. Além disso, o Brasil está entre os maiores PIBs do mundo e sua importância é amplamente reconhecida. Assim como a Índia, a China e a	Argumentativa

Rússia. Essa nova conjuntura definitivamente joga por terra a idéia da dependência, até porque a teoria da dependência não vislumbrava uma situação como essa. Na minha juventude, várias vezes fui para a rua e apanhei por protestar contra o capital internacional, contra as multinacionais. Hoje em dia, esse dinheiro faz a alavancagem da nossa economia. Agora, há uma distribuição desigual, o que não tem necessariamente a ver com a influência de um poder externo.	
---	--

ENTREVISTA 9: "Podemos trocar petróleo por ferrovias e portos"

ISTOÉ – Por que o sr. defende mudanças na parceria entre o governo e empresas privadas para exploração do petróleo?	Injuntiva
Haroldo Lima – Veja o caso dos 41 blocos do campo de Tupi. É muito pequeno o risco de a exploração dar errado e a possibilidade de lucro é muito grande. A quantidade esperada é enorme. Com uma situação assim, com pouco risco e muito lucro à vista, não seria uma licitação do tipo comum. A partir daí, começamos a discutir mudanças.	Argumentativa
ISTOÉ – Foi o próprio presidente Lula que tomou a decisão de não licitar esses 41 blocos?	Injuntiva
Lima – O Conselho Nacional do Petróleo examinou o assunto, no Rio de Janeiro, numa reunião coordenada pelo presidente Lula. Ele convocou a reunião e, depois de examinar as informações fornecidas pela ANP, disse que não passaria à história como o presidente que tomou conhecimento disso e deixou tudo continuar como antes. Resolveu retirar os 41 blocos e foi apoiado por todos na reunião. O edital da ANP prevê essa medida até o início da apresentação das ofertas.	Expositiva
ISTOÉ – Qual a fórmula ideal de exploração para evitar prejuízos ao País?	Injuntiva
Lima – No modelo atual, o petróleo é da empresa exploradora e o governo recebe uma quantia em dinheiro como compensação. O que se cogita é que a parceria entre o governo e as empresas para a exploração do petróleo passe a ser regulada através da partilha de produção ou contrato de serviço. Ambos pressupõem que a propriedade do petróleo extraído fique nas mãos do Estado.	Expositiva
ISTOÉ – O que é preciso para adotar esses modelos?	Injuntiva
Lima – O Estado terá que dispor de uma grande estrutura para receber o petróleo. Na partilha de produção, as empresas que participam da exploração têm que repassar o produto ao Estado brasileiro. Que instrumento estatal seria capaz de receber esse petróleo? Seria a Petrobras, que em boa parte é constituída de capital estrangeiro ou capital privado? Não. Nos países onde a empresa do governo recepciona em caráter privilegiado essa produção, ela é 100% estatal. Assim, não são favorecidos os acionistas, que muitas vezes são estrangeiros ou grandes agentes privados brasileiros. Se adotarmos esse modelo, não poderíamos privilegiar a Petrobras, porque estaríamos favorecendo acionistas.	Argumentativa
ISTOÉ – A ANP vai então encaminhar ao governo a idéia da criação de uma nova estatal do petróleo?	Injuntiva
Lima – É possível que cheguemos a essa conclusão. Não temos condições de propor que na partilha de produção uma empresa brasileira fique com todo o petróleo sem ser totalmente estatal. O governo vai decidir. Mas não pode ser uma empresa em parte estatal e em parte privada. Assim estaríamos fraudando os interesses nacionais.	Argumentativa
ISTOÉ – Por que é inviável pensar nesse tipo de modelo para já?	Injuntiva
Lima – O atual parâmetro de contrato de concessão está na lei, que foi votada com muita dificuldade. Mudar essa legislação, em ano eleitoral, seria extremamente trabalhoso. Ao passo que é possível fazer mudanças no Decreto 2.706, que estabelece a forma de se calcular a participação especial, fortalecendo a parte do governo, que na minha opinião está	Argumentativa

bastante enfraquecida.	
ISTOÉ – Pode dar um exemplo?	Injuntiva
Lima – Hoje, se a empresa exploradora produz até 400 milhões de barris de petróleo, está isenta do pagamento dos royalties. Quando esse texto foi criado, o preço do petróleo não chegava a US\$ 20 por barril. Agora, ultrapassou os US\$ 100. Continua isento? Não, acho que a quantidade livre de royalties poderia baixar de 400 milhões para, digamos, 80 milhões de barris. Afinal, a coisa cresceu bastante. Hoje, se a produção aumentar até determinado nível, a empresa paga um acréscimo de 10% a 40% de royalties. Mas, com a produção crescendo assustadoramente, por que esse reajuste não pode chegar, por exemplo, a 60%?	Expositiva Argumentativa
ISTOÉ – É assim também nos países desenvolvidos?	Injuntiva
Lima – O único dos grandes países que produzem petróleo e não reajustou as suas alíquotas em função do crescimento do preço do petróleo foi o Brasil. Independentemente de fazermos ou não mudanças no decreto presidencial, temos que dar uma boa olhada nas alíquotas. O mundo capitalista faz esse tipo de coisa o tempo todo, em particular os Estados Unidos. Já os capitalistas daqui reclamam.	Argumentativa
ISTOÉ – O sr. também quer mudar a fórmula de cobrança dos royalties?	Injuntiva
Lima – Nós podemos trocar petróleo por estradas asfaltadas, por portos, por ferrovias. Na Noruega, no Canadá, no Alasca, eles têm um fundo petrolífero. Todos que produzem dão dinheiro para o fundo e com essa quantia o governo pode fazer um programa de desenvolvimento. O saldo não é destinado exclusivamente aos locais onde está o petróleo. Aqui no Brasil existe a concepção de que royalty é uma compensação pela exploração em determinada área.	Argumentativa
ISTOÉ – Esse conceito não é correto?	Injuntiva
Lima – O petróleo é da União e todos somos brasileiros. Não é justo que aqueles que nasceram por acaso num lugar onde haja petróleo tenham abundância de recursos e outros não recebam nada. Não digo que os lugares onde há petróleo devam receber royalties iguais aos outros locais. Deve haver uma compensação. Mas tem que ser algo mais equilibrado. Afinal, a Constituição diz que o petróleo é monopólio da União, e não de um município ou de um Estado.	Argumentativa
ISTOÉ – O sr. diz que o Brasil, hoje com seis dezenas de empresas na área de exploração e produção de petróleo, poderia passar a ter milhares. Como?	Injuntiva
Lima – Os Estados Unidos têm 23 mil empresas desse tipo, a maioria pequenas e médias. O que se vê é que perto de uma grande indústria há um “cavalo de pau” (pequena máquina de perfuração) tirando petróleo. É apenas um poço, que mantém uma pequena empresa familiar onde todos ganham muito bem. Tiram 5, 6, 10 barris de petróleo por dia. Uma pesquisa revela que 600 dessas empresas americanas tiram 4 barris por dia. É como se fosse uma vaquinha, que sustenta uma família. Nos EUA podem-se ver belas plantações de arroz, por exemplo, com uma torre de exploração de petróleo no meio. Temos que fazer isso aqui.	Argumentativa
ISTOÉ – Na última rodada de licitação para exploração do petróleo, as pequenas e médias empresas se destacaram. O mercado brasileiro já está mudando?	Injuntiva
Lima – As grandes não compareceram, mas a rodada foi recorde de negociações. As pequenas e médias empresas tiveram um desempenho importante. Acredito que isso pode apontar para uma nova realidade do mercado. Teremos o bolo dividido entre a nossa grande estatal, as outras grandes empresas e, por fim, as pequenas e médias empresas. Essa terceira vertente tem que ser incentivada. Para se ter uma idéia, temos 157 campos em terra, que correspondem a 0,6% das reservas brasileiras. Isso daria para criarmos um grande setor de médios e pequenos produtores, com milhares de poços de petróleo a serem	Argumentativa

desenvolvidos e reativados.	
ISTOÉ – Pelo visto, há muito o que explorar ainda...	Injuntiva
Lima – Temos 29 bacias sedimentares brasileiras. Nós estamos presentes em apenas 4,7% da área dessas bacias. É pouquíssimo. Nosso conhecimento geológico refere-se a apenas 8% dessa área. Há muito ainda por explorar. Tanto é assim que somente no final do século XX descobrimos a maior reserva de ferro do planeta, que é Carajás.	Argumentativa
ISTOÉ – O sr. afirma que no final do governo FHC a Petrobras estava em atividade declinante, o que a tornaria inviável. O presidente fez isso deliberadamente?	Injuntiva
Lima – Essa expressão “declinante” e essa idéia de que isso seria um plano para inviabilizar a Petrobras é do (José Sérgio) Gabrielli, atual presidente da empresa. Minha análise é que logo após a abertura do mercado pensou-se em privatizar a Petrobras. Mas houve uma movimentação no Congresso que impediu que isso acontecesse. O momento culminante foi quando José Sarney, presidente do Senado na época, resistiu. Ele disse que só colocaria o projeto de quebra do monopólio em votação se FHC mandasse uma declaração por escrito de que não haveria privatização da Petrobras. Sarney, que apesar de conservador é um homem nacionalista, conseguiu então evitar que adotássemos aqui o modelo argentino: mercado aberto, sem estatal. Com Lula, a empresa saiu dessa linha declinante e passou para a ofensiva, voltou a crescer.	Expositiva
ISTOÉ – Como é a relação da ANP com a Petrobras? Há algum tipo de pressão por parte da empresa?	Injuntiva
Lima – Não tem. Esse modelo aberto com presença estatal está completando 10 anos, é recente e representa uma experimentação para o Brasil, para a ANP e para a Petrobras. A empresa nunca foi controlada por uma agência e nenhuma agência controlou um gigante como a Petrobras. Claro que notamos que volta e meia a Petrobras quer conversar conosco ou trocar idéias. Mas desde que estou aqui nunca apresentou nenhuma resistência e nenhum pleito. O que houve é que a ANP foi criada com um viés contrário à Petrobras. Mas, desde que estou aqui, esse viés deixou de existir. Não somos contra ou a favor a Petrobras. Agora que estamos discutindo um novo marco regulatório, a empresa não participa, já que ela estará inserida nessas regras.	Argumentativa
ISTOÉ – Não é curioso que o sr., um tradicional comunista, ensine aos capitalistas brasileiros como modernizar o mercado do petróleo?	Injuntiva
Lima – Estamos mostrando como se faz para defender os interesses da Nação. Isso não pode ser feito inviabilizando a exploração de petróleo. Aí, não estaríamos defendendo o interesse de ninguém. Devemos permitir que haja uma boa margem de funcionamento das empresas, mas que os interesses brasileiros sejam resguardados.	Argumentativa

ENTREVISTA 10: "Cotas geram ódio racial"

ISTOÉ – Qual é sua opinião sobre o sistema de cotas?	Injuntiva
Roberta Fragoso Kaufmann – Essas cotas, da maneira que vêm sendo adotadas no Brasil, são inconstitucionais. Estão aplicando aqui tão-somente a importação de um modelo pensado para a realidade americana. Nesse sentido, observo certo deslumbramento dos cientistas nacionais com respeito ao modelo dos Estados Unidos.	Argumentativa
ISTOÉ – Nos EUA, o modelo funcionou bem?	Injuntiva
Roberta – Não. Lá, as cotas nunca foram consideradas constitucionais em termos de educação. Mesmo nos EUA, hoje se abandona esse sistema porque ele gerou ódio racial maior do que efetivamente integrou o negro na sociedade. Em julho, num caso envolvendo uma escola de Seattle, a Suprema Corte reviu as ações afirmativas e decidiu que a raça	Argumentativa

não pode ser elemento de distinção no sistema educacional.	
ISTOÉ – As diferenças históricas entre Brasil e EUA não foram levadas em consideração?	Injuntiva
Roberta – Não foram. O que está acontecendo é a cópia de um modelo que foi pensado para os EUA. Estão querendo implementar esse modelo de qualquer forma aqui no Brasil. Lá, quando houve a abolição da escravidão, havia pouca interação entre as raças. Apenas 12% dos negros nos EUA eram livres nos anos imediatamente anteriores à abolição. No Brasil, 90% dos negros já eram livres. Consegui localizar uma ordem de 1731, emanada de dom João V, em que ele dava a um negro o cargo de procurador-geral da Coroa, dizendo que ser negro não era impedimento para assumir função pública.	Argumentativa
ISTOÉ – Existe sistema de cotas em muitos países?	Injuntiva
Roberta – Não para negros. Na Bélgica, há cotas para imigrantes. Na Índia, para a casta dos Dalits. No Canadá, para descendentes de esquimós. Os EUA foram o país pioneiro em cotas raciais para negros. Nos EUA, quando houve a abolição, foi precedida da mais violenta guerra de que se teve notícia lá, com 600 mil mortos. A sociedade que emergiu foi totalmente polarizada entre brancos e negros. Por isso é que após a abolição da escravidão houve o surgimento da Ku Klux Klan, dos conselhos de cidadãos brancos. Houve a instituição de uma segregação oficial como política de Estado.	Expositiva
ISTOÉ – A sra. acha que seria melhor criar cotas para pobres?	Injuntiva
Roberta – Exatamente. O recorte no Brasil tem que ser social. Existem outras políticas sociais que podem ser desenvolvidas para a inserção do negro, como uma política de bolsas de estudo para os que conseguirem passar no vestibular, mas não têm condições financeiras.	Argumentativa
ISTOÉ – Em sua visão, a cota para negros no Brasil seria um preconceito contra os negros?	Injuntiva
Roberta – Não só um preconceito contra os negros, mas seria também uma medida não adequada para a resolução dos nossos problemas. A medida mais adequada no nosso caso é esquecer as cotas e partirmos para uma política social que integre os negros carentes à sociedade.	Argumentativa
ISTOÉ – Como isso poderia ser feito?	Injuntiva
Roberta – Ações afirmativas como gênero, mas não por meio de cotas. Ações afirmativas como bolsas de estudo para negros carentes, cursinhos pré-vestibulares para negros carentes. As cotas ofendem o princípio da igualdade, porque elas geram a chamada discriminação reversa, daqueles que não deram causa ao problema, por exemplo, os brancos pobres que foram alijados do vestibular.	Argumentativa
ISTOÉ – Um dos argumentos dos defensores das cotas é que o ensino público perdeu qualidade e o negro pobre não tem como ascender.	Injuntiva
Roberta – Se você institui cotas na universidade, será que o negro que está sendo beneficiado é, de fato, o negro que mais precisa de um benefício estatal? Ou é o negro que conseguiu terminar o primeiro grau e o segundo grau? As cotas estão favorecendo uma classe média negra que não é necessariamente quem mais precisa do apoio estatal. O negro pobre é excluído no primário.	Argumentativa
ISTOÉ – Então, não se faz necessária uma política específica para promover os negros?	Injuntiva
Roberta – Temos um problema crucial que não existe nos EUA: defina quem é negro no Brasil. Nos EUA o sistema é chamado bi-racial. Só existem a raça negra e a branca. Não existem as categorias dos morenos, dos mulatos, dos pardos. Se você tiver uma gota de sangue negro, você é considerado negro. Por isso, o termo “afro-descendente” é uma importação indevida. No Brasil, não é uma questão de descendência. Se fizermos uma análise de ascendência para saber quem é negro, quem de nós não é negro?	Argumentativa
ISTOÉ – A sra. tem sangue negro?	Injuntiva

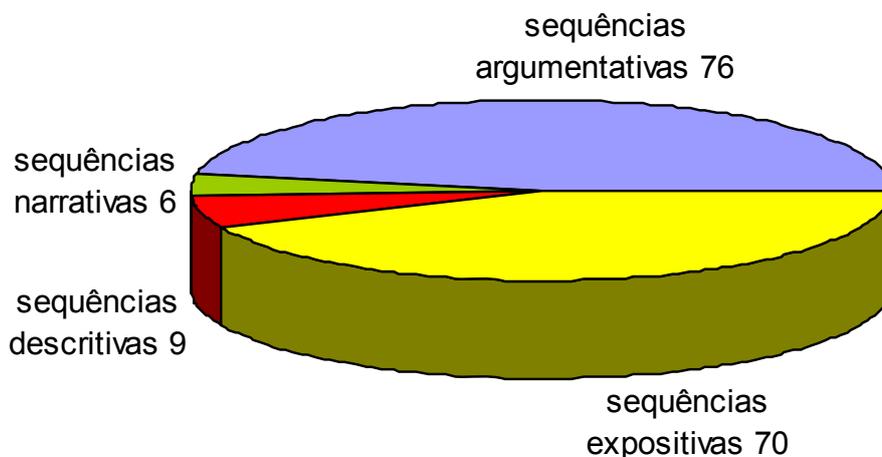
Roberta – Com certeza, tenho. Sou do Recife.	Argumentativa
ISTOÉ – A sra. é loira de olhos claros.	Injuntiva
Roberta – Mas minha família é de Pernambuco e tem um monte de gente morena. Veja o exemplo do Nequinho da Beija-Flor. Ele foi fazer exame de DNA e detectou que 70% do DNA dele é europeu. Tinha que ser Branquinho da Beija-Flor. Com a Daiane dos Santos aconteceu a mesma coisa. Quem de nós não tem os pés, as mãos e o coração na África?	Expositiva
ISTOÉ – O ministro da Igualdade Racial, Edson Santos, diz que desde a abolição não houve política de inclusão tão intensa.	Injuntiva
Roberta – Na verdade, não havia política nenhuma, nem para negro, nem para pobre. Os pobres também não tinham política de integração.	Argumentativa
ISTOÉ – Os grupos desiguais não devem ser tratados de forma desigual para se chegar ao equilíbrio?	Injuntiva
Roberta – Com certeza, desde que a medida criada para igualar esses desiguais seja a mais adequada para o nosso problema. As cotas são inconstitucionais porque ofendem a igualdade. No Brasil, nosso sistema é multirracial. Nós temos as categorias branca, preta, parda, indígena e amarela.	Argumentativa
ISTOÉ – A autodeclaração é adequada para o acesso a cotas?	Injuntiva
Roberta – Não há outro mecanismo. O Censo do IBGE é que impõe cinco categorias. O Programa Nacional de Amostragem Domiciliar de 1976 deixou livre para que o entrevistado definisse a que raça pertencia. O resultado disso foram impressionantes 135 cores diferentes.	Argumentativa
ISTOÉ – Se a sra. fosse o presidente Lula, acabaria com as cotas na hora?	Injuntiva
Roberta – Acabaria. Por que existe tanta legislação de cota? Essa é uma legislação simbólica, a custo zero para o Estado. Ela passa a imagem de que o governo está preocupado em resolver o problema, enquanto, na prática, ele não atinge a verdadeira raiz do problema, que é a educação de base, que é péssima, a educação pública, de pouquíssima qualidade, e faz com que os pobres fiquem alheios a esse debate de cotas.	Argumentativa
ISTOÉ – Esse sistema divide vagas que já existem?	Injuntiva
Roberta – Sim. Não vai criar mais vagas; não vai ampliar. E, o que é pior, os cotistas conseguem entrar, mas os pobres não vão conseguir permanecer. As pessoas que precisam trabalhar não podem mais ficar na universidade pública. Seria mais eficaz promover uma política de bolsas estatais para aqueles que conseguiram passar pelo vestibular do que apenas instituir cotas e lavar as mãos.	Argumentativa
ISTOÉ – Em Brasília, a UnB enquadrou um gêmeo como negro e o outro como branco.	Injuntiva
Roberta – Esse ponto é importantíssimo. Com esse negócio de cotas, nós não só estamos retrocedendo a uma política inconstitucional como estamos retrocedendo na forma como nós nos classificamos. Olha o absurdo da UnB. Instituiu uma comissão para determinar quem é branco e quem é negro com base apenas no olhar. Uma senhora lá da UnB olha para a pessoa e diz: “você é branco”, “você é negro”. Houve um caso dos gêmeos e também o caso de um pai e uma filha. O pai era um negro, casado com uma branca, e teve uma filha parda. A filha foi considerada negra e o pai, não. É o cúmulo do racismo.	Argumentativa
ISTOÉ – O que pode ser feito para que essa política não seja tão subjetiva?	Injuntiva
Roberta – É preciso ignorar a “racialização”. Vamos tratar de políticas sociais, vamos cuidar dos nossos carentes. Estes, sim, precisam de integração. Necessariamente, quando você fizer uma política social, você estará ajudando os negros, porque 70% dos pobres são negros. O governo Lula está disfarçando o debate e importando um problema que não é nosso. Esse problema racista foi muito presente nos EUA, toda essa discussão de ações afirmativas esteve presente lá.	Argumentativa
ISTOÉ – Nas pesquisas que fez, o que encontrou de mais falho no	Injuntiva

sistema de cotas?	
Roberta – A ignorância acerca dos primórdios dessa política. Aqui todo mundo discute esse tema como se tivesse surgido de um modelo de Estado social, para implementar o princípio da igualdade. Quando nós aprofundamos nosso estudo, percebemos que esse argumento não é de todo verdadeiro. Os EUA são talvez o maior exemplo de Estado liberal. Não é exemplo de Estado social. Por que então essa questão de ações afirmativas se originou nos EUA, se eles não estão preocupados com o modelo do Estado social?	Argumentativa
ISTOÉ – Por causa da diferença étnica?	Injuntiva
Roberta – Não só isso. O primeiro presidente que implementou uma ação afirmativa para integrar os negros foi um republicano conservador e que em campanha política havia se declarado contrário às cotas e a qualquer medida que levasse em conta a raça. Foi Richard Nixon, presidente de 1969 a 1974. O contexto era da iminência de uma guerra civil.	Argumentativa Expositiva
ISTOÉ – A política foi implantada em contexto bem diferente do que se vê no Brasil?	Injuntiva
Roberta – Num contexto específico de guerra social. A questão racial foi capa da revista Time por três semanas consecutivas. Lançaram-se livros anunciando o Armagedon. O conflito racial nos EUA não teve precedente, exceto a Guerra Civil de 1860. Ou o Nixon fazia alguma coisa para solucionar aquilo ou então teria de sofrer o ônus de eclodir guerra civil em seu governo.	Expositiva
ISTOÉ – Foi uma política emergencial?	Injuntiva
Roberta – É casuística. Nos EUA nunca houve teorização, pelos movimentos negros, de ações afirmativas. Martin Luther King era contra essas políticas. Ele sempre disse: “Eu não tenho como justificar que negros ricos tenham acesso a benefícios estatais diante de tantos brancos pobres.”	Argumentativa
ISTOÉ – A sra. acha que o STF vai derrubar as cotas?	Injuntiva
Roberta – Tenho receio de que o STF queira fazer uma “jurisprudência simbólica”, com vistas à imagem que a corte vai passar para a população, e não com o que deveria ser. Meu receio é de que o STF tente dar uma aparência de tribunal preocupado com o politicamente correto.	Argumentativa

2.1. Comentando os resultados

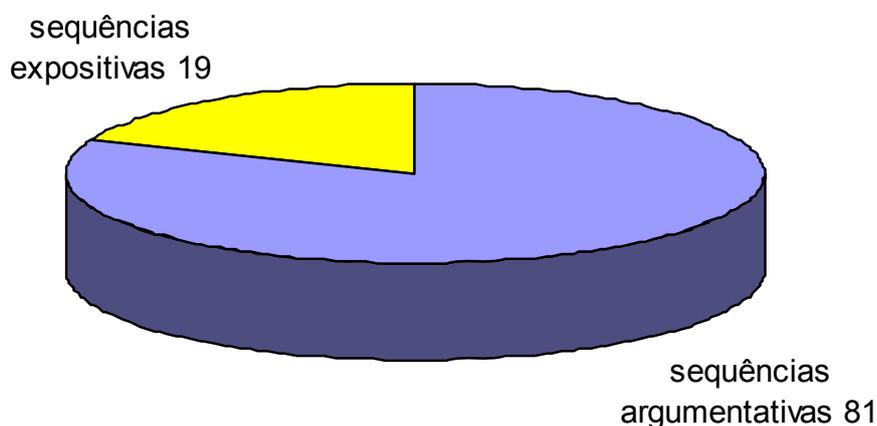
Como podemos observar, são variadas as sequências tipológicas presentes nas entrevistas. Além das sequências injuntivas, dadas pelas perguntas dos(as) entrevistadores(as), há sequências argumentativas, expositivas, descritivas e narrativas nas respostas dos(as) entrevistados(as). No caso das entrevistas da área médica, há que se observar uma recorrência de sequências argumentativas e expositivas nas respostas dos(as) entrevistados(as): das cento e sessenta e três ocorrências, setenta e seis são argumentativas; setenta, expositivas; nove, descritivas e seis, narrativas. É o que podemos verificar no gráfico abaixo:

Área Médica



Por outro lado, nas entrevistas da área sociológica, observamos uma recorrência de sequências argumentativas nas respostas dos(as) entrevistados(as): das noventa e nove ocorrências, oitenta e uma são argumentativas e dezenove, expositivas. O gráfico a seguir deixa claros os resultados apresentados:

Área Sociológica



Isso mostra como nas entrevistas desta área, diferentemente do que ocorre nas entrevistas da área médica, os(as) entrevistados(as) explicitam muito mais a opinião que têm em relação ao que está sendo questionado do que expõem uma informação. Mesmo nas perguntas eminentemente informativas, os(as) entrevistados(as) não se furtam a emitir sua opinião, como ocorre no fragmento abaixo, extraído da entrevista com Sílvia Tandler:

ISTOÉ - O que é globalitarismo, conceito criado por Milton Santos?

Sílvio Tandler - Ele formulou essa idéia em 2001, no livro *Por uma outra globalização*, pouco antes de morrer. É o fundamentalismo que faz do consumo a grande característica da nossa sociedade. A economia se ancora nisso. O mundo está produzindo muito mais do que a sociedade tem capacidade de consumir. Esse processo está levando à destruição do planeta e à desigualdade social. Isso é o globalitarismo: a imposição de padrões consumistas, inclusive a quem não tem condições de consumir. Milton Santos comparou esse fenômeno ao nazismo e ao fascismo. (Grifos nossos)

Porém, em todas as entrevistas, predomina argumentação e/ou exposição, o que é muito comum para esse gênero, sobretudo se considerarmos que se trata de entrevista de divulgação científica, em que o objetivo é justamente este: expor resultados de pesquisas, a fim de atingir o interlocutor leigo, pela argumentação.

3. GÊNERO “ENTREVISTA” E SEU MODO DE ORGANIZAÇÃO DO DISCURSO

Os atos de linguagem que compõem as entrevistas selecionadas como *corpora* deste trabalho apresentam uma proposição referencial encaixada num ponto de vista enunciativo do sujeito falante, o que vai integrar a situação comunicativa de tais entrevistas.

Tal ponto de vista pode ser enunciado em relação ao interlocutor, em relação ao que o próprio locutor diz e também em relação a outros discursos, o que vai configurar o comportamento alocutivo, elocutivo e delocutivo, respectivamente.

Em se tratando das perguntas com que os(as) entrevistadores(as) pretendem agir sobre o(a) entrevistado(a), a fim de que ele(a) possa apresentar respostas aos seus questionamentos, podemos dizer que, por meio delas, os(as) entrevistadores(as) atribuem a si um *papel linguageiro* daquele(a) que se coloca em *posição de inferioridade* em relação ao interlocutor. A relação entre entrevistadores(as) e entrevistados(as) é de *petição*: neste caso, pedido para dizer. A categoria modal que revela esse comportamento enunciativo é a *interrogação*, a partir da qual entrevistadores(as) conferem a si o direito de perguntar e aos (às) entrevistados(as) a competência para responder.

Por outro lado, quanto às respostas dos(as) entrevistados(as), percebemos que apenas as categorias modais de um comportamento alocutivo não dão conta da caracterização do ponto de vista dos(as) entrevistados(as), visto que, muitas vezes, enunciam sua posição em relação ao que eles(as) mesmos(as) dizem, ou então, em relação a um outro discurso. Para bem observarmos isso, segmentamos as perguntas dos(as) entrevistadores(as) e as respostas dos(as) entrevistados(as) a seguir, explicitando as categorias modais em cada entrevista, de acordo com o quadro de Charaudeau apresentado na fundamentação teórica desta pesquisa e aqui retomado para facilitar a análise:

COMPORTAMENTOS ENUNCIATIVOS	ESPECIFICAÇÕES ENUNCIATIVAS	CATEGORIAS DE LÍNGUA
<p>RELAÇÃO DE INFLUÊNCIA</p> <p>(relação do locutor ao interlocutor)</p> <p>ALOCUTIVO</p>	<p>Relação de força (locutor/interlocutor)</p> <p>+ -</p>	<p>Interpelação</p> <p>Injunção</p> <p>Autorização</p> <p>Aviso</p> <p>Julgamento</p> <p>Sugestão</p> <p>Proposta</p>
<p>PONTO DE VISTA SOBRE O MUNDO</p> <p>(relação do locutor consigo mesmo)</p> <p>ELOCUTIVO</p>	<p>Relação de pedido (locutor/interlocutor)</p> <p>- +</p> <p>Modo de saber</p> <p>Avaliação</p> <p>Motivação</p> <p>Engajamento</p>	<p>Interrogação</p> <p>Petição</p> <p>Constatação</p> <p>Saber/ignorância</p> <p>Opinião</p> <p>Apreciação</p> <p>Obrigaçã</p> <p>Possibilidade</p> <p>Querer</p> <p>Promessa</p>

		Aceitação/recusa Acordo/desacordo Declaração
	Decisão	Proclamação
APAGAMENTO DO PUNTO DE VISTA	como o mundo se impõe	Asserção
(relação do locutor com um terceiro)	como outro fala	Discurso relatado
DELOCUTIVO		

(CHARAUDEAU, 2008: 85)

construção cerebral?	
Nicolelis – Sim, mas ela é uma mistura das informações externas com tudo o que experimentamos ao longo da vida. Nesse caso, podemos nos comparar aos computadores. Nosso cérebro está para o hardware da máquina assim como os softwares (programas) que nela instalamos estão para os estímulos que recebemos do mundo. São os softwares que modificam nossa visão de mundo, deixando nosso cérebro mais capaz e com melhor desempenho.	Saber
ISTOÉ – O envelhecimento e a perda de neurônios não comprometem essa capacidade?	Interrogação
Nicolelis – Começamos a perder células cerebrais a partir dos 18 anos, mas não existe nenhum comportamento que dependa de um único neurônio. O cérebro pode usar múltiplas combinações de neurônios para cumprir uma mesma tarefa.	Saber
ISTOÉ – É possível programar outras regiões do cérebro para realizar um comando?	Interrogação
Nicolelis – Isso se chama plasticidade neural e é feita por meio de chips implantáveis que nada mais fazem do que recrutar neurônios para substituir os que não funcionam mais. Para isso precisamos reagrupar pelo menos mil células saudáveis. Em casos de acidentes, com perda de massa cerebral, muitas vezes não conseguimos reagrupar um número suficiente de células.	Saber
ISTOÉ – As próteses robóticas vão demorar para se tornar realidade?	Interrogação
Nicolelis – Essa área está num grau de maturidade impressionante, mas falta um último passo para evitar a reação cerebral aos implantes. Os chips provocam uma inflamação violenta na área do cérebro que fica em contato com os filamentos dos eletrodos responsáveis por mapear a atividade elétrica das células. Alguns pesquisadores tentam desenvolver um revestimento para esses filamentos à base de anti-inflamatórios. Estamos em uma fase parecida com a que antecedeu o lançamento do marcapasso.	Opinião Saber
ISTOÉ – O que aconteceu com o cérebro dos animais testados em seu laboratório?	Interrogação
Nicolelis – Quando as duas macacas (Ivy e Aurora) começaram a movimentar um braço mecânico extra, suas células cerebrais incorporaram as propriedades deste terceiro braço como se fossem parte do corpo delas. Isso não alterou a capacidade de mexerem seus dois braços. O experimento provou que o cérebro incorpora as ferramentas que criamos. O criador absorve a criatura.	Saber
ISTOÉ – Como melhorar as nossas capacidades cerebrais?	Interrogação
Nicolelis – A atividade intelectual é importante. Vale tudo: ir à ópera ou ao forró. O que importa é manter a cabeça ativa em busca de desafios e prazer. E isso depende bastante da história de vida de cada um. A trajetória individual das pessoas tem peso primordial na configuração do cérebro.	Sugestão
ISTOÉ – Falta estímulo para que o brasileiro tenha boas idéias?	Interrogação
Nicolelis – Sem dúvida. A universidade está formando profissionais cada vez mais voltados ao mercado de trabalho e se esquece de estimulá-los à criatividade. E isso se reflete nos laboratórios. A ciência brasileira ainda não atingiu seu potencial mais amplo. No Brasil, o cientista tem de passar pela universidade, fazer doutorado, pós-doutorado para conseguir fazer alguma coisa, levar adiante algum estudo. Santos Dumont nunca precisou enfrentar uma banca de examinadores e entrou para a história como o maior cientista brasileiro.	Opinião
ISTOÉ – Qual seria a saída?	Interrogação
Nicolelis – Desmistificar a ciência. Em fevereiro vou inaugurar em Natal, no Rio Grande do Norte, um projeto de educação científica para 150 crianças da rede pública. Elas serão cientistas com o que tiverem à mão. Aprenderão biologia a partir	Sugestão Declaração

da análise do solo do bairro onde moram para que percebam quanta vida existe em um pedaço de terra. Com um telescópio, olharão para o céu e passarão à matemática. O que falta é mostrar que a ciência é fruto da combinação de talento, paixão, perseverança e, sobretudo, interesse.	Opinião
ISTOÉ – Por que Natal?	Interrogação
Nicolelis – A escolha é uma tentativa de descentralizar a produção científica. O federalismo pressupõe a realização de pesquisas de boa qualidade fora do eixo Rio–São Paulo. Fora isso, a capital potiguar é uma cidade de médio porte, está a quatro horas da Europa e deverá ter brevemente acesso direto aos EUA. Isso facilitará o intercâmbio que mantemos com alguns dos centros de pesquisa mais importantes do mundo. Já estamos integrados com a Universidade Duke, nos EUA, onde sou responsável por um laboratório de bioengenharia, com o Hospital Sírio Libanês, em São Paulo, com a Escola Politécnica de Lausanne, na Suíça, e com o ATR, no Japão, um dos mais renomados centros de robótica do mundo.	Saber Declaração
ISTOÉ – De onde vem a verba?	Interrogação
Nicolelis – O orçamento da construção dos prédios era de US\$ 20 milhões. Essa quantia não levava em conta o custo operacional. Ao todo o projeto deverá consumir US\$ 35 milhões. Cerca de 80% dos recursos vieram do governo americano, representado por diferentes instituições, e também de fundações privadas, como a do ator Christopher Reeve. Há também doadores particulares. Uma pequena parte veio do governo brasileiro. Não estou tomando dinheiro de pesquisas ditas importantes do Sul do País, como disseram vários dos nomes mais relevantes da ciência nacional.	Saber Discurso relatado
ISTOÉ – O sr. teria conseguido levar adiante um projeto desse tipo sem ter saído do Brasil?	Interrogação
Nicolelis – Eu saí do País porque não conseguia espaço e verbas. As estruturas de fomento federal são arcaicas e não têm compromisso com a sociedade. Os agentes acham que são estrelas e se esquecem que só existem em função do cientista, que por sua vez representa a sociedade. No final das contas, é o contribuinte quem financia as pesquisas. Nos EUA, o governo aplica US\$ 200 bilhões em ciência por ano. A iniciativa privada entra com outros US\$ 200 bilhões. O setor de tecnologia da informação destina mais US\$ 250 bilhões. Some tudo isso e terá o PIB brasileiro. Quem abre mão da ciência perde o bonde do desenvolvimento.	Declaração Opinião Saber Opinião

ENTREVISTA 2: “Nossa política antidrogas está errada”

ISTOÉ - O relatório da ONU indica que há uma tendência de crescimento do consumo de drogas na América do Sul e no Brasil. Por que aumenta?	Interrogação
Ronaldo Laranjeira - No Brasil, os dados são pouco confiáveis. A ONU utiliza as estimativas do Cebrid, um centro de referência de levantamentos populacionais. São os dados mais seguros que temos. A ONU trabalhou com um sistema de comparação, mostrando uma tendência de crescimento das drogas no Brasil. Isso é mais importante do que os números em si. Enquanto no mundo a tendência é pela estabilidade ou diminuição, aqui o consumo cresce cerca de 10%. Tenho uma teoria que explica esse aumento. Na maioria dos países, os programas procuram valorizar a idéia de as pessoas não usarem drogas. Essa abordagem faz com que os dependentes entrem em tratamento para não consumirem mais drogas. Aqui, há dez anos, o Ministério da Saúde adota a política de	Opinião Saber Opinião Saber

redução de danos. Se vai usar, que use de uma forma menos lesiva.	
ISTOÉ - E por que essa política não reduz o consumo?	Interrogação
Laranjeira - Nos ambulatórios para dependentes químicos, se aparece algum usuário de crack, o aconselhamento é feito no sentido de trocar a droga por outra menos forte. Não existe estrutura de apoio efetivo a quem precisa de tratamento para deixar de usar. O Ministério fechou clínicas de internação. As que existem são privadas. Com isso, muitas pessoas não têm acesso ao tratamento correto. Aqui há só 80 centros financiados pelo governo. Ou seja, temos um centro para cada dois milhões de habitantes. Na Inglaterra, há um centro para cada 100 mil habitantes. É um número 20 vezes menor. A Associação Brasileira de Psiquiatria e a Associação Brasileira de Estudos de Álcool e Outras Drogas se opõem a isso. A nossa política antidrogas está errada.	Saber Opinião
ISTOÉ - O que deveria mudar?	Interrogação
Laranjeira - A redução de danos deveria ser um complemento, mas virou prioridade. Dar agulhas e seringas tem de ser feito, mas não há evidência de que fornecer cachimbo para fumar crack seja uma medida eficaz. Na Holanda, 80% dos usuários estão em contato com algum sistema de tratamento. Recebem as práticas da redução de danos, mas têm assistência para se internar e parar. Por outro lado, quem já viu no Brasil uma campanha vigorosa em relação a não experimentar a maconha? Estamos com uma política tolerante: falamos como usar de forma segura, mas não abordamos com a ênfase necessária os problemas que as drogas causam.	Sugestão Saber Opinião
ISTOÉ - Quais são os acertos do atual programa do governo?	Interrogação
Laranjeira - Acho que a única evidência de que funciona é em relação aos injetáveis. A política de redução de danos diminuiu o número de usuários infectados pelo HIV. Mas é um dado pequeno no Brasil. Há anos que não vejo um usuário de drogas injetáveis no consultório. As pessoas optaram por fumar crack em vez de se injetar.	Opinião Declaração
ISTOÉ - O consumo de drogas cresce em que perfil de usuários?	Interrogação
Laranjeira - Na realidade, não temos esses dados. Acredito que cresce em todas as classes sociais. No Brasil, o consumo maior fica nas regiões Sul e Sudeste. Se a economia melhorar e continuarmos com a política anêmica de prevenção e tratamento, o consumo vai aumentar mais ainda. Cresce a oferta e a procura. É uma questão de mercado. Por isso, o alerta a respeito da tendência de aumento no uso de drogas no Brasil deve ser levado muito a sério. Temos de lidar com isso como fizemos com a inflação. Se o programa não dá resultado, é preciso mudar a política. Já que ele existe há dez anos e não dá certo, temos de repensá-lo ou repensar as pessoas que o conduzem. Se o time não vai bem no campeonato, tem de mudar o técnico, como diz o Lula.	Declaração Opinião Discurso relatado
ISTOÉ - Quais são as drogas mais consumidas no País?	Interrogação
Laranjeira - Tem crescido mais o consumo da maconha e o da cocaína. Em alguns setores da classe média, o ecstasy. Elas são as principais. No caso da maconha, isso vem acontecendo há vários anos. Evidências científicas mostram que seu consumo - especialmente o precoce, aos 13 ou 14 anos - aumenta o risco de transtornos mentais, especialmente a esquizofrenia. Pelo menos 12% dos casos de esquizofrenia na Inglaterra foram desencadeados pelo uso de maconha. É grave. O Ministério da Saúde não faz alerta sobre esse perigo.	Saber Opinião
ISTOÉ - Há uma expansão do crack?	Interrogação
Laranjeira - Em São Paulo. No Rio não há muito porque os traficantes não deixam. Mesmo em São Paulo ele está mais relacionado com a periferia, com a pobreza. As pessoas que ficam muito tempo usando	Saber

<p>cocaína são mais vulneráveis. Aí, chega uma hora em que, na relação custo/benefício do usuário, "fica melhor" usar o crack do que cocaína. Seu efeito surge mais rápido e, no final, ele acaba sendo mais barato. A classe média viciada em crack que atendo, como advogados e médicos, conta que tudo começou com cocaína.</p>	Discurso relatado
ISTOÉ - Quanto o crack é letal?	Interrogação
<p>Laranjeira - Estamos acabando de coletar dados do maior estudo feito no mundo. Não há nada tão longo. Pegamos os primeiros 130 usuários de crack internados em São Paulo, há 12 anos. Fizemos um acompanhamento depois de dois anos dessas internações. Em seguida, fizemos outro, cinco anos mais tarde. Agora estamos concluindo a análise desses usuários após 12 anos. A mortalidade é de quase 40% ao longo desse período. Nem leucemia mata tanto. A maioria dessas mortes é por causa da violência. Vimos que desse grupo ainda tem gente usando crack e que as famílias estão desgastadas. Notamos também que houve mais pacientes presos do que encaminhados para tratamento.</p>	Declaração Opinião Declaração Opinião
ISTOÉ - Qual é a droga mais perigosa?	Interrogação
<p>Laranjeira - Toda droga produz dano. A questão é quanto tempo ela demora para isso. O cigarro demora 20, 30 anos para causar dano. Mas, de longe, o cigarro é a droga que mais mata. O crack é mais rápido. Os danos dependem da intensidade de uso.</p>	Opinião Saber
ISTOÉ - Recentemente houve uma discussão em torno das cartilhas de redução de danos. Algumas pessoas acreditam que esse tipo de material é um estímulo ao consumo. O que o sr. pensa a esse respeito?	Interrogação
<p>Laranjeira - Não concordo com isso. Cartilhas bem feitas não estimulam o consumo. Mas houve uma cartilha recentemente criticada, a da Parada Gay em São Paulo, que perdeu a chance de falar dos riscos do uso das drogas. O material se concentrou mais em orientar o consumo com baixo risco do que em alertar para o risco do uso. É o que critico de modo geral. É uma opção de política equivocada. Acho que as duas coisas podem ser feitas. Mas se ficarmos só cuidando de quem usa, esquecemos de fazer campanhas para as pessoas não usarem. Isso ocorre principalmente com o ecstasy, que é uma das drogas mais tóxicas que conheço para o cérebro. Pouco se fala de todos esses males relacionados às drogas no País. Estou concluindo agora um grande estudo patrocinado pelo governo que vai traçar o perfil dos consumidores de bebidas alcoólicas. Esse trabalho ficará pronto em agosto. Espero que o próprio governo utilize os dados para a formulação de políticas adequadas.</p>	Discordância Opinião Declaração Querer
ISTOÉ - Existem campanhas de esclarecimento eficazes nas escolas? Em geral, elas criticam o consumo e advertem sobre as consequências, dizendo coisas como "a droga mata".	Interrogação
<p>Laranjeira - Há muito poucas campanhas e isso é uma falha de extrema gravidade. No setor público, praticamente nada. O único trabalho que conheço é o da Polícia, que consiste em dar palestra. Não há verbas e nem cabeça pensando nessas questões. Deixou-se a escola de lado. Não há programa de prevenção para jovens de risco, fora ou dentro da escola. Teríamos de fazer programas de cuidados para essa população. As ONGs fazem, mas é pouco. Há algumas boas como o grupo Amor Exigente. São familiares de usuários que cuidam das próprias famílias.</p>	Opinião Sugestão Opinião
ISTOÉ - O sr. acha que a liberação das drogas ajudaria a diminuir o consumo?	Interrogação
Laranjeira - Primeiro é difícil fazer isso. Segundo, há evidências	Opinião

demonstrando que, se as drogas forem legalizadas, o consumo vai aumentar. Isso pode diminuir a violência do tráfico, mas pode aumentar a violência entre os usuários e atingir outras pessoas. É ingenuidade achar que isso vai dismantlar a rede do tráfico, que os traficantes vão passar a vender flores em Ipanema. A gente não pode esquecer que a principal violência é a droga lícita, o álcool. Quando a prefeitura de Diadema determinou o fechamento de bares às 23 horas - lei que vai completar cinco anos -, houve uma redução no número de homicídios.	Saber
ISTOÉ - Muita gente diz fumar maconha socialmente, apesar de ser proibido no Brasil. Em outros países, há balas, bebidas e comidas com maconha. Quando se pode dizer que uma pessoa é dependente, do ponto de vista médico?	Interrogação
Laranjeira - Tem gente que ocasionalmente usa maconha. Mas a tendência é haver um número maior de usuários com consumo regular. Aumentou a disponibilidade da maconha na nossa sociedade. O que vai acontecer? Há três importantes evidências a seu respeito: ela piora o desempenho na escola, aumenta as chances de transtornos mentais - especialmente a esquizofrenia - e diminui o pique para fazer as coisas. Quem é usuário regular tem tendência de adiar tudo. O número desses consumidores diários vem aumentando. O número de quem usa no final de semana é muito pequeno. Quem usa regularmente vai ter mais ansiedade, mais depressão.	Saber
ISTOÉ - Diz-se que quem usa drogas procura entorpecer sensações ruins. Está correto?	Interrogação
Laranjeira - É mais pelo prazer do que para tirar sensações negativas. O problema é que as drogas modificam os processos cerebrais, incapacitando os usuários para recorrer a outras fontes de prazer menos imediatas e intensas.	Opinião

ENTREVISTA 3: "Não sabemos entender o infarto"

ISTOÉ - Por que os médicos não atendem corretamente os casos de emergência?	Interrogação
Sérgio Timerman - No Brasil, nossa emergência está em situação de emergência. Aqui não se dá a devida importância a esse atendimento. São serviços tratados com descaso e relegados a segundo plano. A maioria dos profissionais está ali para fazer bico assim que termina a faculdade. Às vezes os médicos dão um plantão por longas horas e em seguida vão para outro serviço sem condições físicas. Muitos nem são emergencistas. E é aí que mora o grande perigo porque muitas doenças acabam sendo mal tratadas.	Opinião
ISTOÉ - Qual é o trabalho do emergencista?	Interrogação
Timerman - São pessoas que trabalham em áreas críticas, como a terapia intensiva, o pós-operatório e as emergências no serviço pré-hospitalar. O que assusta no Brasil é as pessoas não perceberem a gravidade de ter profissionais sem conhecimento trabalhando nessas áreas.	Saber Opinião
ISTOÉ - Qual é a consequência de ter gente despreparada na linha de frente?	Interrogação
Timerman - A emergência é uma área complexa, que exige treinamento e forma de raciocínio muito rápido. A maioria não sabe fazer isso. Perdem-se vidas e há muitos riscos. Mas há outros dados que ilustram o impacto dessa atitude. Por exemplo, de 10% a 12% das pessoas atendidas nos nossos pronto-socorros deixam os serviços sem ter sido diagnosticadas e, portanto, sem tratamento. Algumas horas depois, infartam ou morrem fora do hospital. Esses pacientes foram buscar auxílio e não foram diagnosticados. O mesmo acontece com outras patologias, como o	Opinião Saber

acidente vascular cerebral (conhecido como derrame). Muitas vezes, o paciente recebe alta antes que o AVC se manifeste. Por quê? Porque não foi feita uma boa avaliação clínica. Aí tem alta e acaba ficando com alguma seqüela.	Opinião
ISTOÉ - O que acontece com as 100 mil pessoas que não são tratadas devidamente?	Interrogação
Timerman - Elas podem morrer ou ficar seqüeladas. Imagine isso do ponto de vista da economia da saúde. O indivíduo que não recebeu tratamento adequado para o infarto, por exemplo, será uma pessoa que vai passar a vida com insuficiência cardíaca (incapacidade de o coração bombear sangue para o resto do corpo), com uma qualidade de vida ruim e dependente até morrer dali a alguns anos. Estamos criando legiões de pessoas seqüeladas no País, e isso poderia ser evitado.	Saber Opinião
ISTOÉ - Quantas pessoas morrem por falhas no atendimento?	Interrogação
Timerman - Segundo o Datasus, há 50 mil mortes por infarto no Brasil. Boa parte deve ser pelos problemas sobre os quais falei acima. São poucos os hospitais em condições de fazer a semana toda angioplastia ou stent (espécie de mola colocada para abrir a artéria entupida) e nem todos têm a medicação para dissolver o coágulo. E a questão crucial hoje é que mesmo em hospitais que possuem as medicações para dissolver o coágulo pode haver demora ou mesmo uma falha no tratamento do infarto.	Discurso relatado Opinião
ISTOÉ - Pode citar um lugar onde já viu isso ocorrer?	Interrogação
Timerman - Fizemos um trabalho de conscientização da população médica em várias cidades do Norte e Nordeste. Nosso objetivo era ensinar os médicos que havia uma medicação que dissolve o coágulo ou então que se deve mandar o paciente ao cateterismo. Depois de um tempo, vimos que muitos dos medicamentos comprados pelo governo perderam a validade sem ter sido usados. Fiquei perplexo e enviei uma equipe para saber o que aconteceu. Eles descobriram que os médicos tinham medo de usar a medicação. Agora enviamos equipes para dar plantão com os outros médicos, ensinando como se faz o atendimento. É a única maneira que encontramos para fazer com que isso mude.	Declaração Apreciação Declaração
ISTOÉ - Por que os médicos já treinados por sua equipe não usaram a medicação para conter o infarto?	Interrogação
Timerman - A resposta é a cara do Brasil. As pessoas tinham medo. A equipe que foi verificar a situação ouviu, de um especialista, algo simples e claro. Ele disse: "Olha, doutor, aqui na nossa região é o seguinte - se eu der essa medicação e o paciente morrer porque esse remédio fez com que ele tivesse um sangramento maior, a família é capaz de me processar porque ele teve o sangramento. Mas se ele morrer de infarto, ele morreu de infarto, não de hemorragia." Você tem idéia do absurdo que é isso? A gente sabe que essa medicação tem uma série de cuidados, mas aprendendo a usá-la, os riscos são controlados. Só que esses médicos não conseguem ver o risco-benefício.	Opinião Discurso relatado Opinião
ISTOÉ - O atendimento também falha na morte súbita?	Interrogação
Timerman - O que mais leva à morte súbita é a doença coronariana. Na hora em que o músculo cardíaco está sofrendo por falta de irrigação, está vulnerável. Pode ter uma arritmia súbita, que é a chamada fibrilação ventricular. Trata-se de um caos elétrico de origem súbita e, muitas vezes, quando tratado de uma maneira rápida, é reversível. Quanto mais rápido você tratar, mais rápida é a reversibilidade do problema. É questão de tempo. Se eu tiver uma parada cardíaca aqui, no meu primeiro minuto, de zero a dez minutos, eu perco 10% de chance de sobrevivência. Em dez minutos eu estou morto. Agora, se fizer o tratamento certo em até cinco	Saber Opinião Saber

minutos, além de ter possibilidade maior de sobrevivência, as chances são menores de ter uma seqüela. O atendimento se faz com o uso dos desfibriladores (aparelhos que regulam as descargas elétricas no músculo cardíaco). Há trabalhos mostrando que a implantação desses equipamentos em cassinos de Las Vegas, por exemplo, e sua utilização até três minutos depois da fibrilação faz com que 70% das pessoas sobrevivam.	
ISTOÉ - No Brasil já existe treinamento para o uso desses aparelhos?	Interrogação
Timerman - Estamos fazendo. O InCor fez o treinamento da Varig, que chegou a ter 11 casos de parada cardíaca e 45% de salvamento. Na Câmara Federal, em Brasília, onde também demos treinamento, tivemos 80% de sobrevivência das seis paradas cardíacas lá registradas desde então. Também estamos treinando os seguranças do metrô de São Paulo. Não temos números, porque ainda estamos terminando o treinamento, mas temos três casos reportados, com salvamento em dois casos.	Declaração
ISTOE - Como o treinamento da comunidade pode ajudar?	Interrogação
Timerman - Cerca de 84% dos ataques cardíacos acontecem em casa. E 16% em locais públicos. Nos Estados Unidos, 50% a 52% desses eventos são acompanhados por crianças ou adolescentes. Por isso, lá foi feito um trabalho de ensino de atendimento de emergência nas escolas para crianças e adolescentes.	Saber
ISTOE - O que se ensina?	Interrogação
Timeman - Ensinam a criança a chamar o atendimento de emergência. E a fazer a massagem cardíaca ou respiração boca a boca até chegar o socorro.	Saber
ISTOÉ - No Brasil há algo nesse sentido?	Interrogação
Timerman - Demos cursos esporádicos em escolas, mas não temos nenhum programa.	Declaração
ISTOE - A escola que o sr. dirige dará atenção especial à formação dos médicos emergencistas?	Interrogação
Timerman - Dará a atenção devida. No currículo, introduzimos a prática médica no primeiro semestre, que contém a matéria "Aprendendo a Ser Médico". Para isso, foi feito um investimento de R\$ 3 milhões na compra de equipamentos para montar um laboratório de simulação. Ela é muito importante e feita antes de o aluno colocar a mão no paciente. Dá a ele a chance de errar várias vezes enquanto está aprendendo, mas sem ferir ninguém. As escolas americanas e européias usam esse recurso.	Declaração Opinião
ISTOÉ - Poderia comentar mudanças que deveriam ser imediatas na conduta das ambulâncias?	Interrogação
Timerman - Existe muita coisa para mudar. Por exemplo, você sabia que é uma regra internacional que ambulância não pode andar na contramão? Outro equívoco: não se pode transportar paciente que não esteja estabilizado. Primeiro você estabiliza, depois transporta. É mais uma convenção internacional. Você nunca transporta, entre hospitais, um paciente que não esteja estabilizado. É preciso ter a maior certeza de que ele vai chegar com segurança ao outro hospital. Trabalhei muito tempo em ambulância. Quando o doente tinha parada cardíaca, mandava parar o carro. Não se pode atender um paciente com parada cardíaca com o automóvel em movimento. Mas tenho esperança. No Brasil, esse atendimento começa a se organizar com o Samu (serviço de atendimento de emergência implantado pelo governo federal). O programa ainda tem que melhorar muito, mas já é um começo.	Opinião Saber Declaração Opinião
ISTOÉ - Os alunos que pagarão cerca de R\$ 3 mil por mês na nova faculdade que será dirigida pelo senhor vão abrir consultório particular, trabalhar em centros de pesquisa com alta tecnologia ou atender clientes do SUS?	Interrogação

<p>Timerman - Vivemos um momento delicado na relação com os jovens da elite brasileira que pode pagar uma escola. Mas temos de trabalhar para recuperar os objetivos da medicina e do médico. Os jovens que aqui permanecerem terão disciplinas como desenvolvimento humano e social, estilo de vida, para que possamos preparar o comportamento deles diante de ricos ou pobres. Nossa ênfase será no profissional completo da saúde.</p> <p>Quero que meus alunos conheçam os recursos mais avançados da medicina e tenham uma visão clara da realidade brasileira e do seu papel como médicos nesse contexto.</p>	<p>Opinião</p> <p>Querer</p>
---	------------------------------

ENTREVISTA 4: “O preço da vida”

<p>ISTOÉ – Como são feitas as estimativas de custos para saber se vale a pena incluir um medicamento na lista dos remédios disponíveis no SUS?</p>	<p>Interrogação</p>
<p>Denizar Vianna – Usa-se uma nova área do conhecimento, a farmacoeconomia. Ela consiste na análise econômica específica para avaliar novos medicamentos e é pautada em etapas bem estabelecidas. O primeiro momento da avaliação é buscar na literatura médica a melhor evidência publicada em relação aos estudos feitos sobre o medicamento em questão. Qual foi o ensaio clínico mais bem desenhado que comparou o medicamento A com o B? Precisamos saber qual é realmente sua eficácia, se é superior ao tratamento padrão, sua segurança.</p>	<p>Saber</p>
<p>ISTOÉ – E depois?</p>	<p>Interrogação</p>
<p>Vianna – A segunda etapa incorpora o conceito econômico. De alguma forma, é preciso descobrir e definir quais os custos que incorrerão nas duas opções comparadas.</p> <p>Não se está preocupado só com o preço do remédio na hora da aquisição, mas também se, ao tratar o paciente, é possível evitar novas hospitalizações, por exemplo. E tenho de traçar isso no horizonte de tempo que define a história natural da doença. Imagine uma doença cardiovascular. Se opto por dar aspirina a alguém que já teve infarto e eu sei que existe evidência de que esse remédio pode evitar novos eventos, tenho que calcular ao longo de cinco, dez anos – tempo no qual a doença se desenvolve a ponto de gerar eventos – quais são os custos que terei se der ou não aspirina ao doente.</p>	<p>Saber</p> <p>Opinião</p>
<p>ISTOÉ – E como se faz isso?</p>	<p>Interrogação</p>
<p>Vianna – Levando-se em conta a história natural da doença, quais as probabilidades de novos eventos ocorrerem. Com isso, tenho uma predição com dois cenários diferentes. Descubro o que terei de custos e o que ganho de benefícios com a droga A ou B. Vejo se o medicamento em análise é “custo efetivo” ou não.</p>	<p>Saber</p>
<p>ISTOÉ – O que é esse custo?</p>	<p>Interrogação</p>
<p>Vianna – Ele está alicerçado na seguinte questão: se o custo monetário adicional que estou pagando para introduzir determinado medicamento justifica o benefício clínico que terei.</p>	<p>Saber</p>
<p>ISTOÉ – Pode dar um exemplo?</p>	<p>Interrogação</p>
<p>Vianna – No final de 2007, houve uma avaliação para saber se valia a pena introduzir a vacina contra a doença pneumocócica no calendário público de vacinação. Verificamos que existe um custo incremental para isso, mas evitaríamos as seqüelas da doença pneumocócica. Além da meningite, ela pode dar pneumonia e otite média, por exemplo. Feitas todas as análises, a vacina seria custo efetivo.</p>	<p>Saber</p>
<p>ISTOÉ – Mas a vacina continua fora do sistema público. Por quê?</p>	<p>Interrogação</p>
<p>Vianna – Este estudo é recente.</p> <p>O Ministério da Saúde precisa avaliar o impacto orçamentário da inclusão da nova vacina e comparar com outras demandas que possui</p>	<p>Opinião</p> <p>Saber</p>

na assistência à população, antes de tomar a decisão final.	
ISTOÉ – Nas avaliações, leva-se em consideração também a qualidade da vida que o paciente terá, caso seja usuário da nova tecnologia?	Interrogação
Vianna – Sim. Hoje está claro que não se pode somente postergar a vida. E existem modos de se medir o ganho de qualidade de vida de forma mais científica, com instrumentos validados, para que se extraia da percepção do paciente qual o ganho em termos de qualidade que ele obteve com o tratamento.	Opinião Saber
ISTOÉ – Há um limite de quanto se pode gastar para introduzir um novo remédio?	Interrogação
Vianna – Sim. Alguns países definiram até quanto, em valores monetários, se justifica gastar a mais por um ano de vida salvo. Essa história começou nos anos 80 nos EUA. O governo americano gastava US\$ 50 mil dólares por ano para manter um paciente na diálise (procedimento usado quando as funções renais já não funcionam direito). Por causa disso, as autoridades começaram a sofrer pressão de outros doentes. Então, o Congresso definiu que gastar até US\$ 50 mil dólares para cada ano de vida salvo é justificável para pagar por qualquer nova tecnologia que proporcione esse ano de vida a cada paciente. Seria uma questão de equidade. Se já estavam fazendo isso para uma população, entenderam que tinham de oferecer o mesmo a outros doentes.	Saber
ISTOÉ – E em outros países?	Interrogação
Vianna – No Reino Unido, ficou estabelecido que o limite vai variar entre 20 mil e 30 mil libras esterlinas, dependendo do tipo de doença em questão.	Saber
ISTOÉ – E quanto às nações mais pobres? Existe algum parâmetro?	Interrogação
Vianna – Há um nível definido pela Organização Mundial da Saúde (OMS). A entidade determinou que o investimento se justifica se custar até três vezes a renda per capita do país por ano de vida salvo. No Brasil, isso seria algo em torno de R\$ 30 mil.	Saber
ISTOÉ – Então podemos dizer que no Brasil gasta-se no máximo R\$ 30 mil para cada ano de vida salvo para cada paciente?	Interrogação
Vianna – Pelo parâmetro da OMS, esse seria um valor justificável para adicionar uma nova tecnologia no tratamento de uma doença. Não significa um valor atribuído à vida, e sim um parâmetro para auxiliar no processo decisório de incorporação ou não de um novo remédio.	Saber Opinião
ISTOÉ – Mas, em muitos casos, um novo recurso pode ser muito mais caro e ultrapassar o limite. Em compensação, o número de pacientes atendidos seria menor. Como lidar com isso?	Interrogação
Vianna – De fato, a lógica com que se olha para uma doença mais prevalente e outra, rara, tem de ser diferente. O Reino Unido definiu uma política para males raros. Parte-se do pressuposto de que o custo unitário de um novo medicamento pode ser altíssimo, mas o total de pacientes é baixo. Portanto, o custo global pode não ser tão alto assim.	Opinião Saber
ISTOÉ – E no Brasil? Há alguma discussão a respeito do problema?	Interrogação
Vianna – Isso está sendo discutido no Ministério da Saúde.	Saber
ISTOÉ – Mas por enquanto o que vale é a regra dos R\$ 30 mil? Independentemente da doença?	Interrogação
Vianna – Sim.	Saber
ISTOÉ – Há algum instrumento ao qual os portadores de doenças órfãs podem recorrer para vencer esse limite?	Interrogação
Vianna – O principal canal para isso é político. As entidades de defesa desses pacientes têm uma atuação muito forte no ministério para exigir	Opinião

direitos. E eles têm o direito de pressionar. Imagine uma mãe com um filho com uma condição rara. Ela vai brigar por esse direito. Acredito que esta é uma política que tem de ser particularizada.	
ISTOÉ – Mas, mesmo se um medicamento é custo efetivo, como fazer se não há dinheiro no orçamento? Como escolher o remédio que será adotado?	Interrogação
Vianna – Para o administrador é muito complicado decidir. É sempre uma questão de escolha, de prioridades definidas em função da saúde coletiva.	Opinião
ISTOÉ – Mas alguém fica desamparado.	Interrogação
Vianna – Sim. E isso é o que acontece. Não há outra maneira em países como o Brasil, onde o orçamento é sempre apertado. O cobertor é curto. Puxa de um lado e descobre do outro.	Opinião
ISTOÉ – Ao fazer uma escolha, o administrador não acaba apontando que uma vida vale mais do que a outra?	Interrogação
Vianna – Não. Em tese, sua escolha quer dizer que a eficiência no uso de recurso público é melhor naquela opção escolhida.	Opinião
ISTOÉ – E a questão dos pacientes que buscam na Justiça o direito a drogas novas e mais caras?	Interrogação
Vianna – Eles foram buscar seus direitos individualmente. E o Poder Judiciário tem entendido que há uma falha de quem administra a saúde na definição dos critérios que determinam os medicamentos que ficarão acessíveis. E se eles têm uma demanda, olham para o lado do indivíduo, e não para o coletivo. Mas, do ponto de vista de quem está financiando a saúde – pública e privada –, a questão da concessão de liminares que permitem o acesso aos novos medicamentos é séria. Ela está comprometendo boa parte do planejamento e do orçamento que se faz. Em 2006, a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo teve um impacto orçamentário importante e deixou de contemplar questões prioritárias porque teve de desviar esse recurso para pagar os remédios obtidos via liminar.	Saber Opinião Saber
ISTOÉ – O sr. acha os pleitos injustos?	Interrogação
Vianna – Acho que é preciso ter uma regra clara porque muitas liminares estão acontecendo sem o embasamento científico adequado. Eles concedem para medicamentos que não necessariamente trarão benefícios. Defendo que se crie uma câmara técnica, composta por profissionais que entendam do assunto, para assessorar os juízes.	Opinião
ISTOÉ – Mas o sr. recorrerá à Justiça, caso precisasse?	Interrogação
Vianna – Se fosse algo que realmente fizesse diferença e estivesse sendo negado por uma questão orçamentária, individualmente eu recorreria. Coloco-me no lugar de um pai que está buscando algo para o filho. Vou tentar tudo para ele. Mas existem situações em que acho que essa estratégia não se justifica. Pacientes em estágio terminal, por exemplo. Por que apenas prolongar a vida deles? Acho que nesses casos o que se deve fazer é lutar para que tenham um final de vida mais digno, assistidos por profissionais capacitados, sem dor, e ao lado dos familiares.	Declaração
ISTOÉ – Para os laboratórios farmacêuticos, essa “indústria de liminares” é um bom negócio?	Interrogação
Vianna – É. Eles acabam conseguindo vender seus produtos. Mas acho que a indústria não deve fomentar isso. Não é uma conduta ética.	Opinião
ISTOÉ – Na sua opinião, qual porcentagem de novos remédios deveria de fato ser incluída em uma lista pública de medicamentos? Quantas novidades verdadeiramente trazem benefícios que justificam sua compra?	Interrogação
Vianna – Diante da escassez de recursos para se atender a todas as demandas de saúde, é preciso definir prioridades, analisar qual a superioridade do novo medicamento em termos de eficácia e segurança, estimar seu custo incremental em relação ao tratamento	Opinião

vigente e o impacto orçamentário para o Ministério da Saúde. Com o conhecimento destas variáveis, o processo decisório acontecerá de forma mais justa para a sociedade.	
ISTOÉ – E como o sr. vê o futuro da saúde, uma vez que os medicamentos tendem a ficar cada vez mais modernos, mas também mais caros? O que se pode esperar de um cenário desses em um país como o Brasil?	Interrogação
Vianna – Os custos serão sempre ascendentes, em qualquer modelo de saúde, conseqüência do envelhecimento populacional e da incorporação de novas tecnologias. Nossos gestores e formuladores de políticas de saúde têm de buscar novas fontes de financiamento para o SUS, pois nosso gasto per capita com saúde ainda está aquém do ideal. Mas eles também devem usar os recursos com mais eficiência. O Brasil evoluiu muito nos últimos anos na discussão da avaliação da incorporação de novas tecnologias, principalmente os medicamentos. A formulação de uma política transparente, com regras claras e critérios técnicos, é o melhor caminho para se atingir maior equidade e justiça social. Gosto de uma frase que resume o caminho que devemos seguir: usar a tecnologia certa, no paciente certo, na hora certa.	Opinião

ENTREVISTA 5: “Quando os médicos adoecem”

ISTOÉ – O que o levou a escrever o livro?	Interrogação
Robert Klitzman – Decidi escrevê-lo em grande parte por causa de minha experiência. Infelizmente, tive uma irmã que morreu no ataque de 11 de setembro de 2001. Por várias semanas, senti toda a tristeza do luto, mas também não conseguia me levantar da cama. Meus músculos e meu corpo inteiro doíam. Só me sentia confortável debaixo dos lençóis frescos da minha cama. Eu pensava que estava gripado, mas amigos me diziam que os meus sintomas levavam a crer que era depressão. Eu respondia: “Não, estou apenas gripado.” No final, eles estavam certos. Eu tinha todo o treinamento de um psiquiatra, mas não havia reconhecido que os sinais indicavam a doença. Fiquei surpreso por ter falhado no meu próprio diagnóstico. Comecei a me perguntar o que acontecia com outros médicos que, como eu, ficavam doentes. Como eles encaravam essa nova condição.	Declaração Discurso relatado Declaração
ISTOÉ – Por que o sr. resistiu à idéia de que estava com depressão?	Interrogação
Klitzman – Hoje, olhando em retrospecto, entendo que resisti em reconhecer meus sintomas por causa da sensação de vergonha. Via muitas vezes outros médicos se referindo aos pacientes como “um deles”, não como “um de nós”, e quase sempre olhando-os de cima para baixo. Não queria que isso acontecesse comigo. Além disso, eu realmente me sentia um fraco. Era como se algo estivesse errado comigo.	Declaração
ISTOÉ – Como o sr. produziu o livro?	Interrogação
Klitzman – Eu verifiquei a literatura científica e descobri que existem poucos casos relatados de médicos que ficam doentes e registram sua experiência. Duas compilações feitas por esses poucos profissionais tinham sido publicadas, mas apenas apresentando um caso atrás do outro, sem analisar as histórias, suas similaridades e diferenças ou discorrer sobre áreas que alguns médicos preferem não discutir. Então, resolvi escrever o livro, o primeiro sobre esse tema, baseado no que vivi e nos depoimentos dos 50 colegas que entrevistei.	Declaração
ISTOÉ – Quais foram suas principais constatações?	Interrogação
Klitzman – Muito do que os médicos me disseram me surpreendeu. Por exemplo, o fato de eles terem ficado doentes os fez voltarem-se mais para as questões espirituais. Antes, boa parte costumava não dar importância a pedidos de pacientes como “o senhor rezaria por mim?”.	Apreciação Discurso relatado

<p>Mas, como doentes, perceberam quanto essa questão era importante. Por isso, muitos quiseram se tornar mais espiritualizados porque viram que isso poderia ajudar seus pacientes de alguma maneira.</p> <p>O problema é que vários eram muito “cientistas” e acabaram tendo problemas de acreditar de fato em alguma coisa.</p> <p>Curiosamente, estes médicos diversas vezes disseram que se sentiam deprimidos, o que, na opinião deles, era resultado da falta de espiritualidade ou levava a ela.</p>	<p>Opinião</p> <p>Discurso relatado</p>
ISTOÉ – O que mais o surpreendeu?	Interrogação
<p>Klitzman – Depois de ficarem internados, os médicos passaram a perceber quantos detalhes ignoravam, mas que são importantes para os pacientes na medida em que carregam um grande peso simbólico: constataram que não é nada bom ficar deitado em um quarto de hospital com janelas quebradas, sem flores, com tevês e aparelhos de som quebrados, sentados ou deitados vestindo apenas uma camisola aberta nas costas, por exemplo. Estes detalhes concretos fizeram os especialistas notarem pela primeira vez a força dessas indignidades.</p>	Discurso relatado
ISTOÉ – Que outras lições eles tiraram?	Interrogação
<p>Klitzman – Eles notaram, quando deitados na cama como doentes, que o fato de seus médicos se sentarem na beira do leito, em vez de ficar em pé, ao lado da cama, faz uma grande diferença. Esta postura demonstra mais proximidade, acolhimento. Deixa o doente mais à vontade e seguro em relação a quem o está tratando. Por isso, quando voltaram ao trabalho, eles mudaram sua maneira de se aproximar dos pacientes. Começaram a se sentar próximo em vez de ficarem distantes, em pé.</p>	Discurso relatado
ISTOÉ – Há outro exemplo?	Interrogação
<p>Klitzman – Sim. Um cirurgião me disse que, quando ele foi submetido a uma operação, ouviu de seu médico, na noite anterior ao procedimento, algo como “existem 5% de chance de você morrer amanhã na sala de operação”. Este médico me contou que não conseguiu dormir naquela noite. Somente depois ele concluiu que seu cirurgião poderia ter mudado a forma de dizer o que falou. Poderia ter dito, por exemplo, “existem 95% de chance de que você continue vivendo depois de amanhã”. Este indivíduo me disse que praticava a medicina havia 30 anos e nunca percebera que essas duas afirmações, que estatisticamente são as mesmas, tinham significado emocional tão diferente para os pacientes. Como consequência, ele agora alterou sua maneira de informar os pacientes sobre suas chances de vida e tem orientado seus residentes a fazer o mesmo.</p>	Discurso relatado
ISTOÉ – E quanto ao tratamento recebido dos enfermeiros?	Interrogação
<p>Klitzman – Vários médicos disseram que, quando eles deixaram as enfermarias onde estavam internados, as enfermeiras disseram: “Você foi um bom paciente. Não nos incomodou em nenhum momento.” Eles ficaram perplexos com este tipo de comentário.</p> <p>Então a definição de “bom paciente” era a que fazia menção ao doente que não incomodava seus cuidadores.</p>	<p>Opinião</p>
ISTOÉ – Como ter ficado doente pode ajudar um médico a ser um profissional melhor?	Interrogação
<p>Klitzman – De muitas maneiras. A experiência ajuda, por exemplo, a enxergar os erros de comunicação com o doente e a tentar melhorar essa aproximação.</p> <p>Os médicos que entrevistei disseram que a comunicação com seus especialistas era muito pobre. Agora, eles oferecem sugestões sobre como os doentes podem obter explicações precisas e compreensíveis sobre termos técnicos ou vagos demais. Eles conseguem interagir melhor com os pacientes.</p>	<p>Opinião</p> <p>Discurso relatado</p>
ISTOÉ – Como isso passou a ocorrer na prática?	Interrogação
<p>Klitzman – Alguns médicos ouviram de seus próprios especialistas coisas como “bem, seu câncer não deve reaparecer tão cedo” ou “muito</p>	Discurso relatado

<p>rápido”. Mas o que é “tão cedo” ou “muito rápido”? Essas expressões significam semanas, meses ou anos? Ao passarem por essa situação, viram que devem dizer claramente o que são esses termos “rápido”, “devagar” ou “momentaneamente”. E admitiram que os pacientes podem e devem exigir de seus médicos definições mais precisas de expressões ambíguas. Além disso, eles sempre desprezavam parte das reclamações dos pacientes. Apenas quando se tornaram doentes é que começaram a levar muitas queixas mais a sério, percebendo como o cansaço freqüente, a insônia ou a náusea, sintomas considerados menores, poderiam ser muito mais incômodos e estressantes do que eles podiam imaginar. Antes, quando o doente se queixava, pensavam: “É outro paciente que gosta de reclamar.”</p>	
<p>ISTOÉ – Há algum caso específico que ilustre essa questão?</p>	Interrogação
<p>Klitzman – A história de uma gastroenterologista que entrevistei é exemplar. Ela tratava dores abdominais e, de repente, começou a manifestar também o problema. Sabe o que esta médica me confessou?</p> <p>“Não tinha idéia de que, quando os pacientes falavam de dor, era aquilo terrível que eu estava sentindo. O sofrimento ia muito além do que podia ser descrito pelas palavras e eu mesma tive dificuldade em transmitir o que estava havendo comigo.”</p> <p>Este relato, assim como o de muitos outros que admitiram jamais terem imaginado a intensidade e os danos que causavam sintomas como dor e náusea, mostra quanto a maioria dos médicos ignora o padecimento dos doentes.</p>	Opinião Discurso relatado Opinião
<p>ISTOÉ – No livro, o sr. afirma que os médicos são ensinados a se colocar acima das doenças e dos doentes. Por que afirma isso?</p>	Interrogação
<p>Klitzman – Os estudantes de medicina implicitamente aprendem a ajustar-se à hierarquia médica, da qual obviamente fazem parte. Eles sempre vêem um médico experiente acima deles e os pacientes na última escala do ranking.</p> <p>Na pesquisa que fiz para o livro, médicos disseram, por exemplo: “Quando eu era apenas um paciente...”</p> <p>A frase revela como consideram o indivíduo que estão tratando. A educação médica tem de levar essas questões a sério e modificar esse entendimento.</p>	Saber Discurso relatado Opinião
<p>ISTOÉ – O sr. também diz que os pacientes tendem a sentir medo dos médicos e assumir perante eles uma posição de reverência.</p>	Interrogação
<p>Klitzman – Realmente. Fiquei surpreso de ver que até mesmo os médicos com quem conversei tentaram ser “agradáveis” aos seus especialistas, queriam ser cooperativos e não dar más notícias a eles. Eles próprios ficaram surpresos de notar como “editavam” o que falavam para os profissionais de saúde. Descobriram que quando o médico lhes perguntava “como você está?”, eles respondiam “ok”, mesmo quando não se sentiam bem. Viram ainda que, quando falavam de seus problemas, suas dores, os médicos tendiam a ficar impacientes e de cara feia. No final, eles começaram a notar que seus próprios pacientes “editavam” o que sentiam.</p>	Apreciação Discurso relatado
<p>ISTOÉ – Isso é um problema grave?</p>	Interrogação
<p>Klitzman – Os doentes apresentam a tendência de ser cautelosos e reverenciar os médicos, o que os impede de ter uma comunicação correta dos sintomas.</p>	Opinião
<p>ISTOÉ – Como os médicos reagiram ao seu livro?</p>	Interrogação
<p>Klitzman – Para minha surpresa, meus colegas responderam de forma muito positiva. Acho que o livro despertou algo dentro deles: o lado humano que vive debaixo de seus aventais brancos. O livro conta histórias bem humanas – a minha e as outras – e penso que os leitores, incluindo os médicos, reconhecem isso. Eles conseguem se ver naquelas situações, o que, espero, os faça refletir mais sobre suas atitudes para com os doentes.</p>	Apreciação

ENTREVISTA 6: "Aquecimento Global é terrorismo climático"

ISTOÉ - Com base em que o sr. diz que não há aquecimento global?	Interrogação
<p>Molion - É difícil dizer que o aquecimento é global. O Hemisfério Sul é diferente do Hemisfério Norte, e a partir disso é complicado pegar uma temperatura e falar em temperatura média global.</p> <p>Os dados dos 44 Estados contíguos dos EUA, que têm uma rede de medição bem mantida, mostram que nas décadas de 30 e 40 as temperaturas foram mais elevadas que agora.</p> <p>A maior divergência está no fato de quererem imputar esse aquecimento às atividades humanas, particularmente à queima de combustíveis fósseis, como petróleo e carvão, e à agricultura, atrás da agropecuária, que libera metano. Quando a gente olha a série temporal de 150 anos usada pelos defensores da tese do aquecimento, vê claramente que houve um período, entre 1925 e 1946, em que a temperatura média global sofreu um aumento de cerca de 0,4 grau centígrado. Aí a pergunta é: esse aquecimento foi devido ao CO2? Como, se nessa época o homem liberava para a atmosfera menos de 10% do que libera hoje? Depois, no pós-guerra, quando a atividade industrial aumentou, e o consumo de petróleo também, houve uma queda nas temperaturas.</p>	Opinião Saber Opinião
ISTOÉ - Qual seria a origem das variações de temperatura?	Interrogação
<p>Molion - Há dez anos, descobriu-se que o Oceano Pacífico tem um modo muito singular na variação da sua temperatura.</p> <p>Me parece lógico que o Pacífico interfira no clima global.</p> <p>Primeiro, a atmosfera terrestre é aquecida por debaixo, ou seja, temos temperaturas mais altas aqui na superfície e à medida que você sobe a temperatura vai caindo - na altura em que voa um jato comercial, por exemplo, a temperatura externa chega a 45 ou 50 graus abaixo de zero. Ora, o Pacífico ocupa um terço da superfície terrestre.</p> <p>Juntando isso tudo, claro está que, se houver uma variação na temperatura da superfície do Pacífico, vai afetar o clima.</p>	Saber Opinião Saber Opinião
ISTOÉ - O IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática, da ONU) está errado?	Interrogação
<p>Molion - O painel não leva em consideração todos os dados. Outra coisa que incomoda bastante, e que o Al Gore [ex-vice-presidente dos EUA e estrela do documentário <i>Uma verdade inconveniente</i>, sobre mudanças no clima] usa muito, é a concentração de CO2.</p> <p>O IPCC diz claramente que a concentração atingida em 2005, de 339 partes por milhão, ou ppm, foi a maior dos últimos 650 mil anos.</p> <p>Isso é uma coisa ridícula. Eles usam uma série iniciada em 1957 e não fazem menção a medições de concentração de gás carbônico anteriores. É como se nunca ninguém tivesse se preocupado com isso.</p> <p>O aumento de CO2 não é um fenômeno novo. Nos últimos 150 anos, já chegou a 550, 600 ppm. Como é que se jogam fora essas medidas? Só porque não interessam ao argumento? O leigo, quando vê a coisa da maneira que é apresentada, pensa que só começaram a medir nos últimos 50 anos. O Al Gore usou no filme a curva do CO2 lá embaixo há 650 mil anos e, agora, decolando. Ridículo, palhaço.</p>	Opinião
ISTOÉ - Esses temores são cíclicos?	Interrogação
<p>Molion - Eu tenho fotos da capa da Time em 1945 que dizia: "O mundo está fervendo." Depois, em 1947, as manchetes diziam que estávamos indo para uma nova era glacial. Agora, de novo se fala em aquecimento.</p> <p>Não é que os eventos sejam cíclicos, porque existem muitos fatores que interferem no clima global. Sem exagero, eu digo que o clima da Terra é resultante de tudo o que ocorre no universo.</p> <p>Se a poeira de uma supernova que explodiu há 15 milhões de anos for densa e passar entre o Sol e a Terra, vai reduzir a entrada de radiação</p>	Discurso relatado Opinião Saber

<p>solar no sistema e mudar o clima. Esse ciclo de aquecimento muito provavelmente já terminou em 1998. Existem evidências, por medidas feitas via satélite e por cruzeiros de navio, de que o oceano Pacífico está se aquecendo fora dos trópicos - daí o derretimento das geleiras - e o Pacífico tropical está esfriando, o que significa que estamos entrando numa nova fase fria.</p> <p>Quando esfria é pior para nós.</p>	Opinião
ISTOÉ - Por que é pior?	Interrogação
<p>Molion - Porque quando a atmosfera fica fria ela tem menor capacidade de reter umidade e aí chove menos.</p> <p>Eu gostaria que aquecesse realmente porque, durante o período quente, os totais pluviométricos foram maiores, enquanto de 1946 a 1976 a chuva no Brasil como um todo ficou reduzida.</p>	Saber Querer
ISTOÉ - No que isso pode interferir na vida do brasileiro?	Interrogação
<p>Molion - As conseqüências para o Brasil são drásticas.</p> <p>O Sul e o Sudeste devem sofrer uma redução de chuvas da ordem de 10% a 20%, dependendo da região. Mas vai ter invernos em que a frequência de massas de ar polar vai ser maior, provocando uma frequência maior de geadas. A Amazônia vai ter uma redução de chuvas e, principalmente, a Amazônia oriental e o sul da Amazônia vão ter uma frequência maior de seca, como foi a de 2005. O Nordeste vai sofrer redução de chuva.</p> <p>O que mais me preocupa é que, do ponto de vista da agricultura, as regiões sul do Maranhão, leste e sudeste do Pará, Tocantins e Piauí são as que apresentam sinais mais fortes. Essas regiões preocupam porque são a fronteira de expansão da soja brasileira. A precipitação vai reduzir e certamente vai haver redução de produtividade. Infelizmente, para o Brasil é pior do que seria se houvesse o aquecimento.</p>	Opinião Saber Apreciação
ISTOÉ - A quem interessaria o discurso do "aquecimento"?	Interrogação
<p>Molion - Quando eu digo que muito provavelmente estamos num processo de resfriamento, eu faço por meio de dados. O IPCC, o nome já diz, é constituído de pessoas que são designadas por seus governos. Os representantes do G-7 não vão aleatoriamente. Vão defender os interesses de seus governos. No momento em que começa uma pressão desse tipo, eu digo que já vi esse filme antes, na época do discurso da destruição da camada de ozônio pelos CFCs, os compostos de clorofluorcarbonos. Os CFCs tinham perdido o direito de patente e haviam se tornado domínio público. Aí inventaram a história de que esses compostos estavam destruindo a camada de ozônio. Começou exatamente com a mesma fórmula de agora.</p> <p>Em 1987, sob liderança da Margaret Thatcher, fizeram uma reunião em Montreal de onde saiu um protocolo que obrigava os países subdesenvolvidos a eliminar os CFCs. O Brasil assinou.</p> <p>Depois, ficamos sabendo que assinou porque foi uma das condições impostas pelo FMI para renovar a dívida externa brasileira. É claro que o interesse por trás disso certamente não é conservacionista.</p>	Opinião Saber Opinião
ISTOÉ - Mas reduzir a emissão de CFCs não foi uma medida importante?	Interrogação
<p>Molion - O Al Gore no filme dele diz "nós resolvemos um problema muito crucial que foi a destruição da camada de ozônio".</p> <p>Como resolveram, se cientistas da época diziam que a camada de ozônio só se recuperaria depois de 2100? Na Eco 92, eu disse que se tratava de uma atitude neocolonialista. No colonialismo tradicional se colocam tropas para manter a ordem e o domínio. No neocolonialismo a dominação é pela tecnologia, pela economia e, agora, por um terrorismo climático como é esse aquecimento global. O fato é que agora a indústria, que está na Inglaterra, França, Alemanha, no Canadá, nos Estados Unidos, tem gases substitutos e cobra royalties de propriedade. E ninguém fala mais em problema na camada de</p>	Discurso relatado Opinião

ozônio, sendo que, na realidade, a previsão é de que agora em outubro o buraco será um dos maiores da história.	
ISTOÉ - O sr. também vê interesses econômicos por trás do diagnóstico do aquecimento global?	Interrogação
Molion - É provável que existam interesses econômicos por detrás disso, uma vez que os países que dominam o IPCC são os mesmos países que já saíram beneficiados lá atrás.	Opinião
ISTOÉ - Não é teoria conspiratória concluir que há uma tentativa de frear o desenvolvimento dos países emergentes?	Interrogação
Molion - O que eu sei é que não há bases sólidas para afirmar que o homem seja responsável por esse aquecimento que, na minha opinião, já acabou. Em 1798, Thomas Malthus, inglês, defendeu que a população dos países pobres, à medida que crescesse, iria querer um nível de desenvolvimento humano mais adequado e iria concorrer pelos recursos naturais existentes. É possível que a velha teoria malthusiana esteja sendo ressuscitada e sendo imposta através do aquecimento global, porque agora querem que nós reduzamos o nosso consumo de petróleo, enquanto a sociedade americana, sozinha, consome um terço do que é produzido no mundo.	Opinião Saber Opinião
ISTOÉ - Para aceitar a tese do sr., é preciso admitir que há desonestidade dos cientistas que chancelam o diagnóstico do aquecimento global...	Interrogação
Molion - Eu digo que cientistas são honestos, mas hoje tem muito mais dinheiro nas pesquisas sobre clima para quem é favorável ao aquecimento global. Dinheiro que vem dos governos, que arrecadam impostos das indústrias que têm interesse no assunto. Muitos cientistas se prostituem, se vendem para ter os seus projetos aprovados. Dançam a mesma música que o IPCC toca.	Opinião
ISTOÉ - O sr. se considera prejudicado por defender a linha oposta?	Interrogação
Molion - Na Eco 92, eu debati com o Mario Molina, que foi quem criou a hipótese de que os clorofluorcarbonos estariam destruindo o ozônio. Ele, em 1995, virou prêmio Nobel de Química. E o professor Molion ficou na geladeira. De 1992 a 1997 eu não fui mais convidado para nenhum evento internacional. Eu tinha US\$ 50 mil que o Programa das Nações Unidas havia repassado para fazer uma pesquisa na Amazônia e esse dinheiro foi cancelado.	Declaração
ISTOÉ - O cenário que o sr. traça inclui ou exclui o temor de cidades litorâneas serem tomadas pelo aumento do nível dos oceanos?	Interrogação
Molion - Também nesse aspecto, o que o IPCC diz não é verdade. É possível que, com o novo ciclo de resfriamento, o gelo da Groenlândia possa aumentar e pode ser até que haja uma ligeira diminuição do nível do mar.	Opinião
ISTOÉ - Pela sua tese, seria o começo de uma nova era glacial?	Interrogação
Molion - Como já faz 15 mil anos que a última Era Glacial terminou, e os períodos interglaciais normalmente são de 12 mil anos, é provável que nós já estejamos dentro de uma nova era glacial. Obviamente a temperatura não cai linearmente, mas a tendência de longo prazo certamente é decrescer, o que é mau para o homem. Eu gostaria muito que houvesse realmente um aquecimento global, mas na realidade os dados nos mostram que, infelizmente, estamos caminhando para um resfriamento. Mas não precisa perder o sono, porque vai demorar uns 100 mil anos para chegar à temperatura mínima. E quem sabe, até lá, a gente não encontre as soluções para a humanidade.	Opinião Querer

ENTREVISTA 7: "O mundo do lado de cá"

ISTOÉ - O que é globalitarismo, conceito criado por Milton Santos?	Interrogação
Sílvio Tandler - Ele formulou essa idéia em 2001, no livro <i>Por uma outra globalização</i> , pouco antes de morrer. É o fundamentalismo que faz do consumo a grande característica da nossa sociedade. A economia se ancora nisso. O mundo está produzindo muito mais do que a sociedade tem capacidade de consumir. Esse processo está levando à destruição do planeta e à desigualdade social. Isso é o globalitarismo: a imposição de padrões consumistas, inclusive a quem não tem condições de consumir. Milton Santos comparou esse fenômeno ao nazismo e ao fascismo.	Saber Opinião
ISTOÉ - Qual o modelo viável para substituir esse globalitarismo?	Interrogação
Tandler - Milton Santos não foi contra a globalização. Ele diz no filme, inclusive, que nunca houve civilização, agora é que estamos fazendo os primeiros ensaios do que será a humanidade. É contra a perversidade de nossos dias. Temos que construir um futuro melhor. E eu acredito nisso. Outro dia um jornalista me perguntou se eu não achava que a globalização era inevitável. Eu respondi que não só inevitável como necessária, desejada. Não sou contra a globalização. Mas contra esse modelo que permite a circulação de mercadorias e não permite a circulação de humanos.	Discurso relatado Opinião Discurso relatado Concordância
ISTOÉ - Vivemos em desorganização política e social. Como implantar um modelo mais justo?	Interrogação
Tandler - Isso não é necessariamente ruim, já que evita o aparelhamento político que vivemos em outros tempos através de correntes políticas hegemônicas que pregavam idéias quase de forma totalitária. Temos uma grande diversidade política cultural em que várias minorias expressam seus pensamentos: os homossexuais, os sem-teto e por aí vai.	Opinião
ISTOÉ - De onde viria essa renovação?	Interrogação
Tandler - Há uma cultura que está emergindo da periferia. Há os rappers que revelam a realidade das favelas. Temos meninos da Baixada Fluminense com uma câmera de R\$ 200 fazendo cinema. Dou aula em uma universidade na qual o pessoal só quer filmar com câmeras caras. Ninguém acredita que com uma <i>camerazinha</i> de R\$ 200 se pode fazer um filme de verdade. Tem o índio na floresta que usa a câmera para denunciar a derrubada de árvores. O outro índio, graças à internet e à parabólica, cria a rede de povos da floresta. Hoje há vários movimentos culturais autônomos na periferia. Não há como explicar o fenômeno dos Racionais MCs, por exemplo, que não aparecem na tevê. Tem o YouTube como uma vertente de renovação cultural, com trabalhos que fugiram do controle da grande mídia.	Saber
ISTOÉ - Um de seus trabalhos recentes é sobre a história do movimento estudantil. O sr. acha que os estudantes ainda podem mudar o País?	Interrogação
Tandler - Entrevistei do primeiro presidente da UNE ao que estava em exercício quando fiz o filme, o Gustavo Petta. Os dois dizem que a força do movimento jovem se deslocou para a periferia. A juventude está engajada, mas de outras formas. Hoje lidam com hip-hop, lutam pelos direitos das minorias. Mudaram as formas de luta. Cabe aos líderes adequar as práticas da UNE à demanda do movimento estudantil.	Discurso relatado Opinião
ISTOÉ - É possível comparar os estudantes de hoje com aqueles que faziam grandes passeatas na década de 60?	Interrogação
Tandler - O País e o mundo eram muito diferentes. O Brasil tinha 160 mil universitários, hoje tem dois milhões. O crescimento das universidades foi maior que o crescimento demográfico. Além disso, a	Opinião

maioria dos estudantes estava em instituições públicas, estavam preocupados com as grandes questões nacionais, com a qualidade do ensino e outros temas. Hoje, a maioria vem de universidades privadas, buscam principalmente um lugar no mercado de trabalho.	
ISTOÉ - Como essa crise afeta o seu trabalho?	Interrogação
Tendler - Quando lancei JK e Jango fiquei seis semanas no Rio e em São Paulo e repercutiu muito. Hoje, não tenho mais o mesmo espaço. A lógica de mercado obriga você a dar graças a Deus por achar uma vaga.	Declaração
ISTOÉ - Vale a pena fazer filmes de conteúdo político e social?	Interrogação
Tendler - Acho que está na hora de a sociedade brasileira se rediscutir. A gente tem que usar o cinema e outros meios de comunicação para colar os caquinhos do nosso arcabouço social. O que talvez explique as baixas bilheterias é que temos a liberdade de chegar à sala, mas não temos os meios de chegar ao público, você não consegue se comunicar com o espectador. Eu acabo virando uma exceção. Lancei o filme em cinco cinemas, com sessões alternativas, contra 500 cinemas com horário integral dos Simpsons. A batalha desigual é essa. Os caras vêm com uma tremenda mídia do Exterior, com grana, mídia nacional, são heróis da tevê, a garotada vê, curte... Mas não é por isso que eu vou deixar de fazer cinema. Eu acredito nisso. Trabalho de formiguinha. Melhor falar para três mil pessoas que para nenhuma.	Sugestão Declaração
ISTOÉ - Quais as conseqüências dessa concentração de poder midiático?	Interrogação
Tendler - Acabou a idade da inocência. Milton Santos dizia que quatro ou cinco grupos dominam a mídia no mundo. Não estava falando apenas do jornalismo, mas também do entretenimento. Como a indústria dos games, por exemplo. As pessoas dizem que eu sou didático. Na minha interpretação, didático é o cinema americano, que ensina a matar. A gente fica assistindo a essa violência no cotidiano com uma passividade... A gente não quer falar a verdade: o rei está nu, essa é a indústria de massas. As crianças desde pequenas se habitua com o conceito de serial killers a partir dos games. Elas vêem filmes desse tipo. Com as novas tecnologias é possível misturar personagens reais e animação. Toda essa violência que a sociedade está vivendo é formada pela cultura de massas e ninguém discute. Isso serve de controle social, prega o egoísmo, a individualidade, as pessoas deixam de ter solidariedade.	Opinião Discurso relatado Opinião
ISTOÉ - A classificação indicativa poderia ajudar?	Interrogação
Tendler - O grande problema da classificação indicativa seria o despreparo das pessoas que fazem essa indicação. Vou te dar um exemplo surrealista: meu filme foi indicado para 12 anos por ter "palavras de baixo calão" e "cenas de violência". Quem vê, constata que os palavrões não são gratuitos e a violência é de fundo social. Em plena ditadura fiz JK e Jango, que foram censura livre. Os dois filmes têm cenas de violência também, tem gente sendo assassinada nas manifestações de rua de 68.	Opinião
ISTOÉ - Qual seria a solução?	Interrogação
Tendler - Não sei, mas sou contra a excessiva permissividade que vivemos hoje. Em um dos episódios da série Malu mulher, dos anos 80, um dos personagens tenta o suicídio. Quando a série passou na Suécia, esse episódio não foi ao ar. A sociedade sueca se deu ao direito de dizer: "Isso não passa na nossa televisão." Acho que a gente tem que ter uma preocupação com nossos jovens. Não sou careta, mas acho que vivemos numa sociedade excessivamente permissiva e de muita liberalidade. Estamos acostumados a ver drogas e sexo, tudo circulando com naturalidade.	Discordância Discurso relatado Opinião

Acho que devíamos ter uma organização maior da sociedade para tratar disso. O que eu não acredito é na capacidade de esses organismos estatais fazerem essa regulação por nós. São um bando de burocratas, completamente despreparados.	
ISTOÉ - O meio ambiente é um tema que o sr. pensa em levar para as telas?	Interrogação
Tendler - Sou contra esse terrorismo internacionalista do tal desenvolvimento sustentável. O Al Gore vem com esse filme falando de meio ambiente (<i>Uma verdade inconveniente</i>), mas o cara já foi vice-presidente dos Estados Unidos. Já poderia ter feito pelo menos um terço daquilo que ele prega no filme. Ele só passa a ter preocupação ecológica quando vira cineasta? Como vice-presidente não? Quero discutir o que é esse tal desenvolvimento sustentável, quero saber o que vai ser essa terra daqui a 40 anos dentro de um ponto de vista menos catastrófico, menos terrorista.	Discordância Opinião
ISTOÉ - O sr. acredita que o brasileiro pode recuperar a fé na política?	Interrogação
Tendler - Como disse Milton Santos, a gente precisa encher de conteúdo a palavra democracia, já que quando falamos sobre democracia hoje não sabemos exatamente sobre o que estamos falando. Ficamos apenas com a forma. A gente elege uma pessoa e não sabemos para quê. Não sabemos qual o seu programa político, o que ele vai fazer com nosso voto. Todo dia você ouve falar, por exemplo, em reformas. Reforma tributária, reforma política... O que são essas reformas? Qual o conteúdo? Você sabe o que os políticos estão discutindo em Brasília? Cada dia está pior a convivência entre o cidadão e a política, está cada vez mais difícil o cidadão se ver efetivamente representado pelo Congresso Nacional. Mas sem a política a gente não avança.	Discurso relatado Opinião

ENTREVISTA 8: "O problema não é só a elite"

ISTOÉ – O marxismo deixou de ser um instrumento para entender a história?	Interrogação
João Fragoso – Minha formação é marxista. No entanto, o marxismo dá ênfase excessiva ao estruturalismo. Ou seja, as pessoas seriam robôs ou zumbis de grandes estruturas, capitalistas ou feudais, e não agentes. Todos nasceriam com o código genético correspondente às leis daquela estrutura. Ao se enfatizar por demais a importância de um modo de produção, as pessoas ficam em segundo plano. Isso impede, por exemplo, o estudo dos escravos, das diferenças entre eles, de suas relações com os senhores.	Declaração Opinião
ISTOÉ – Que outros problemas o sr. identifica na visão marxista?	Interrogação
Fragoso – A conclusão de qualquer pesquisa já estava dada antes do início do estudo. Por exemplo: eu sei que o escravo vai apanhar e vai trabalhar e a elite é a culpada, por ser formada por brutamontes que não pensam. Desde a minha época de graduação, a culpa é sempre da burguesia, a culpa é sempre do senhor de engenho. Mas quem são eles? São tidos como um bando de pessoas sem coração, quando o certo seria vê-los como humanos. Personagens que são rudes de manhã, mas à tarde podem ter outra postura. O marxismo transforma os agentes sociais em números e por trás desses números você tem almas. Além disso, Marx, como bom filho do século XIX, era evolucionista. Sua obra tem aquela mensagem de que todos caminhamos para o comunismo. Isso está completamente equivocado, a história está aberta.	Opinião Declaração Opinião
ISTOÉ – Então essa linha de pensamento se perdeu?	Interrogação
Fragoso – Não. Ainda há pontos importantes. A visão marxista	Opinião

representa um apelo ao racionalismo. Preocupa-se em explicar e em elaborar teorias. Inevitavelmente, o marxismo ensina que nenhuma sociedade consegue viver com as contas desequilibradas. Não é possível que o custo de uma nação seja superior à sua produção. Aí, sim, chegamos ao processo econômico, dos meios de produção. Não está descartada a noção de que, para sonhar, o homem precisa comer e beber.	
ISTOÉ – Por que o sr. resolveu estudar as elites brasileiras?	Interrogação
Fragoso – Eu fiz minha graduação nos anos 70, durante a ditadura militar. Na época, estudava-se muito o comportamento dos chamados grupos subalternos: operários, camponeses, escravos. Colocavam em segundo plano o estudo das ditas elites. Um dos traços do Brasil é justamente a presença de uma hierarquia ciosa de seu poder. Mas o seu estudo era menosprezado. Lembro de um panfleto distribuído na faculdade que dizia que a direita não pensa. Isso me deixou transtornado. Como assim, nós aqui, aniquilados pela ditadura e esse pessoal dizendo que a direita não pensa? Era como se a direita não conhecesse a luta de classes. Na época, um colega bem-humorado comentou que o estudo das elites é tão importante que, por isso, Marx escreveu O capital e não O trabalho (risos).	Declaração Discurso relatado Opinião Discurso relatado
ISTOÉ – O sr. acredita que a esquerda ainda pense assim?	Interrogação
Fragoso – O tempo mostrou que essa posição era, no mínimo, equivocada, para não dizer idiota. Hoje, a preocupação é tentar ultrapassar algumas coisas como a teoria da dependência (criada pelos sociólogos Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, entre outros) e outras formulações que levam a uma resposta fácil de que a culpa do que nos acontece é dos outros.	Opinião
ISTOÉ – É o discurso de que a culpa é sempre do dominador?	Interrogação
Fragoso – Também o chamado oprimido tem sua percepção, tem sua visão de mundo, seus valores e suas estratégias. Nessa reviravolta descobriu-se que a direita pensa e tem mais de dois neurônios, não é necessariamente um brutamontes. Ela domina não apenas através de lavagem cerebral ou na base da opressão militar. Além disso, percebe-se que a relação entre oprimido e opressor, vista de uma forma um tanto maniqueísta, deve ser reestudada. Um dos perigos que se tinha antes era o de tentar colocar os males do País, as desigualdades, sempre como culpa das elites. O filho de uma colega que está no ensino médio diz que as provas de história são as mais fáceis porque a burguesia é sempre culpada. Ele diz que sempre tira dez.	Opinião Discurso relatado
ISTOÉ – O sr. está absolvendo as elites?	Interrogação
Fragoso – Não. Pelo contrário. Acho que as elites são pouco estudadas. E para tentar entender a perversidade da sociedade brasileira é preciso um esforço concentrado para estudá-las. É muito fácil delegar a culpa ao outro e se isentar de qualquer tipo de responsabilidade. Uma das seqüelas de vitimizar o oprimido é retirar dele a capacidade de ação, de negociar e de pensar, sua condição de humanidade. Hoje se sabe que não só as elites pensam, como também os grupos subalternos pensam e têm suas estratégias. Há um confronto, que não necessariamente é um quebra-pau, mas confrontos do dia-a-dia, relações que formam um processo histórico. Obviamente, os recursos dos grupos chamados oprimidos são menores do que os dos opressores. Mas isso não os impede de planejar e tentar negociar, de tentar sobreviver.	Opinião
ISTOÉ – O sr. acredita em dominação cordial?	Interrogação
Fragoso – Não. Dominação nunca é cordial. Ela pressupõe tensão, embates. Conseqüentemente, a cordialidade está fora do jogo. O que eu digo é que houve uma cumplicidade, que o escravo também foi	Opinião

responsável pela escravidão, assim como o senhor o foi, assim como todas as pessoas que viveram naquela sociedade. Não tem vítima. Uma figura pode ser vítima, mas um grupo social, não. Isso seria tirar a capacidade dos escravos de fazer sua própria história. A idéia de vítima é mal aplicada; essa imagem começou a ser elaborada a partir da Revolução Francesa. Na França do século XVIII, tínhamos 14 milhões de camponeses. Posso dizer que eram todos vítimas nas mãos de meia dúzia? O mesmo acontece na contraposição atual entre elites e excluídos. Este é um país democrático, o Congresso foi eleito democraticamente. Não há vítimas.	
ISTOÉ – O sr. quer dizer que os chamados oprimidos têm condições de moldar o próprio destino?	Interrogação
Fragoso – Com certeza. Nossa sociedade tem de assumir os próprios acertos e erros. Nós e a elite somos cúmplices de nossa história. Há tensões, mas como cidadão não posso me eximir de responsabilidade e culpar apenas as elites pelo estado em que este país se encontra. Nós somos agentes, e não vítimas, da situação. Não significa que a sociedade não tenha uma hierarquia, que não haja diferenças, mas, dentro desse cenário, temos um espaço de ação. Temos a possibilidade de construção e transformação.	Opinião
ISTOÉ – Qual é a responsabilidade das elites no caos social brasileiro?	Interrogação
Fragoso – Entender esse quadro é o meu esforço, mas há poucos estudos sobre o assunto. Pode-se dizer tranquilamente o nome de um titular de grande fortuna nos EUA no fim do século XIX e início do século XX: Henry Ford, por exemplo. Diga o nome de um titular aqui no Brasil. Não se conhece! Isso seria um estudo elementar: quais são as grandes fortunas? Sabemos que o País tem uma das maiores concentrações de renda. Quando a gente tenta nomear os agentes dessa concentração, fica complicado. O comendador Valim, por exemplo, morreu em 1872 e tinha o correspondente a 10% do numerário em circulação no País – e ele está longe de ser uma das maiores fortunas. Isso mostra o grau de desconhecimento. Sabemos muito mais sobre a escravidão do que sobre as elites.	Opinião
ISTOÉ – A escravidão determinou a exclusão social que existe hoje no Brasil?	Interrogação
Fragoso – Não sei se foi determinante. Mas a herança da escravidão se traduz também na existência de uma estratificação no interior dos oprimidos. Aquela história na qual dois carros guiados por motoristas particulares colidem. Um deles desce o vidro e pergunta: você sabe quem é o meu patrão? É o racismo de um negro para outro ou de um mulato para outro ou de um negro em situação um pouco melhor para outro negro em situação inferior.	Opinião
ISTOÉ – O racismo é um mal generalizado entre os brasileiros?	Interrogação
Fragoso – Digo aos meus alunos: dentro de todos nós, brasileiros, existe um pequeno coronel da República Velha. É um coronel pardo e racista. Se existe uma cultura brasileira, um de seus traços definidores é a presença desse personagem.	Discurso relatado
ISTOÉ – A política de cotas pode ajudar a amenizar essa exclusão?	Interrogação
Fragoso – Confesso que não tenho uma opinião formada. Mas essa concepção me preocupa pelas seqüelas que pode trazer. Em primeiro lugar, a idéia de etnia, que já está ultrapassada. Temos no Brasil uma miscigenação fantástica. Eu, por exemplo, declaro minha cor dependendo do meu humor. Algumas vezes me declaro branco, outras pardo e outras negro. A miscigenação é um fenômeno muito importante. Isso coloca a discussão de cotas em outro patamar. Talvez deveriam ser definidas por critérios socio-econômicos em vez da cor da pele. Uma pesquisa recente mostrou que vários negros brasileiros têm mais DNA de europeu do que de negro.	Declaração Apreciação
ISTOÉ – Se a discriminação é mais praticada contra negros, não	Interrogação

seria correto concluir que a noção de etnia existe na vida real?	
Fragoso – Com certeza. O que quero sublinhar é que, muitas vezes, aquele policial que pára o negro ou o mulato em uma blitz também é negro. São as diferenças no interior da senzala. Além de oprimido e opressor, temos também esse tipo de racismo, fundamental para entendermos nossa condição. Acho que damos pouca atenção a isso.	Opinião
ISTOÉ – A palavra miscigenação não é usada para esconder o racismo na sociedade brasileira?	Interrogação
Fragoso – Certamente. Toda discussão corre o risco de cair em posições radicais que evitam, exatamente, a solução dos problemas. Nós somos miscigenados, porém existe de fato o racismo contra as pessoas de pele negra. Há o racismo, mas acho que estamos em um nível diferente do dos EUA, onde um senador pode ser eleito no sul tendo como plataforma a repressão violenta contra os negros. No Brasil, um político assim nunca seria eleito.	Opinião
ISTOÉ – Além do marxismo, o sr. contesta um de seus produtos, a teoria da dependência. Por quê?	Interrogação
Fragoso – A teoria da dependência sofreu uma série de baixas. A primeira foi ainda nos anos 70, quando vários estudos mostraram que a Revolução Industrial dependeu pouco dos recursos vindos da periferia. Além disso, o Brasil está entre os maiores PIBs do mundo e sua importância é amplamente reconhecida. Assim como a Índia, a China e a Rússia. Essa nova conjuntura definitivamente joga por terra a idéia da dependência, até porque a teoria da dependência não vislumbrava uma situação como essa. Na minha juventude, várias vezes fui para a rua e apanhei por protestar contra o capital internacional, contra as multinacionais.	Opinião Declaração
Hoje em dia, esse dinheiro faz a alavancagem da nossa economia. Agora, há uma distribuição desigual, o que não tem necessariamente a ver com a influência de um poder externo.	Opinião

ENTREVISTA 9: "Podemos trocar petróleo por ferrovias e portos"

ISTOÉ – Por que o sr. defende mudanças na parceria entre o governo e empresas privadas para exploração do petróleo?	Interrogação
Haroldo Lima – Veja o caso dos 41 blocos do campo de Tupi. É muito pequeno o risco de a exploração dar errado e a possibilidade de lucro é muito grande. A quantidade esperada é enorme. Com uma situação assim, com pouco risco e muito lucro à vista, não seria uma licitação do tipo comum. A partir daí, começamos a discutir mudanças.	Opinião
ISTOÉ – Foi o próprio presidente Lula que tomou a decisão de não licitar esses 41 blocos?	Interrogação
Lima – O Conselho Nacional do Petróleo examinou o assunto, no Rio de Janeiro, numa reunião coordenada pelo presidente Lula. Ele convocou a reunião e, depois de examinar as informações fornecidas pela ANP, disse que não passaria à história como o presidente que tomou conhecimento disso e deixou tudo continuar como antes. Resolveu retirar os 41 blocos e foi apoiado por todos na reunião. O edital da ANP prevê essa medida até o início da apresentação das ofertas.	Saber Discurso relatado Saber
ISTOÉ – Qual a fórmula ideal de exploração para evitar prejuízos ao País?	Interrogação
Lima – No modelo atual, o petróleo é da empresa exploradora e o governo recebe uma quantia em dinheiro como compensação. O que se cogita é que a parceria entre o governo e as empresas para a exploração do petróleo passe a ser regulada através da partilha de produção ou contrato de serviço. Ambos pressupõem que a propriedade do petróleo extraído fique nas mãos do Estado.	Saber

ISTOÉ – O que é preciso para adotar esses modelos?	Interrogação
Lima – O Estado terá que dispor de uma grande estrutura para receber o petróleo. Na partilha de produção, as empresas que participam da exploração têm que repassar o produto ao Estado brasileiro. Que instrumento estatal seria capaz de receber esse petróleo? Seria a Petrobras, que em boa parte é constituída de capital estrangeiro ou capital privado? Não. Nos países onde a empresa do governo recepciona em caráter privilegiado essa produção, ela é 100% estatal. Assim, não são favorecidos os acionistas, que muitas vezes são estrangeiros ou grandes agentes privados brasileiros. Se adotarmos esse modelo, não poderíamos privilegiar a Petrobras, porque estaríamos favorecendo acionistas.	Opinião
ISTOÉ – A ANP vai então encaminhar ao governo a idéia da criação de uma nova estatal do petróleo?	Interrogação
Lima – É possível que cheguemos a essa conclusão. Não temos condições de propor que na partilha de produção uma empresa brasileira fique com todo o petróleo sem ser totalmente estatal. O governo vai decidir. Mas não pode ser uma empresa em parte estatal e em parte privada. Assim estaríamos fraudando os interesses nacionais.	Opinião
ISTOÉ – Por que é inviável pensar nesse tipo de modelo para já?	Interrogação
Lima – O atual parâmetro de contrato de concessão está na lei, que foi votada com muita dificuldade. Mudar essa legislação, em ano eleitoral, seria extremamente trabalhoso. Ao passo que é possível fazer mudanças no Decreto 2.706, que estabelece a forma de se calcular a participação especial, fortalecendo a parte do governo, que na minha opinião está bastante enfraquecida.	Opinião
ISTOÉ – Pode dar um exemplo?	Interrogação
Lima – Hoje, se a empresa exploradora produz até 400 milhões de barris de petróleo, está isenta do pagamento dos royalties. Quando esse texto foi criado, o preço do petróleo não chegava a US\$ 20 por barril. Agora, ultrapassou os US\$ 100. Continua isento? Não, acho que a quantidade livre de royalties poderia baixar de 400 milhões para, digamos, 80 milhões de barris. Afinal, a coisa cresceu bastante. Hoje, se a produção aumentar até determinado nível, a empresa paga um acréscimo de 10% a 40% de royalties. Mas, com a produção crescendo assustadoramente, por que esse reajuste não pode chegar, por exemplo, a 60%?	Saber Opinião
ISTOÉ – É assim também nos países desenvolvidos?	Interrogação
Lima – O único dos grandes países que produzem petróleo e não reajustou as suas alíquotas em função do crescimento do preço do petróleo foi o Brasil. Independentemente de fazermos ou não mudanças no decreto presidencial, temos que dar uma boa olhada nas alíquotas. O mundo capitalista faz esse tipo de coisa o tempo todo, em particular os Estados Unidos. Já os capitalistas daqui reclamam.	Opinião
ISTOÉ – O sr. também quer mudar a fórmula de cobrança dos royalties?	Interrogação
Lima – Nós podemos trocar petróleo por estradas asfaltadas, por portos, por ferrovias. Na Noruega, no Canadá, no Alasca, eles têm um fundo petrolífero. Todos que produzem dão dinheiro para o fundo e com essa quantia o governo pode fazer um programa de desenvolvimento. O saldo não é destinado exclusivamente aos locais onde está o petróleo. Aqui no Brasil existe a concepção de que royalty é uma compensação pela exploração em determinada área.	Sugestão
ISTOÉ – Esse conceito não é correto?	Interrogação
Lima – O petróleo é da União e todos somos brasileiros. Não é justo que aqueles que nasceram por acaso num lugar onde haja petróleo tenham abundância de recursos e outros não recebam nada. Não digo que os lugares onde há petróleo devam receber royalties iguais aos outros locais. Deve haver uma compensação. Mas tem que ser algo mais equilibrado. Afinal, a Constituição diz que o petróleo é monopólio	Opinião

da União, e não de um município ou de um Estado.	
ISTOÉ – O sr. diz que o Brasil, hoje com seis dezenas de empresas na área de exploração e produção de petróleo, poderia passar a ter milhares. Como?	Interrogação
Lima – Os Estados Unidos têm 23 mil empresas desse tipo, a maioria pequenas e médias. O que se vê é que perto de uma grande indústria há um “cavalo de pau” (pequena máquina de perfuração) tirando petróleo. É apenas um poço, que mantém uma pequena empresa familiar onde todos ganham muito bem. Tiram 5, 6, 10 barris de petróleo por dia. Uma pesquisa revela que 600 dessas empresas americanas tiram 4 barris por dia. É como se fosse uma vaquinha, que sustenta uma família. Nos EUA podem-se ver belas plantações de arroz, por exemplo, com uma torre de exploração de petróleo no meio. Temos que fazer isso aqui.	Saber Sugestão
ISTOÉ – Na última rodada de licitação para exploração do petróleo, as pequenas e médias empresas se destacaram. O mercado brasileiro já está mudando?	Interrogação
Lima – As grandes não compareceram, mas a rodada foi recorde de negociações. As pequenas e médias empresas tiveram um desempenho importante. Acredito que isso pode apontar para uma nova realidade do mercado. Teremos o bolo dividido entre a nossa grande estatal, as outras grandes empresas e, por fim, as pequenas e médias empresas. Essa terceira vertente tem que ser incentivada. Para se ter uma idéia, temos 157 campos em terra, que correspondem a 0,6% das reservas brasileiras. Isso daria para criarmos um grande setor de médios e pequenos produtores, com milhares de poços de petróleo a serem desenvolvidos e reativados.	Opinião
ISTOÉ – Pelo visto, há muito o que explorar ainda...	Interrogação
Lima – Temos 29 bacias sedimentares brasileiras. Nós estamos presentes em apenas 4,7% da área dessas bacias. É pouquíssimo. Nosso conhecimento geológico refere-se a apenas 8% dessa área. Há muito ainda por explorar. Tanto é assim que somente no final do século XX descobrimos a maior reserva de ferro do planeta, que é Carajás.	Opinião
ISTOÉ – O sr. afirma que no final do governo FHC a Petrobras estava em atividade declinante, o que a tornaria inviável. O presidente fez isso deliberadamente?	Interrogação
Lima – Essa expressão “declinante” e essa idéia de que isso seria um plano para inviabilizar a Petrobras é do (José Sérgio) Gabrielli, atual presidente da empresa. Minha análise é que logo após a abertura do mercado pensou-se em privatizar a Petrobras. Mas houve uma movimentação no Congresso que impediu que isso acontecesse. O momento culminante foi quando José Sarney, presidente do Senado na época, resistiu. Ele disse que só colocaria o projeto de quebra do monopólio em votação se FHC mandasse uma declaração por escrito de que não haveria privatização da Petrobras. Sarney, que apesar de conservador é um homem nacionalista, conseguiu então evitar que adotássemos aqui o modelo argentino: mercado aberto, sem estatal. Com Lula, a empresa saiu dessa linha declinante e passou para a ofensiva, voltou a crescer.	Saber Discurso relatado Opinião
ISTOÉ – Como é a relação da ANP com a Petrobras? Há algum tipo de pressão por parte da empresa?	Interrogação
Lima – Não tem. Esse modelo aberto com presença estatal está completando 10 anos, é recente e representa uma experimentação para o Brasil, para a ANP e para a Petrobras. A empresa nunca foi controlada por uma agência e nenhuma agência controlou um gigante como a Petrobras. Claro que notamos que volta e meia a Petrobras quer conversar conosco ou trocar idéias. Mas desde que estou aqui nunca apresentou nenhuma resistência e nenhum pleito. O que houve é que a ANP foi criada com um viés contrário à Petrobras. Mas, desde que estou aqui, esse viés deixou de existir. Não somos contra ou a	Opinião

favor a Petrobras. Agora que estamos discutindo um novo marco regulatório, a empresa não participa, já que ela estará inserida nessas regras.	
ISTOÉ – Não é curioso que o sr., um tradicional comunista, ensine aos capitalistas brasileiros como modernizar o mercado do petróleo?	Interrogação
Lima – Estamos mostrando como se faz para defender os interesses da Nação. Isso não pode ser feito inviabilizando a exploração de petróleo. Aí, não estaríamos defendendo o interesse de ninguém. Devemos permitir que haja uma boa margem de funcionamento das empresas, mas que os interesses brasileiros sejam resguardados.	Opinião

ENTREVISTA 10: "Cotas geram ódio racial"

ISTOÉ – Qual é sua opinião sobre o sistema de cotas?	Interrogação
Roberta Fragoso Kaufmann – Essas cotas, da maneira que vêm sendo adotadas no Brasil, são inconstitucionais. Estão aplicando aqui tão-somente a importação de um modelo pensado para a realidade americana. Nesse sentido, observo certo deslumbramento dos cientistas nacionais com respeito ao modelo dos Estados Unidos.	Opinião
ISTOÉ – Nos EUA, o modelo funcionou bem?	Interrogação
Roberta – Não. Lá, as cotas nunca foram consideradas constitucionais em termos de educação. Mesmo nos EUA, hoje se abandona esse sistema porque ele gerou ódio racial maior do que efetivamente integrou o negro na sociedade. Em julho, num caso envolvendo uma escola de Seattle, a Suprema Corte reviu as ações afirmativas e decidiu que a raça não pode ser elemento de distinção no sistema educacional.	Opinião Discurso relatado
ISTOÉ – As diferenças históricas entre Brasil e EUA não foram levadas em consideração?	Interrogação
Roberta – Não foram. O que está acontecendo é a cópia de um modelo que foi pensado para os EUA. Estão querendo implementar esse modelo de qualquer forma aqui no Brasil. Lá, quando houve a abolição da escravatura, havia pouca interação entre as raças. Apenas 12% dos negros nos EUA eram livres nos anos imediatamente anteriores à abolição. No Brasil, 90% dos negros já eram livres. Consegui localizar uma ordem de 1731, emanada de dom João V, em que ele dava a um negro o cargo de procurador-geral da Coroa, dizendo que ser negro não era impedimento para assumir função pública.	Opinião Discurso relatado
ISTOÉ – Existe sistema de cotas em muitos países?	Interrogação
Roberta – Não para negros. Na Bélgica, há cotas para imigrantes. Na Índia, para a casta dos Dalits. No Canadá, para descendentes de esquimós. Os EUA foram o país pioneiro em cotas raciais para negros. Nos EUA, quando houve a abolição, foi precedida da mais violenta guerra de que se teve notícia lá, com 600 mil mortos. A sociedade que emergiu foi totalmente polarizada entre brancos e negros. Por isso é que após a abolição da escravatura houve o surgimento da Ku Klux Klan, dos conselhos de cidadãos brancos. Houve a instituição de uma segregação oficial como política de Estado.	Saber
ISTOÉ – A sra. acha que seria melhor criar cotas para pobres?	Interrogação
Roberta – Exatamente. O recorte no Brasil tem que ser social. Existem outras políticas sociais que podem ser desenvolvidas para a inserção do negro, como uma política de bolsas de estudo para os que conseguirem passar no vestibular, mas não têm condições financeiras.	Opinião
ISTOÉ – Em sua visão, a cota para negros no Brasil seria um preconceito contra os negros?	Interrogação
Roberta – Não só um preconceito contra os negros, mas seria também uma medida não adequada para a resolução dos nossos problemas. A	Opinião

medida mais adequada no nosso caso é esquecer as cotas e partirmos para uma política social que integre os negros carentes à sociedade.	
ISTOÉ – Como isso poderia ser feito?	Interrogação
Roberta – Ações afirmativas como gênero, mas não por meio de cotas. Ações afirmativas como bolsas de estudo para negros carentes, cursinhos pré-vestibulares para negros carentes. As cotas ofendem o princípio da igualdade, porque elas geram a chamada discriminação reversa, daqueles que não deram causa ao problema, por exemplo, os brancos pobres que foram alijados do vestibular.	Sugestão Opinião
ISTOÉ – Um dos argumentos dos defensores das cotas é que o ensino público perdeu qualidade e o negro pobre não tem como ascender.	Interrogação
Roberta – Se você institui cotas na universidade, será que o negro que está sendo beneficiado é, de fato, o negro que mais precisa de um benefício estatal? Ou é o negro que conseguiu terminar o primeiro grau e o segundo grau? As cotas estão favorecendo uma classe média negra que não é necessariamente quem mais precisa do apoio estatal. O negro pobre é excluído no primário.	Opinião
ISTOÉ – Então, não se faz necessária uma política específica para promover os negros?	Interrogação
Roberta – Temos um problema crucial que não existe nos EUA: defina quem é negro no Brasil. Nos EUA o sistema é chamado bi-racial. Só existem a raça negra e a branca. Não existem as categorias dos morenos, dos mulatos, dos pardos. Se você tiver uma gota de sangue negro, você é considerado negro. Por isso, o termo “afro-descendente” é uma importação indevida. No Brasil, não é uma questão de descendência. Se fizermos uma análise de ascendência para saber quem é negro, quem de nós não é negro?	Opinião
ISTOÉ – A sra. tem sangue negro?	Interrogação
Roberta – Com certeza, tenho. Sou do Recife.	Declaração
ISTOÉ – A sra. é loira de olhos claros.	Interrogação
Roberta – Mas minha família é de Pernambuco e tem um monte de gente morena. Veja o exemplo do Neguinho da Beija-Flor. Ele foi fazer exame de DNA e detectou que 70% do DNA dele é europeu. Tinha que ser Branquinho da Beija-Flor. Com a Daiane dos Santos aconteceu a mesma coisa. Quem de nós não tem os pés, as mãos e o coração na África?	Saber Opinião
ISTOÉ – O ministro da Igualdade Racial, Edson Santos, diz que desde a abolição não houve política de inclusão tão intensa.	Interrogação
Roberta – Na verdade, não havia política nenhuma, nem para negro, nem para pobre. Os pobres também não tinham política de integração.	Opinião
ISTOÉ – Os grupos desiguais não devem ser tratados de forma desigual para se chegar ao equilíbrio?	Interrogação
Roberta – Com certeza, desde que a medida criada para igualar esses desiguais seja a mais adequada para o nosso problema. As cotas são inconstitucionais porque ofendem a igualdade. No Brasil, nosso sistema é multirracial. Nós temos as categorias branca, preta, parda, indígena e amarela.	Opinião
ISTOÉ – A autodeclaração é adequada para o acesso a cotas?	Interrogação
Roberta – Não há outro mecanismo. O Censo do IBGE é que impõe cinco categorias. O Programa Nacional de Amostragem Domiciliar de 1976 deixou livre para que o entrevistado definisse a que raça pertencia. O resultado disso foram impressionantes 135 cores diferentes.	Opinião
ISTOÉ – Se a sra. fosse o presidente Lula, acabaria com as cotas na hora?	Interrogação
Roberta – Acabaria. Por que existe tanta legislação de cota? Essa é uma legislação simbólica, a custo zero para o Estado. Ela passa a imagem de que o governo está preocupado em resolver o problema,	Opinião

enquanto, na prática, ele não atinge a verdadeira raiz do problema, que é a educação de base, que é péssima, a educação pública, de pouquíssima qualidade, e faz com que os pobres fiquem alheios a esse debate de cotas.	
ISTOÉ – Esse sistema divide vagas que já existem?	Interrogação
Roberta – Sim. Não vai criar mais vagas; não vai ampliar. E, o que é pior, os cotistas conseguem entrar, mas os pobres não vão conseguir permanecer. As pessoas que precisam trabalhar não podem mais ficar na universidade pública. Seria mais eficaz promover uma política de bolsas estatais para aqueles que conseguiram passar pelo vestibular do que apenas instituir cotas e lavar as mãos.	Opinião
ISTOÉ – Em Brasília, a UnB enquadrou um gêmeo como negro e o outro como branco.	Interrogação
Roberta – Esse ponto é importantíssimo. Com esse negócio de cotas, nós não só estamos retrocedendo a uma política inconstitucional como estamos retrocedendo na forma como nós nos classificamos. Olha o absurdo da UnB. Instituiu uma comissão para determinar quem é branco e quem é negro com base apenas no olhar. Uma senhora lá da UnB olha para a pessoa e diz: “você é branco”, “você é negro”. Houve um caso dos gêmeos e também o caso de um pai e uma filha. O pai era um negro, casado com uma branca, e teve uma filha parda. A filha foi considerada negra e o pai, não. É o cúmulo do racismo.	Opinião Discurso relatado Opinião
ISTOÉ – O que pode ser feito para que essa política não seja tão subjetiva?	Interrogação
Roberta – É preciso ignorar a “racialização”. Vamos tratar de políticas sociais, vamos cuidar dos nossos carentes. Estes, sim, precisam de integração. Necessariamente, quando você fizer uma política social, você estará ajudando os negros, porque 70% dos pobres são negros. O governo Lula está disfarçando o debate e importando um problema que não é nosso. Esse problema racista foi muito presente nos EUA, toda essa discussão de ações afirmativas esteve presente lá.	Opinião
ISTOÉ – Nas pesquisas que fez, o que encontrou de mais falho no sistema de cotas?	Interrogação
Roberta – A ignorância acerca dos primórdios dessa política. Aqui todo mundo discute esse tema como se tivesse surgido de um modelo de Estado social, para implementar o princípio da igualdade. Quando nós aprofundamos nosso estudo, percebemos que esse argumento não é de todo verdadeiro. Os EUA são talvez o maior exemplo de Estado liberal. Não é exemplo de Estado social. Por que então essa questão de ações afirmativas se originou nos EUA, se eles não estão preocupados com o modelo do Estado social?	Opinião
ISTOÉ – Por causa da diferença étnica?	Interrogação
Roberta – Não só isso. O primeiro presidente que implementou uma ação afirmativa para integrar os negros foi um republicano conservador e que em campanha política havia se declarado contrário às cotas e a qualquer medida que levasse em conta a raça. Foi Richard Nixon, presidente de 1969 a 1974. O contexto era da iminência de uma guerra civil.	Opinião Saber
ISTOÉ – A política foi implantada em contexto bem diferente do que se vê no Brasil?	Interrogação
Roberta – Num contexto específico de guerra social. A questão racial foi capa da revista Time por três semanas consecutivas. Lançaram-se livros anunciando o Armagedon. O conflito racial nos EUA não teve precedente, exceto a Guerra Civil de 1860. Ou o Nixon fazia alguma coisa para solucionar aquilo ou então teria de sofrer o ônus de eclodir guerra civil em seu governo.	Saber
ISTOÉ – Foi uma política emergencial?	Interrogação
Roberta – E casuística. Nos EUA nunca houve teorização, pelos movimentos negros, de ações afirmativas.	Opinião

Martin Luther King era contra essas políticas. Ele sempre disse: “Eu não tenho como justificar que negros ricos tenham acesso a benefícios estatais diante de tantos brancos pobres.”	Discurso relatado
ISTOÉ – A sra. acha que o STF vai derrubar as cotas?	Interrogação
Roberta – Tenho receio de que o STF queira fazer uma “jurisprudência simbólica”, com vistas à imagem que a corte vai passar para a população, e não com o que deveria ser. Meu receio é de que o STF tente dar uma aparência de tribunal preocupado com o politicamente correto.	Apreciação

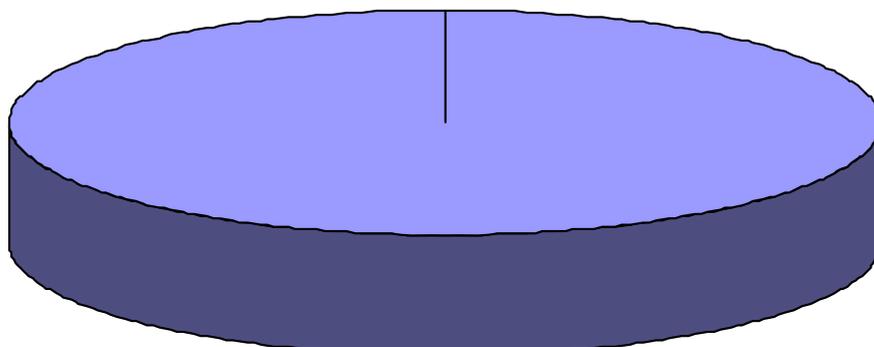
3.1. Comentando os resultados

Como observamos, as categorias modais revelam a existência de um comportamento alocutivo da parte dos(as) entrevistadores(as) e de um comportamento predominantemente elocutivo da parte dos(as) entrevistados(as).

Nas entrevistas da área médica, são 86 enunciados apresentados sob a categoria da interrogação, o que confirma o comportamento alocutivo por parte dos(as) entrevistadores(as). É o que podemos ver no gráfico a seguir:

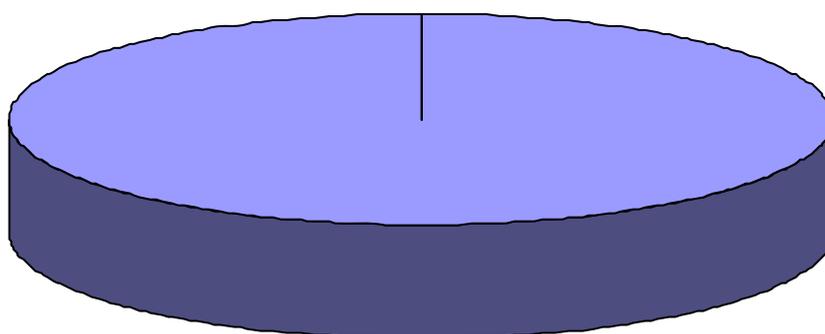
Área Médica

Entrevistadores(as) – Categorias Modais



interrogação 86

Entrevistadores(as) – Comportamento Enunciativo

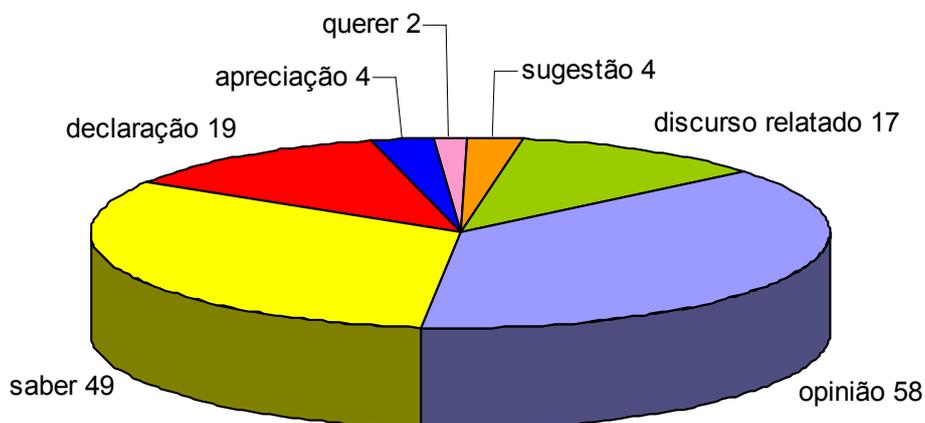


comportamento
alocutivo 86

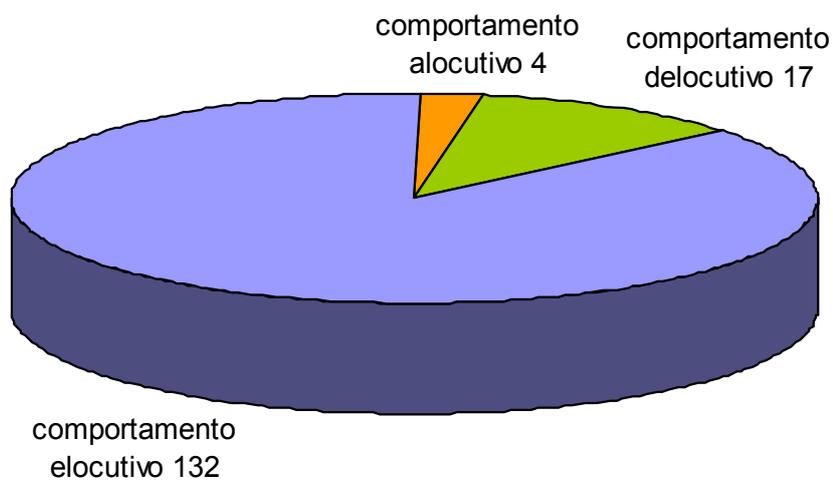
Da parte dos(as) entrevistados(as), são: 58 enunciados sob a categoria da opinião; 49, do saber; 19, da declaração; 4, da apreciação e 2, do querer, confirmando o comportamento predominantemente elocutivo dos(as) entrevistados(as). Além disso, também há 04 enunciados sob a categoria de sugestão, o que manifesta o comportamento alocutivo dos(as) entrevistados(as) e também 17 enunciados sob a categoria do discurso relatado, comprovando seu comportamento delocutivo. Os gráficos a seguir podem confirmar esses dados:

Área Médica

Entrevistados(as) – Categorias Modais



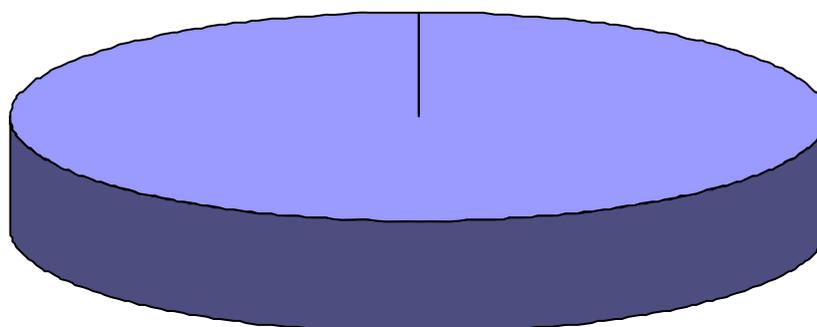
Entrevistados(as) – Comportamento Enunciativo



Nas entrevistas da área sociológica, são 82 enunciados apresentados sob a categoria da interrogação, confirmando o comportamento alocutivo dos(as) entrevistadores(as):

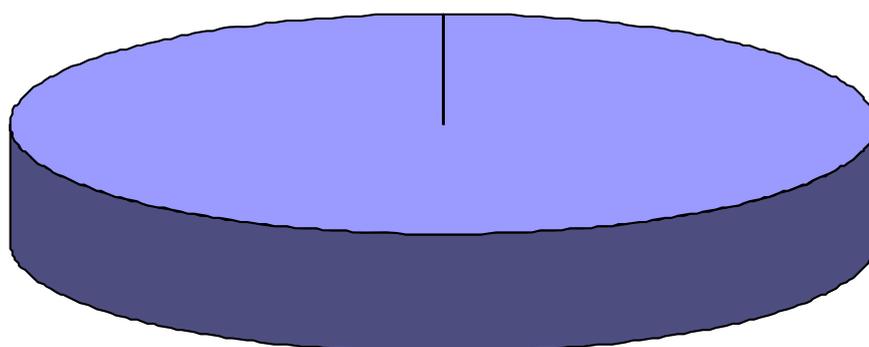
Área Sociológica

Entrevistadores(as) – Categorias Modais



interrogação 82

Entrevistadores(as) – Comportamento Enunciativo

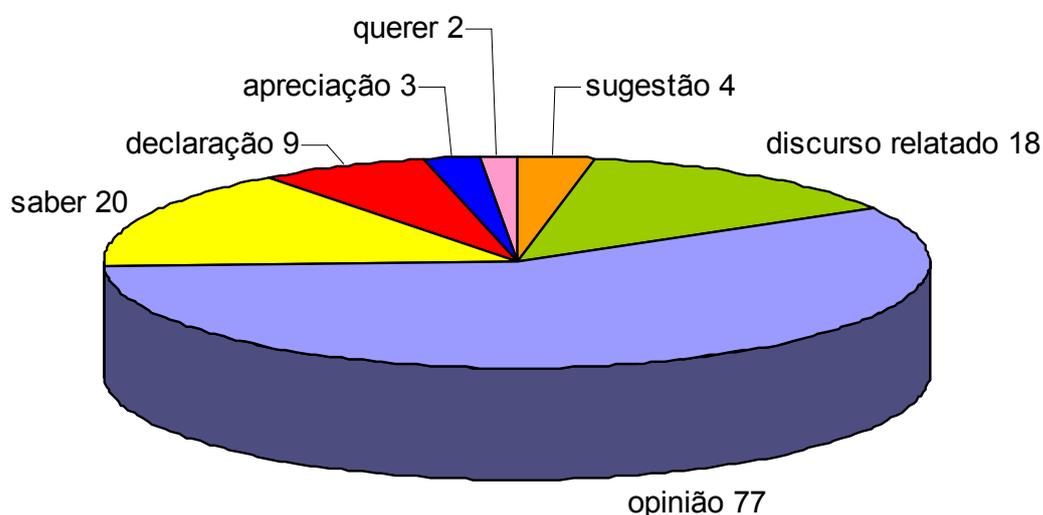


comportamento
alocutivo 82

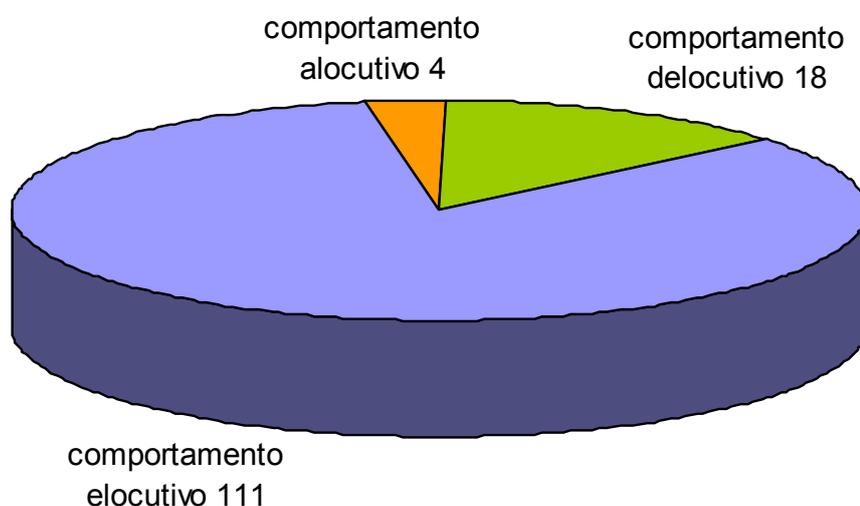
No que diz respeito aos(às) entrevistados(as), são: 77 enunciados sob a categoria da opinião; 20, do saber; 9, da declaração; 3, da apreciação e 2, do querer, o que atesta o comportamento predominantemente elocutivo dos(as) entrevistados(as). Além disso, também há 04 enunciados sob a categoria de sugestão, o que manifesta o comportamento alocutivo dos(as) entrevistados(as) e 18 enunciados sob a categoria do discurso relatado, comprovando seu comportamento delocutivo.

Área Sociológica

Entrevistados(as) – Categorias Modais



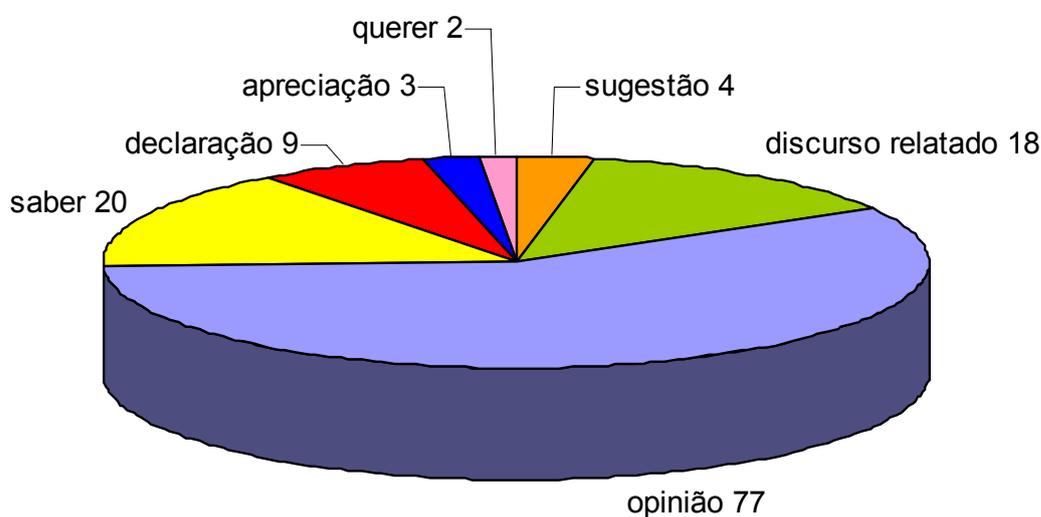
Entrevistados(as) – Comportamento Enunciativo



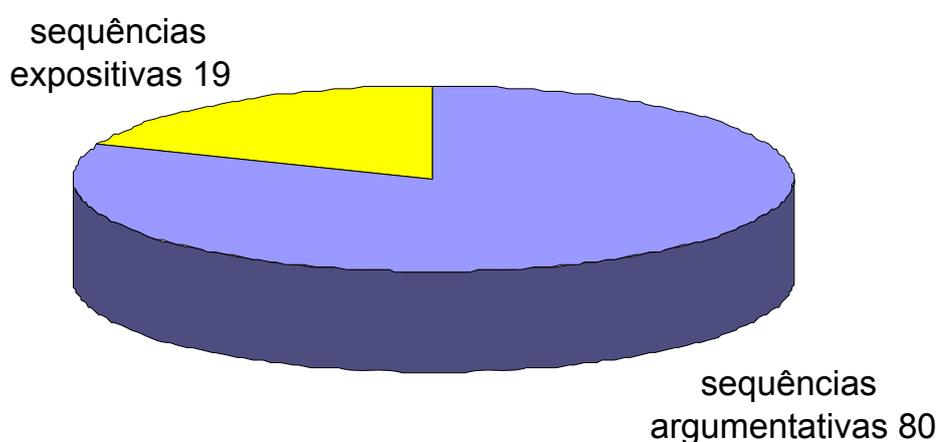
Há que se observar também como ressaltam as ocorrências da categoria “opinião”, sobretudo na área sociológica, o que nos faz buscar uma aproximação com a análise já feita das sequências tipológicas, em que também houve predomínio de sequências argumentativas. Uma retomada dos gráficos já apresentados poderá tornar evidentes esses dados:

Área Sociológica

Entrevistados(as) – Categorias Modais



Entrevistados(as) – Sequências Tipológicas



Podemos verificar como as entrevistas, construídas basicamente na primeira pessoa do plural, revelam, às vezes, um apagamento do locutor em relação ao que ele quer “fazer saber”. São muitas as ocorrências de discurso relatado que nos fazem reconhecer um discurso polifônico, na medida em que o sujeito comunicante precisa buscar argumentos em terceiros. A nosso ver, ocorre aqui um deslizamento para a modalidade delocutiva.

Isso pode ser melhor explicado se considerarmos que se

trata de entrevista de divulgação científica. Nas entrevistas sob análise, os(as) entrevistados(as), em segundo plano, têm como objetivo principal expor os resultados das pesquisas de que eles(as) mesmos(as) participam, para convencer o(a) entrevistador(a) e a audiência da verdade daquilo que falam. O objeto de interesse não são eles(as) propriamente, mas sim aquilo de que eles(as) falam.

4. *ETHOS* DISCURSIVO EM ENTREVISTAS DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

Considerando que, no gênero “entrevista”, há dois sujeitos comunicantes – entrevistador(a) e entrevistado(a) – que buscam exercer os seus papéis para que a troca verbal ocorra, procuraremos, agora, verificar quais traços remetem à construção do *ethos* do(a) entrevistador(a) e do(a) entrevistado(a) e, até mesmo, do leitor.

Iniciamos pela análise do texto introdutório que, em entrevistas, tem a finalidade de esboçar o perfil do(a) entrevistado(a) e, assim, fazer o leitor conhecê-lo(a). De modo geral, os textos introdutórios de todas as entrevistas que constituem o *corpora* deste trabalho apresentam informações capazes de legitimar o(a) entrevistado(a) como **especialista**. Na primeira entrevista da área médica, por exemplo, a jornalista anuncia que quem falará sobre os “segredos do cérebro” constitui “uma das maiores autoridades mundiais da neurociência”, o qual fez (e continua fazendo) grandes descobertas para a medicina do futuro: Miguel Nicolelis.

Na segunda entrevista, as jornalistas deixam claro o currículo do psiquiatra Ronaldo Larajeira, Ph.D. pela Universidade de Londres e coordenador da Unidade de Pesquisa em Álcool e Drogas da Universidade Federal de São Paulo e do Departamento de Dependência Química da Associação Brasileira de Psiquiatria. Ninguém melhor do que um especialista com tais credenciais para falar a respeito do consumo de drogas e da política antidrogas.

Assim também ocorre nas três outras entrevistas da área médica, em que os jornalistas mencionam a especialidade do(a) entrevistado(a) como forma de legitimar sua fala: na terceira entrevista, o cardiologista Sérgio Timerman, diretor do Laboratório de Pesquisa e Treinamento em Emergência do Instituto do Coração em São Paulo, para falar sobre o tratamento adequado para o infarto; na quarta, o também cardiologista Denizar Vianna, que, segundo a jornalista, “é um dos poucos especialistas no Brasil em farmacoeconomia”, para falar sobre os critérios que definem quais pacientes devem receber modernos e caros medicamentos; na quinta, o psiquiatra americano Robert Klitzman, professor

associado de clínica psiquiátrica da Universidade da Colúmbia, em Nova Iorque, para falar sobre a experiência de ficar doente.

Nas entrevistas da área sociológica, isso também ocorre. Na primeira entrevista, para falar sobre aquecimento global, o professor Luiz Carlos Molion, pós-doutor em meteorologia, formado na Inglaterra e nos Estados Unidos, membro do Instituto de Estudos Avançados de Berlim e representante da América Latina na Organização Meteorológica Mundial. Na segunda entrevista, para tratar da globalização, Sílvio Tendler, formado em História. Na terceira entrevista, o professor da UFRJ, João Fragoso, para falar sobre a importância de se estudar também a elite. Na quarta entrevista, o presidente da Agência Nacional do Petróleo, Haroldo Lima, para defender a recriação do monopólio do Estado na extração do petróleo e a criação de uma nova estatal para o setor. Na quinta entrevista, para defender uma política de inclusão para pobres, a procuradora Roberta Fragoso Kaufmann, da Procuradoria-Geral do Distrito Federal. Como podemos ver, os entrevistados revelam, neste caso, traços do *ethos* de *prhonesis*, ou seja, são detentores de um saber.

Por outro lado, todos os detalhes informativos concedidos ao leitor nesses textos introdutórios revelam um *ethos* de entrevistadores ***bem informados e comprometidos com o leitor***, já que selecionam adequadamente as informações de que o leitor necessita e também focalizam um tema de interesse. A escolha temática, por exemplo, já evidencia traços de caráter do próprio leitor: ***um sujeito com escolaridade de nível superior ou médio***, também com interesse no tema abordado.

Levando em conta o desenvolvimento do texto de cada entrevista pelas perguntas e respostas, podemos dizer que a construção dessa imagem favorável se deve ao fato de os(as) entrevistadores(as) formularem, na maioria das vezes, perguntas abertas, que fazem os(as) entrevistados(as) falarem. Além disso, muitas delas têm como finalidade esclarecer algo que pode ser desconhecido pelo leitor, tal como o pedido que os(as) entrevistadores(as) fazem diversas vezes de maneira que os(as) entrevistados(as) deem exemplos que possam ilustrar o que estão falando, como ocorre no fragmento abaixo, extraído da entrevista com Miguel Nicolelis:

ISTOÉ – Então seremos meio máquinas?

Nicolelis – As chances são grandes, mas a idéia de ciborgues é totalmente exagerada. Nossas pesquisas indicam que o cérebro evoluiu em formas de comunicação que extrapolam os limites do nosso corpo, mesmo com uma capacidade de aprendizado contínuo. Se o organismo humano recebe uma informação, acaba se adaptando com os recursos de que dispõe para dar uma resposta a esse estímulo. Estamos testando em laboratório o que aconteceria caso conectássemos o cérebro a um sensor de campo magnético ou de infra-vermelho. A tese é a de que ele irá se adaptar para interagir. Se isso acontecer, será uma prova de que teremos condições de responder a estímulos que não se limitam ao toque ou ao raio de visão, como as já citadas ondas eletromagnéticas.

ISTOÉ – Pode dar um exemplo?

Nicolelis – Poderíamos experimentar a sensação de caminhar em Marte sentados no sofá de casa. Controlaríamos naquele planeta robôs cujos sensores mandariam sinais elétricos referentes a temperatura e pressão, por exemplo, diretamente para os chips implantados em nosso cérebro. Esses chips recriariam o ambiente marciano, transmitindo para o ser humano a impressão de estar lá.

A maneira como os(as) entrevistadores(as) formulam as perguntas pressupõe um traço de caráter sustentado no fato de que eles(as) precisam considerar a possibilidade de o leitor não estar familiarizado com os termos específicos da área. E, se considerarmos as respostas dos(as) entrevistados(as), devemos registrar as variadas paráfrases definicionais utilizadas no texto das respostas. A esse respeito, dedicaremos algumas linhas na próxima seção.

Os(as) entrevistadores(as) demonstram possuir o conhecimento prévio necessário para articular um diálogo assimétrico com os(as) entrevistados(as). E isso implica sua **capacidade intelectual** de inserir tópicos, mantê-los, ou mesmo, mudá-los. No fragmento abaixo, extraído da entrevista com Denizar Vianna, podemos perceber como as perguntas vão se encadeando às respostas dadas pelo entrevistado, o que permite apontar outra faceta do *ethos* da entrevistadora: **uma pessoa atenta ao desenvolvimento da entrevista**. Vemos, pois, constituída também a imagem de **mediadora**:

ISTOÉ – E a questão dos pacientes que buscam na Justiça o direito a drogas novas e mais caras?

Vianna – Eles foram buscar seus direitos individualmente. E o Poder Judiciário tem entendido que há uma falha de quem administra a saúde na definição dos critérios que determinam os medicamentos que ficarão acessíveis. E se eles têm uma

demanda, olham para o lado do indivíduo, e não para o coletivo. Mas, do ponto de vista de quem está financiando a saúde – pública e privada –, a questão da concessão de liminares que permitem o acesso aos novos medicamentos é séria. Ela está comprometendo boa parte do planejamento e do orçamento que se faz. Em 2006, a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo teve um impacto orçamentário importante e deixou de contemplar questões prioritárias porque teve de desviar esse recurso para pagar os remédios obtidos via liminar.

ISTOÉ – O sr. acha os pleitos injustos?

Vianna – Acho que é preciso ter uma regra clara porque muitas liminares estão acontecendo sem o embasamento científico adequado. Eles concedem para medicamentos que não necessariamente trarão benefícios. Defendo que se crie uma câmara técnica, composta por profissionais que entendam do assunto, para assessorar os juízes.

ISTOÉ – Mas o sr. recorrerá à Justiça, caso precisasse?

Vianna – Se fosse algo que realmente fizesse diferença e estivesse sendo negado por uma questão orçamentária, individualmente eu recorrerá. Coloco-me no lugar de um pai que está buscando algo para o filho. Vou tentar tudo para ele. Mas existem situações em que acho que essa estratégia não se justifica. Pacientes em estágio terminal, por exemplo. Por que apenas prolongar a vida deles? Acho que nesses casos o que se deve fazer é lutar para que tenham um final de vida mais digno, assistidos por profissionais capacitados, sem dor, e ao lado dos familiares.

ISTOÉ – Para os laboratórios farmacêuticos, essa “indústria de liminares” é um bom negócio?

Vianna – É. Eles acabam conseguindo vender seus produtos. Mas acho que a indústria não deve fomentar isso. Não é uma conduta ética.

Quanto aos(às) entrevistados(as), podemos dizer que, por meio de experiência comprovada, eles assumem, muitas vezes, um *ethos* de **conselheiro**, já que acabam se constituindo em porta-vozes da própria instituição social que representam e, assim, são capazes de articular o saber científico ao cotidiano do leitor, colocando-se como aquele que vai alertá-lo em relação ao comportamento que, em tese, somente o estudo, a pesquisa, seria capaz de explicitar e fazer compreender. É o que ocorre, por exemplo, na entrevista com Miguel Nicolelis, em que, ao ser interrogado a respeito de como podemos melhorar nossas capacidades cerebrais, o especialista responde:

Nicolelis – A atividade intelectual é importante. Vale tudo: ir à ópera ou ao forró. O que importa é manter a cabeça ativa em busca de desafios e prazer. E isso depende bastante da história de vida de cada um. A trajetória individual das pessoas tem peso primordial na configuração do cérebro.

Esses traços de **aconselhamento** também podem ser observados nas entrevistas da área sociológica. Sílvio Tandler, por exemplo, ao ser questionado sobre a validade de fazer filmes de conteúdo político e social, além de expor sua opinião a respeito – já que ela foi solicitada pelo entrevistador, também aconselha:

Tandler - Acho que está na hora de a sociedade brasileira se rediscutir. A gente tem que usar o cinema e outros meios de comunicação para colar os caquinhos do nosso arcabouço social. O que talvez explique as baixas bilheteiras é que temos a liberdade de chegar à sala, mas não temos os meios de chegar ao público, você não consegue se comunicar com o espectador. Eu acabo virando uma exceção. Lancei o filme em cinco cinemas, com sessões alternativas, contra 500 cinemas com horário integral dos Simpsons. A batalha desigual é essa. Os caras vêm com uma tremenda mídia do Exterior, com grana, mídia nacional, são heróis da tevê, a garotada vê, curte... Mas não é por isso que eu vou deixar de fazer cinema. Eu acredito nisso. Trabalho de formiguinha. Melhor falar para três mil pessoas que para nenhuma.

Esse traço de **aconselhamento** pode também se voltar a esferas institucionais, órgãos governamentais capazes de aproveitar essa voz de conselheiro para repensar políticas econômicas.

Além disso, o uso da primeira pessoa do plural em quase todos os textos das entrevistas demonstra uma referência clara ao grupo de pesquisadores. Dessa forma, os(as) entrevistados(as) se revestem de **autoridade** porque falam em nome de seus pares e, assim, adquirem **credibilidade**:

ISTOÉ - E por que essa política não reduz o consumo?

Laranjeira - Nos ambulatórios para dependentes químicos, se aparece algum usuário de crack, o aconselhamento é feito no sentido de trocar a droga por outra menos forte. Não existe estrutura de apoio efetivo a quem precisa de tratamento para deixar de usar. O Ministério fechou clínicas de internação. As que existem são privadas. Com isso, muitas pessoas não têm acesso ao tratamento correto. Aqui há só 80 centros financiados pelo governo. Ou seja, temos um centro para cada dois milhões de habitantes. Na Inglaterra, há um centro para cada 100 mil habitantes. É um número 20 vezes menor. A Associação Brasileira de Psiquiatria e a Associação Brasileira de Estudos de Álcool e Outras Drogas se opõem a isso. A nossa política antidrogas está errada. (Grifos nossos)

Vale lembrar, nesse sentido, Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) com a noção de auditório universal. Todo orador, quando argumenta,

forma uma imagem do auditório ao qual dirige seu discurso, com o intuito de influenciá-lo. Quando o orador constrói sua argumentação aspirando, pelo menos em princípio, a um universalismo, ele está trabalhando com o ideal regulador do auditório universal, constituído a partir do que se sabe de seus semelhantes:

Certos auditórios especializados costumam ser assimilados ao auditório universal, tal como o auditório do cientista dirigindo-se a seus pares. O cientista dirige-se a certos homens particularmente competentes, que admitem os dados de um sistema bem definido, constituído pela ciência em que são especialistas. Contudo, esse auditório tão limitado, é geralmente considerado pelo cientista, não como um auditório particular, mas como sendo realmente o auditório universal: ele supõe que todos os homens, com o mesmo treinamento, a mesma competência e a mesma informação, adotariam as mesmas conclusões. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996: 38)

Dessa forma, o importante desses auditórios não é exatamente a sua universalidade, mas a pretensão de que o seu assentimento possa conferir *validade objetiva* à linha argumentativa defendida.

Além disso, os(as) entrevistados(as) usam o pronome “nós”, muitas vezes, numa referência explícita ao leitor, ou mesmo, o pronome “você”, numa referência direta aos(às) entrevistador(as) e indireta ao leitor, para deles se aproximar e garantir a adesão ao discurso. É o que ocorre na entrevista com o professor Luiz Carlos Molion:

ISTOÉ - Pela sua tese, seria o começo de uma nova era glacial?
Molion - Como já faz 15 mil anos que a última Era Glacial terminou, e os períodos interglaciais normalmente são de 12 mil anos, é provável que nós já estejamos dentro de uma nova era glacial. Obviamente a temperatura não cai linearmente, mas a tendência de longo prazo certamente é decrescer, o que é mau para o homem. Eu gostaria muito que houvesse realmente um aquecimento global, mas na realidade os dados nos mostram que, infelizmente, estamos caminhando para um resfriamento. Mas não precisa perder o sono, porque vai demorar uns 100 mil anos para chegar à temperatura mínima. E quem sabe, até lá, a gente não encontre as soluções para a humanidade. (Grifos nossos)

Ao longo das entrevistas que constituem o *corpora* desta pesquisa, podemos perceber como os sujeitos comunicantes, ao seguir uma determinada linha, projetam uma imagem de si, de maneira que possam

preservar sua face. Todavia, às vezes, alguns incidentes são capazes de ameaçar a face de um dos interactantes e, então, é necessário utilizar procedimentos que atenuem os efeitos de possíveis ameaças à face.

Na entrevista com João Fragoso, por exemplo, percebemos como o entrevistador faz algumas perguntas capazes de ameaçar a face positiva do entrevistado. Ele já inicia a entrevista com um questionamento que tem como pressuposto o fato de o entrevistado atacar o marxismo: “O marxismo deixou de ser um instrumento para entender a história?”. Não satisfeito com as duas respostas do entrevistado no sentido de apontar o que é negativo na concepção marxista, ele volta a perguntar: “Então essa linha de pensamento se perdeu?”. Como forma de atenuar essa ameaça, o entrevistado utiliza argumentos que identificam os aspectos positivos dessa corrente.

Além disso, notamos que, quando o professor Fragoso fala do perigo de se colocar a culpa sempre nas elites, a pergunta que surge é a seguinte: “O sr. está absolvendo as elites?”, numa clara ameaça a face positiva do entrevistado. E assim ele responde:

Fragoso – Não. Pelo contrário. Acho que as elites são pouco estudadas. E para tentar entender a perversidade da sociedade brasileira é preciso um esforço concentrado para estudá-las. É muito fácil delegar a culpa ao outro e se isentar de qualquer tipo de responsabilidade. Uma das seqüelas de vitimizar o oprimido é retirar dele a capacidade de ação, de negociar e de pensar, sua condição de humanidade. Hoje se sabe que não só as elites pensam, como também os grupos subalternos pensam e têm suas estratégias. Há um confronto, que não necessariamente é um quebrapau, mas confrontos do dia-a-dia, relações que formam um processo histórico. Obviamente, os recursos dos grupos chamados oprimidos são menores do que os dos opressores. Mas isso não os impede de planejar e tentar negociar, de tentar sobreviver.

Nessa resposta, percebemos vários procedimentos capazes de atenuar o grau de ameaça à face: a expressão “Pelo contrário”, que faz redundar a resposta negativa à pergunta; o marcador de opinião “Acho que...”, orientando a interpretação do enunciado; e o modalizador “obviamente”, sugerindo total adesão ao que está enunciando.

E, na sequência, outra pergunta capaz de ameaçar a face do entrevistado: “O sr. acredita em dominação cordial?”, para a qual ele

também lança mão de atenuadores, tal como o marcador prefaciador metadiscursivo “O que eu digo...”, com a função de retificar qualquer interpretação equivocada por parte do entrevistador:

Fragoso – Não. Dominação nunca é cordial. Ela pressupõe tensão, embates. Conseqüentemente, a cordialidade está fora do jogo. O que eu digo é que houve uma cumplicidade, que o escravo também foi responsável pela escravidão, assim como o senhor o foi, assim como todas as pessoas que viveram naquela sociedade. Não tem vítima. Uma figura pode ser vítima, mas um grupo social, não. Isso seria tirar a capacidade dos escravos de fazer sua própria história. A idéia de vítima é mal aplicada; essa imagem começou a ser elaborada a partir da Revolução Francesa. Na França do século XVIII, tínhamos 14 milhões de camponeses. Posso dizer que eram todos vítimas nas mãos de meia dúzia? O mesmo acontece na contraposição atual entre elites e excluídos. Este é um país democrático, o Congresso foi eleito democraticamente. Não há vítimas.

Em relação à pergunta: “A escravidão determinou a exclusão social que existe hoje?”, o entrevistado utiliza, em sua resposta, o marcador de rejeição “não sei se...”, procurando controlar, antecipadamente, possíveis reações desfavoráveis ao que enuncia:

Fragoso – Não sei se foi determinante. Mas a herança da escravidão se traduz também na existência de uma estratificação no interior dos oprimidos. Aquela história na qual dois carros guiados por motoristas particulares colidem. Um deles desce o vidro e pergunta: você sabe quem é o meu patrão? É o racismo de um negro para outro ou de um mulato para outro ou de um negro em situação um pouco melhor para outro negro em situação inferior.

Para responder à pergunta sobre a política de cotas, se ela poderia amenizar a exclusão, Fragoso acaba incorrendo numa ameaça à sua face positiva, quando confessa que não possui opinião formada a respeito. E para atenuar essa ameaça, ele utiliza um marcador *hedge* de incerteza (talvez), para se eximir de comprometimento em relação ao que está enunciando:

Fragoso – Confesso que não tenho uma opinião formada. Mas essa concepção me preocupa pelas seqüelas que pode trazer. Em primeiro lugar, a idéia de etnia, que já está ultrapassada. Temos no Brasil uma miscigenação fantástica. Eu, por exemplo, declaro minha cor dependendo do meu humor. Algumas vezes me declaro branco, outras pardo e outras negro. A miscigenação é um fenômeno muito importante. Isso coloca a discussão de cotas em

outro patamar. Talvez deveriam ser definidas por critérios socio-econômicos em vez da cor da pele. Uma pesquisa recente mostrou que vários negros brasileiros têm mais DNA de europeu do que de negro.

Na entrevista com Ronaldo Laranjeira, quando ele critica o governo pela política de redução de danos, é questionado: “Quais são os acertos do atual programa de governo?”. Para atenuar essa ameaça à face, ele utiliza o marcador de opinião “Acho que...”:

Laranjeira - Acho que a única evidência de que funciona é em relação aos injetáveis. A política de redução de danos diminuiu o número de usuários infectados pelo HIV. Mas é um dado pequeno no Brasil. Há anos que não vejo um usuário de drogas injetáveis no consultório. As pessoas optaram por fumar crack em vez de se injetar.

Já na entrevista com Denizar Vianna, percebemos uma sequência de três perguntas que visam ameaçar a face do entrevistado:

ISTOÉ – **Mas, mesmo se um medicamento é custo efetivo, como fazer se não há dinheiro no orçamento? Como escolher o remédio que será adotado?**

Vianna – Para o administrador é muito complicado decidir. É sempre uma questão de escolha, de prioridades definidas em função da saúde coletiva.

ISTOÉ – **Mas alguém fica desamparado.**

Vianna – Sim. E isso é o que acontece. Não há outra maneira em países como o Brasil, onde o orçamento é sempre apertado. O cobertor é curto. Puxa de um lado e descobre do outro.

ISTOÉ – **Ao fazer uma escolha, o administrador não acaba apontando que uma vida vale mais do que a outra?**

Vianna – Não. Em tese, sua escolha quer dizer que a eficiência no uso de recurso público é melhor naquela opção escolhida.

Procurando atenuar a ameaça à face, o entrevistado utiliza respostas curtas, numa tentativa de confirmar ou corrigir a interpretação da entrevistadora.

Também na entrevista com o professor Luiz Carlos Molion, o entrevistador, com suas perguntas, acaba ameaçando a face do entrevistado. É o que podemos observar no fragmento abaixo:

ISTOÉ - **O sr. também vê interesses econômicos por trás do diagnóstico do aquecimento global?**

Molion - É provável que existam interesses econômicos por detrás disso, uma vez que os países que dominam o IPCC são os mesmos países que já saíram beneficiados lá atrás.

ISTOÉ - Não é teoria conspiratória concluir que há uma tentativa de frear o desenvolvimento dos países emergentes?

Molion - O que eu sei é que não há bases sólidas para afirmar que o homem seja responsável por esse aquecimento que, na minha opinião, já acabou. Em 1798, Thomas Malthus, inglês, defendeu que a população dos países pobres, à medida que crescesse, iria querer um nível de desenvolvimento humano mais adequado e iria concorrer pelos recursos naturais existentes. É possível que a velha teoria malthusiana esteja sendo ressuscitada e sendo imposta através do aquecimento global, porque agora querem que nós reduzamos o nosso consumo de petróleo, enquanto a sociedade americana, sozinha, consome um terço do que é produzido no mundo.

ISTOÉ - Para aceitar a tese do sr., é preciso admitir que há desonestidade dos cientistas que cancelam o diagnóstico do aquecimento global...

Molion - Eu digo que cientistas são honestos, mas hoje tem muito mais dinheiro nas pesquisas sobre clima para quem é favorável ao aquecimento global. Dinheiro que vem dos governos, que arrecadam impostos das indústrias que têm interesse no assunto. Muitos cientistas se prostituem, se vendem para ter os seus projetos aprovados. Dançam a mesma música que o IPCC toca.

ISTOÉ - O sr. se considera prejudicado por defender a linha oposta?

Molion - Na Eco 92, eu debati com o Mario Molina, que foi quem criou a hipótese de que os clorofluorcarbonos estariam destruindo o ozônio. Ele, em 1995, virou prêmio Nobel de Química. E o professor Molion ficou na geladeira. De 1992 a 1997 eu não fui mais convidado para nenhum evento internacional. Eu tinha US\$ 50 mil que o Programa das Nações Unidas havia repassado para fazer uma pesquisa na Amazônia e esse dinheiro foi cancelado.

Para atenuar a ameaça, ele usa marcadores *hedges* que expressam incerteza (“É provável...”) em relação ao que é enunciado e também marcadores de rejeição (“O que eu sei é que...”) para controlar, antecipadamente, possíveis reações desfavoráveis ao que é enunciado.

Assim, percebemos o processo de negociação do sentido do texto em entrevistas de divulgação científica. Longe de significar acordo total entre as partes, tais entrevistas podem revelar situações de tensão, como forma de melhor explorar e apresentar o assunto.

5. REFERENCIAÇÃO DISCURSIVA EM ENTREVISTAS DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA E SUA RELAÇÃO COM A TERMINOLOGIA

Por fim, pretendemos analisar as formas de referenciação discursiva nas entrevistas que constituem o *corpora* deste trabalho e verificar sua relação com a terminologia da área de especialidade.

Dentre as dez entrevistas, três apenas apresentam sintagmas nominais como título: a entrevista com Miguel Nicolelis, intitulada “Os segredos do cérebro”; a entrevista com Denizar Vianna, cujo título é “O preço da vida”, e a entrevista com Sílvio Tendler, intitulada “O mundo do lado de cá”. Como introduções referenciais, esses títulos apresentam um objeto de discurso sem que haja uma âncora no co-texto. Em entrevistas de divulgação científica, títulos como esses não têm outro objetivo que não seja chamar a atenção do leitor, de modo a criar uma expectativa de leitura.

As outras sete entrevistas apresentam como título uma frase verbal dita pelo(a) entrevistado(a) ao longo da entrevista, ou então, uma frase capaz de sintetizar toda a entrevista, o que já, de certo modo, prepara o leitor para o que ele irá ler.

Entrevista com Ronaldo Laranjeira	“Nossa política antidrogas está errada”
Entrevista com Sérgio Timmerman	“Não sabemos entender o infarto”
Entrevista com Robert Klitzman	“Quando os médicos adoecem”
Entrevista com Luiz Carlos Molion	“Aquecimento Global é terrorismo climático”
Entrevista com João Fragoso	“O problema não é só da elite”
Entrevista com Haroldo Lima	“Podemos trocar petróleo por ferrovias e portos”
Entrevista com Roberta Fragoso Kaufmann	“Cotas geram ódio racial”

No que diz respeito ao texto de cada entrevista, podemos verificar que há uma série de recursos gramaticais, como pronomes, elipses, efetuando a retomada de objetos previamente introduzidos, o que garante a progressão referencial do texto. É o que podemos observar no fragmento abaixo, em que destacamos a pronominalização anafórica e sinalizamos as elipses:

ISTOÉ – Qual seria a saída?

Nicolelis – Desmistificar a ciência. Em fevereiro vou inaugurar em Natal, no Rio Grande do Norte, um projeto de educação científica para 150 crianças da rede pública. **Elas** serão cientistas com o que [] tiverem à mão. [] Aprenderão biologia a partir da análise do solo do bairro onde [] moram para que [] percebam quanta vida existe em um pedaço de terra. Com um telescópio, [] olharão para o céu e [] passarão à matemática. O que falta é mostrar que a ciência é fruto da combinação de talento, paixão, perseverança e, sobretudo, interesse.

Além desses recursos de ordem gramatical, há também outras formas de referenciação discursiva. São anáforas especificadoras, anáforas encapsuladoras, anáforas indiretas compondo todo o texto das entrevistas, o que lhe garante a continuidade textual.

Todavia, o tipo de referenciação mais comum nessas entrevistas são as paráfrases definicionais, cuja função é elaborar definições em relação a objetos-de-discurso anteriormente introduzidos. A utilização de tais paráfrases nos faz relacionar tais procedimentos à terminologia da área. É o que podemos ver na entrevista com Nicolelis, em que a expressão “córtex motor” é definida como “a área responsável pelos movimentos do corpo”, ou então, em que a expressão “um chip” é definida como “dispositivo”:

ISTOÉ – Como o cérebro dos animais recebe esses sinais?

Nicolelis – Por meio de um chip implantado no córtex motor, a área responsável pelos movimentos do corpo. Esse dispositivo espalha a mensagem pelo cérebro, que a decodifica e transforma em um comando motor que aciona a musculatura do braço.

Outra paráfrase anafórica definicional nessa mesma entrevista refere-se à palavra “bytes”, definida como “unidades de informação em um computador”. Também podemos apontar outra ocorrência na décima resposta: “plasticidade neural” é definida da seguinte maneira:

“feita por meio de chips implantáveis que nada mais fazem do que recrutar neurônios para substituir os que não funcionam mais”. E mais uma ocorrência na décima sexta resposta, em que “ATR”, é definido como “um dos mais renomados centros de robótica do mundo”.

É relevante considerar como essas paráfrases, uma vez que explicam um léxico especializado, conferem precisão comunicativa e o leitor, mesmo leigo no assunto, acaba sendo afetado pela terminologia específica.

As outras entrevistas também permitem a observação de paráfrases definicionais e sua relação com a terminologia específica da área. No caso da entrevista com Ronaldo Laranjeira, o entrevistado usa uma paráfrase para explicar uma sigla, a do Cebrid, o que é importante para o entendimento do assunto em pauta:

ISTOÉ - O relatório da ONU indica que há uma tendência de crescimento do consumo de drogas na América do Sul e no Brasil. Por que aumenta?

Ronaldo Laranjeira - No Brasil, os dados são pouco confiáveis. A ONU utiliza as estimativas do Cebrid, um centro de referência de levantamentos populacionais. São os dados mais seguros que temos. A ONU trabalhou com um sistema de comparação, mostrando uma tendência de crescimento das drogas no Brasil. Isso é mais importante do que os números em si. Enquanto no mundo a tendência é pela estabilidade ou diminuição, aqui o consumo cresce cerca de 10%. Tenho uma teoria que explica esse aumento. Na maioria dos países, os programas procuram valorizar a idéia de as pessoas não usarem drogas. Essa abordagem faz com que os dependentes entrem em tratamento para não consumirem mais drogas. Aqui, há dez anos, o Ministério da Saúde adota a política de redução de danos. Se vai usar, que use de uma forma menos lesiva.

Interessante observar que, quando a entrevista aborda um tema mais comum, como a de Laranjeira, a incidência de paráfrases definicionais é menor. Aparecem, então, os termos compondo um léxico da especialidade: neste caso, percebemos termos relacionados ao tema em questão - usuários, política de redução de danos, injetáveis, vários nomes das drogas (crack, ecstasy, maconha), transtornos mentais, entre outros.

Na entrevista com Sérgio Timmerman, mais algumas paráfrases definicionais. Algumas, inclusive, a pedido da entrevistadora Mônica Tarantino, como a que ele usa para explicar o que são os emergencistas:

ISTOÉ - Qual é o trabalho do emergencista?

Timerman - São pessoas que trabalham em áreas críticas, como a terapia intensiva, o pós-operatório e as emergências no serviço pré-hospitalar. O que assusta no Brasil é as pessoas não perceberem a gravidade de ter profissionais sem conhecimento trabalhando nessas áreas.

E outras que talvez o próprio editor do texto da entrevista tenha incluído como forma de deixar claro para o leitor os termos técnicos usados pelo entrevistado, como podemos observar a partir dos destaques feitos por nós nos fragmentos abaixo:

ISTOÉ - Qual é a consequência de ter gente despreparada na linha de frente?

Timerman - A emergência é uma área complexa, que exige treinamento e forma de raciocínio muito rápido. A maioria não sabe fazer isso. Perdem-se vidas e há muitos riscos. Mas há outros dados que ilustram o impacto dessa atitude. Por exemplo, de 10% a 12% das pessoas atendidas nos nossos pronto-socorros deixam os serviços sem ter sido diagnosticadas e, portanto, sem tratamento. Algumas horas depois, infartam ou morrem fora do hospital. Esses pacientes foram buscar auxílio e não foram diagnosticados. O mesmo acontece com outras patologias, como o acidente vascular cerebral (conhecido como derrame). Muitas vezes, o paciente recebe alta antes que o AVC se manifeste. Por quê? Porque não foi feita uma boa avaliação clínica. Aí tem alta e acaba ficando com alguma seqüela.

ISTOÉ - O que acontece com as 100 mil pessoas que não são tratadas devidamente?

Timerman - Elas podem morrer ou ficar seqüeladas. Imagine isso do ponto de vista da economia da saúde. O indivíduo que não recebeu tratamento adequado para o infarto, por exemplo, será uma pessoa que vai passar a vida com insuficiência cardíaca (incapacidade de o coração bombear sangue para o resto do corpo), com uma qualidade de vida ruim e dependente até morrer dali a alguns anos. Estamos criando legiões de pessoas seqüeladas no País, e isso poderia ser evitado.

Assim, podemos ratificar o que Koch afirma em relação a tais formas de referência textual: “Permitindo definir um termo ou introduzir um vocábulo técnico da maneira mais concisa possível, esse tipo de anáfora torna-se um auxiliar importante dos gêneros didáticos e de divulgação científica.” (2006: 146)

VI. SUGESTÃO DE ATIVIDADES PEDAGÓGICAS COM O GÊNERO “ENTREVISTA JORNALÍSTICA”

Neste capítulo, apresentamos algumas atividades que podem ser desenvolvidas em sala de aula, preferencialmente em turmas do Ensino Médio, sob acompanhamento do professor. Tais atividades foram sugeridas a partir dos tópicos mais relevantes da fundamentação teórica de nosso trabalho. E embora não seja possível comentar os resultados da aplicação prática dessas atividades, dada a impossibilidade de fazer isso sem que o ano letivo tenha começado, é nossa intenção utilizá-las em turmas de 3º Ano de Ensino Médio de Escola Estadual.

PRIMEIRA ATIVIDADE:

Reconhecimento do gênero “entrevista jornalística”.

O professor poderá, num primeiro momento, fazer questionamentos aos alunos, de modo que eles possam expor seu conhecimento prévio acerca do gênero. Sugerimos abaixo alguns questionamentos possíveis:

- Quem já assistiu a uma entrevista? Onde ela foi veiculada?
- Vocês lembram quem era a pessoa entrevistada e quem era o entrevistador?
- Por que essa pessoa foi entrevistada? Sobre o que falava?
- Em sua opinião, como deve ser organizada uma entrevista?
- Qual a função social de uma entrevista?

São as respostas dos alunos que conduzirão os comentários do professor no sentido de os fazerem reconhecer o gênero.

SEGUNDA ATIVIDADE:

Apreciação de entrevista gravada em 10 de novembro de 2008, pelo programa Roda Viva, com o neurocientista Miguel Nicolelis. Essa atividade deverá ser desenvolvida no Lied (Laboratório de Informática Educativa).

O professor poderá contextualizar a gravação feita pelo programa Roda Viva, perguntando, por exemplo, aos alunos se eles conhecem esse programa de entrevistas; se sabem que, durante uma hora e meia, todas as segundas-feiras, o programa é exibido pela TV Cultura da Fundação Padre Anchieta e retransmitido em rede nacional por outras emissoras de todos os estados brasileiros; se conhecem a organização do programa em que, num cenário único, os entrevistados colocam-se diante de jornalistas e especialistas convidados para expor suas opiniões e esclarecer questões relevantes para a sociedade brasileira e que, entre os convidados, estão as mais relevantes figuras do cenário brasileiro e personalidades internacionalmente conhecidas da política, ciência, economia, cultura e esportes.

Depois, o professor poderá partir para a contextualização da entrevista a ser apreciada pelos alunos, fazendo uma rápida apresentação do entrevistado Miguel Nicolelis. Assim que os alunos assistirem à entrevista, poder-se-á fomentar um debate. Ao final, o professor pedirá que os alunos façam uma pesquisa, com vistas a escolher uma entrevista escrita e levar para a sala de aula.

TERCEIRA ATIVIDADE:

Socialização de pesquisa realizada.

Essa atividade diz respeito à pesquisa previamente feita pelos alunos em casa. O professor poderá muito bem aproveitar tais entrevistas para trabalhar sua construção composicional, as diferenças entre entrevista escrita e oral, etc. Após a socialização das entrevistas trazidas pelos alunos e da organização de um mural na sala de aula para as três melhores, o professor passará aos alunos uma entrevista escrita, editada pela revista *Isto é*, com o mesmo entrevistado do programa Roda Viva e pedirá que façam uma leitura prévia em casa. (Entrevista em anexo)

QUARTA ATIVIDADE:

Análise de entrevista da mídia impressa, selecionada pelo

professor.

Essa atividade implica a leitura prévia da entrevista escrita, editada pela revista *Isto é*. O professor poderá propor uma discussão em grupos sobre a entrevista lida, chamando atenção para alguns aspectos:

- A qual público se destina o conteúdo temático da entrevista?

- Quem é o entrevistado e por que ele pode ter sido entrevistado?

- Quem é o entrevistador e por que ele pode ser entrevistador?

- Na entrevista analisada, percebe-se a predominância de qual linguagem: formal ou informal? Pode-se pedir, inclusive, que os grupos exemplifiquem.

- Existem marcas que indicam a especialidade do cientista? Quais?

- Quanto à construção composicional, essa entrevista se distingue da entrevista gravada pelo programa *Roda Viva*? Quais seriam as diferenças? Há alguma similaridade?

- Existem outras diferenças?

Após isso, o professor conduzirá a turma à exposição dos resultados, provocando, assim, uma nova discussão.

Ao término dessa atividade, o professor tece seus comentários avaliativos diante da atividade apresentada pela turma, elencando outras características não percebidas pelos estudantes ou aprofundando algum elemento que tenham tratado superficialmente.

No que tange à atividade de leitura, observamos que este é o momento de o professor levar para a sala de aula textos do gênero, impresso e televisivo, para que possa explorar as marcas linguísticas, a estrutura do gênero e o contexto de produção, a postura do(a) entrevistador(a) e do(a) entrevistado(a), além de outros pontos que considere relevantes.

Para explorar os elementos linguísticos, o professor poderá propor questionamentos como os que seguem:

- Ao longo da entrevista, o entrevistado utiliza sequências

narrativas e descritivas. Informe o objetivo de tais sequências, a partir de exemplos do texto.

- Identifique no texto, pelo menos, duas sequências expositivas e explique sua função, relacionando-as ao tipo de entrevista em questão (de divulgação científica).

- Por que se pode dizer que a décima quarta resposta do entrevistado é eminentemente argumentativa?

- Qual seria a relação entre o título da entrevista (“Os segredos do cérebro”) e o seu conteúdo temático?

- Na primeira pergunta da entrevistadora Celina Côrtes, que palavra retoma “segredos”. Informe possíveis intencionalidades para essa retomada.

- Alguns elementos do texto são responsáveis pela progressão referencial. No trecho abaixo, o que garante essa progressão?

*“**Nicolelis** – Desmistificar a ciência. Em fevereiro vou inaugurar em Natal, no Rio Grande do Norte, um projeto de educação científica para 150 crianças da rede pública. Elas serão cientistas com o que tiverem à mão. Aprenderão biologia a partir da análise do solo do bairro onde moram para que percebam quanta vida existe em um pedaço de terra. Com um telescópio, olharão para o céu e passarão à matemática. O que falta é mostrar que a ciência é fruto da combinação de talento, paixão, perseverança e, sobretudo, interesse.”*

- Na quarta resposta do entrevistado (*“**Nicolelis** – Sim. Num primeiro momento, esse trabalho abre perspectivas para os portadores de deficiência física. Mas alguns centros de pesquisa tentam criar ferramentas para potencializar as habilidades humanas a partir da fusão de nossa capacidade biológica com a dos computadores.”*), a palavra “trabalho” retoma algum elemento contextual. Qual?

- No decorrer da entrevista, o entrevistado elabora algumas definições em relação a termos técnicos. Cite, pelo menos, duas dessas definições e diga por que são importantes no contexto de entrevista de divulgação científica.

O que apresentamos aqui são sugestões de como trabalhar uma situação de comunicação e o reconhecimento do gênero. Todavia, cabe

salientar que esse estudo de reconhecimento precisa possibilitar aos estudantes a pesquisa, a leitura e a análise de vários textos do gênero, para que eles possam realizar uma comparação dos textos estudados e adquirir conhecimento acerca das condições de produção e dos elementos linguísticos que predominam na entrevista jornalística.

Após a realização desse estudo, compreendemos que os estudantes terão um conhecimento maior acerca do gênero para que possam iniciar o planejamento e a produção de uma entrevista jornalística com os candidatos para direção da instituição de ensino; os candidatos a ocupar um cargo no grêmio escolar; um funcionário antigo da instituição de ensino; ou outras pessoas que o professor ou os estudantes considerarem relevantes. Após esse trabalho, acreditamos que os estudantes estarão prontos à produção escrita e reescrita de uma entrevista jornalística para veicular em algum espaço de divulgação da instituição de ensino.

QUINTA ATIVIDADE:

Produção de uma entrevista.

Para trabalhar esse gênero em sala de aula, entendemos ser importante que os estudantes possam vivenciar o papel de entrevistador e/ou entrevistado, já que, nesse jogo de papéis sociais, eles poderão encontrar dados relevantes para a apreensão do funcionamento da linguagem nesse gênero, especialmente. Sugerimos que a situação de comunicação a ser apresentada para os alunos envolva pessoas ou situações relativas ao contexto escolar, ou seja, candidatos à direção da escola, candidatos à liderança da turma, um funcionário antigo da instituição de ensino. O professor, obviamente, poderá fazer os encaminhamentos básicos para o desenvolvimento da atividade, como, por exemplo, dividir os alunos em grupos para que possam escolher a pessoa a ser entrevistada e a temática, ajudar na organização das perguntas que irão fazer à pessoa. Assim, o professor poderá orientar os alunos no sentido de que façam perguntas abertas e não perguntas fechadas, que têm como resposta apenas SIM ou NÃO, uma vez que o objetivo é fazer o(a) entrevistado(a) falar.

É importante que esse momento da produção da entrevista

oral seja gravado para posterior transcrição. Com a transcrição da entrevista jornalística, o professor terá material para analisar e avaliar a necessidade de outras atividade/exercícios, visando atender a algum elemento linguístico ou discursivo que o gênero possibilite trabalhar e que os estudantes revelaram ter alguma dificuldade.

VII. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Caracterizar entrevistas de divulgação científica direcionadas a um público leigo, determinando as posições discursivas dos sujeitos comunicantes, bem como sua influência sobre a audiência, constituiu o objetivo precípuo deste trabalho.

Para tanto, percorremos um caminho que partiu da concepção de linguagem como *mise en scène*, que se realiza dentro de um contrato de comunicação; passou pela noção de gêneros e tipos textuais, de modos de organização do discurso e de *ethos* discursivo; para terminar com uma abordagem ao fenômeno da terminologia/do jargão e de suas relações com os processos de referenciação discursiva.

A aplicação do contrato de comunicação de Charaudeau (1983) ao discurso jornalístico nos fez verificar que, na *mise en scène* da entrevista de divulgação científica, há, pelo menos, dois sujeitos comunicantes: Euc 1 – o(a) jornalista como produtor(a) do ato de comunicação e Euc 2 – o(a) entrevistado(a) como produtor(a) do ato de comunicação.

No caso específico de entrevistas da mídia impressa, pudemos verificar dois subcontratos: o primeiro, de responsabilidade de Euc 1, que compreende ao texto de apresentação do(a) entrevistado(a), cuja organização estrutural apresenta certa regularidade: ou se inicia pelo problema gerador da entrevista ou pela descrição do(a) entrevistado(a); e o segundo, que diz respeito ao conjunto de perguntas-respostas que organiza todo o texto da entrevista e que é de responsabilidade tanto do(a) entrevistador(a) quanto do(a) entrevistado(a). Neste caso, os sujeitos comunicantes revezam-se na produção do ato comunicativo e reconhecem mutuamente a legitimidade necessária à troca verbal.

Da mesma forma, a caracterização do gênero “entrevista” quanto ao conteúdo temático permitiu-nos o agrupamento das entrevistas de acordo com o tema. Assim, elas foram reunidas em duas grandes áreas: a médica, com cinco entrevistas, e a sociológica, com as outras cinco. Já o estilo informativo das entrevistas analisadas associa-se ao fato de serem entrevistas de divulgação científica, cujo objetivo precípuo é informar e,

então, os sujeitos comunicantes exercem seus papéis para atender a esse fim.

A construção composicional garante uma organização que é característica de entrevistas impressas: conforme já mencionamos, um texto de apresentação do(a) entrevistado(a) e, em seguida, uma sequência de perguntas e respostas evidenciando o “jogo” comunicativo entre entrevistador(a) e entrevistado(a). Nessa dinâmica, pudemos verificar a *heterogeneidade* tipológica das entrevistas, que apresentam sequências injuntivas nas perguntas dos(as) entrevistadores(as) e também sequências argumentativas, expositivas, narrativas e descritivas nas respostas dos(as) entrevistados(as). No entanto, há que se observar, neste caso, o predomínio de sequências argumentativas e expositivas, o que marca a divulgação científica, no que diz respeito ao seu objetivo central: expor resultados de pesquisas para atingir o interlocutor leigo, por meio da argumentação.

Esse gênero, no entanto, apresenta um modo de organização do discurso, em que a proposição referencial se encaixa num ponto de vista enunciativo do sujeito falante. Assim, percebemos como as categorias modais revelam o ponto de vista do(a) entrevistador(a), que apresenta, predominantemente, um comportamento alocutivo na encenação do ato comunicativo. No que diz respeito ao(à) entrevistado(a), pudemos observar a predominância de um comportamento elocutivo e também um deslizamento para o comportamento delocutivo, visto que, muitas vezes, ele enuncia sua posição em relação a um outro discurso, apagando-se, conseqüentemente, do discurso.

Nesse jogo de constituição do saber de divulgação científica, uma outra consideração é importante: a credibilidade perante o leitor. Constroem-se, na encenação do ato comunicativo, dois *ethé*: um do cientista, constituído por traços de aconselhamento ao leitor, devido à voz de autoridade e ao reconhecimento entre seus pares; e outro do jornalista, formado por traços de comprometimento com o leitor, devido à mediação empreendida entre o(a) entrevistado(a) e a audiência.

E, assim, entrevistador(a) e entrevistado(a) vão construindo o texto da entrevista, deixando implícitas inúmeras marcas que serão percebidas pelo leitor no processo de interpretação textual, como, por

exemplo, os vários procedimentos usados no sentido de atenuar o grau de ameaça à face, tais como os marcadores de opinião, os prefaciadores metadiscursivos, os de rejeição, os *hedges* e os modalizadores. É nesse sentido que Charaudeau aponta o contrato comunicativo como um “jogo”.

Subjacentes aos enunciados produzidos pelos sujeitos comunicantes ao longo da entrevista estão as escolhas lexicais; os modos de formulação de perguntas e respostas; a presença de termos da área científica, cuja formulação discursiva adotada para a compreensão pelo leitor denota a imagem do enunciator: um(a) jornalista e um(a) pesquisador(a) comprometidos(as) com a audiência. Assim, os sujeitos comunicantes, a partir de paráfrases definicionais, por exemplo, em que primeiro introduz-se o termo técnico para depois apresentar-se a definição na expressão referencial, vão construindo objetos-de-discurso, totalmente relacionados à terminologia da área de especialidade, o que garante, como apontam os estudos terminológicos, a precisão comunicativa.

Acreditamos, dessa forma, que os caminhos apontados pelo nosso trabalho trazem contribuições tanto para o ensino quanto para a pesquisa linguística, já que pressupõe, não só a dialogia e a complementaridade em relação a pesquisas antecedentes, mas também a continuidade desse diálogo em relação a pesquisas futuras.

VIII. REFERÊNCIAS

ALVES FILHO, Francisco. "O mundo do lado de cá": entrevista com Sílvia Tandler. Disponível em: http://www.istoe.com.br/assuntos/entrevista/detalhe/2320_O+MUNDO+DO+LADO+DE+CA+

_____. "O problema não é só a elite": entrevista com João Fragoso. Disponível em: http://www.istoe.com.br/assuntos/entrevista/detalhe/2320_O+MUNDO+DO+LADO+DE+CA+

AMOSSY, Ruth. (Org.). **Imagens de si no discurso: a construção do *ethos***. São Paulo: Contexto, 2008.

ARISTÓTELES. **Retórica**. Lisboa: Casa da Moeda, 1988.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. A encenação da comunicação no discurso de divulgação científica. In: **Palavras incertas: as não coincidências do dizer**. Campinas: Editora da Unicamp, 1998, p. 107-131.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 9. ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. Entre a fala e a escrita: algumas reflexões sobre as posições intermediárias. In: PRETI, Dino (Org.). **Fala e escrita em questão**. São Paulo: Humanitas Publicações, 2000, p. 57-77.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de Lingüística Geral II**. Campinas: Pontes, 1989.

_____. **Problemas de Lingüística Geral I**. Campinas: Pontes, 1988.

BRAIT, Beth. O processo interacional. In: PRETI, Dino (Org.). **Análise de textos orais**. 4. ed. São Paulo: Humanitas Publicações, 1999, p. 189-214.

BROWN, Penelope; LEVINSON, Stephen C. **Politeness: some universals in language use**. Cambridge: Cambridge University Press, 1974.

BURKE, Peter; PORTER, Roy. (Orgs.). **Línguas e Jargões: contribuições para uma história social da linguagem**. São Paulo. Editora da UNESP, 1997.

CABRÉ, Maria Teresa et. alii. La Terminología hoy: replanteamiento o diversificación. **Organon**, Porto Alegre, v. 12, n. 26, 1998.

CAMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. **Dicionário de linguística e gramática**. Petrópolis: Vozes, 1986.

CASTELLÓN Lena; TARANTINO, Mônica. "Nossa política antidrogas está errada": entrevista com Ronaldo Laranjeira. Disponível em: http://www.istoe.com.br/assuntos/entrevista/detalhe/186_NOSSA+POLITICA+ANTIDROGAS+ESTA+ERRADA+

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. Anáfora e dêixis: quando as retas se encontram. In.: KOCH, Ingedore Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina. **Referenciação e Discurso**. São Paulo: Contexto, 2005.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso: modos de organização**. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In.: PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino; GAVAZZI, Sigrid. (Orgs.). **Da língua ao discurso: reflexões para o ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

_____; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In.: MARI, Hugo; MACHADO, Ida Lúcia; MELLO, Renato de (Orgs.). **Análise do Discurso: fundamentos e práticas**. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2001.

_____. Para uma nova análise do discurso. In.: CARNEIRO, Agostinho Dias (Org.). **O discurso da mídia**. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1996.

_____. **Grammaire du sens et de l'expression**. Paris: Hachette, 1992.

_____. Une analyse sémiolinguistique du discours. **Langages**, 117. Paris: Larousse, mars, 1995.

_____. **Langage et discours**. Paris: Hachette, 1983.

CHAVES, Célia. O conhecimento sobre Jornalismo Científico: análise das tendências evidenciadas pela literatura acadêmica brasileira. In.: GUIMARÃES, Eduardo (Org.). **Produção e Circulação do Conhecimento: Estado, Mídia, Sociedade**. Campinas: Pontes, 2001, p. 153-210.

CITELLI, Adilson. **Linguagem e Persuasão**. São Paulo: Ática, 2001.

CÔRTEZ, CELINA. “Os segredos do cérebro”: entrevista com Miguel Nicolelis. Disponível em: http://www.istoe.com.br/assuntos/entrevista/detalhe/1236_OS+SEGREDOS+DO+CEREBRO+

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987.

FÁVERO, Leonor Lopes. A entrevista na fala e na escrita. In: PRETI, Dino (Org.). **Fala e escrita em questão**. São Paulo: Humanitas Publicações, 2000, p. 79-97.

_____. O tópico discursivo. In: PRETI, Dino (Org.). **Análise de textos orais**. 4. ed. São Paulo: Humanitas, 1999.

_____; ANDRADE, Maria Lúcia Cunha Victorio Oliveira. Os processos de representação da imagem pública nas entrevistas. In: PRETI, Dino. (Org.). **Estudos de língua falada: variações e confrontos**. 2. ed. São Paulo: Humanitas Publicações, 1999, p. 153-77.

_____ et alli. Discurso e interação: a reformulação nas entrevistas. **Delta: Revista de Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada**. São Paulo: EDUC, 1998.

FERREIRA, Aurélio Buarque. **Novo Aurélio Século XXI: dicionário eletrônico**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira/Lexicon Informática, 1999.

FRANCIS, Gill. Labelling discourse: an aspect of nominal-group lexical cohesion. In.: COULTHARD, Malcolm. (Org.). **Advances in written text analysis**. Londres: Routledge, 1994.

GALEMBECK, Paulo de Tarso. O turno conversacional. In: PRETI, Dino (Org.). **Análise de textos orais**. 4. ed. São Paulo: Humanitas, 1999.

_____. Preservação da face e manifestação de opiniões: um caso de jogo duplo. In: PRETI, Dino. (Org.). **O discurso oral culto**. São Paulo: Humanitas, 1999.

GAVAZZI, Sigrid Castro. **Fechamento em Entrevistas**. Niterói: EDUFF, 1998.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. São Paulo: Vozes, 2004.

_____. **Les rites d’interaction**. Paris: Les editions de minuit, 1974.

GOMES, Isaltina Maria de Azevedo Mello. **Dos laboratórios aos jornais: um estudo sobre o jornalismo científico.** Dissertação de Mestrado. Letras e Linguística. Recife: UFPE, 1995.

HENRIQUE, Cláudio. Revistas Semanais – a notícia em sete dias. In: CALDAS, Álvaro (org.). **Deu no Jornal: O Jornalismo Impresso na Era da Internet.** Editora PUC-Rio, 2003.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia.** Bauru, SP: EDUSC, 2001.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. **Les Interactions Verbales.** Paris: Armand Collin, t. 2, 1992.

_____. **L'énonciation de la subjectivité dans le langage.** 3. ed. Paris: Colin, 1980.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender os sentidos do texto.** São Paulo: Contexto, 2006.

_____. Referenciação e orientação argumentativa. In.: KOCH, Ingedore Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina. **Referenciação e Discurso.** São Paulo: Contexto, 2005.

KRIEGER, Maria da Graça; BEVILACQUA, Cleci Regina. **A pesquisa terminológica no Brasil: uma contribuição para a consolidação da área.** 2005.

_____; FINATTO, Maria José Bocorny. **Introdução à Terminologia: teoria e prática.** São Paulo: Contexto, 2004.

MACHADO, Ida Lúcia. Algumas reflexões sobre a Teoria Semiolingüística. **Letras e Letras.** Uberlândia: UFU, 22(2), 13-21, jul/dez, 2006.

MACHADO, Ida Lúcia. Uma teoria de Análise do Discurso: a Semiolingüística. In.: MARI, Hugo; MACHADO, Ida Lúcia; MELLO, Renato De (Orgs.). **Análise do Discurso: fundamentos e práticas.** Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2001.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação.** São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Novas Tendências em Análise do Discurso.** 3. ed. São Paulo: Pontes: Editora da UNICAMP, 1997.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão.** São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

_____. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (Orgs.). **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

_____. **Análise da Conversação**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1999.

MARQUES, Hugo. "Cotas geram ódio racial": entrevista com Roberta Fragoso Kaufmann. Disponível em: http://www.istoe.com.br/assuntos/entrevista/detalhe/4265_COTAS+GERAM+ODIO+RACIAL+

MEDINA, Cremilda de Araújo. **Entrevista: o diálogo possível**. São Paulo: Ática, 1986.

MELO, José Marques de. Hipólito da Costa, precursor do Jornalismo Científico no Brasil. In.: GUIMARÃES, Eduardo (Org.). **Produção e Circulação do Conhecimento: Estado, Mídia, Sociedade**. Campinas: Pontes, 2001, p. 125-152.

MENDONÇA, Thais. Cronologia da Notícia (de 740 a.C. a 2020) http://www.redealcar.jornalismo.ufsc.br/cd/grupos%20de%20trabalho%20de%20historia%20da%20midia/historia%20dos%20jornalismo/trabalhos_selecionados/thais_mendonca.doc

MIRA, Maria Celeste. **O leitor e a banca de revistas: a segmentação da cultura no século XX**. São Paulo: Olho d'Água/Fapesp, 2001.

MOIRAND, Sophie. Formas discursivas da difusão de saberes na mídia. **Rua-Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade**, Campinas, SP, n. 6, p. 9-24, mar. 2000.

MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Daniele. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In.: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete Biasi; CIULLA, Alena. (Orgs.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003.

MONNERAT, Rosane Santos Mauro. **Entre masculino e feminino: representações sociais na linha do tempo – Seleção lexical e referenciação no desvelamento de perfis identitários**. Pesquisa de Pós-Doutorado, UFMG, 2006/2007, p. 79-87, mimeo.

_____. Gramática ou Texto? Gramática e Texto: a relação de causalidade - implicações semântico-discursivas. In: **Anais do 10º Congresso Brasileiro de Língua Portuguesa e 1º Congresso Internacional de Lusofonia do IP-PUC/São Paulo**, 2006.

MORA, Ana Maria Sánchez. **A divulgação da ciência como literatura**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

OLIVEIRA, Ieda. **O contrato de comunicação na literatura infantil e juvenil**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Divulgação científica e efeito leitor: uma política social urbana. In: GUIMARAES, Eduardo (Org.). **Produção e Circulação do Conhecimento: Estado, Mídia, Sociedade**. Campinas: Pontes, 2001, p. 21-30.

PALMA, Dieli Vesaro. Gêneros textuais e sua relação com o passado e o presente. www.pucsp.br/pos/lgport/downloads/.../generos_textuais_Dieli.pdf

PAVEL, Silvia ; NOLET, Diane. **Manual de Terminología**. Quebec, Ministro de Obras Públicas y Servicios Gubernamentales de Canadá, 2002.

PEREIRA, Cilene. "O preço da vida": entrevista com Denizar Vianna. Disponível em: http://www.istoe.com.br/assuntos/entrevista/detalhe/2975_O+PRECO+DA+VIDA

_____. "Quando os médicos adoecem": entrevista com Robert Klitzman. Disponível em: http://www.hepato.com/p_psi/relacao_medico_paciente_20080609.html

PERELMAN, Chaïm, OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. São Paulo. Martins Fontes, 1996.

"PODEMOS trocar petróleo por ferrovias e portos": entrevista com Haroldo Lima. Disponível em: http://www.istoe.com.br/assuntos/entrevista/detalhe/2293_PODEMOS+TROCAR+PETROLEO+POR+FERROVIAS+E+PORTOS+

POSSENTI, Sírio. O "eu" no discurso do "outro" ou a subjetividade mostrada. **Alfa**, São Paulo, 39, pp. 45-55, 1995.

PORTER, Roy. "Perplexo com palavras difíceis": os usos do jargão médico. In.: BURKE, Peter; PORTER, Roy. (Orgs.). **Línguas e Jargões: contribuições para uma história social da linguagem**. São Paulo. Editora da UNESP, 1997.

RANGEL, Rodrigo. "Aquecimento Global é terrorismo climático": entrevista com Luiz Carlos Molion. Disponível em: http://www.istoe.com.br/assuntos/entrevista/detalhe/255_AQUECIMENTO+GLOBAL+E+TERRORISMO+CLIMATICO+

REY, Alain. **La terminologie: noms et notions**. Paris: PUF, 1992.

ROSA, Margaret. **Marcadores de atenuação**. São Paulo: Contexto, 1992.

ROSSI, Clóvis. **O que é jornalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

SCALZO, Marília. **Jornalismo de Revista**. São Paulo: Contexto, 2003.

SANTOS, Vera Lúcia Salles de Oliveira. **João Ribeiro como Jornalista Científico no Brasil (1895-1934)**. Dissertação de Mestrado, ECA/USP, São Paulo, 1981.

SHAMOS, Morris H. The Lesson Every Child Need not Learn. **The Sciences**, v. 28, n.4, p. 14 -20, jul- ago 1988.

TARANTINO, Mônica. "Não sabemos entender o infarto": entrevista com Sérgio Timerman. Disponível em: http://www.istoe.com.br/assuntos/entrevista/detalhe/3472_NAO+SABEMOS+ENTENDER+O+INFARTO+

URBANO, Hudinilson. Variedades de planejamento no texto falado. In: PRETI, Dino (Org.). **Estudos de língua falada: variações e confrontos**. 2. ed. São Paulo: Humanitas Publicações, 1999, p. 131-51.

VILAS BOAS, Sérgio. **O estilo magazine: o texto em revista**. São Paulo: Summus, 2000.

VOGT, Carlos. Ciência, divulgação e leitura. **Pesquisa Fapesp**, São Paulo, SP, n. 100, p. 60. jun. 2004.

ZAMBONI, Lílian Márcia Simões. **Cientistas, jornalistas e divulgação científica**. Campinas: Autores Associados, 2001.

RESUMO

Neste trabalho, analisa-se o discurso de divulgação científica, por meio de entrevistas publicadas na revista *Isto é*, a fim de determinar as posições discursivas dos sujeitos comunicantes na troca verbal. Para isso, considera-se a Teoria Semiolinguística de Charaudeau (1983), bem como os conceitos de gêneros e tipos textuais propostos por Bakhtin (2000) e Marcuschi (1999); de *ethos* discursivo, segundo Maingueneau (1997) e Amossy (2008) e preservação da face, segundo Goffman (1974), Rosa (1992) e Galembeck (1999); de Terminologia e Jargão, conforme Krieger e Finatto (2004), Burke e Porter (1997); e também de referenciação discursiva, conforme os teóricos da Linguística Textual, tais como Mondada e Dubois (2003), Koch (2005) e Monnerat (2006). Duas perguntas norteiam a análise: 1) Como se dá a divulgação da ciência na mídia impressa dirigida a um público leigo? e 2) Como se constrói os *ethé* dos sujeitos comunicantes (jornalista e cientista) em entrevistas da mídia impressa? O *corpora* é formado por dez entrevistas com cientistas, publicadas entre fevereiro de 2007 e junho de 2008, havendo duas áreas científicas: a *área médica* e a *sociológica*, compreendendo cada uma a cinco entrevistas. Os resultados obtidos demonstraram que, na *mise en scène* da entrevista de divulgação científica, os dois sujeitos comunicantes revezam-se na produção do ato comunicativo, atestando o seu SABER-FAZER, e, portanto, conferem a si mesmos credibilidade e reconhecem mutuamente a legitimidade necessária à troca verbal, uma vez que possuem domínio de um SABER, investindo-se do PODER que lhes é conferido pelo estatuto socioprofissional. Nessa afirmação do compromisso desses sujeitos mediante a audiência, constroem-se dois *ethé*: um do cientista, constituído por traços de aconselhamento ao leitor, devido à voz de autoridade e ao reconhecimento entre seus pares; e outro do jornalista, formado por traços de mediação empreendida entre o entrevistado e a audiência. E, assim, entrevistador e entrevistado vão construindo o texto da entrevista, deixando implícitas inúmeras marcas que serão percebidas pelo leitor no processo de interpretação textual.

Palavras-chaves: entrevista de divulgação científica, *ethos discursivo*, terminologia, referenciação.

RÉSUMÉ

Dans cette étude, on analyse le discours de divulgation scientifique, par des interviews publiées dans le magazine *Isto é*, afin de déterminer les positions discursives des sujets qui se communiquent dans l'échange verbal. Pour cela, on considère la Théorie Sémiolinguistique de Charaudeau (1983), ainsi que les concepts de genres et les types textuels proposés par Bakhtin (2000) et Marcuschi (1999); d'*ethos discursif*, selon Maingueneau (1997) et Amossy (2008) et la préservation du visage, selon Goffman (1974), Rosa (1992) et Galembeck (1999); de la Terminologie et du Jargon, d'après Krieger et Finatto (2004), Burke et Porter (1997); et aussi de référence discursive, conformément aux théoriques de la Linguistique Textuelle, comme Mondada et Dubois (2003), Koch (2005) et Monnerat (2006). Deux questions guident l'analyse: 1) Comment se fait-il la divulgation de la science dans la média de presse adressée à un public laïc? et 2) Comment se construit-il les *ethé* des sujets qui se communiquent (le journaliste et le scientifique) dans des interviews de la média de presse? Le *corpora* est formé par dix interviews avec des scientifiques, publiées entre février 2007 et juin 2008, dans deux domaines scientifiques: *le domaine de la médecine et de la sociologie*, y compris chacune les cinq interviews. Les résultats obtenus ont démontré que, dans la *mise en scène* de l'interview de divulgation scientifique, les deux sujets qui se communiquent se relayent dans la production de l'acte communicatif, en donnant l'attestation de son SAVOIR-FAIRE, et, pourtant, ils vérifient à soi mêmes le crédit et reconnaissent mutuellement la légitimité nécessaire à l'échange verbal, puisqu'ils possèdent le domaine d'un SAVOIR, ils investent du POUVOIR que leur sont vérifiés par le statut socioprofessionnel. Dans cette affirmation du compromis de ces sujets selon l'audience, deux *ethé sont construits*: l'un du scientifique, constitué par des traces de conseils au lecteur, dû à la voix d'autorité et à la reconnaissance entre ses pairs; et l'autre du journaliste, formé par des traces d'intervention entreprise entre l'interviewé et l'audience. Et, ainsi, l'interviewer et l'interviewé font la construction du texte de l'interview, en laissant implicites plusieurs marques qui seront comprises par le lecteur dans le processus d'interprétation textuelle.

Mots clés: interview de divulgation scientifique, *ethos discursif*, terminologie, référence (acte de faire référence).

ANEXOS

Edição 1966 - 07 DE FEVEREIRO/2007

MIGUEL NICOLELIS

"Os segredos do cérebro"

Pesquisador diz que os neurônios se adaptam a tudo e que, no futuro, poderemos “passear” em Marte sem levantar do sofá.

CELINA CÔRTEZ



Driblar a escassez de recursos para pesquisas sempre foi, para os cientistas brasileiros, uma tarefa tão desafiadora quanto a de apresentar descobertas. Não por acaso, o País perdeu nas últimas décadas vários cérebros importantes para nações que abriram suas portas – e seus cofres. O paulistano Miguel Nicolelis é um deles. Ele trocou a Universidade de São Paulo pela de Duke, nos EUA, onde encontrou condições que lhe permitiram desvendar os mistérios do cérebro humano. Uma das maiores autoridades mundiais da neurociência, Nicolelis fez descobertas que servem de base para a

medicina do futuro. Entre elas estão as próteses robóticas e os implantes neurais que vão permitir que as células cerebrais sejam reprogramadas para assumir novas tarefas. No final deste mês, ele inaugura, em Natal (RN), o primeiro pólo de educação e pesquisa científica do Brasil. Em uma das frentes, Nicolelis quer que 150 estudantes da rede pública se transformem em cientistas. Convidados por ele, cientistas brasileiros estão voltando do Exterior para viver em Natal. Em parceria com centros de referência nos EUA e na Europa, esse grupo dará continuidade ao trabalho de Nicolelis para aprimorar a capacidade cerebral humana e enfrentar os desafios do próximo século. “Nós temos muitos Santos Dumont. Precisamos dar a eles condições de desenvolver novas plataformas de idéias”, acredita. Ex-militante estudantil, período do qual ainda conserva uma vistosa barba, ele defende um diálogo maior entre os cientistas e a sociedade. “A divulgação científica ajuda as pessoas a conhecer os avanços do mundo e a criar acessos a esse conhecimento”, define. Um detalhe confere beleza adicional ao brilhante trabalho de Nicolelis: ele reserva a Ivy e Aurora, as duas macacas usadas em suas pesquisas, um carinho que muitas vezes não se identifica entre seres humanos. De passagem por São Paulo, às vésperas de uma viagem à Suíça, ele deu a seguinte entrevista a ISTOÉ:

ISTOÉ – O que ainda existe de mistério no funcionamento do cérebro?

Miguel Nicolelis – Estamos em um estágio avançado. Há dez anos,

deciframos o tipo de mensagem elétrica enviada pelo cérebro para movimentar um dos braços de um macaco. Depois disso, conseguimos induzir os animais a acionar um braço mecânico como se fosse um de seus membros de verdade. Recentemente, demos mais um passo trilhando o caminho inverso. Enviamos para a mesma região do cérebro uma mensagem elétrica que se espalhou e foi entendida a ponto de determinar movimentos, fazendo o braço de um dos macacos mexer ora para a esquerda, ora para a direita. Posteriormente, conseguimos definir tarefas mais complicadas como “mexa para a esquerda, abaixe e traga essa banana”. Foi um grande avanço.

ISTOÉ – Como o cérebro dos animais recebe esses sinais?

Nicolelis – Por meio de um chip implantado no córtex motor, a área responsável pelos movimentos do corpo. Esse dispositivo espalha a mensagem pelo cérebro, que a decodifica e transforma em um comando motor que aciona a musculatura do braço.

ISTOÉ – Qual o limite para a execução dessas tarefas?

Nicolelis – Ainda estamos medindo quantos bytes (unidades de informação em um computador) podem ser transmitidos de uma vez ao chip. Quanto maior esse número, mais complexas são as tarefas que podem ser executadas.

ISTOÉ – Funcionaria da mesma forma nos humanos?

Nicolelis – Sim. Num primeiro momento, esse trabalho abre perspectivas para os portadores de deficiência física. Mas alguns centros de pesquisa tentam criar ferramentas para potencializar as habilidades humanas a partir da fusão de nossa capacidade biológica com a dos computadores.

ISTOÉ – O que pode surgir daí?

Nicolelis – Qualquer previsão é simples futurologia. O grau de complexidade dos humanos não é o mesmo de um macaco que hoje nos ajuda nos testes preliminares. Hoje só temos uma possibilidade de aprimorar as habilidades humanas: a prótese auditiva. Cerca de 100 mil pessoas fazem uso desse chip que “recupera” boa parte da capacidade do nervo auditivo.

ISTOÉ – Então seremos meio máquinas?

Nicolelis – As chances são grandes, mas a idéia de ciborgues é totalmente exagerada. Nossas pesquisas indicam que o cérebro evoluiu em formas de comunicação que extrapolam os limites do nosso corpo, mesmo com uma capacidade de aprendizado contínuo. Se o organismo humano recebe uma informação, acaba se adaptando com os recursos de que dispõe para dar uma resposta a esse estímulo. Estamos testando em laboratório o que aconteceria caso conectássemos o cérebro a um sensor de campo magnético ou de infra-vermelho. A tese é a de que ele irá se adaptar para interagir. Se isso acontecer, será uma prova de que teremos condições de responder a estímulos que não se limitam ao toque ou ao raio de visão, como as já citadas ondas eletromagnéticas.

ISTOÉ – Pode dar um exemplo?

Nicolelis – Poderíamos experimentar a sensação de caminhar em Marte sentados no sofá de casa. Controlaríamos naquele planeta robôs cujos sensores mandariam sinais elétricos referentes a temperatura e pressão, por exemplo, diretamente para os chips implantados em nosso cérebro. Esses chips recriariam o ambiente marciano, transmitindo para o ser humano a impressão de estar lá.

ISTOÉ – **A realidade, então, não seria algo concreto, e sim uma construção cerebral?**

Nicolelis – Sim, mas ela é uma mistura das informações externas com tudo o que experimentamos ao longo da vida. Nesse caso, podemos nos comparar aos computadores. Nosso cérebro está para o hardware da máquina assim como os softwares (programas) que nela instalamos estão para os estímulos que recebemos do mundo. São os softwares que modificam nossa visão de mundo, deixando nosso cérebro mais capaz e com melhor desempenho.

ISTOÉ – **O envelhecimento e a perda de neurônios não comprometem essa capacidade?**

Nicolelis – Começamos a perder células cerebrais a partir dos 18 anos, mas não existe nenhum comportamento que dependa de um único neurônio. O cérebro pode usar múltiplas combinações de neurônios para cumprir uma mesma tarefa.

ISTOÉ – **É possível programar outras regiões do cérebro para realizar um comando?**

Nicolelis – Isso se chama plasticidade neural e é feita por meio de chips implantáveis que nada mais fazem do que recrutar neurônios para substituir os que não funcionam mais. Para isso precisamos reagrupar pelo menos mil células sadias. Em casos de acidentes, com perda de massa cerebral, muitas vezes não conseguimos reagrupar um número suficiente de células.

ISTOÉ – **As próteses robóticas vão demorar para se tornar realidade?**

Nicolelis – Essa área está num grau de maturidade impressionante, mas falta um último passo para evitar a reação cerebral aos implantes. Os chips provocam uma inflamação violenta na área do cérebro que fica em contato com os filamentos dos eletrodos responsáveis por mapear a atividade elétrica das células. Alguns pesquisadores tentam desenvolver um revestimento para esses filamentos à base de antiinflamatórios. Estamos em uma fase parecida com a que antecedeu o lançamento do marcapasso.

ISTOÉ – **O que aconteceu com o cérebro dos animais testados em seu laboratório?**

Nicolelis – Quando as duas macacas (Ivy e Aurora) começaram a movimentar um braço mecânico extra, suas células cerebrais incorporaram as propriedades deste terceiro braço como se fossem parte do corpo delas. Isso não alterou a capacidade de mexerem seus dois braços. O experimento provou que o cérebro incorpora as ferramentas que criamos. O criador absorve a criatura.

ISTOÉ – **Como melhorar as nossas capacidades cerebrais?**

Nicolelis – A atividade intelectual é importante. Vale tudo: ir à ópera ou ao forró. O que importa é manter a cabeça ativa em busca de desafios e prazer. E isso depende bastante da história de vida de cada um. A trajetória individual das pessoas tem peso primordial na configuração do cérebro.

ISTOÉ – Falta estímulo para que o brasileiro tenha boas idéias?

Nicolelis – Sem dúvida. A universidade está formando profissionais cada vez mais voltados ao mercado de trabalho e se esquece de estimulá-los à criatividade. E isso se reflete nos laboratórios. A ciência brasileira ainda não atingiu seu potencial mais amplo. No Brasil, o cientista tem de passar pela universidade, fazer doutorado, pós-doutorado para conseguir fazer alguma coisa, levar adiante algum estudo. Santos Dumont nunca precisou enfrentar uma banca de examinadores e entrou para a história como o maior cientista brasileiro.

ISTOÉ – Qual seria a saída?

Nicolelis – Desmistificar a ciência. Em fevereiro vou inaugurar em Natal, no Rio Grande do Norte, um projeto de educação científica para 150 crianças da rede pública. Elas serão cientistas com o que tiverem à mão. Aprenderão biologia a partir da análise do solo do bairro onde moram para que percebam quanta vida existe em um pedaço de terra. Com um telescópio, olharão para o céu e passarão à matemática. O que falta é mostrar que a ciência é fruto da combinação de talento, paixão, perseverança e, sobretudo, interesse.

ISTOÉ – Por que Natal?

Nicolelis – A escolha é uma tentativa de descentralizar a produção científica. O federalismo pressupõe a realização de pesquisas de boa qualidade fora do eixo Rio–São Paulo. Fora isso, a capital potiguar é uma cidade de médio porte, está a quatro horas da Europa e deverá ter brevemente acesso direto aos EUA. Isso facilitará o intercâmbio que mantemos com alguns dos centros de pesquisa mais importantes do mundo. Já estamos integrados com a Universidade Duke, nos EUA, onde sou responsável por um laboratório de bioengenharia, com o Hospital Sírio Libanês, em São Paulo, com a Escola Politécnica de Lausanne, na Suíça, e com o ATR, no Japão, um dos mais renomados centros de robótica do mundo.

ISTOÉ – De onde vem a verba?

Nicolelis – O orçamento da construção dos prédios era de US\$ 20 milhões. Essa quantia não levava em conta o custo operacional. Ao todo o projeto deverá consumir US\$ 35 milhões. Cerca de 80% dos recursos vieram do governo americano, representado por diferentes instituições, e também de fundações privadas, como a do ator Christopher Reeve. Há também doadores particulares. Uma pequena parte veio do governo brasileiro. Não estou tomando dinheiro de pesquisas ditas importantes do Sul do País, como disseram vários dos nomes mais relevantes da ciência nacional.

ISTOÉ – O sr. teria conseguido levar adiante um projeto desse tipo sem ter saído do Brasil?

Nicolelis – Eu saí do País porque não conseguia espaço e verbas. As estruturas de fomento federal são arcaicas e não têm compromisso com a

sociedade. Os agentes acham que são estrelas e se esquecem que só existem em função do cientista, que por sua vez representa a sociedade. No final das contas, é o contribuinte quem financia as pesquisas. Nos EUA, o governo aplica US\$ 200 bilhões em ciência por ano. A iniciativa privada entra com outros US\$ 200 bilhões. O setor de tecnologia da informação destina mais US\$ 250 bilhões. Some tudo isso e terá o PIB brasileiro. Quem abre mão da ciência perde o bonde do desenvolvimento.

Edição 1966 - 04 DE JULHO/2007

RONALDO LARANJEIRA

"Nossa política antidrogas está errada"

A ONU revela que o mundo caminha para a estabilização do consumo, mas no Brasil cresce o número de usuários.

LENA CASTELLÓN E MÔNICA TARANTINO



O último estudo feito pelo Escritório das Nações Unidas para Drogas e Crimes (UNODC), divulgado na terça-feira 26, trouxe uma ótima notícia para os países europeus e Estados Unidos. Pela primeira vez em muitos anos, os dados indicam uma animadora tendência à estabilização do consumo de drogas ilícitas, como a cocaína e o ecstasy. O relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) é considerado um retrato confiável da situação mundial e serve para avaliar o funcionamento das políticas nacionais e globais de combate às drogas. O Brasil, infelizmente, caminha na direção oposta. O levantamento mostrou que o consumo de cocaína subiu entre os

brasileiros nos últimos quatro anos. A cocaína é a droga que mais rapidamente causa danos à saúde. Mas os líderes do consumo ainda são o cigarro, o álcool e a maconha. "O número de usuários de drogas cresce aproximadamente 10% ao ano. Isso revela que a política de combate às drogas que temos não dá o resultado necessário e tem de mudar", diz o psiquiatra Ronaldo Laranjeira, 50 anos e pai de três crianças menores de sete anos. Ph.D. pela Universidade de Londres, ele coordena a Unidade de Pesquisa em Álcool e Drogas da Universidade Federal de São Paulo e o Departamento de Dependência Química da Associação Brasileira de Psiquiatria. Laranjeira concedeu a seguinte entrevista a ISTOÉ:

ISTOÉ - O relatório da ONU indica que há uma tendência de crescimento do consumo de drogas na América do Sul e no Brasil. Por que aumenta?

Ronaldo Laranjeira - No Brasil, os dados são pouco confiáveis. A ONU utiliza as estimativas do Cebrid, um centro de referência de levantamentos populacionais. São os dados mais seguros que temos. A ONU trabalhou com um sistema de comparação, mostrando uma tendência de crescimento das drogas no Brasil. Isso é mais importante do que os números em si. Enquanto no mundo a tendência é pela estabilidade ou diminuição, aqui o consumo cresce cerca de 10%. Tenho uma teoria que explica esse aumento. Na maioria dos países, os programas procuram valorizar a idéia de as pessoas não usarem drogas. Essa abordagem faz com que os dependentes entrem em tratamento para não consumirem mais drogas. Aqui, há dez anos, o Ministério da Saúde adota a política de redução de danos. Se vai usar, que use de uma forma menos lesiva.

ISTOÉ - E por que essa política não reduz o consumo?

Laranjeira - Nos ambulatórios para dependentes químicos, se aparece algum usuário de crack, o aconselhamento é feito no sentido de trocar a droga por outra menos forte. Não existe estrutura de apoio efetivo a quem precisa de tratamento para deixar de usar. O Ministério fechou clínicas de internação. As que existem são privadas. Com isso, muitas pessoas não têm acesso ao tratamento correto. Aqui há só 80 centros financiados pelo governo. Ou seja, temos um centro para cada dois milhões de habitantes. Na Inglaterra, há um centro para cada 100 mil habitantes. É um número 20 vezes menor. A Associação Brasileira de Psiquiatria e a Associação Brasileira de Estudos de Álcool e Outras Drogas se opõem a isso. A nossa política antidrogas está errada.

ISTOÉ - O que deveria mudar?

Laranjeira - A redução de danos deveria ser um complemento, mas virou prioridade. Dar agulhas e seringas tem de ser feito, mas não há evidência de que fornecer cachimbo para fumar crack seja uma medida eficaz. Na Holanda, 80% dos usuários estão em contato com algum sistema de tratamento. Recebem as práticas da redução de danos, mas têm assistência para se internar e parar. Por outro lado, quem já viu no Brasil uma campanha vigorosa em relação a não experimentar a maconha? Estamos com uma política tolerante: falamos como usar de forma segura, mas não abordamos com a ênfase necessária os problemas que as drogas causam.

ISTOÉ - Quais são os acertos do atual programa do governo?

Laranjeira - Acho que a única evidência de que funciona é em relação aos injetáveis. A política de redução de danos diminuiu o número de usuários infectados pelo HIV. Mas é um dado pequeno no Brasil. Há anos que não vejo um usuário de drogas injetáveis no consultório. As pessoas optaram por fumar crack em vez de se injetar.

ISTOÉ - O consumo de drogas cresce em que perfil de usuários?

Laranjeira - Na realidade, não temos esses dados. Acredito que cresce em todas as classes sociais. No Brasil, o consumo maior fica nas regiões Sul e Sudeste. Se a economia melhorar e continuarmos com a política anêmica de prevenção e tratamento, o consumo vai aumentar mais ainda. Cresce a oferta e a procura. É uma questão de mercado. Por isso, o alerta a respeito da tendência de aumento no uso de drogas no Brasil deve ser levado muito a sério. Temos de lidar com isso como fizemos com a inflação. Se o programa não dá resultado, é preciso mudar a política. Já que ele existe há dez anos e não dá certo, temos de repensá-lo ou repensar as pessoas que o conduzem. Se o time não vai bem no campeonato, tem de mudar o técnico, como diz o Lula.

ISTOÉ - Quais são as drogas mais consumidas no País?

Laranjeira - Tem crescido mais o consumo da maconha e o da cocaína. Em alguns setores da classe média, o ecstasy. Elas são as principais. No caso da maconha, isso vem acontecendo há vários anos. Evidências científicas mostram que seu consumo - especialmente o precoce, aos 13 ou 14 anos - aumenta o risco de transtornos mentais, especialmente a esquizofrenia. Pelo

menos 12% dos casos de esquizofrenia na Inglaterra foram desencadeados pelo uso de maconha. É grave. O Ministério da Saúde não faz alerta sobre esse perigo.

ISTOÉ - Há uma expansão do crack?

Laranjeira - Em São Paulo. No Rio não há muito porque os traficantes não deixam. Mesmo em São Paulo ele está mais relacionado com a periferia, com a pobreza. As pessoas que ficam muito tempo usando cocaína são mais vulneráveis. Aí, chega uma hora em que, na relação custobenefício do usuário, "fica melhor" usar o crack do que cocaína. Seu efeito surge mais rápido e, no final, ele acaba sendo mais barato. A classe média viciada em crack que atendo, como advogados e médicos, conta que tudo começou com cocaína.

ISTOÉ - Quanto o crack é letal?

Laranjeira - Estamos acabando de coletar dados do maior estudo feito no mundo. Não há nada tão longo. Pegamos os primeiros 130 usuários de crack internados em São Paulo, há 12 anos. Fizemos um acompanhamento depois de dois anos dessas internações. Em seguida, fizemos outro, cinco anos mais tarde. Agora estamos concluindo a análise desses usuários após 12 anos. A mortalidade é de quase 40% ao longo desse período. Nem leucemia mata tanto. A maioria dessas mortes é por causa da violência. Vimos que desse grupo ainda tem gente usando crack e que as famílias estão desgastadas. Notamos também que houve mais pacientes presos do que encaminhados para tratamento.

ISTOÉ - Qual é a droga mais perigosa?

Laranjeira - Toda droga produz dano. A questão é quanto tempo ela demora para isso. O cigarro demora 20, 30 anos para causar dano. Mas, de longe, o cigarro é a droga que mais mata. O crack é mais rápido. Os danos dependem da intensidade de uso.

ISTOÉ - Recentemente houve uma discussão em torno das cartilhas de redução de danos. Algumas pessoas acreditam que esse tipo de material é um estímulo ao consumo. O que o sr. pensa a esse respeito?

Laranjeira - Não concordo com isso. Cartilhas bem feitas não estimulam o consumo. Mas houve uma cartilha recentemente criticada, a da Parada Gay em São Paulo, que perdeu a chance de falar dos riscos do uso das drogas. O material se concentrou mais em orientar o consumo com baixo risco do que em alertar para o risco do uso. É o que critico de modo geral. É uma opção de política equivocada. Acho que as duas coisas podem ser feitas. Mas se ficarmos só cuidando de quem usa, esquecemos de fazer campanhas para as pessoas não usarem. Isso ocorre principalmente com o ecstasy, que é uma das drogas mais tóxicas que conheço para o cérebro. Pouco se fala de todos esses males relacionados às drogas no País. Estou concluindo agora um grande estudo patrocinado pelo governo que vai traçar o perfil dos consumidores de bebidas alcoólicas. Esse trabalho ficará pronto em agosto. Espero que o próprio governo utilize os dados para a formulação de políticas adequadas.

ISTOÉ - Existem campanhas de esclarecimento eficazes nas escolas? Em geral, elas criticam o consumo e advertem sobre as conseqüências, dizendo coisas como "a droga mata".

Laranjeira - Há muito poucas campanhas e isso é uma falha de extrema gravidade. No setor público, praticamente nada. O único trabalho que conheço é o da Polícia, que consiste em dar palestra. Não há verbas e nem cabeça pensando nessas questões. Deixou-se a escola de lado. Não há programa de prevenção para jovens de risco, fora ou dentro da escola. Teríamos de fazer programas de cuidados para essa população. As ONGs fazem, mas é pouco. Há algumas boas como o grupo Amor Exigente. São familiares de usuários que cuidam das próprias famílias.

ISTOÉ - O sr. acha que a liberação das drogas ajudaria a diminuir o consumo?

Laranjeira - Primeiro é difícil fazer isso. Segundo, há evidências demonstrando que, se as drogas forem legalizadas, o consumo vai aumentar. Isso pode diminuir a violência do tráfico, mas pode aumentar a violência entre os usuários e atingir outras pessoas. É ingenuidade achar que isso vai desmantelar a rede do tráfico, que os traficantes vão passar a vender flores em Ipanema. A gente não pode esquecer que a principal violência é a droga lícita, o álcool. Quando a prefeitura de Diadema determinou o fechamento de bares às 23 horas - lei que vai completar cinco anos -, houve uma redução no número de homicídios.

ISTOÉ - Muita gente diz fumar maconha socialmente, apesar de ser proibido no Brasil. Em outros países, há balas, bebidas e comidas com maconha. Quando se pode dizer que uma pessoa é dependente, do ponto de vista médico?

Laranjeira - Tem gente que ocasionalmente usa maconha. Mas a tendência é haver um número maior de usuários com consumo regular. Aumentou a disponibilidade da maconha na nossa sociedade. O que vai acontecer? Há três importantes evidências a seu respeito: ela piora o desempenho na escola, aumenta as chances de transtornos mentais - especialmente a esquizofrenia - e diminui o pique para fazer as coisas. Quem é usuário regular tem tendência de adiar tudo. O número desses consumidores diários vem aumentando. O número de quem usa no final de semana é muito pequeno. Quem usa regularmente vai ter mais ansiedade, mais depressão.

ISTOÉ - Diz-se que quem usa drogas procura entorpecer sensações ruins. Está correto?

Laranjeira - É mais pelo prazer do que para tirar sensações negativas. O problema é que as drogas modificam os processos cerebrais, incapacitando os usuários para recorrer a outras fontes de prazer menos imediatas e intensas.

Edição 1979 - 03 DE OUTUBRO/2007

SÉRGIO TIMERMAN

"Não sabemos entender o infarto"

Diretor do InCor diz que a maioria dos médicos não está preparada para salvar vítimas de ataque cardíaco.

MÔNICA TARANTINO



Dos 126 mil brasileiros que têm infarto do miocárdio por ano, apenas 26 mil recebem o tratamento certo. Os dados são da Sociedade Brasileira de Hemodinâmica. Isso quer dizer que a maioria dos infartados não é atendida com a rapidez e a qualidade necessárias para evitar

seqüelas ou morte. No momento em que estão sofrendo o ataque cardíaco, deveriam receber a aplicação de uma droga anticoagulante na veia para conter a formação do coágulo que entope artérias ou serem submetidos à angioplastia - introdução de um cateter na artéria atingida com o objetivo de desobstruí-la. Mas, a contar pelos números, isso não acontece como deveria. Esse quadro está no centro das preocupações do cardiologista Sérgio Timerman, diretor do Laboratório de Pesquisa e Treinamento em Emergência do Instituto do Coração, em São Paulo, e artífice da nova faculdade de Medicina Anhembi-Morumbi, primeiro investimento no Brasil do grupo americano de ensino Laurent, dono de escolas em 20 países. "Estamos fazendo legiões de seqüelados no País por culpa do atendimento médico ineficiente. Dar a essas pessoas a assistência correta é uma questão humanitária com sérias implicações econômicas", avalia Timerman. Nesta entrevista, ele analisa as causas do problema, dá exemplos de iniciativas que transformam a comunidade em aliada para salvar vidas e critica duramente a falta de conhecimento dos médicos. E explica como pretende formar especialistas em emergência, assim que a nova faculdade começar a funcionar, em janeiro de 2008.

ISTOÉ - Por que os médicos não atendem corretamente os casos de emergência?

Sérgio Timerman - No Brasil, nossa emergência está em situação de emergência. Aqui não se dá a devida importância a esse atendimento. São serviços tratados com descaso e relegados a segundo plano. A maioria dos profissionais está ali para fazer bico assim que termina a faculdade. Às vezes os médicos dão um plantão por longas horas e em seguida vão para outro serviço sem condições físicas. Muitos nem são emergencistas. E é aí que mora o grande perigo porque muitas doenças acabam sendo mal tratadas.

ISTOÉ - Qual é o trabalho do emergencista?

Timerman - São pessoas que trabalham em áreas críticas, como a terapia intensiva, o pós-operatório e as emergências no serviço pré-hospitalar. O que assusta no Brasil é as pessoas não perceberem a gravidade de ter profissionais sem conhecimento trabalhando nessas áreas.

ISTOÉ - Qual é a consequência de ter gente despreparada na linha de frente?

Timerman - A emergência é uma área complexa, que exige treinamento e forma de raciocínio muito rápido. A maioria não sabe fazer isso. Perdem-se vidas e há muitos riscos. Mas há outros dados que ilustram o impacto dessa atitude. Por exemplo, de 10% a 12% das pessoas atendidas nos nossos pronto-socorros deixam os serviços sem ter sido diagnosticadas e, portanto, sem tratamento. Algumas horas depois, infartam ou morrem fora do hospital. Esses pacientes foram buscar auxílio e não foram diagnosticados. O mesmo acontece com outras patologias, como o acidente vascular cerebral (conhecido como derrame). Muitas vezes, o paciente recebe alta antes que o AVC se manifeste. Por que? Porque não foi feita uma boa avaliação clínica. Aí tem alta e acaba ficando com alguma seqüela.

ISTOÉ - O que acontece com as 100 mil pessoas que não são tratadas devidamente?

Timerman - Elas podem morrer ou ficar seqüeladas. Imagine isso do ponto de vista da economia da saúde. O indivíduo que não recebeu tratamento adequado para o infarto, por exemplo, será uma pessoa que vai passar a vida com insuficiência cardíaca (incapacidade de o coração bombear sangue para o resto do corpo), com uma qualidade de vida ruim e dependente até morrer dali a alguns anos. Estamos criando legiões de pessoas seqüeladas no País, e isso poderia ser evitado.

ISTOÉ - Quantas pessoas morrem por falhas no atendimento?

Timerman - Segundo o Datasus, há 50 mil mortes por infarto no Brasil. Boa parte deve ser pelos problemas sobre os quais falei acima. São poucos os hospitais em condições de fazer a semana toda angioplastia ou stent (espécie de mola colocada para abrir a artéria entupida) e nem todos têm a medicação para dissolver o coágulo. E a questão crucial hoje é que mesmo em hospitais que possuem as medicações para dissolver o coágulo pode haver demora ou mesmo uma falha no tratamento do infarto.

ISTOÉ - Pode citar um lugar onde já viu isso ocorrer?

Timerman - Fizemos um trabalho de conscientização da população médica em várias cidades do Norte e Nordeste. Nosso objetivo era ensinar os médicos que havia uma medicação que dissolve o coágulo ou então que se deve mandar o paciente ao cateterismo. Depois de um tempo, vimos que muitos dos medicamentos comprados pelo governo perderam a validade sem ter sido usados. Fiquei perplexo e enviei uma equipe para saber o que aconteceu. Eles descobriram que os médicos tinham medo de usar a medicação. Agora enviamos equipes para dar plantão com os outros médicos, ensinando como se faz o atendimento. É a única maneira que encontramos para fazer com que isso mude.

ISTOÉ - Por que os médicos já treinados por sua equipe não usaram a medicação para conter o infarto?

Timerman - A resposta é a cara do Brasil. As pessoas tinham medo. A equipe que foi verificar a situação ouviu, de um especialista, algo simples e claro. Ele disse: "Olha, doutor, aqui na nossa região é o seguinte - se eu der essa medicação e o paciente morrer porque esse remédio fez com que ele tivesse um sangramento maior, a família é capaz de me processar porque ele teve o sangramento. Mas se ele morrer de infarto, ele morreu de infarto, não de hemorragia." Você tem idéia do absurdo que é isso? A gente sabe que essa medicação tem uma série de cuidados, mas aprendendo a usá-la, os riscos são controlados. Só que esses médicos não conseguem ver o risco-benefício.

ISTOE - O atendimento também falha na morte súbita?

Timerman - O que mais leva à morte súbita é a doença coronariana. Na hora em que o músculo cardíaco está sofrendo por falta de irrigação, está vulnerável. Pode ter uma arritmia súbita, que é a chamada fibrilação ventricular. Trata-se de um caos elétrico de origem súbita e, muitas vezes, quando tratado de uma maneira rápida, é reversível. Quanto mais rápido você tratar, mais rápida é a reversibilidade do problema. É questão de tempo. Se eu tiver uma parada cardíaca aqui, no meu primeiro minuto, de zero a dez minutos, eu perco 10% de chance de sobrevivência. Em dez minutos eu estou morto. Agora, se fizer o tratamento certo em até cinco minutos, além de ter possibilidade maior de sobrevivência, as chances são menores de ter uma seqüela. O atendimento se faz com o uso dos desfibriladores (aparelhos que regulam as descargas elétricas no músculo cardíaco). Há trabalhos mostrando que a implantação desses equipamentos em cassinos de Las Vegas, por exemplo, e sua utilização até três minutos depois da fibrilação fazem com que 70% das pessoas sobrevivam.

ISTOÉ - No Brasil já existe treinamento para o uso desses aparelhos?

Timerman - Estamos fazendo. O InCor fez o treinamento da Varig, que chegou a ter 11 casos de parada cardíaca e 45% de salvamento. Na Câmara Federal, em Brasília, onde também demos treinamento, tivemos 80% de sobrevivência das seis paradas cardíacas lá registradas desde então. Também estamos treinando os seguranças do metrô de São Paulo. Não temos números, porque ainda estamos terminando o treinamento, mas temos três casos reportados, com salvamento em dois casos.

ISTOE - Como o treinamento da comunidade pode ajudar?

Timerman - Cerca de 84% dos ataques cardíacos acontecem em casa. E 16% em locais públicos. Nos Estados Unidos, 50% a 52% desses eventos são acompanhados por crianças ou adolescentes. Por isso, lá foi feito um trabalho de ensino de atendimento de emergência nas escolas para crianças e adolescentes.

ISTOE - O que se ensina?

Timeman - Ensinam a criança a chamar o atendimento de emergência. E a fazer a massagem cardíaca ou respiração boca a boca até chegar o socorro.

ISTOÉ - No Brasil há algo nesse sentido?

Timerman - Demos cursos esporádicos em escolas, mas não temos nenhum programa.

ISTOE - A escola que o sr. dirige dará atenção especial à formação dos médicos emergencistas?

Timerman - Dará a atenção devida. No currículo, introduzimos a prática médica no primeiro semestre, que contém a matéria "Aprendendo a Ser Médico". Para isso, foi feito um investimento de R\$ 3 milhões na compra de equipamentos para montar um laboratório de simulação. Ela é muito importante e feita antes de o aluno colocar a mão no paciente. Dá a ele a chance de errar várias vezes enquanto está aprendendo, mas sem ferir ninguém. As escolas americanas e européias usam esse recurso.

ISTOÉ - Poderia comentar mudanças que deveriam ser imediatas na conduta das ambulâncias?

Timerman - Existe muita coisa para mudar. Por exemplo, você sabia que é uma regra internacional que ambulância não pode andar na contramão? Outro equívoco: não se pode transportar paciente que não esteja estabilizado. Primeiro você estabiliza, depois transporta. É mais uma convenção internacional. Você nunca transporta, entre hospitais, um paciente que não esteja estabilizado. É preciso ter a maior certeza de que ele vai chegar com segurança ao outro hospital. Trabalhei muito tempo em ambulância. Quando o doente tinha parada cardíaca, mandava parar o carro. Não se pode atender um paciente com parada cardíaca com o automóvel em movimento. Mas tenho esperança. No Brasil, esse atendimento começa a se organizar com o Samu (serviço de atendimento de emergência implantado pelo governo federal). O programa ainda tem que melhorar muito, mas já é um começo.

ISTOÉ - Os alunos que pagarão cerca de R\$ 3 mil por mês na nova faculdade que será dirigida pelo senhor vão abrir consultório particular, trabalhar em centros de pesquisa com alta tecnologia ou atender clientes do SUS?

Timerman - Vivemos um momento delicado na relação com os jovens da elite brasileira que pode pagar uma escola. Mas temos de trabalhar para recuperar os objetivos da medicina e do médico. Os jovens que aqui permanecerem terão disciplinas como desenvolvimento humano e social, estilo de vida, para que possamos preparar o comportamento deles diante de ricos ou pobres. Nossa ênfase será no profissional completo da saúde. Quero que meus alunos conheçam os recursos mais avançados da medicina e tenham uma visão clara da realidade brasileira e do seu papel como médicos nesse contexto.

Edição 2008 - 30/04/2008

DENIZAR VIANNA

O preço da vida

Especialista defende a adoção de critérios precisos para definir quais pacientes devem receber modernos e caros remédios e até quanto isto deve custar.

CILENE PEREIRA



O cardiologista Denizar Vianna, 44 anos, é um dos poucos especialistas no Brasil em uma das áreas mais delicadas da saúde: o custo dos tratamentos. Professor-adjunto do Departamento de Medicina Interna da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, ele é um estudioso da farmacoeconomia, um ramo da ciência que se dispõe a estudar, por exemplo, até quanto vale a pena gastar a mais com cada paciente para que ele seja beneficiado por um moderno e caro medicamento. Hoje, essa é uma discussão central em termos de saúde pública, em especial em países como o Brasil. Afinal, a velocidade com que novos remédios são lançados é enorme. E a maioria vem com o apelo de serem mais

eficientes. Por isso, é compreensível que os doentes queiram receber do sistema público de saúde o que há de melhor. Mesmo que seja também o mais caro. O problema é que, feitas as contas, não há dinheiro suficiente para oferecer todas as novidades a todos os doentes. E como escolher qual recurso será adotado, em detrimento de outros? Qual paciente será beneficiado? É para ajudar na obtenção desta resposta que entram os novos conceitos da farmacoeconomia. “É preciso dar um parâmetro para que o gestor das verbas possa decidir”, explica Vianna. Obviamente, não são cálculos fáceis de ser realizados, como mostra o especialista nesta entrevista concedida à ISTOÉ.

ISTOÉ – Como são feitas as estimativas de custos para saber se vale a pena incluir um medicamento na lista dos remédios disponíveis no SUS?

Denizar Vianna – Usa-se uma nova área do conhecimento, a farmacoeconomia. Ela consiste na análise econômica específica para avaliar novos medicamentos e é pautada em etapas bem estabelecidas. O primeiro momento da avaliação é buscar na literatura médica a melhor evidência publicada em relação aos estudos feitos sobre o medicamento em questão. Qual foi o ensaio clínico mais bem desenhado que comparou o medicamento A com o B? Precisamos saber qual é realmente sua eficácia, se é superior ao tratamento padrão, sua segurança.

ISTOÉ – E depois?

Vianna – A segunda etapa incorpora o conceito econômico. De alguma forma, é preciso descobrir e definir quais os custos que incorrerão nas duas opções comparadas. Não se está preocupado só com o preço do remédio na hora da aquisição, mas também se, ao tratar o paciente, é possível evitar novas hospitalizações, por exemplo. E tenho de traçar isso no horizonte de tempo que define a história natural da doença. Imagine uma doença cardiovascular. Se opto por dar aspirina a alguém que já teve infarto e eu sei que existe evidência de que esse remédio pode evitar novos eventos, tenho que calcular ao longo de cinco, dez anos – tempo no qual a doença se desenvolve a ponto de gerar eventos – quais são os custos que terei se der ou não aspirina ao doente.

ISTOÉ – E como se faz isso?

Vianna – Levando-se em conta a história natural da doença, quais as probabilidades de novos eventos ocorrerem. Com isso, tenho uma predição com dois cenários diferentes. Descubro o que terei de custos e o que ganho de benefícios com a droga A ou B. Vejo se o medicamento em análise é “custo efetivo” ou não.

ISTOÉ – O que é esse custo?

Vianna – Ele está alicerçado na seguinte questão: se o custo monetário adicional que estou pagando para introduzir determinado medicamento justifica o benefício clínico que terei.

ISTOÉ – Pode dar um exemplo?

Vianna – No final de 2007, houve uma avaliação para saber se valia a pena introduzir a vacina contra a doença pneumocócica no calendário público de vacinação. Verificamos que existe um custo incremental para isso, mas evitaríamos as seqüelas da doença pneumocócica. Além da meningite, ela pode dar pneumonia e otite média, por exemplo. Feitas todas as análises, a vacina seria custo efetivo.

ISTOÉ – Mas a vacina continua fora do sistema público. Por quê?

Vianna – Este estudo é recente. O Ministério da Saúde precisa avaliar o impacto orçamentário da inclusão da nova vacina e comparar com outras demandas que possui na assistência à população, antes de tomar a decisão final.

ISTOÉ – Nas avaliações, leva-se em consideração também a qualidade da vida que o paciente terá, caso seja usuário da nova tecnologia?

Vianna – Sim. Hoje está claro que não se pode somente postergar a vida. E existem modos de se medir o ganho de qualidade de vida de forma mais científica, com instrumentos validados, para que se extraia da percepção do paciente qual o ganho em termos de qualidade que ele obteve com o tratamento.

ISTOÉ – Há um limite de quanto se pode gastar para introduzir um novo remédio?

Vianna – Sim. Alguns países definiram até quanto, em valores monetários, se justifica gastar a mais por um ano de vida salvo. Essa história começou nos anos 80 nos EUA. O governo americano gastava US\$ 50 mil dólares por

ano para manter um paciente na diálise (procedimento usado quando as funções renais já não funcionam direito). Por causa disso, as autoridades começaram a sofrer pressão de outros doentes. Então, o Congresso definiu que gastar até US\$ 50 mil dólares para cada ano de vida salvo é justificável para pagar por qualquer nova tecnologia que proporcione esse ano de vida a cada paciente. Seria uma questão de equidade. Se já estavam fazendo isso para uma população, entenderam que tinham de oferecer o mesmo a outros doentes.

ISTOÉ – E em outros países?

Vianna – No Reino Unido, ficou estabelecido que o limite vai variar entre 20 mil e 30 mil libras esterlinas, dependendo do tipo de doença em questão.

ISTOÉ – E quanto às nações mais pobres? Existe algum parâmetro?

Vianna – Há um nível definido pela Organização Mundial da Saúde (OMS). A entidade determinou que o investimento se justifica se custar até três vezes a renda per capita do país por ano de vida salvo. No Brasil, isso seria algo em torno de R\$ 30 mil.

ISTOÉ – Então podemos dizer que no Brasil gasta-se no máximo R\$ 30 mil para cada ano de vida salvo para cada paciente?

Vianna – Pelo parâmetro da OMS, esse seria um valor justificável para adicionar uma nova tecnologia no tratamento de uma doença. Não significa um valor atribuído à vida, e sim um parâmetro para auxiliar no processo decisório de incorporação ou não de um novo remédio.

ISTOÉ – Mas, em muitos casos, um novo recurso pode ser muito mais caro e ultrapassar o limite. Em compensação, o número de pacientes atendidos seria menor. Como lidar com isso?

Vianna – De fato, a lógica com que se olha para uma doença mais prevalente e outra, rara, tem de ser diferente. O Reino Unido definiu uma política para males raros. Parte-se do pressuposto de que o custo unitário de um novo medicamento pode ser altíssimo, mas o total de pacientes é baixo. Portanto, o custo global pode não ser tão alto assim.

ISTOÉ – E no Brasil? Há alguma discussão a respeito do problema?

Vianna – Isso está sendo discutido no Ministério da Saúde.

ISTOÉ – Mas por enquanto o que vale é a regra dos R\$ 30 mil? Independentemente da doença?

Vianna – Sim.

ISTOÉ – Há algum instrumento ao qual os portadores de doenças órfãs podem recorrer para vencer esse limite?

Vianna – O principal canal para isso é político. As entidades de defesa desses pacientes têm uma atuação muito forte no ministério para exigir direitos. E eles têm o direito de pressionar. Imagine uma mãe com um filho com uma condição rara. Ela vai brigar por esse direito. Acredito que esta é uma política que tem de ser particularizada.

ISTOÉ – Mas, mesmo se um medicamento é custo efetivo, como fazer se não há dinheiro no orçamento? Como escolher o remédio que será adotado?

Vianna – Para o administrador é muito complicado decidir. É sempre uma questão de escolha, de prioridades definidas em função da saúde coletiva.

ISTOÉ – Mas alguém fica desamparado.

Vianna – Sim. E isso é o que acontece. Não há outra maneira em países como o Brasil, onde o orçamento é sempre apertado. O cobertor é curto. Puxa de um lado e descobre do outro.

ISTOÉ – Ao fazer uma escolha, o administrador não acaba apontando que uma vida vale mais do que a outra?

Vianna – Não. Em tese, sua escolha quer dizer que a eficiência no uso de recurso público é melhor naquela opção escolhida.

ISTOÉ – E a questão dos pacientes que buscam na Justiça o direito a drogas novas e mais caras?

Vianna – Eles foram buscar seus direitos individualmente. E o Poder Judiciário tem entendido que há uma falha de quem administra a saúde na definição dos critérios que determinam os medicamentos que ficarão acessíveis. E se eles têm uma demanda, olham para o lado do indivíduo, e não para o coletivo. Mas, do ponto de vista de quem está financiando a saúde – pública e privada –, a questão da concessão de liminares que permitem o acesso aos novos medicamentos é séria. Ela está comprometendo boa parte do planejamento e do orçamento que se faz. Em 2006, a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo teve um impacto orçamentário importante e deixou de contemplar questões prioritárias porque teve de desviar esse recurso para pagar os remédios obtidos via liminar.

ISTOÉ – O sr. acha os pleitos injustos?

Vianna – Acho que é preciso ter uma regra clara porque muitas liminares estão acontecendo sem o embasamento científico adequado. Eles concedem para medicamentos que não necessariamente trarão benefícios. Defendo que se crie uma câmara técnica, composta por profissionais que entendam do assunto, para assessorar os juízes.

ISTOÉ – Mas o sr. recorrerá à Justiça, caso precisasse?

Vianna – Se fosse algo que realmente fizesse diferença e estivesse sendo negado por uma questão orçamentária, individualmente eu recorreria. Coloco-me no lugar de um pai que está buscando algo para o filho. Vou tentar tudo para ele. Mas existem situações em que acho que essa estratégia não se justifica. Pacientes em estágio terminal, por exemplo. Por que apenas prolongar a vida deles? Acho que nesses casos o que se deve fazer é lutar para que tenham um final de vida mais digno, assistidos por profissionais capacitados, sem dor, e ao lado dos familiares.

ISTOÉ – Para os laboratórios farmacêuticos, essa “indústria de liminares” é um bom negócio?

Vianna – É. Eles acabam conseguindo vender seus produtos. Mas acho que a indústria não deve fomentar isso. Não é uma conduta ética.

ISTOÉ – Na sua opinião, qual porcentagem de novos remédios deveria de fato ser incluída em uma lista pública de medicamentos? Quantas novidades verdadeiramente trazem benefícios que justificam sua compra?

Vianna – Diante da escassez de recursos para se atender a todas as demandas de saúde, é preciso definir prioridades, analisar qual a superioridade do novo medicamento em termos de eficácia e segurança, estimar seu custo incremental em relação ao tratamento vigente e o impacto orçamentário para o Ministério da Saúde. Com o conhecimento destas variáveis, o processo decisório acontecerá de forma mais justa para a sociedade.

ISTOÉ – E como o sr. vê o futuro da saúde, uma vez que os medicamentos tendem a ficar cada vez mais modernos, mas também mais caros? O que se pode esperar de um cenário desses em um país como o Brasil?

Vianna – Os custos serão sempre ascendentes, em qualquer modelo de saúde, consequência do envelhecimento populacional e da incorporação de novas tecnologias. Nossos gestores e formuladores de políticas de saúde têm de buscar novas fontes de financiamento para o SUS, pois nosso gasto per capita com saúde ainda está aquém do ideal. Mas eles também devem usar os recursos com mais eficiência. O Brasil evoluiu muito nos últimos anos na discussão da avaliação da incorporação de novas tecnologias, principalmente os medicamentos. A formulação de uma política transparente, com regras claras e critérios técnicos, é o melhor caminho para se atingir maior equidade e justiça social. Gosto de uma frase que resume o caminho que devemos seguir: usar a tecnologia certa, no paciente certo, na hora certa.

Edição 2014 - 11 DE JUNHO/2008

ROBERT KLITZMAN

Quando os médicos adoecem

Psiquiatra americano conta como a experiência de ficar doente muda a forma de os profissionais de saúde atenderem os pacientes.

CILENE PEREIRA



Nada como viver o outro lado de uma mesma situação para enxergá-la de maneira diferente. Quando se trata de um médico que experimenta a circunstância de ser, ele próprio, o doente, o impacto pode ser profundo. A experiência deixa lições marcantes e resulta na maioria das vezes em uma mudança drástica na maneira de praticar a medicina. Algo como antes e depois de ser doente por um dia. Esta foi a constatação do psiquiatra americano Robert Klitzman, professor associado de clínica psiquiátrica da Universidade de Colúmbia, em Nova York, nos Estados Unidos. A conclusão foi obtida a partir de duas fontes. A primeira, ele mesmo. Dias após o ataque de 11 de setembro, em 2001, Klitzman caiu deprimido. Além da tragédia

em si, o atentado atingiu diretamente sua família, já que sua irmã estava entre as vítimas. Mesmo com todos os sintomas da doença que conhece tão bem, o médico relutou em aceitar o diagnóstico. Aos que mencionavam a possibilidade de o psiquiatra estar com depressão, ele respondia que na verdade estava apenas gripado. Havia dois problemas aí. Klitzman se sentia envergonhado e fraco, exatamente os sentimentos que tanto lutara para tirar de seus pacientes. O psiquiatra também manifestava a típica característica da categoria de se sentir imune às enfermidades. “Acho que os médicos pensam que vestem mágicos casacos brancos. Doenças acontecem para todos os outros, menos para eles”, diz. A experiência pessoal o despertou para a reflexão. Klitzman queria entender mais sobre as sensações, os medos e as descobertas dos médicos quando eles mesmos eram os doentes. Para isso, o psiquiatra entrevistou 50 colegas que haviam passado por essa vivência. O resultado da investigação está descrito no livro Quando os médicos se tornam pacientes, lançado nos Estados Unidos. A obra é a primeira sobre o tema e traz achados surpreendentes. Os médicos relataram, por exemplo, que só depois de ficarem internados é que perceberam como um ambiente avariado, com janelas ou aparelhos de tevê

quebrados, interfere no estado de ânimo do enfermo. Eles também confessaram ter sentido na pele o que é sofrer com os sintomas considerados menores pelos profissionais de saúde – entre eles a dor, a náusea e a insônia – e não receber a atenção necessária. E todos, sem exceção, admitiram que mudaram a forma de tratar seus doentes após deixar o hospital. “Eles passaram a ver os doentes e a si mesmos de maneira radicalmente diferente. Tornaram-se muito mais sensíveis às queixas e às necessidades das pessoas a quem atendem”, disse o psiquiatra nesta entrevista à ISTOÉ.

ISTOÉ – O que o levou a escrever o livro?

Robert Klitzman – Decidi escrevê-lo em grande parte por causa de minha experiência. Infelizmente, tive uma irmã que morreu no ataque de 11 de setembro de 2001. Por várias semanas, senti toda a tristeza do luto, mas também não conseguia me levantar da cama. Meus músculos e meu corpo inteiro doíam. Só me sentia confortável debaixo dos lençóis frescos da minha cama. Eu pensava que estava gripado, mas amigos me diziam que os meus sintomas levavam a crer que era depressão. Eu respondia: “Não, estou apenas gripado.” No final, eles estavam certos. Eu tinha todo o treinamento de um psiquiatra, mas não havia reconhecido que os sinais indicavam a doença. Fiquei surpreso por ter falhado no meu próprio diagnóstico. Comecei a me perguntar o que acontecia com outros médicos que, como eu, ficavam doentes. Como eles encaravam essa nova condição.

ISTOÉ – Por que o sr. resistiu à idéia de que estava com depressão?

Klitzman – Hoje, olhando em retrospecto, entendo que resisti em reconhecer meus sintomas por causa da sensação de vergonha. Via muitas vezes outros médicos se referindo aos pacientes como “um deles”, não como “um de nós”, e quase sempre olhando-os de cima para baixo. Não queria que isso acontecesse comigo. Além disso, eu realmente me sentia um fraco. Era como se algo estivesse errado comigo.

ISTOÉ – Como o sr. produziu o livro?

Klitzman – Eu verifiquei a literatura científica e descobri que existem poucos casos relatados de médicos que ficam doentes e registram sua experiência. Duas compilações feitas por esses poucos profissionais tinham sido publicadas, mas apenas apresentando um caso atrás do outro, sem analisar as histórias, suas similaridades e diferenças ou discorrer sobre áreas que alguns médicos preferem não discutir. Então, resolvi escrever o livro, o primeiro sobre esse tema, baseado no que vivi e nos depoimentos dos 50 colegas que entrevistei.

ISTOÉ – Quais foram suas principais constatações?

Klitzman – Muito do que os médicos me disseram me surpreendeu. Por exemplo, o fato de eles terem ficado doentes os fez voltarem-se mais para as questões espirituais. Antes, boa parte costumava não dar importância a pedidos de pacientes como “o senhor rezaria por mim?”. Mas, como doentes, perceberam quanto essa questão era importante. Por isso, muitos quiseram se tornar mais espiritualizados porque viram que isso poderia ajudar seus pacientes de alguma maneira. O problema é que vários eram muito “cientistas” e acabaram tendo problemas de acreditar de fato em

alguma coisa. Curiosamente, estes médicos diversas vezes disseram que se sentiam deprimidos, o que, na opinião deles, era resultado da falta de espiritualidade ou levava a ela.

ISTOÉ – O que mais o surpreendeu?

Klitzman – Depois de ficarem internados, os médicos passaram a perceber quantos detalhes ignoravam, mas que são importantes para os pacientes na medida em que carregam um grande peso simbólico: constataram que não é nada bom ficar deitado em um quarto de hospital com janelas quebradas, sem flores, com tevês e aparelhos de som quebrados, sentados ou deitados vestindo apenas uma camisola aberta nas costas, por exemplo. Estes detalhes concretos fizeram os especialistas notarem pela primeira vez a força dessas indignidades.

ISTOÉ – Que outras lições eles tiraram?

Klitzman – Eles notaram, quando deitados na cama como doentes, que o fato de seus médicos se sentarem na beira do leito, em vez de ficar em pé, ao lado da cama, faz uma grande diferença. Esta postura demonstra mais proximidade, acolhimento. Deixa o doente mais à vontade e seguro em relação a quem o está tratando. Por isso, quando voltaram ao trabalho, eles mudaram sua maneira de se aproximar dos pacientes. Começaram a se sentar próximo em vez de ficarem distantes, em pé.

ISTOÉ – Há outro exemplo?

Klitzman – Sim. Um cirurgião me disse que, quando ele foi submetido a uma operação, ouviu de seu médico, na noite anterior ao procedimento, algo como “existem 5% de chance de você morrer amanhã na sala de operação”. Este médico me contou que não conseguiu dormir naquela noite. Somente depois ele concluiu que seu cirurgião poderia ter mudado a forma de dizer o que falou. Poderia ter dito, por exemplo, “existem 95% de chance de que você continue vivendo depois de amanhã”. Este indivíduo me disse que praticava a medicina havia 30 anos e nunca percebera que essas duas afirmações, que estatisticamente são as mesmas, tinham significado emocional tão diferente para os pacientes. Como conseqüência, ele agora alterou sua maneira de informar os pacientes sobre suas chances de vida e tem orientado seus residentes a fazer o mesmo.

ISTOÉ – E quanto ao tratamento recebido dos enfermeiros?

Klitzman – Vários médicos disseram que, quando eles deixaram as enfermarias onde estavam internados, as enfermeiras disseram: “Você foi um bom paciente. Não nos incomodou em nenhum momento.” Eles ficaram perplexos com este tipo de comentário. Então a definição de “bom paciente” era a que fazia menção ao doente que não incomodava seus cuidadores.

ISTOÉ – Como ter ficado doente pode ajudar um médico a ser um profissional melhor?

Klitzman – De muitas maneiras. A experiência ajuda, por exemplo, a enxergar os erros de comunicação com o doente e a tentar melhorar essa aproximação. Os médicos que entrevistei disseram que a comunicação com seus especialistas era muito pobre. Agora, eles oferecem sugestões sobre como os doentes podem obter explicações precisas e compreensíveis sobre

termos técnicos ou vagos demais. Eles conseguem interagir melhor com os pacientes.

ISTOÉ – Como isso passou a ocorrer na prática?

Klitzman – Alguns médicos ouviram de seus próprios especialistas coisas como “bem, seu câncer não deve reaparecer tão cedo” ou “muito rápido”. Mas o que é “tão cedo” ou “muito rápido”? Essas expressões significam semanas, meses ou anos? Ao passarem por essa situação, viram que devem dizer claramente o que são esses termos “rápido”, “devagar” ou “momentaneamente”. E admitiram que os pacientes podem e devem exigir de seus médicos definições mais precisas de expressões ambíguas. Além disso, eles sempre desprezavam parte das reclamações dos pacientes. Apenas quando se tornaram doentes é que começaram a levar muitas queixas mais a sério, percebendo como o cansaço freqüente, a insônia ou a náusea, sintomas considerados menores, poderiam ser muito mais incômodos e estressantes do que eles poderiam imaginar. Antes, quando o doente se queixava, pensavam: “É outro paciente que gosta de reclamar.”

ISTOÉ – Há algum caso específico que ilustre essa questão?

Klitzman – A história de uma gastroenterologista que entrevistei é exemplar. Ela tratava dores abdominais e, de repente, começou a manifestar também o problema. Sabe o que esta médica me confessou? “Não tinha idéia de que, quando os pacientes falavam de dor, era aquilo terrível que eu estava sentindo. O sofrimento ia muito além do que podia ser descrito pelas palavras e eu mesma tive dificuldade em transmitir o que estava havendo comigo.” Este relato, assim como o de muitos outros que admitiram jamais terem imaginado a intensidade e os danos que causavam sintomas como dor e náusea, mostra quanto a maioria dos médicos ignora o padecimento dos doentes.

ISTOÉ – No livro, o sr. afirma que os médicos são ensinados a se colocar acima das doenças e dos doentes. Por que afirma isso?

Klitzman – Os estudantes de medicina implicitamente aprendem a ajustar-se à hierarquia médica, da qual obviamente fazem parte. Eles sempre vêem um médico experiente acima deles e os pacientes na última escala do ranking. Na pesquisa que fiz para o livro, médicos disseram, por exemplo: “Quando eu era apenas um paciente...” A frase revela como consideram o indivíduo que estão tratando. A educação médica tem de levar essas questões a sério e modificar esse entendimento.

ISTOÉ – O sr. também diz que os pacientes tendem a sentir medo dos médicos e assumir perante eles uma posição de reverência.

Klitzman – Realmente. Fiquei surpreso de ver que até mesmo os médicos com quem conversei tentaram ser “agradáveis” aos seus especialistas, queriam ser cooperativos e não dar más notícias a eles. Eles próprios ficaram surpresos de notar como “editavam” o que falavam para os profissionais de saúde. Descobriram que quando o médico lhes perguntava “como você está?”, eles respondiam “ok”, mesmo quando não se sentiam bem. Viram ainda que, quando falavam de seus problemas, suas dores, os médicos tendiam a ficar impacientes e de cara feia. No final, eles começaram a notar que seus próprios pacientes “editavam” o que sentiam.

ISTOÉ – Isso é um problema grave?

Klitzman – Os doentes apresentam a tendência de ser cautelosos e reverenciar os médicos, o que os impede de ter uma comunicação correta dos sintomas.

ISTOÉ – Como os médicos reagiram ao seu livro?

Klitzman – Para minha surpresa, meus colegas responderam de forma muito positiva. Acho que o livro despertou algo dentro deles: o lado humano que vive debaixo de seus aventais brancos. O livro conta histórias bem humanas – a minha e as outras – e penso que os leitores, incluindo os médicos, reconhecem isso. Eles conseguem se ver naquelas situações, o que, espero, os faça refletir mais sobre suas atitudes para com os doentes.

Edição 1967 - 11 DE JULHO/2007

LUIS CARLOS MOLION

"Aquecimento Global é terrorismo climático"

Pesquisador diz que tendência dos próximos anos é o esfriamento da Terra e que efeito estufa é tese manipulada pelos países ricos.

RODRIGO RANGEL

O professor Luiz Carlos Molion é daqueles cientistas que não temem nadar contra a corrente. Na Rio 92 (ou Eco 92), quando o planeta discutia o aumento do buraco na camada de ozônio, ele defendeu que não havia motivo para tamanha preocupação.

Numa conferência, peitou o badalado mexicano Mario Molina, mais tarde Nobel de Química, um dos primeiros a fazer o alerta.



Agora, a guerra acadêmica de Molion tem outro nome: aquecimento global. Pós-doutor em meteorologia formado na Inglaterra e nos Estados Unidos, membro do Instituto de Estudos Avançados de Berlim e representante da América Latina na Organização Meteorológica Mundial, esse paulista de 61 anos defende com veemência a tese de que a temperatura do planeta não está subindo e que a ação do homem, com a emissão crescente de gás carbônico (CO₂) e outros poluentes, nada tem a ver com o propalado aquecimento global. Boa notícia?

Nem tanto, diz. Molion sustenta que está em marcha um processo de resfriamento do planeta. "Estamos entrando numa nova era glacial, o que para o Brasil poderá ser pior", pontifica. Para Molion, por trás da propagação catastrófica do aquecimento global há um movimento dos países ricos para frear o desenvolvimento dos emergentes. O professor ainda faz uma reclamação: diz que cientistas contrários à tese estão escanteados pelas fontes de financiamento de pesquisa.

ISTOÉ - Com base em que o sr. diz que não há aquecimento global?

Molion - É difícil dizer que o aquecimento é global. O Hemisfério Sul é diferente do Hemisfério Norte, e a partir disso é complicado pegar uma temperatura e falar em temperatura média global. Os dados dos 44 Estados contíguos dos EUA, que têm uma rede de medição bem mantida, mostram que nas décadas de 30 e 40 as temperaturas foram mais elevadas que agora. A maior divergência está no fato de quererem imputar esse aquecimento às atividades humanas, particularmente à queima de combustíveis fósseis, como petróleo e carvão, e à agricultura, atrás da agropecuária, que libera metano. Quando a gente olha a série temporal de 150 anos usada pelos defensores da tese do aquecimento, vê claramente que houve um período, entre 1925 e 1946, em que a temperatura média global sofreu um aumento de cerca de 0,4 grau centígrado. Aí a pergunta é: esse aquecimento foi devido ao CO₂? Como, se nessa época o homem

liberava para a atmosfera menos de 10% do que libera hoje? Depois, no pós-guerra, quando a atividade industrial aumentou, e o consumo de petróleo também, houve uma queda nas temperaturas.

ISTOÉ - Qual seria a origem das variações de temperatura?

Molion - Há dez anos, descobriu-se que o Oceano Pacífico tem um modo muito singular na variação da sua temperatura. Me parece lógico que o Pacífico interfira no clima global. Primeiro, a atmosfera terrestre é aquecida por debaixo, ou seja, temos temperaturas mais altas aqui na superfície e à medida que você sobe a temperatura vai caindo - na altura em que voa um jato comercial, por exemplo, a temperatura externa chega a 45 ou 50 graus abaixo de zero. Ora, o Pacífico ocupa um terço da superfície terrestre. Juntando isso tudo, claro está que, se houver uma variação na temperatura da superfície do Pacífico, vai afetar o clima.

ISTOÉ - O IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática, da ONU) está errado?

Molion - O painel não leva em consideração todos os dados. Outra coisa que incomoda bastante, e que o Al Gore [exvice- presidente dos EUA e estrela do documentário Uma verdade inconveniente, sobre mudanças no clima] usa muito, é a concentração de CO₂. O IPCC diz claramente que a concentração atingida em 2005, de 339 partes por milhão, ou ppm, foi a maior dos últimos 650 mil anos. Isso é uma coisa ridícula. Eles usam uma série iniciada em 1957 e não fazem menção a medições de concentração de gás carbônico anteriores. É como se nunca ninguém tivesse se preocupado com isso. O aumento de CO₂ não é um fenômeno novo. Nos últimos 150 anos, já chegou a 550, 600 ppm. Como é que se jogam fora essas medidas? Só porque não interessam ao argumento? O leigo, quando vê a coisa da maneira que é apresentada, pensa que só começaram a medir nos últimos 50 anos. O Al Gore usou no filme a curva do CO₂ lá embaixo há 650 mil anos e, agora, decolando. Ridículo, palhaço.

ISTOÉ - Esses temores são cíclicos?

Molion - Eu tenho fotos da capa da Time em 1945 que dizia: "O mundo está fervendo." Depois, em 1947, as manchetes diziam que estávamos indo para uma nova era glacial. Agora, de novo se fala em aquecimento. Não é que os eventos sejam cíclicos, porque existem muitos fatores que interferem no clima global. Sem exagero, eu digo que o clima da Terra é resultante de tudo o que ocorre no universo. Se a poeira de uma supernova que explodiu há 15 milhões de anos for densa e passar entre o Sol e a Terra, vai reduzir a entrada de radiação solar no sistema e mudar o clima. Esse ciclo de aquecimento muito provavelmente já terminou em 1998. Existem evidências, por medidas feitas via satélite e por cruzeiros de navio, de que o oceano Pacífico está se aquecendo fora dos trópicos - daí o derretimento das geleiras - e o Pacífico tropical está esfriando, o que significa que estamos entrando numa nova fase fria. Quando esfria é pior para nós.

ISTOÉ - Por que é pior?

Molion - Porque quando a atmosfera fica fria ela tem menor capacidade de reter umidade e aí chove menos. Eu gostaria que aquecesse realmente

porque, durante o período quente, os totais pluviométricos foram maiores, enquanto de 1946 a 1976 a chuva no Brasil como um todo ficou reduzida.

ISTOÉ - No que isso pode interferir na vida do brasileiro?

Molion - As conseqüências para o Brasil são drásticas. O Sul e o Sudeste devem sofrer uma redução de chuvas da ordem de 10% a 20%, dependendo da região. Mas vai ter invernos em que a freqüência de massas de ar polar vai ser maior, provocando uma freqüência maior de geadas. A Amazônia vai ter uma redução de chuvas e, principalmente, a Amazônia oriental e o sul da Amazônia vão ter uma freqüência maior de seca, como foi a de 2005. O Nordeste vai sofrer redução de chuva. O que mais me preocupa é que, do ponto de vista da agricultura, as regiões sul do Maranhão, leste e sudeste do Pará, Tocantins e Piauí são as que apresentam sinais mais fortes. Essas regiões preocupam porque são a fronteira de expansão da soja brasileira. A precipitação vai reduzir e certamente vai haver redução de produtividade. Infelizmente, para o Brasil é pior do que seria se houvesse o aquecimento.

ISTOÉ - A quem interessaria o discurso do "aquecimento"?

Molion - Quando eu digo que muito provavelmente estamos num processo de resfriamento, eu faço por meio de dados. O IPCC, o nome já diz, é constituído de pessoas que são designadas por seus governos. Os representantes do G-7 não vão aleatoriamente. Vão defender os interesses de seus governos. No momento em que começa uma pressão desse tipo, eu digo que já vi esse filme antes, na época do discurso da destruição da camada de ozônio pelos CFCs, os compostos de clorofluorcarbonos. Os CFCs tinham perdido o direito de patente e haviam se tornado domínio público. Aí inventaram a história de que esses compostos estavam destruindo a camada de ozônio. Começou exatamente com a mesma fórmula de agora. Em 1987, sob liderança da Margaret Thatcher, fizeram uma reunião em Montreal de onde saiu um protocolo que obrigava os países subdesenvolvidos a eliminar os CFCs. O Brasil assinou. Depois, ficamos sabendo que assinou porque foi uma das condições impostas pelo FMI para renovar a dívida externa brasileira. É claro que o interesse por trás disso certamente não é conservacionista.

ISTOÉ - Mas reduzir a emissão de CFCs não foi uma medida importante?

Molion - O Al Gore no filme dele diz "nós resolvemos um problema muito crucial que foi a destruição da camada de ozônio". Como resolveram, se cientistas da época diziam que a camada de ozônio só se recuperaria depois de 2100? Na Eco 92, eu disse que se tratava de uma atitude neocolonialista. No colonialismo tradicional se colocam tropas para manter a ordem e o domínio. No neocolonialismo a dominação é pela tecnologia, pela economia e, agora, por um terrorismo climático como é esse aquecimento global. O fato é que agora a indústria, que está na Inglaterra, França, Alemanha, no Canadá, nos Estados Unidos, tem gases substitutos e cobra royalties de propriedade. E ninguém fala mais em problema na camada de ozônio, sendo que, na realidade, a previsão é de que agora em outubro o buraco será um dos maiores da história.

ISTOÉ - O sr. também vê interesses econômicos por trás do diagnóstico do aquecimento global?

Molion - É provável que existam interesses econômicos por detrás disso, uma vez que os países que dominam o IPCC são os mesmos países que já saíram beneficiados lá atrás.

ISTOÉ - Não é teoria conspiratória concluir que há uma tentativa de frear o desenvolvimento dos países emergentes?

Molion - O que eu sei é que não há bases sólidas para afirmar que o homem seja responsável por esse aquecimento que, na minha opinião, já acabou. Em 1798, Thomas Malthus, inglês, defendeu que a população dos países pobres, à medida que crescesse, iria querer um nível de desenvolvimento humano mais adequado e iria concorrer pelos recursos naturais existentes. É possível que a velha teoria malthusiana esteja sendo ressuscitada e sendo imposta através do aquecimento global, porque agora querem que nós reduzamos o nosso consumo de petróleo, enquanto a sociedade americana, sozinha, consome um terço do que é produzido no mundo.

ISTOÉ - Para aceitar a tese do sr., é preciso admitir que há desonestidade dos cientistas que cancelam o diagnóstico do aquecimento global...

Molion - Eu digo que cientistas são honestos, mas hoje tem muito mais dinheiro nas pesquisas sobre clima para quem é favorável ao aquecimento global. Dinheiro que vem dos governos, que arrecadam impostos das indústrias que têm interesse no assunto. Muitos cientistas se prostituem, se vendem para ter os seus projetos aprovados. Dançam a mesma música que o IPCC toca.

ISTOÉ - O sr. se considera prejudicado por defender a linha oposta?

Molion - Na Eco 92, eu debati com o Mario Molina, que foi quem criou a hipótese de que os clorofluorcarbonos estariam destruindo o ozônio. Ele, em 1995, virou prêmio Nobel de Química. E o professor Molion ficou na geladeira. De 1992 a 1997 eu não fui mais convidado para nenhum evento internacional. Eu tinha US\$ 50 mil que o Programa das Nações Unidas havia repassado para fazer uma pesquisa na Amazônia e esse dinheiro foi cancelado.

ISTOÉ - O cenário que o sr. traça inclui ou exclui o temor de cidades litorâneas serem tomadas pelo aumento do nível dos oceanos?

Molion - Também nesse aspecto, o que o IPCC diz não é verdade. É possível que, com o novo ciclo de resfriamento, o gelo da Groenlândia possa aumentar e pode ser até que haja uma ligeira diminuição do nível do mar.

ISTOÉ - Pela sua tese, seria o começo de uma nova era glacial?

Molion - Como já faz 15 mil anos que a última Era Glacial terminou, e os períodos interglaciais normalmente são de 12 mil anos, é provável que nós já estejamos dentro de uma nova era glacial. Obviamente a temperatura não cai linearmente, mas a tendência de longo prazo certamente é decrescer, o que é mau para o homem. Eu gostaria muito que houvesse realmente um

aquecimento global, mas na realidade os dados nos mostram que, infelizmente, estamos caminhando para um resfriamento. Mas não precisa perder o sono, porque vai demorar uns 100 mil anos para chegar à temperatura mínima. E quem sabe, até lá, a gente não encontre as soluções para a humanidade.

Edição 1975 - 05 DE SETEMBRO 2007

SÍLVIO TENDLER

"O mundo do lado de cá"

Cineasta critica a globalização, diz que o Brasil está permissivo demais e aposta em uma reação que venha das periferias.

FRANCISCO ALVES FILHO

Sílvio Tandler é um cineasta com curiosa mistura de outsider e campeão de bilheterias. No único intervalo em sua filmografia política, Tandler fez O mundo mágico dos Trapalhões e levou 1,8 milhão de espectadores aos cinemas. É o recorde para um documentário no Brasil. Os segundo e terceiro lugares também são dele, Jango e Os anos JK, respectivamente. Hoje, as bilheterias andam minguadas, mas ele resiste. "Não se pode ter a monotonia do entretenimento, como se no cinema não houvesse espaço para a reflexão", defende. Formado em história, ele discorre nessa entrevista sobre a desorganização social e política do País, a esperança numa renovação vinda das periferias e em novas formas de manifestação dos estudantes, que também lhe serviram de tema para um documentário sobre a UNE. Agora, chega às telas o documentário Encontro com Milton Santos ou O mundo global visto do lado de cá, em que o intelectual expõe seu conceito de globalitarismo, a opressão patrocinada pelo atual modelo de globalização. "A grande batalha de hoje é pela opinião pública e eu acho que a gente tem de colocar pontos de vista diferentes, alternativos", enuncia Tandler.

Reconhecido por intelectuais de todo o mundo, o geógrafo Milton Santos recebeu o cineasta carioca para expor suas idéias numa tarde de 2001. Durante a conversa, documentada por uma câmera, Santos expôs suas críticas ao modelo de globalização que torna escassos os recursos naturais e empobrece ainda mais os miseráveis. Quase ao fim da conversa, Tandler questionou: "Professor, o que lhe dá a certeza de que suas idéias vão ter algum tipo de consequência?" Com os olhos brilhantes e o sorriso simpático, o geógrafo respondeu: "Você". Foi sua última entrevista - ele morreria cinco meses depois, de câncer - e, desde então, Tandler sentiu-se comprometido em multiplicar a mensagem do único acadêmico do Hemisfério Sul a receber o prêmio Vautrin Lud, espécie de Nobel da Geografia. Diabético, cardíaco e hipertenso, o cineasta mantém o bom humor e o espírito provocativo.

ISTOÉ - O que é globalitarismo, conceito criado por Milton Santos?

Sílvio Tandler - Ele formulou essa idéia em 2001, no livro Por uma outra globalização, pouco antes de morrer. É o fundamentalismo que faz do consumo a grande característica da nossa sociedade. A economia se ancora nisso. O mundo está produzindo muito mais do que a sociedade tem capacidade de consumir. Esse processo está levando à destruição do planeta e à desigualdade social. Isso é o globalitarismo: a imposição de padrões consumistas, inclusive a quem não tem condições de consumir. Milton Santos comparou esse fenômeno ao nazismo e ao fascismo.

ISTOÉ - Qual o modelo viável para substituir esse globalitarismo?

Tendler - Milton Santos não foi contra a globalização. Ele diz no filme, inclusive, que nunca houve civilização, agora é que estamos fazendo os primeiros ensaios do que será a humanidade. É contra a perversidade de nossos dias. Temos que construir um futuro melhor. E eu acredito nisso. Outro dia um jornalista me perguntou se eu não achava que a globalização era inevitável. Eu respondi que não só inevitável como necessária, desejada. Não sou contra a globalização. Mas contra esse modelo que permite a circulação de mercadorias e não permite a circulação de humanos.

ISTOÉ - Vivemos em desorganização política e social. Como implantar um modelo mais justo?

Tendler - Isso não é necessariamente ruim, já que evita o aparelhamento político que vivemos em outros tempos através de correntes políticas hegemônicas que pregavam idéias quase de forma totalitária. Temos uma grande diversidade política cultural em que várias minorias expressam seus pensamentos: os homossexuais, os sem-teto e por aí vai.

ISTOÉ - De onde viria essa renovação?

Tendler - Há uma cultura que está emergindo da periferia. Há os rappers que revelam a realidade das favelas. Temos meninos da Baixada Fluminense com uma câmera de R\$ 200 fazendo cinema. Dou aula em uma universidade na qual o pessoal só quer filmar com câmeras caras. Ninguém acredita que com uma camerazinha de R\$ 200 se pode fazer um filme de verdade. Tem o índio na floresta que usa a câmera para denunciar a derrubada de árvores. O outro índio, graças à internet e à parabólica, cria a rede de povos da floresta. Hoje há vários movimentos culturais autônomos na periferia. Não há como explicar o fenômeno dos Racionais MCs, por exemplo, que não aparecem na tevê. Tem o YouTube como uma vertente de renovação cultural, com trabalhos que fugiram do controle da grande mídia.

ISTOÉ - Um de seus trabalhos recentes é sobre a história do movimento estudantil. O sr. acha que os estudantes ainda podem mudar o País?

Tendler - Entrevistei do primeiro presidente da UNE ao que estava em exercício quando fiz o filme, o Gustavo Petta. Os dois dizem que a força do movimento jovem se deslocou para a periferia. A juventude está engajada, mas de outras formas. Hoje lidam com hiphop, lutam pelos direitos das minorias. Mudaram as formas de luta. Cabe aos líderes adequar as práticas da UNE à demanda do movimento estudantil.

ISTOÉ - É possível comparar os estudantes de hoje com aqueles que faziam grandes passeatas na década de 60?

Tendler - O País e o mundo eram muito diferentes. O Brasil tinha 160 mil universitários, hoje tem dois milhões. O crescimento das universidades foi maior que o crescimento demográfico. Além disso, a maioria dos estudantes estava em instituições públicas, estavam preocupados com as grandes questões nacionais, com a qualidade do ensino e outros temas. Hoje, a maioria vem de universidades privadas, buscam principalmente um lugar no mercado de trabalho.

ISTOÉ - Como essa crise afeta o seu trabalho?

Tendler - Quando lancei JK e Jango fiquei seis semanas no Rio e em São Paulo e repercutiu muito. Hoje, não tenho mais o mesmo espaço. A lógica de mercado obriga você a dar graças a Deus por achar uma vaga.

ISTOÉ - Vale a pena fazer filmes de conteúdo político e social?

Tendler - Acho que está na hora de a sociedade brasileira se rediscutir. A gente tem que usar o cinema e outros meios de comunicação para colar os caquinhos do nosso arcabouço social. O que talvez explique as baixas bilheteiras é que temos a liberdade de chegar à sala, mas não temos os meios de chegar ao público, você não consegue se comunicar com o espectador. Eu acabo virando uma exceção. Lancei o filme em cinco cinemas, com sessões alternativas, contra 500 cinemas com horário integral dos Simpsons. A batalha desigual é essa. Os caras vêm com uma tremenda mídia do Exterior, com grana, mídia nacional, são heróis da tevê, a garotada vê, curte... Mas não é por isso que eu vou deixar de fazer cinema. Eu acredito nisso. Trabalho de formiguinha. Melhor falar para três mil pessoas que para nenhuma.

ISTOÉ - Quais as conseqüências dessa concentração de poder midiático?

Tendler - Acabou a idade da inocência. Milton Santos dizia que quatro ou cinco grupos dominam a mídia no mundo. Não estava falando apenas do jornalismo, mas também do entretenimento. Como a indústria dos games, por exemplo. As pessoas dizem que eu sou didático. Na minha interpretação, didático é o cinema americano, que ensina a matar. A gente fica assistindo a essa violência no cotidiano com uma passividade... A gente não quer falar a verdade: o rei está nu, essa é a indústria de massas. As crianças desde pequenas se habituem com o conceito de serial killers a partir dos games. Elas vêem filmes desse tipo. Com as novas tecnologias é possível misturar personagens reais e animação. Toda essa violência que a sociedade está vivendo é formada pela cultura de massas e ninguém discute. Isso serve de controle social, prega o egoísmo, a individualidade, as pessoas deixam de ter solidariedade.

ISTOÉ - A classificação indicativa poderia ajudar?

Tendler - O grande problema da classificação indicativa seria o despreparo das pessoas que fazem essa indicação. Vou te dar um exemplo surrealista: meu filme foi indicado para 12 anos por ter "palavras de baixo calão" e "cenas de violência". Quem vê, constata que os palavrões não são gratuitos e a violência é de fundo social. Em plena ditadura fiz JK e Jango, que foram censura livre. Os dois filmes têm cenas de violência também, tem gente sendo assassinada nas manifestações de rua de 68.

ISTOÉ - Qual seria a solução?

Tendler - Não sei, mas sou contra a excessiva permissividade que vivemos hoje. Em um dos episódios da série Malu Mulher, dos anos 80, um dos personagens tenta o suicídio. Quando a série passou na Suécia, esse episódio não foi ao ar. A sociedade sueca se deu ao direito de dizer: "Isso não passa na nossa televisão." Acho que a gente tem que ter uma preocupação com nossos jovens. Não sou careta, mas acho que vivemos numa sociedade excessivamente permissiva e de muita liberalidade.

Estamos acostumados a ver drogas e sexo, tudo circulando com naturalidade. Acho que devíamos ter uma organização maior da sociedade para tratar disso. O que eu não acredito é na capacidade de esses organismos estatais fazerem essa regulação por nós. São um bando de burocratas, completamente despreparados.

ISTOÉ - O meio ambiente é um tema que o sr. pensa em levar para as telas?

Tendler - Sou contra esse terrorismo internacionalista do tal desenvolvimento sustentável. O Al Gore vem com esse filme falando de meio ambiente (Uma verdade inconveniente), mas o cara já foi vice-presidente dos Estados Unidos. Já poderia ter feito pelo menos um terço daquilo que ele prega no filme. Ele só passa a ter preocupação ecológica quando vira cineasta? Como vice-presidente não? Quero discutir o que é esse tal desenvolvimento sustentável, quero saber o que vai ser essa terra daqui a 40 anos dentro de um ponto de vista menos catastrófico, menos terrorista.

ISTOÉ - O sr. acredita que o brasileiro pode recuperar a fé na política?

Tendler - Como disse Milton Santos, a gente precisa encher de conteúdo a palavra democracia, já que quando falamos sobre democracia hoje não sabemos exatamente sobre o que estamos falando. Ficamos apenas com a forma. A gente elege uma pessoa e não sabemos para quê. Não sabemos qual o seu programa político, o que ele vai fazer com nosso voto. Todo dia você ouve falar, por exemplo, em reformas. Reforma tributária, reforma política... O que são essas reformas? Qual o conteúdo? Você sabe o que os políticos estão discutindo em Brasília? Cada dia está pior a convivência entre o cidadão e a política, está cada vez mais difícil o cidadão se ver efetivamente representado pelo Congresso Nacional. Mas sem a política a gente não avança.

Edição 1995 - 30 DE JANEIRO/2008

JOÃO FRAGOSO

"O problema não é só a elite"

Professor da UFRJ diz que escravos também foram responsáveis pela escravidão e que o marxismo prejudicou o estudo dos ricos.

FRANCISCO ALVES FILHO

Apesar da personalidade tímida e do jeito afável, o historiador carioca João Fragoso, 49 anos, não tem medo de enfrentar grandes polêmicas. Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, ele tem causado controvérsia por classificar como superadas muitas das idéias de ninguém menos do que Karl Marx. Mesmo formado no marxismo, corrente majoritária no ensino de história na década de 70, ele entende que vários postulados do intelectual alemão se esgotaram. "Não há mais cabimento considerar que somos



apenas robôs inseridos em grandes estruturas, como o capitalismo ou o feudalismo", critica Fragoso. "Por trás dessa alegoria há pessoas com alma e vontade própria." Sua posição lhe rende vários ataques, vindos principalmente de seus colegas da Universidade de São Paulo (USP), onde o marxismo é tido como parâmetro fundamental para entender a sociedade.

Outro vespeiro é seu tema preferencial de estudos: a elite brasileira no período colonial. "Descobri que havia muitas pesquisas sobre escravos e operários, mas quase nada sobre as elites", explica. O historiador carioca escreveu sete livros e seu artigo Fidalgos e parentes de pretos está incluído no livro Conquistadores & negociantes, recém-lançado pela editora Civilização Brasileira. Sua linha de pesquisa leva a conclusões que dão combustível para discussões acaloradas. Ele contesta, por exemplo, que as elites brasileiras sejam o grande vilão das mazelas sociais do Brasil. "Nós e a elite somos cúmplices de nossa história", corrige. Nessa linha de raciocínio, é capaz de afirmações explosivas, como uma das que soltou na entrevista à ISTOÉ: "O escravo também foi responsável pela escravidão." Ele não liga para uma possível reação de acadêmicos. "O debate é saudável e a academia é o melhor lugar para isso."

ISTOÉ – O marxismo deixou de ser um instrumento para entender a história?

João Fragoso – Minha formação é marxista. No entanto, o marxismo dá ênfase excessiva ao estruturalismo. Ou seja, as pessoas seriam robôs ou zumbis de grandes estruturas, capitalistas ou feudais, e não agentes. Todos nasceriam com o código genético correspondente às leis daquela estrutura. Ao se enfatizar por demais a importância de um modo de produção, as pessoas ficam em segundo plano. Isso impede, por exemplo, o estudo dos escravos, das diferenças entre eles, de suas relações com os senhores.

ISTOÉ – Que outros problemas o sr. identifica na visão marxista?

Fragoso – A conclusão de qualquer pesquisa já estava dada antes do início do estudo. Por exemplo: eu sei que o escravo vai apanhar e vai trabalhar e a elite é a culpada, por ser formada por brutamontes que não pensam. Desde a minha época de graduação, a culpa é sempre da burguesia, a culpa é sempre do senhor de engenho. Mas quem são eles? São tidos como um bando de pessoas sem coração, quando o certo seria vê-los como humanos. Personagens que são rudes de manhã, mas à tarde podem ter outra postura. O marxismo transforma os agentes sociais em números e por trás desses números você tem almas. Além disso, Marx, como bom filho do século XIX, era evolucionista. Sua obra tem aquela mensagem de que todos caminhamos para o comunismo. Isso está completamente equivocado, a história está aberta.

ISTOÉ – Então essa linha de pensamento se perdeu?

Fragoso – Não. Ainda há pontos importantes. A visão marxista representa um apelo ao racionalismo. Preocupa-se em explicar e em elaborar teorias. Inevitavelmente, o marxismo ensina que nenhuma sociedade consegue viver com as contas desequilibradas. Não é possível que o custo de uma nação seja superior à sua produção. Aí, sim, chegamos ao processo econômico, dos meios de produção. Não está descartada a noção de que, para sonhar, o homem precisa comer e beber.

ISTOÉ – Por que o sr. resolveu estudar as elites brasileiras?

Fragoso – Eu fiz minha graduação nos anos 70, durante a ditadura militar. Na época, estudava-se muito o comportamento dos chamados grupos subalternos: operários, camponeses, escravos. Colocavam em segundo plano o estudo das ditas elites. Um dos traços do Brasil é justamente a presença de uma hierarquia ciosa de seu poder. Mas o seu estudo era menosprezado. Lembro de um panfleto distribuído na faculdade que dizia que a direita não pensa. Isso me deixou transtornado. Como assim, nós aqui, aniquilados pela ditadura e esse pessoal dizendo que a direita não pensa? Era como se a direita não conhecesse a luta de classes. Na época, um colega bem-humorado comentou que o estudo das elites é tão importante que, por isso, Marx escreveu O capital e não O trabalho (risos).

ISTOÉ – O sr. acredita que a esquerda ainda pense assim?

Fragoso – O tempo mostrou que essa posição era, no mínimo, equivocada, para não dizer idiota. Hoje, a preocupação é tentar ultrapassar algumas coisas como a teoria da dependência (criada pelos sociólogos Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, entre outros) e outras formulações que levam a uma resposta fácil de que a culpa do que nos acontece é dos outros.

ISTOÉ – É o discurso de que a culpa é sempre do dominador?

Fragoso – Também o chamado oprimido tem sua percepção, tem sua visão de mundo, seus valores e suas estratégias. Nessa reviravolta descobriu-se que a direita pensa e tem mais de dois neurônios, não é necessariamente um brutamontes. Ela domina não apenas através de lavagem cerebral ou na base da opressão militar. Além disso, percebe-se que a relação entre oprimido e opressor, vista de uma forma um tanto maniqueísta, deve ser reestudada. Um dos perigos que se tinha antes era o de tentar colocar os males do País, as desigualdades, sempre como culpa das elites. O filho de uma colega que está no ensino médio diz que as provas de história são as mais fáceis porque a burguesia é sempre culpada. Ele diz que sempre tira dez.

ISTOÉ – O sr. está absolvendo as elites?

Fragoso – Não. Pelo contrário. Acho que as elites são pouco estudadas. E para tentar entender a perversidade da sociedade brasileira é preciso um esforço concentrado para estudá-las. É muito fácil delegar a culpa ao outro e se isentar de qualquer tipo de responsabilidade. Uma das seqüelas de vitimizar o oprimido é retirar dele a capacidade de ação, de negociar e de pensar, sua condição de humanidade. Hoje se sabe que não só as elites pensam, como também os grupos subalternos pensam e têm suas estratégias. Há um confronto, que não necessariamente é um quebra-pau, mas confrontos do dia-a-dia, relações que formam um processo histórico. Obviamente, os recursos dos grupos chamados oprimidos são menores do que os dos opressores. Mas isso não os impede de planejar e tentar negociar, de tentar sobreviver.

ISTOÉ – O sr. acredita em dominação cordial?

Fragoso – Não. Dominação nunca é cordial. Ela pressupõe tensão, embates. Conseqüentemente, a cordialidade está fora do jogo. O que eu digo é que houve uma cumplicidade, que o escravo também foi responsável pela escravidão, assim como o senhor o foi, assim como todas as pessoas que viveram naquela sociedade. Não tem vítima. Uma figura pode ser vítima, mas um grupo social, não. Isso seria tirar a capacidade dos escravos de fazer sua própria história. A idéia de vítima é mal aplicada; essa imagem começou a ser elaborada a partir da Revolução Francesa. Na França do século XVIII, tínhamos 14 milhões de camponeses. Posso dizer que eram todos vítimas nas mãos de meia dúzia? O mesmo acontece na contraposição atual entre elites e excluídos. Este é um país democrático, o Congresso foi eleito democraticamente. Não há vítimas.

ISTOÉ – O sr. quer dizer que os chamados oprimidos têm condições de moldar o próprio destino?

Fragoso – Com certeza. Nossa sociedade tem de assumir os próprios acertos e erros. Nós e a elite somos cúmplices de nossa história. Há tensões, mas como cidadão não posso me eximir de responsabilidade e culpar apenas as elites pelo estado em que este país se encontra. Nós somos agentes, e não vítimas, da situação. Não significa que a sociedade não tenha uma hierarquia, que não haja diferenças, mas, dentro desse

cenário, temos um espaço de ação. Temos a possibilidade de construção e transformação.

ISTOÉ – Qual é a responsabilidade das elites no caos social brasileiro?

Fragoso – Entender esse quadro é o meu esforço, mas há poucos estudos sobre o assunto. Pode-se dizer tranquilamente o nome de um titular de grande fortuna nos EUA no fim do século XIX e início do século XX: Henry Ford, por exemplo. Diga o nome de um titular aqui no Brasil. Não se conhece! Isso seria um estudo elementar: quais são as grandes fortunas? Sabemos que o País tem uma das maiores concentrações de renda. Quando a gente tenta nomear os agentes dessa concentração, fica complicado. O comendador Valim, por exemplo, morreu em 1872 e tinha o correspondente a 10% do numerário em circulação no País – e ele está longe de ser uma das maiores fortunas. Isso mostra o grau de desconhecimento. Sabemos muito mais sobre a escravidão do que sobre as elites.

ISTOÉ – A escravidão determinou a exclusão social que existe hoje no Brasil?

Fragoso – Não sei se foi determinante. Mas a herança da escravidão se traduz também na existência de uma estratificação no interior dos oprimidos. Aquela história na qual dois carros guiados por motoristas particulares colidem. Um deles desce o vidro e pergunta: você sabe quem é o meu patrão? É o racismo de um negro para outro ou de um mulato para outro ou de um negro em situação um pouco melhor para outro negro em situação inferior.

ISTOÉ – O racismo é um mal generalizado entre os brasileiros?

Fragoso – Digo aos meus alunos: dentro de todos nós, brasileiros, existe um pequeno coronel da República Velha. É um coronel pardo e racista. Se existe uma cultura brasileira, um de seus traços definidores é a presença desse personagem.

ISTOÉ – A política de cotas pode ajudar a amenizar essa exclusão?

Fragoso – Confesso que não tenho uma opinião formada. Mas essa concepção me preocupa pelas seqüelas que pode trazer. Em primeiro lugar, a idéia de etnia, que já está ultrapassada. Temos no Brasil uma miscigenação fantástica. Eu, por exemplo, declaro minha cor dependendo do meu humor. Algumas vezes me declaro branco, outras pardo e outras negro. A miscigenação é um fenômeno muito importante. Isso coloca a discussão de cotas em outro patamar. Talvez devessem ser definidas por critérios socio- econômicas em vez da cor da pele. Uma pesquisa recente mostrou que vários negros brasileiros têm mais DNA de europeu do que de negro.

ISTOÉ – Se a discriminação é mais praticada contra negros, não seria correto concluir que a noção de etnia existe na vida real?

Fragoso – Com certeza. O que quero sublinhar é que, muitas vezes, aquele policial que pára o negro ou o mulato em uma blitz também é negro. São as diferenças no interior da senzala. Além de oprimido e opressor, temos também esse tipo de racismo, fundamental para entendermos nossa condição. Acho que damos pouca atenção a isso.

ISTOÉ – A palavra miscigenação não é usada para esconder o racismo na sociedade brasileira?

Fragoso – Certamente. Toda discussão corre o risco de cair em posições radicais que evitam, exatamente, a solução dos problemas. Nós somos miscigenados, porém existe de fato o racismo contra as pessoas de pele negra. Há o racismo, mas acho que estamos em um nível diferente do dos EUA, onde um senador pode ser eleito no sul tendo como plataforma a repressão violenta contra os negros. No Brasil, um político assim nunca seria eleito.

ISTOÉ – Além do marxismo, o sr. contesta um de seus produtos, a teoria da dependência. Por quê?

Fragoso – A teoria da dependência sofreu uma série de baixas. A primeira foi ainda nos anos 70, quando vários estudos mostraram que a Revolução Industrial dependeu pouco dos recursos vindos da periferia. Além disso, o Brasil está entre os maiores PIBs do mundo e sua importância é amplamente reconhecida. Assim como a Índia, a China e a Rússia. Essa nova conjuntura definitivamente joga por terra a idéia da dependência, até porque a teoria da dependência não vislumbrava uma situação como essa. Na minha juventude, várias vezes fui para a rua e apanhei por protestar contra o capital internacional, contra as multinacionais. Hoje em dia, esse dinheiro faz a alavancagem da nossa economia. Agora, há uma distribuição desigual, o que não tem necessariamente a ver com a influência de um poder externo.

Edição 2001 - 12 DE MARÇO/2008

HAROLDO LIMA

"Podemos trocar petróleo por ferrovias e portos"

Presidente da ANP quer recriar o monopólio do Estado na extração e defende a criação de uma nova estatal para o setor.



O diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Haroldo Lima, defende uma proposta ousada: ele quer mudar o tipo de parceria entre o governo e as empresas de exploração. Seja a médio ou longo prazo, Lima sugere a adoção da partilha de produção, em que todo o óleo produzido passa a ser propriedade do Estado e as empresas ganham um percentual em dinheiro. Para tanto, acredita, seria necessário criar uma nova estatal do petróleo. “Não temos condições de propor que na partilha de produção uma empresa brasileira fique com todo o petróleo sem ser totalmente estatal.” Isso exclui a Petrobras,

que tem capital aberto. Como mudança de curto prazo, Lima propõe que as alíquotas pagas pelas empresas exploradoras sejam reajustadas para os níveis vigentes em outras partes do mundo. No comando da ANP, Lima, um engenheiro baiano de 67 anos, está vendo tornar-se realidade sua meta de aumentar a participação das pequenas e médias empresas no mercado petrolífero. “Elas podem ser milhares”, sonha. Comunista histórico, ele atuou na Ação Popular (movimento armado de oposição à ditadura militar) e foi preso e torturado. Depois da abertura política, cumpriu cinco mandatos como deputado federal pelo PCdoB. Ironicamente, é hoje o maestro das mudanças num mercado em que os capitalistas brasileiros e estrangeiros investem muitos milhões. Acabou de lançar o livro *Petróleo no Brasil* (Synergia Editora), no qual faz uma radiografia desse segmento e conta histórias de bastidores. Nesta entrevista à ISTOÉ, ele defende ainda a mudança no pagamento dos royalties do petróleo e a criação de um fundo petrolífero, nos moldes do da Noruega.

ISTOÉ – Por que o sr. defende mudanças na parceria entre o governo e empresas privadas para exploração do petróleo?

Haroldo Lima – Veja o caso dos 41 blocos do campo de Tupi. É muito pequeno o risco de a exploração dar errado e a possibilidade de lucro é muito grande. A quantidade esperada é enorme. Com uma situação assim, com pouco risco e muito lucro à vista, não seria uma licitação do tipo comum. A partir daí, começamos a discutir mudanças.

ISTOÉ – Foi o próprio presidente Lula que tomou a decisão de não licitar esses 41 blocos?

Lima – O Conselho Nacional do Petróleo examinou o assunto, no Rio de Janeiro, numa reunião coordenada pelo presidente Lula. Ele convocou a reunião e, depois de examinar as informações fornecidas pela ANP, disse que não passaria à história como o presidente que tomou conhecimento disso e deixou tudo continuar como antes. Resolveu retirar os 41 blocos e foi apoiado por todos na reunião. O edital da ANP prevê essa medida até o início da apresentação das ofertas.

ISTOÉ – Qual a fórmula ideal de exploração para evitar prejuízos ao País?

Lima – No modelo atual, o petróleo é da empresa exploradora e o governo recebe uma quantia em dinheiro como compensação. O que se cogita é que a parceria entre o governo e as empresas para a exploração do petróleo passe a ser regulada através da partilha de produção ou contrato de serviço. Ambos pressupõem que a propriedade do petróleo extraído fique nas mãos do Estado.

ISTOÉ – O que é preciso para adotar esses modelos?

Lima – O Estado terá que dispor de uma grande estrutura para receber o petróleo. Na partilha de produção, as empresas que participam da exploração têm que repassar o produto ao Estado brasileiro. Que instrumento estatal seria capaz de receber esse petróleo? Seria a Petrobras, que em boa parte é constituída de capital estrangeiro ou capital privado? Não. Nos países onde a empresa do governo recebe em caráter privilegiado essa produção, ela é 100% estatal. Assim, não são favorecidos os acionistas, que muitas vezes são estrangeiros ou grandes agentes privados brasileiros. Se adotarmos esse modelo, não poderíamos privilegiar a Petrobras, porque estaríamos favorecendo acionistas.

ISTOÉ – A ANP vai então encaminhar ao governo a idéia da criação de uma nova estatal do petróleo?

Lima – É possível que cheguemos a essa conclusão. Não temos condições de propor que na partilha de produção uma empresa brasileira fique com todo o petróleo sem ser totalmente estatal. O governo vai decidir. Mas não pode ser uma empresa em parte estatal e em parte privada. Assim estaríamos fraudando os interesses nacionais.

ISTOÉ – Por que é inviável pensar nesse tipo de modelo para já?

Lima – O atual parâmetro de contrato de concessão está na lei, que foi votada com muita dificuldade. Mudar essa legislação, em ano eleitoral, seria extremamente trabalhoso. Ao passo que é possível fazer mudanças no Decreto 2.706, que estabelece a forma de se calcular a participação especial, fortalecendo a parte do governo, que na minha opinião está bastante enfraquecida.

ISTOÉ – Pode dar um exemplo?

Lima – Hoje, se a empresa exploradora produz até 400 milhões de barris de petróleo, está isenta do pagamento dos royalties. Quando esse texto foi

criado, o preço do petróleo não chegava a US\$ 20 por barril. Agora, ultrapassou os US\$ 100. Continua isento? Não, acho que a quantidade livre de royalties poderia baixar de 400 milhões para, digamos, 80 milhões de barris. Afinal, a coisa cresceu bastante. Hoje, se a produção aumentar até determinado nível, a empresa paga um acréscimo de 10% a 40% de royalties. Mas, com a produção crescendo assustadoramente, por que esse reajuste não pode chegar, por exemplo, a 60%?

ISTOÉ – É assim também nos países desenvolvidos?

Lima – O único dos grandes países que produzem petróleo e não reajustou as suas alíquotas em função do crescimento do preço do petróleo foi o Brasil. Independentemente de fazermos ou não mudanças no decreto presidencial, temos que dar uma boa olhada nas alíquotas. O mundo capitalista faz esse tipo de coisa o tempo todo, em particular os Estados Unidos. Já os capitalistas daqui reclamam.

ISTOÉ – O sr. também quer mudar a fórmula de cobrança dos royalties?

Lima – Nós podemos trocar petróleo por estradas asfaltadas, por portos, por ferrovias. Na Noruega, no Canadá, no Alasca, eles têm um fundo petrolífero. Todos que produzem dão dinheiro para o fundo e com essa quantia o governo pode fazer um programa de desenvolvimento. O saldo não é destinado exclusivamente aos locais onde está o petróleo. Aqui no Brasil existe a concepção de que royalty é uma compensação pela exploração em determinada área.

ISTOÉ – Esse conceito não é correto?

Lima – O petróleo é da União e todos somos brasileiros. Não é justo que aqueles que nasceram por acaso num lugar onde haja petróleo tenham abundância de recursos e outros não recebam nada. Não digo que os lugares onde há petróleo devam receber royalties iguais aos outros locais. Deve haver uma compensação. Mas tem que ser algo mais equilibrado. Afinal, a Constituição diz que o petróleo é monopólio da União, e não de um município ou de um Estado.

ISTOÉ – O sr. diz que o Brasil, hoje com seis dezenas de empresas na área de exploração e produção de petróleo, poderia passar a ter milhares. Como?

Lima – Os Estados Unidos têm 23 mil empresas desse tipo, a maioria pequenas e médias. O que se vê é que perto de uma grande indústria há um “cavalo de pau” (pequena máquina de perfuração) tirando petróleo. É apenas um poço, que mantém uma pequena empresa familiar onde todos ganham muito bem. Tiram 5, 6, 10 barris de petróleo por dia. Uma pesquisa revela que 600 dessas empresas americanas tiram 4 barris por dia. É como se fosse uma vaquinha, que sustenta uma família. Nos EUA podem-se ver belas plantações de arroz, por exemplo, com uma torre de exploração de petróleo no meio. Temos que fazer isso aqui.

ISTOÉ – Na última rodada de licitação para exploração do petróleo, as pequenas e médias empresas se destacaram. O mercado brasileiro já está mudando?

Lima – As grandes não compareceram, mas a rodada foi recorde de negociações. As pequenas e médias empresas tiveram um desempenho importante. Acredito que isso pode apontar para uma nova realidade do mercado. Teremos o bolo dividido entre a nossa grande estatal, as outras grandes empresas e, por fim, as pequenas e médias empresas. Essa terceira vertente tem que ser incentivada. Para se ter uma idéia, temos 157 campos em terra, que correspondem a 0,6% das reservas brasileiras. Isso daria para criarmos um grande setor de médios e pequenos produtores, com milhares de poços de petróleo a serem desenvolvidos e reativados.

ISTOÉ – Pelo visto, há muito o que explorar ainda...

Lima – Temos 29 bacias sedimentares brasileiras. Nós estamos presentes em apenas 4,7% da área dessas bacias. É pouquíssimo. Nosso conhecimento geológico refere-se a apenas 8% dessa área. Há muito ainda por explorar. Tanto é assim que somente no final do século XX descobrimos a maior reserva de ferro do planeta, que é Carajás.

ISTOÉ – O sr. afirma que no final do governo FHC a Petrobras estava em atividade declinante, o que a tornaria inviável. O presidente fez isso deliberadamente?

Lima – Essa expressão “declinante” e essa idéia de que isso seria um plano para inviabilizar a Petrobras é do (José Sérgio) Gabrielli, atual presidente da empresa. Minha análise é que logo após a abertura do mercado pensouse em privatizar a Petrobras. Mas houve uma movimentação no Congresso que impediu que isso acontecesse. O momento culminante foi quando José Sarney, presidente do Senado na época, resistiu. Ele disse que só colocaria o projeto de quebra do monopólio em votação se FHC mandasse uma declaração por escrito de que não haveria privatização da Petrobras. Sarney, que apesar de conservador é um homem nacionalista, conseguiu então evitar que adotássemos aqui o modelo argentino: mercado aberto, sem estatal. Com Lula, a empresa saiu dessa linha declinante e passou para a ofensiva, voltou a crescer.

ISTOÉ – Como é a relação da ANP com a Petrobras? Há algum tipo de pressão por parte da empresa?

Lima – Não tem. Esse modelo aberto com presença estatal está completando 10 anos, é recente e representa uma experimentação para o Brasil, para a ANP e para a Petrobras. A empresa nunca foi controlada por uma agência e nenhuma agência controlou um gigante como a Petrobras. Claro que notamos que volta e meia a Petrobras quer conversar conosco ou trocar idéias. Mas desde que estou aqui nunca apresentou nenhuma resistência e nenhum pleito. O que houve é que a ANP foi criada com um viés contrário à Petrobras. Mas, desde que estou aqui, esse viés deixou de existir. Não somos contra ou a favor a Petrobras. Agora que estamos discutindo um novo marco regulatório, a empresa não participa, já que ela estará inserida nessas regras.

ISTOÉ – Não é curioso que o sr., um tradicional comunista, ensine aos capitalistas brasileiros como modernizar o mercado do petróleo?

Lima – Estamos mostrando como se faz para defender os interesses da Nação. Isso não pode ser feito inviabilizando a exploração de petróleo. Aí,

não estaríamos defendendo o interesse de ninguém. Devemos permitir que haja uma boa margem de funcionamento das empresas, mas que os interesses brasileiros sejam resguardados.

Edição 2012 - 28/05/2008

ROBERTA FRAGOSO KAUFMANN

▪ "Cotas geram ódio racial"

Procuradora defende política de inclusão para pobres e diz que o Brasil incentiva racismo ao copiar sistema dos EUA.

HUGO MARQUES



Com apenas 30 anos de idade, a procuradora Roberta Fragoso Kaufmann tem uma carreira privilegiada. Atualmente ela se dedica à Procuradoria-Geral do Distrito Federal, mas sempre esteve ao lado de nomes que ocupam lugar de destaque na cena jurídica do País. Roberta foi assessora do ex-presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Marco Aurélio Mello, para quem fazia pesquisas e análise de processos. “O ministro Marco Aurélio foi meu mentor intelectual”, diz. Há oito anos, escolheu um assunto espinhoso para tema de seu mestrado em direito: as cotas para negros nas universidades. E teve como orientador outro jurista de peso: o atual presidente do STF, ministro Gilmar Mendes, que também assinou o prefácio do seu livro

Ações afirmativas à brasileira – necessidade ou mito. Na tese, Roberta traça um paralelo entre o sistema de cotas implantado nos Estados Unidos e o sistema que foi adotado no Brasil. Do alto de sua especialização, a procuradora do DF dá um conselho ao governo Lula: já é tempo de abandonar o sistema de cotas para negros e substituí-lo por cotas para pobres. Por quê? “A questão racial no Brasil não pode servir como parede, dividindo as raças”, explica Roberta. “O governo quer desunir o que está unido e importa um problema que não é nosso, que é o problema da segregação racial.” Roberta está convicta de que esse caminho só contribui para aprofundar o problema de consciência de raça, baixar a auto-estima dos estudantes negros e retirar o estímulo do princípio do mérito nos vestibulares. Certa de que as cotas não fazem bem ao Brasil, Roberta cravou sua assinatura na lista dos 113 intelectuais contrários à ação afirmativa, que será julgada pelo STF. Loira, olhos levemente esverdeados, ela garante que herdou uma parcela de sangue negro dos antepassados pernambucanos. Roberta está grávida de oito meses. Será uma menina e o nome está escolhido: Gabriela. “Será Gabriela Cravo e Canela”, brinca, referindo-se ao símbolo maior da sensualidade da obra de Jorge Amado. Sensualidade com berço no sincretismo racial.

ISTOÉ – Qual é sua opinião sobre o sistema de cotas?

Roberta Fragoso Kaufmann – Essas cotas, da maneira que vêm sendo adotadas no Brasil, são inconstitucionais. Estão aplicando aqui tão-somente a importação de um modelo pensado para a realidade americana. Nesse

sentido, observo certo deslumbramento dos cientistas nacionais com respeito ao modelo dos Estados Unidos.

ISTOÉ – Nos EUA, o modelo funcionou bem?

Roberta – Não. Lá, as cotas nunca foram consideradas constitucionais em termos de educação. Mesmo nos EUA, hoje se abandona esse sistema porque ele gerou ódio racial maior do que efetivamente integrou o negro na sociedade. Em julho, num caso envolvendo uma escola de Seattle, a Suprema Corte reviu as ações afirmativas e decidiu que a raça não pode ser elemento de distinção no sistema educacional.

ISTOÉ – As diferenças históricas entre Brasil e EUA não foram levadas em consideração?

Roberta – Não foram. O que está acontecendo é a cópia de um modelo que foi pensado para os EUA. Estão querendo implementar esse modelo de qualquer forma aqui no Brasil. Lá, quando houve a abolição da escravatura, havia pouca interação entre as raças. Apenas 12% dos negros nos EUA eram livres nos anos imediatamente anteriores à abolição. No Brasil, 90% dos negros já eram livres. Consegui localizar uma ordem de 1731, emanada de dom João V, em que ele dava a um negro o cargo de procurador-geral da Coroa, dizendo que ser negro não era impedimento para assumir função pública.

ISTOÉ – Existe sistema de cotas em muitos países?

Roberta – Não para negros. Na Bélgica, há cotas para imigrantes. Na Índia, para a casta dos Dalits. No Canadá, para descendentes de esquimós. Os EUA foram o país pioneiro em cotas raciais para negros. Nos EUA, quando houve a abolição, foi precedida da mais violenta guerra de que se teve notícia lá, com 600 mil mortos. A sociedade que emergiu foi totalmente polarizada entre brancos e negros. Por isso é que após a abolição da escravatura houve o surgimento da Ku Klux Klan, dos conselhos de cidadãos brancos. Houve a instituição de uma segregação oficial como política de Estado.

ISTOÉ – A sra. acha que seria melhor criar cotas para pobres?

Roberta – Exatamente. O recorte no Brasil tem que ser social. Existem outras políticas sociais que podem ser desenvolvidas para a inserção do negro, como uma política de bolsas de estudo para os que conseguirem passar no vestibular, mas não têm condições financeiras.

ISTOÉ – Em sua visão, a cota para negros no Brasil seria um preconceito contra os negros?

Roberta – Não só um preconceito contra os negros, mas seria também uma medida não adequada para a resolução dos nossos problemas. A medida mais adequada no nosso caso é esquecer as cotas e partirmos para uma política social que integre os negros carentes à sociedade.

ISTOÉ – Como isso poderia ser feito?

Roberta – Ações afirmativas como gênero, mas não por meio de cotas. Ações afirmativas como bolsas de estudo para negros carentes, cursinhos pré-vestibulares para negros carentes. As cotas ofendem o princípio da

igualdade, porque elas geram a chamada discriminação reversa, daqueles que não deram causa ao problema, por exemplo, os brancos pobres que foram alijados do vestibular.

ISTOÉ – Um dos argumentos dos defensores das cotas é que o ensino público perdeu qualidade e o negro pobre não tem como ascender.

Roberta – Se você institui cotas na universidade, será que o negro que está sendo beneficiado é, de fato, o negro que mais precisa de um benefício estatal? Ou é o negro que conseguiu terminar o primeiro grau e o segundo grau? As cotas estão favorecendo uma classe média negra que não é necessariamente quem mais precisa do apoio estatal. O negro pobre é excluído no primário.

ISTOÉ – Então, não se faz necessária uma política específica para promover os negros?

Roberta – Temos um problema crucial que não existe nos EUA: defina quem é negro no Brasil. Nos EUA o sistema é chamado bi-racial. Só existem a raça negra e a branca. Não existem as categorias dos morenos, dos mulatos, dos pardos. Se você tiver uma gota de sangue negro, você é considerado negro. Por isso, o termo “afro-descendente” é uma importação indevida. No Brasil, não é uma questão de descendência. Se fizermos uma análise de ascendência para saber quem é negro, quem de nós não é negro?

ISTOÉ – A sra. tem sangue negro?

Roberta – Com certeza, tenho. Sou do Recife.

ISTOÉ – A sra. é loira de olhos claros.

Roberta – Mas minha família é de Pernambuco e tem um monte de gente morena. Veja o exemplo do Neguinho da Beija-Flor. Ele foi fazer exame de DNA e detectou que 70% do DNA dele é europeu. Tinha que ser Branquinho da Beija-Flor. Com a Daiane dos Santos aconteceu a mesma coisa. Quem de nós não tem os pés, as mãos e o coração na África?

ISTOÉ – O ministro da Igualdade Racial, Edson Santos, diz que desde a abolição não houve política de inclusão tão intensa.

Roberta – Na verdade, não havia política nenhuma, nem para negro, nem para pobre. Os pobres também não tinham política de integração.

ISTOÉ – Os grupos desiguais não devem ser tratados de forma desigual para se chegar ao equilíbrio?

Roberta – Com certeza, desde que a medida criada para igualar esses desiguais seja a mais adequada para o nosso problema. As cotas são inconstitucionais porque ofendem a igualdade. No Brasil, nosso sistema é multirracial. Nós temos as categorias branca, preta, parda, indígena e amarela.

ISTOÉ – A autodeclaração é adequada para o acesso a cotas?

Roberta – Não há outro mecanismo. O Censo do IBGE é que impõe cinco categorias. O Programa Nacional de Amostragem Domiciliar de 1976 deixou

livre para que o entrevistado definisse a que raça pertencia. O resultado disso foram impressionantes 135 cores diferentes.

ISTOÉ – Se a sra. fosse o presidente Lula, acabaria com as cotas na hora?

Roberta – Acabaria. Por que existe tanta legislação de cota? Essa é uma legislação simbólica, a custo zero para o Estado. Ela passa a imagem de que o governo está preocupado em resolver o problema, enquanto, na prática, ele não atinge a verdadeira raiz do problema, que é a educação de base, que é péssima, a educação pública, de pouquíssima qualidade, e faz com que os pobres fiquem alheios a esse debate de cotas.

ISTOÉ – Esse sistema divide vagas que já existem?

Roberta – Sim. Não vai criar mais vagas; não vai ampliar. E, o que é pior, os cotistas conseguem entrar, mas os pobres não vão conseguir permanecer. As pessoas que precisam trabalhar não podem mais ficar na universidade pública. Seria mais eficaz promover uma política de bolsas estatais para aqueles que conseguiram passar pelo vestibular do que apenas instituir cotas e lavar as mãos.

ISTOÉ – Em Brasília, a UnB enquadrou um gêmeo como negro e o outro como branco.

Roberta – Esse ponto é importantíssimo. Com esse negócio de cotas, nós não só estamos retrocedendo a uma política inconstitucional como estamos retrocedendo na forma como nós nos classificamos. Olha o absurdo da UnB. Instituiu uma comissão para determinar quem é branco e quem é negro com base apenas no olhar. Uma senhora lá da UnB olha para a pessoa e diz: “você é branco”, “você é negro”. Houve um caso dos gêmeos e também o caso de um pai e uma filha. O pai era um negro, casado com uma branca, e teve uma filha parda. A filha foi considerada negra e o pai, não. É o cúmulo do racismo.

ISTOÉ – O que pode ser feito para que essa política não seja tão subjetiva?

Roberta – É preciso ignorar a “racialização”. Vamos tratar de políticas sociais, vamos cuidar dos nossos carentes. Estes, sim, precisam de integração. Necessariamente, quando você fizer uma política social, você estará ajudando os negros, porque 70% dos pobres são negros. O governo Lula está disfarçando o debate e importando um problema que não é nosso. Esse problema racista foi muito presente nos EUA, toda essa discussão de ações afirmativas esteve presente lá.

ISTOÉ – Nas pesquisas que fez, o que encontrou de mais falho no sistema de cotas?

Roberta – A ignorância acerca dos primórdios dessa política. Aqui todo mundo discute esse tema como se tivesse surgido de um modelo de Estado social, para implementar o princípio da igualdade. Quando nós aprofundamos nosso estudo, percebemos que esse argumento não é de todo verdadeiro. Os EUA são talvez o maior exemplo de Estado liberal. Não é exemplo de Estado social. Por que então essa questão de ações

afirmativas se originou nos EUA, se eles não estão preocupados com o modelo do Estado social?

ISTOÉ – Por causa da diferença étnica?

Roberta – Não só isso. O primeiro presidente que implementou uma ação afirmativa para integrar os negros foi um republicano conservador e que em campanha política havia se declarado contrário às cotas e a qualquer medida que levasse em conta a raça. Foi Richard Nixon, presidente de 1969 a 1974. O contexto era da iminência de uma guerra civil.

ISTOÉ – A política foi implantada em contexto bem diferente do que se vê no Brasil?

Roberta – Num contexto específico de guerra social. A questão racial foi capa da revista Time por três semanas consecutivas. Lançaram-se livros anunciando o Armagedon. O conflito racial nos EUA não teve precedente, exceto a Guerra Civil de 1860. Ou o Nixon fazia alguma coisa para solucionar aquilo ou então teria de sofrer o ônus de eclodir guerra civil em seu governo.

ISTOÉ – Foi uma política emergencial?

Roberta – E casuística. Nos EUA nunca houve teorização, pelos movimentos negros, de ações afirmativas. Martin Luther King era contra essas políticas. Ele sempre disse: “Eu não tenho como justificar que negros ricos tenham acesso a benefícios estatais diante de tantos brancos pobres.”

ISTOÉ – A sra. acha que o STF vai derrubar as cotas?

Roberta – Tenho receio de que o STF queira fazer uma “jurisprudência simbólica”, com vistas à imagem que a corte vai passar para a população, e não com o que deveria ser. Meu receio é de que o STF tente dar uma aparência de tribunal preocupado com o politicamente correto.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)